

TRABALHOS SELECIONADOS PARA PLENÁRIAS

EIXO TEMÁTICO: FINANÇAS E CUSTOS

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

ANÁLISE DA GESTÃO FINANCEIRA DOS PRODUTORES RURAIS QUE DESENVOLVEM A ATIVIDADE LEITEIRA: UM ESTUDO DE CASO NOS MUNICÍPIOS DE DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO E HORIZONTINA – RS

ANALYSIS OF THE FINANCIAL MANAGEMENT OF RURAL PRODUCERS DEVELOPING DAIRY ACTIVITY: A CASE STUDY IN THE MUNICIPALITIES OF MAURICE CARDOSO AND HORIZONTINA – RS

Isabela Laíse Nogara, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, RS, Brasil, isanogara@hotmail.com

Valmir Pudell, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, RS, Brasil, valmirpudell@gmail.com

Nadya Regina Bilibio Antonello, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, RS, Brasil, nadya@san.uri.br

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar a forma de gestão financeira das propriedades rurais que desenvolvem a pecuária de leite nos municípios de Doutor Maurício Cardoso e Horizontina - RS. Para delinear a pesquisa, utilizou-se da taxonomia apresentada por Vergara (2014), sendo este estudo descritivo, explicativo e aplicado, por meio de pesquisa bibliográfica, documental, de campo e estudo de caso, tendo uma amostra de 23 produtores escolhidos por acessibilidade. A partir da caracterização do grupo de produtores buscou-se identificar quais controles financeiros utilizados no gerenciamento das atividades desenvolvidas. A partir da tabulação e análise dos resultados, identificou-se que os produtores fazem a gestão de suas propriedades de maneira informal, sugerindo-se assim, ferramentas de gestão e controle a serem utilizadas pelos mesmos, para otimizar o resultado, e os ganhos advindos da pecuária leiteira.

Palavras-Chave: propriedade rural, pecuária leiteira, gestão, controles.

ABSTRACT

The present work had as objective to analyze the form of financial management of the rural properties that develop the cattle raising of milk in the municipalities of Doutor Maurício Cardoso and Horizontina - RS. In order to delineate the research, the taxonomy presented by Vergara (2014) was used, and this study was descriptive, explanatory and applied, through bibliographical, documentary, field and case study research, with a sample of 23 producers chosen for accessibility. From the characterization of the group of producers, it was tried to identify which financial controls used in the management of the developed activities. From the tabulation and analysis of the results, it was identified that the producers manage their properties in an informal way, thus suggesting management and control tools to be used by them, to optimize the result, and the resulting gains dairy farming.

Key words: rural property, dairy cattle, management, controls.

INTRODUÇÃO

A pecuária leiteira apresenta-se hoje como uma das atividades chaves do agronegócio brasileiro, movimentando a economia de forma significativa. No Brasil, cerca de 80% da produção leite é desenvolvida pela agricultura familiar, por pequenos produtores, envolvendo de pais e filhos na busca por uma fonte de sustento, mediante um trabalho que exige muito esforço e dedicação (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006).

A cadeia produtiva do leite apresenta-se como de suma importância nas regiões onde é desenvolvida, sendo base de sustento para muitas famílias, representando uma complexa movimentação de recursos e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico.

Diante disso o presente artigo teve o objetivo de Analisar os controles de gestão financeira utilizados pelos produtores de leite nos municípios de Doutor Maurício Cardoso e Horizontina, e sugerir controles de gestão para uma melhor tomada de decisão, na propriedade.

Estes objetivos foram definidos, considerando um cenário onde atividade leiteira é um dos principais segmentos do agronegócio brasileiro, ocupando posição de destaque na economia do país e representando uma importante fonte de recursos para os produtores do interior do Rio Grande do Sul (MALAFAIA; AZEVEDO; SANTOS, 2008). A maior parte do leite produzido no estado é proveniente da agricultura familiar, causando forte impacto econômico e social a esses agricultores. O segmento envolve mais de 120 mil famílias na produção leiteira, representando 32% de todos os

estabelecimentos familiares instalados no território gaúcho, e estando presente em 90% dos municípios (IBGE, 2012).

Portanto, o estudo mostra-se relevante por ter buscado identificar e analisar a forma de gestão realizada pelos produtores de leite, bem como os controles utilizados, os quais afetam diretamente a produtividade da atividade leiteira. A partir do estudo foi possível coletar dados que podem ser utilizados para trabalhar com o produtor rural, no sentido de sensibilizá-lo quanto a sua importância na cadeia leiteira, bem como o mostrando que uma gestão eficaz pode aumentar a rentabilidade de sua produção, gerando benefícios tanto para o produtor, quanto para a indústria.

1.1 Cadeia produtiva do leite e sua evolução

O desenvolvimento da cadeia produtiva de leite no Brasil tem forte relação com a crise de 1929, momento em que os processos produtivos começaram a ser orientados à industrialização, impulsionados pela substituição das importações e expansão do mercado consumidor. (VIANA; FERRAS, 2007; KAGEYAMA apud VIANA; RINALDI, 2010). Porém, foi a partir da década de 90 que representou um grande marco para o sistema agroindustrial do leite, desde a sua produção até a distribuição final do produto, a partir de uma intervenção menor do governo, fim de tabelamento dos preços, formalização do Mercosul e abertura de mercado, que influenciaram o desenvolvimento e desempenho da cadeia produtiva do leite no país (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA, 2010; VARGAS; FIEGENBAUM, 2014; VIANA; FERRAS, 2007).

Desde então, a cadeia produtiva do leite no Brasil se encontra num contexto de grandes transformações, sendo hoje a atividade leiteira é hoje um dos principais agronegócios brasileiros, ocupando posição de destaque no cenário econômico. Segundo o último censo agropecuário realizado, no ano de 2006, o país contava com mais de 1,3 milhões de estabelecimentos, produzindo mais de 20 bilhões de litros de leite de vaca. No ano de 2008, a produção aumentou para 27,5 bilhões de litros, gerando renda de R\$ 17 bilhões, o que corresponde a 10% do valor gerado pela agropecuária e 76% do valor gerado pela pecuária, ocupando o 4º lugar entre as commodities agropecuárias produzidas no Brasil (IBGE apud EMBRAPA, 2010; IBGE, 2006).

Segunda a Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), realizada pelo IBGE em 2012, a maior produção de leite está concentrada na Região Sudeste, com 35,9%, seguido da Região Sul com 33,2% e a Região Centro-Oeste com 14,9%. O principal estado produtor de leite é Minas Gerais, participando de 27,6% do total da produção nacional, seguido do Rio Grande do Sul com 12,5% e Paraná com 12,3% (IBGE, 2012).

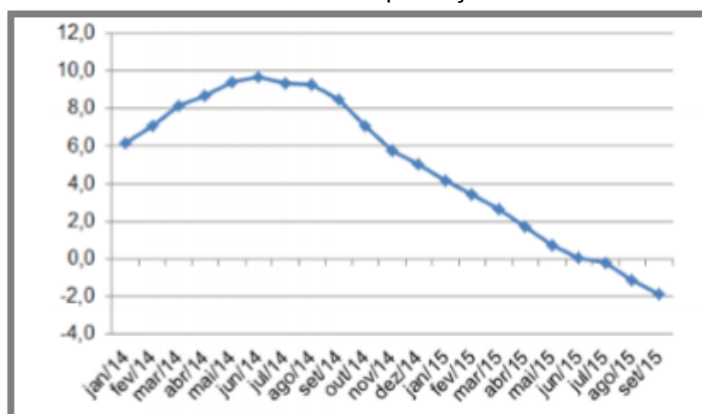
A produção de leite na Região Sul iniciou-se com a entrada de imigrantes alemães. No Rio Grande do Sul, as regiões que apresentam um processo mais dinâmico de desenvolvimento são aquelas em que há predominância da agricultura familiar, sendo a produção leiteira desenvolvida principalmente em pequenas propriedades (FRANTZ; SILVA apud MORAES et al., s.d.; SIQUEIRA apud MORAES et al., s.d.). Assim como a produção global, que envolve cerca de 150 milhões de famílias de pequenos agricultores na produção leiteira, representando 80% do total da produção (FAO, s.d.).

A cadeia de produção de leite representa uma importante fonte de recursos para os produtores do interior do estado do Rio Grande do Sul (MALAFAIA; AZEVEDO; SANTOS, 2008). A maior parte do leite produzido no estado é proveniente da agricultura familiar, causando forte impacto econômico e social a esses agricultores. O segmento envolve mais de 120 mil famílias na produção leiteira, representando 32% de todos os estabelecimentos familiares instalados no território gaúcho, e estando presente em 90% dos municípios (IBGE, 2012).

Ao longo das últimas décadas, observou-se um crescimento contínuo na produção de leite, com médias superiores a da economia brasileira, apresentando taxas maiores que a do Produto Interno Bruto (PIB). No período de 2004 – 2014 houve um crescimento de aproximadamente 5,5% ao ano, apresentando a Região Sul uma média acima das demais regiões, atingindo participação de 35,3% da produção nacional em 2014, que em 2004 era de 24,7% (IBGE apud MILKPOINT, 2015).

Entretanto, a conjuntura econômica e a consolidação de tendências negativas iniciadas nos últimos anos, como a queda da produção industrial e aumento dos custos, tem causado impacto no setor de laticínios, fazendo com que a macroeconomia contaminasse a microeconomia e a oferta nacional de leite perdesse força. A desaceleração da produção de leite foi observada a partir do final de 2014, acentuando-se no ano de 2015. A figura 02, ilustra a desaceleração da produção, indicando que a produção total entre outubro/14 e setembro/15 ficou abaixo da observada nos 12 meses anteriores (EMBRAPA, 2016).

Figura 01: Taxa de crescimento anualizada da produção de leite



Fonte: IBGE apud EMBRAPA (2016).

1.3 GESTÃO FINANCEIRA

O processo de globalização, a abertura de mercado e uma inserção maior das empresas brasileiras no comércio internacional, principalmente a partir dos anos 90, têm forçado as organizações a passarem por constante processo de reestruturação de procedimentos produtivos e administrativos. Desta forma, independente do setor de atuação cada vez mais é preciso pensar na forma de gestão financeira adotada, fator essencial para o sucesso competitivo (MORAES; OLIVEIRA, 2011).

A administração financeira, consiste assim em utilizar-se de métodos e técnicas, que possibilitem a otimização do uso dos recursos da empresa, fazendo com o retorno de investimento seja maior. Objetiva-se a maximização dos resultados, com a utilização de ferramentas, conhecimentos teóricos e práticos, e aplicação de uma série de princípios econômicos e financeiros (GROPPELLI; NIKBAKHT, 2010).

A responsabilidade pela administração desses recursos fica a cargo de um gestor financeiro, sendo este

responsável pela identificação, mensuração e controladoria do processo financeiro com uma missão, funções e princípios norteadores definidos do modelo da gestão do sistema da empresa e como uma área de conhecimento humano com fundamentos, conceitos princípios e métodos oriundos de outras ciências (CUSTÓDIO et al., 2010, p. 141).

Desta forma, o administrador financeiro tem papel primordial de obter recursos e fazer uma análise eficaz dos mesmos, identificando os setores e processos da empresa que precisam de investimento, tendo a responsabilidade de decidir onde serão alocados os recursos obtidos, maximizando as atividades da empresa, e possibilitando sua expansão (SANVICENTE, 1987).

A gestão financeira trata assim, dos objetivos financeiros da organização, tendo como ponto chave a maximização dos lucros. Também, é essencial para garantir a sobrevivência da empresa, evitando problemas financeiros e a falência, buscando a minimização dos lucros, aumento das vendas e maior participação do mercado, fazendo se consiga superar a concorrência, aumentar os ganhos e se manter competitiva no mercado (ROSS et al., 2015).

Desta forma, percebe-se que uma gestão financeira eficiente é fundamental para o sucesso de qualquer tipo de empresa, seja industrial, prestadora de serviços e também no ramo agropecuário, incluindo pequenas empresas rurais e a atividade da agricultura e pecuária familiar.

Segundo Marion (2009, p. 2) “empresas rurais são aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo por meio do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas”. Assim, também nessas empresas deve-se aplicar a gestão financeira, a partir de um conjunto de ações que possibilitam a tomada de decisão do que, quanto e como produzir, além de um acompanhamento e controle do trabalho e avaliação dos resultados, constituindo assim, a administração rural (CREPALDI, 2016).

Em meio à situação econômica vivenciada atualmente, nota-se que o agricultor está diretamente vinculado ao mercado, tornando-se ainda mais indispensável o conhecimento de negócio e da agricultura, e a aplicação da gestão financeira em sua propriedade. Possibilita-se desta forma, que o produtor tenha ciência do custo de sua atividade, buscando alternativas para maximizar a rentabilidade e aumentar os ganhos (CREPALDI, 2016).

Ainda que, a atividade agrícola e pecuária familiar não esteja organizada e estruturada formalmente, as múltiplas atividades envolvidas como compra de insumos, processo de

transformação e a venda do que foi produzido, faz com que seja necessária gestão eficaz da atividade, por meio de atualizações e utilização de ferramentas adequadas. Assim, “no auge do desenvolvimento do agronegócio brasileiro as empresas rurais substituem suas práticas administrativas obsoletas por novos conceitos administrativos de planejamento, controle e estratégias organizados em torno da busca de objetivos eficazes e lucrativos” (CREPALDI, 2016, p. 44).

1.4 CONTROLES FINANCEIROS

Uma das mais importantes etapas da administração financeira é o controle. Segundo Hoji apud Reinert e Bertolini (s.d, p. 1) “a função do administrador financeiro de uma empresa além de tomar decisões de investimentos e de financiamentos, é analisar o controle financeiro, ou seja, coordenar, monitorar e avaliar as atividades da empresa através de dados financeiros”.

O controle permite ao administrador uma visão da real situação financeira da empresa, sendo base para a tomada de decisão de investimento. Também, é essencial para que haja a elaboração correta do planejamento, de acordo com as informações constatadas pelo monitoramento e avaliação das atividades organizacionais.

1.4.1 FLUXO DE CAIXA

O fluxo de caixa é uma das ferramentas de gestão financeira utilizada pelas organizações, buscando antever momentos futuros a partir do controle da movimentação de recursos, entrada e saída, em determinado período de tempo (SILVA, 2016).

Segundo Sanabria (et al., s.d.), o fluxo de caixa é utilizado pelo administrador para auxiliar na tomada de decisão, atentando ao planejamento e controle de recursos financeiros, a partir de uma estrutura que forneça informações úteis e práticas. Assim, esta ferramenta permite que seja realizada uma avaliação mais ampla da real situação financeira da empresa.

“O fluxo de caixa nada mais é do que a distribuição no tempo de todas as entradas e saídas de numerário geradas pelas atividades da empresa, lida portanto, com conceito de fácil assimilação, a disponibilidade financeira, facilitando o entendimento por todos” (SANABRIA et al., s.d., p. 3). Percebe-se que esta ferramenta é imprescindível para que a empresa consiga realizar um planejamento financeiro adequado e consiga ainda, controlar de maneira eficaz se o que foi delineado está sendo alcançado.

Assim como nos demais segmentos, a atividade rural também precisa ser planejada e monitorada, no que se refere a recursos financeiros, sendo desta forma imprescindível o uso de ferramentas de gestão. Para Frezatti apud Calgaro e Faccin (s.d.), a utilização de instrumentos como o fluxo de caixa, na atividade rural, orienta a tomada de decisão a partir do acompanhamento de processos e etapas produtivas da propriedade, sendo necessário assim, um estudo das condições reais do local e o entendimento das atividades familiares desenvolvidas, adequando a ferramenta para a realidade e necessidades de cada propriedade.

O fluxo de caixa é imprescindível para a gestão financeira de empresas dos mais diversos setores, devendo ser utilizado também, no setor rural, adaptado a realidade das pequenas propriedades, que desenvolvem atividades agrícolas, tendo como base a agricultura familiar.

1.4.2 CONTROLE DE CONTAS A RECEBER

Ao realizar a comercialização de bens e serviços, uma empresa pode receber o pagamento à vista, ou esperar durante período pré-determinado, denominado pagamento a prazo, o qual é representado pelas contas a receber (POTRICH et al., 2012).

O controle de contas a receber, permite uma análise dos clientes e a identificação do vencimento das contas, bem como os pagamentos que estão em dia e os inadimplentes, fornecendo assim “informações para a tomada de decisões sobre um dos ativos mais importantes que a empresa dispõe, os créditos a receber originários das vendas a prazo (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE, 2016).

Desta forma, mostra-se necessário que a empresa tenha um eficiente controle de suas contas a receber, para que não haja inadimplências que possam resultar em problemas de fluxo de caixa, devendo-se assim, estabelecer ações para reduzir esse risco. Assim, esse controle deve fazer parte da rotina da empresa, sendo analisada a situação de cada cliente e conferindo as contas (SILVA, 2013).

1.4.3 CONTROLE DE CONTAS A PAGAR

No grupo denominado contas a pagar são classificadas as obrigações da empresa, que indicam despesas ocorridas, mas que não foram pagas. “São contas credoras, portanto do passivo. São creditadas quando as compras ou despesas são efetuadas – aumentando o saldo existente – e são debitadas por seu pagamento – diminuindo o saldo existente (OLIVEIRA, 2002, p. 5).

As contas a pagar são compromissos que a empresa assume, representando as somas devidas pela empresa referente principalmente a compra de mercadorias, insumos, máquinas, serviços, salários, impostos, aluguel, entre outros. “O controle de contas a pagar fornece informações

para a tomada de decisões sobre todos os compromissos da empresa que representam desembolso de recursos” (SEBRAE, 2016, s.p.), devendo dessa forma, ser uma atividade rotineira na empresa, pois normalmente envolve grande quantidade de dinheiro.

Através do controle financeiro do contas a pagar é possível visualizar quais foram os compromissos assumidos pela organização, possibilitando um controle das datas para serem efetuados esses pagamentos. Um controle interno apropriado para uma gestão eficiente do contas a pagar esta totalmente ligado a avaliação de melhores oportunidades ou de assumir novos compromissos, estabelecendo prioridades nos pagamentos (SILVA, 2013, p. 23).

Desta forma, o controle de contas a pagar da empresa possibilita um planejamento adequado das finanças, a partir da identificação das obrigações fazendo com que se possa priorizar pagamentos, não permitindo a perda de prazos e fornecendo informações para a elaboração do fluxo de caixa (SEBRAE, 2016).

1.4.4 CUSTOS

O processo constante de globalização e as recentes crises econômicas mundiais tem desencadeado um forte aumento da concorrência, tornando a gestão de custos uma ferramenta fundamental para a sobrevivência no mercado. O aumento de preços obriga as organizações a buscarem formas de diminuir seus custos, impedindo que haja uma queda de rentabilidade e garantindo a continuidade da empresa (SILVA; LINS, 2014).

Os custos referem-se aos recursos financeiros e insumos consumidos pelas operações necessárias para a produção e venda de produtos e serviços, sendo assim “a parcela do esforço produtivo que é transferida ao produto” (SOUZA; DIEHL, 2009, p. 10), a parte do gasto que se agregada ao produto.

“Os custos são incorridos (consumidos) para produzir benefícios presentes ou futuros. Ou seja, ativos (produtos) que foram produzidos são sacrificados em troca de um valor que se espera seja superior ao que foi sacrificado” (SILVA; LINS, 2014, p.7). Assim, espera-se que o retorno do que foi produzido seja maior que os custos incorridos, gerando rentabilidade para a empresa.

Observa-se que, os custos incorrem em atividades realizadas em todos os segmentos de mercado. As empresas que atuam no agronegócio, como a atividade desenvolvida pela agricultura familiar em pequenas propriedades rurais, apresentam os mesmos elementos de custos encontrados nos demais setores de negócio, apesar das particularidades da natureza dos produtos que desenvolvem em sua atividade (CALLADO; CALLADO apud CLEMENTE et al., 2010).

Diante do cenário econômico vivenciado, percebe-se um aumento constante nos custos de produção da atividade agrícola e pecuária, desencadeado pela alta dos preços dos insumos. Diante disso, o produtor deve buscar alternativas que possam diminuir os custos, evitando desperdícios, otimizando o planejamento e controle da atividade que desenvolvem (RAUBER et al., s.d.).

2 METODOLOGIA

Para delinear a pesquisa, utilizou-se da taxonomia apresentada por Vergara (2014), que classifica a pesquisa em dois aspectos, quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins, a pesquisa configurou-se em descritiva, explicativa e aplicada, utilizando-se de um grupo de produtores localizados nos municípios de Doutor Maurício Cardoso e Horizontina no Estado do RS. Quanto aos meios, a pesquisa classificou-se como bibliográfica, documental, de campo e estudo de caso. O universo em estudo tratou-se de um grupo de produtores de leite dos municípios em estudo, e como amostra foram pesquisados 23 produtores escolhidos por acessibilidade.

A coleta de dados foi realizada inicialmente com pesquisas em livros, artigos, material eletrônico e documentos, buscando verificar na literatura os tipos de controles que se aplicam aos produtores de leite e identificar a importância desses controles, para os mesmos. Em seguida, aplicou-se um questionário, formado por perguntas abertas e fechadas a uma amostra de 23 produtores de leite dos municípios em estudo, buscando verificar quais as ferramentas de gestão por eles utilizados.

Para o tratamento dos dados, utilizou-se de técnicas qualitativas, para interpretação da pesquisa bibliográfica e documental, e técnicas quantitativas de análise por meio da tabulação dos dados coletados a partir do questionário. Estes dados, também foram analisados e interpretados, sendo apresentados por meio de gráficos, tabelas e textos explicativos, referentes aos controles de gestão das propriedades rurais em estudo. Também, destaca-se que a escolha por acessibilidade dos entrevistados pode ter causado pequenos desvios nos resultados, sendo que a amostra utilizada na pesquisa pode não ter respondido ao questionário com franqueza, porém, este fato não inviabilizou os resultados finais da pesquisa.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

3.1 DA POPULAÇÃO DA PESQUISA

Para caracterizar a amostra utilizada, perguntou-se aos respondentes o nível de escolaridade dos mesmos, sendo que a maioria dos entrevistados, 83%, possui apenas primeiro grau, 17% possuem segundo e nenhum dos produtores pesquisados possui nível superior.

As famílias entrevistadas são compostas em média, por 3 integrantes, marido mulher e filho, sendo que em 50% das propriedades estão envolvidos na atividade leiteira o produtor e sua esposa. Em 14% das propriedades apenas o produtor, em outros 14% o produtor, a esposa e filhos e em 4% envolve-se toda a família, e ainda empregados na atividade. Percebe-se que nos municípios estudados, a pecuária leiteira é desenvolvida essencialmente pelo trabalho familiar, envolvendo marido e mulher, e os filhos que auxiliam os pais enquanto cursam ensino fundamental e médio, pois quando mais velhos acabam saindo de casa para cursar uma graduação e acabam deixando o interior.

O trabalho da mulher no campo se mostra evidente, por 9% das propriedades desenvolveram atividade leiteira apenas com o trabalho da esposa, e por esta auxiliar marido e filhos em grande parte das propriedades. As mulheres relataram que as atividades de ordenha e limpeza dos equipamentos ficam sob sua responsabilidade, enquanto, os demais envolvidos cuidam da alimentação e manejo do rebanho e quando apenas a esposa cuida da atividade, a propriedade conta com um número menor de animais em lactação. Percebe-se desta forma, que a mulher tem papel fundamental no desenvolvimento da agricultura familiar, estando presente de forma ativa nas atividades agropecuária.

Também, questionou-se qual a principal fonte de renda, sendo que dos entrevistados 81% contam com o dinheiro advindo da produção leiteira para sustento de suas famílias, e 19% tem como principal fonte de renda a produção de grãos. Identificou-se que se trata de pequenos produtores, que não contam com grandes lavouras e que apesar das oscilações constantes de preço e de volume de produção, conseguem encontrar na venda do leite uma renda mensal suficiente para suprir as necessidades da família, com alimentação, saúde, energia elétrica, água e estudos para os filhos.

Sabe-se que a região em estudo é caracterizada por desenvolver agricultura em âmbito familiar, sendo assim de pequeno porte, não possuindo grande extensão de terras. Dos produtores entrevistados, todos possuem área própria, com média de 14 hectares cada, apenas 10 precisam arrendamento de cerca de 11 hectares para suprir suas necessidades de produção. Há uma grande diferença entre o maior, e o menor produtor, de 44 para 8 hectares, sendo que a média encontrada é de 22 ha, destinando para a atividade leiteira cerca de 27,27% do total, o que equivale a 6 hectares por propriedade, estando todos enquadrados como pequenos produtores, por “deter posse de gleba rural não superior a 50 hectares, explorando-a mediante trabalho pessoal e de sua família” (AMBIENTE DURAN, s.d.).

Sabendo a extensão das propriedades, indagou-se quanto ao tamanho do rebanho, sendo que no plantel são mantidas em média 18 vacas e destas, cerca de 13 em lactação. O rebanho também apresenta grande disparidade entre os produtores, sendo que o maior conta com 66 vacas no plantel e 53 em lactação, e o menor apenas 5 animais.

Quanto a raça predominante do rebanho, 42% mantêm em seu plantel Holandês e Jêrsei, 37% Jêrsei, 17% Holandês e 4% outras raças. A escolha da composição do plantel depende de vários fatores, como sistema de produção a ser utilizado, clima, localização da propriedade, bem como preferência pessoal do produtor. Sabe-se que as raças leiteiras especializadas predominantemente utilizadas no país são a Jêrsei e Holandês, ambas apresentam altos volumes de leite, com alto teor de gordura e de proteína o que é procurado e exigido pelas indústrias leiteiras, além de terem período de lactação estendido, aumentando assim a lucratividade para o produtor.

Sabendo o tamanho do plantel, o número de vacas em lactação e a composição do rebanho, identificou-se uma média de 4.750 mil litros/mês, e uma disparidade grande de rendimento entre o maior produtor, com 40.000 mil litros/mês, e o menor, com 1.200 mil litros/mês. Sabendo que a média do rebanho em lactação é de 13 vacas, tem-se uma produtividade média de 365 litros/mês e 12 litros/dia por animal.

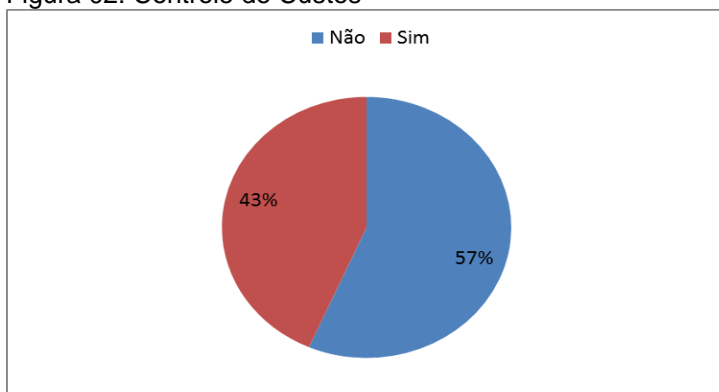
A partir desta grande disparidade em termos de volume, percebe-se haver necessidades de melhoria no processo produtivo de muitos produtores, principalmente aqueles com um plantel menor. A falta de estrutura adequada faz com que estes não consigam aumentar o seu rebanho, por falta de equipamentos e de lugar disponível para manejo dos animais, fazendo com que sua renda mensal fique bem abaixo da média dos municípios pesquisados, uma vez que o preço pago pelo litro é tabelado de acordo com a produtividade.

3.2 VERIFICAÇÃO DAS FERRAMENTAS DE GESTÃO UTILIZADAS PELOS PRODUTORES DE LEITE, E SUA IMPORTÂNCIA

A gestão é o ato de administrar uma organização, bem como os seus recursos e processos, buscando atingir os objetivos (CUSTÓDIO et al., 2010), devendo estar presente em todos os tipos de empresas e ramos de atividade.

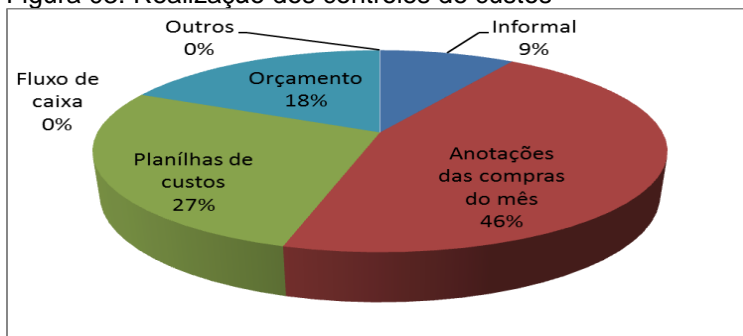
As propriedades rurais de âmbito familiar têm encontrado na atividade leite sua principal fonte de renda, por obter um retorno financeiro suficiente para suprir as necessidades básicas do mês, e sobras para adquirir novos equipamentos. Desta forma, foi identificado quais as ferramentas de gestão utilizadas pelos produtores, indagando se os mesmos efetuam algum tipo de controle de custo em suas propriedades, sendo que 57% afirmam não ter, mas disseram que sabem de cabeça, quais são os custos, e 43% fazem algum tipo de controle de custos e gastos da atividade, conforme gráfico 02.

Figura 02: Controle de Custos



Para os 43% que responderam sim na questão anterior, indagou-se como os mesmos realizam o controle, podendo ser observado que 46% fazem anotações das compras do mês, passando para o caderno os gastos com compras destinadas a atividade leiteira, porém, relataram que muitas vezes esquecem de anotar alguns valores, o que também acontece com os 27% que disseram fazer planilhas de controles de custos, sendo estas apenas uma forma de anotação dos custos, não realizando nenhuma análise das mesmas. 18% realizam orçamento, o qual é entendido pelos produtores como uma pesquisa de preços que é realizada nas agropecuárias da cidade para a compra de insumos de produção, como alimentação do rebanho, medicamentos, e itens para plantio de pastagem. Ainda, 9% realizam controle informal, não fazendo nenhum tipo de anotação, mas tendo em mente o quanto produzem, gastam e recebem por mês.

Figura 03: Realização dos controles de custos

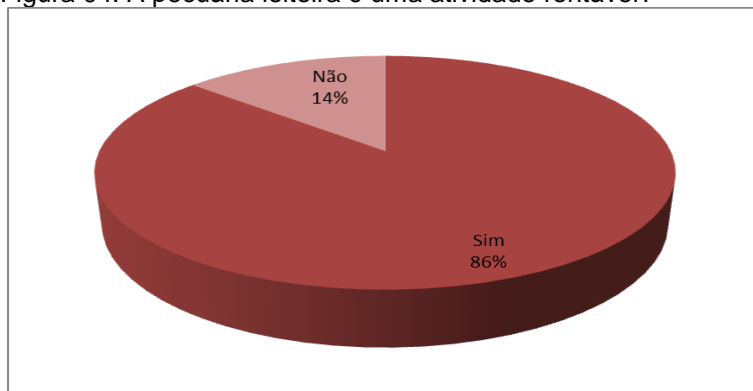


Pode-se verificar que mesmo não realizando uma gestão formal da propriedade, os produtores percebem a importância que se tem em saber quanto se gasta para produzir, e quanto sobra no final do mês no caso da produção de leite e no final da safra no caso do plantio de grãos, pois mesmo aqueles que não fazem as anotações disseram saber quanto é gasto para se produzir, e quais são seus ganhos na atividade. A não formalização dos controles de produção, pode ser justificado pelo nível de escolaridade dos mesmos, sendo que 83% dos pesquisados possuem apenas o ensino fundamental.

No questionamento seguinte, procurou-se saber se os produtores acreditam que a atividade leiteira é rentável, obtendo as respostas explanadas na figura 04, ficando evidente que mesmo não tendo um controle efetivo, os produtores conseguem perceber a rentabilidade da atividade leiteira,

onde 86% dos produtores afirmam ter retorno com a produção. Estes relataram que conseguem perceber a rentabilidade da atividade, por conseguirem cobrir os gastos do mês, como alimentação, água e luz, com o dinheiro advindo da pecuária leiteira. Apesar das dificuldades encontradas na rotina de trabalho, os produtores tem encontrado nesta atividade, uma forma de ter uma renda fixa que cobre os gastos mensais, podendo guardar o rendimento da lavoura de grãos para investimentos, como melhoria da propriedade, expansão das terras, compra de equipamentos, bem como gastos maiores com a família.

Figura 04: A pecuária leiteira é uma atividade rentável?



Sabe-se que uma gestão eficaz é imprescindível para o sucesso de qualquer tipo de negócio, independente do seu porte ou ramo de atuação. A atividade rural envolve múltiplas atividades e um grande volume de recursos financeiros, a partir da compra de insumos, venda da produção e contratação de serviços, o que exige que deixe de ser gerida apenas de forma informal, passando a utilizar-se de controles eficazes, capazes de identificar custos desnecessários e gargalos existentes em cada atividade desenvolvida nas propriedades, gerando assim, uma maior rentabilidade ao longo de toda a cadeia produtiva.

Com um maior desenvolvimento do agronegócio brasileiro, tem se buscado aplicar conceitos de gestão na atividade rural, mesmo naquela desenvolvida por pequenas famílias, com técnicas adequadas e adaptadas a cada realidade. Conceitos de organização, práticas administrativas e planejamento rural tem sido trabalhados com os produtores numa tentativa de tornar a atividade rural mais eficaz e aumentar sua rentabilidade (CREPALDI, 2016).

Do ponto de vista organizacional, a gestão rural considera um tríplice aspecto, sendo técnico, que implica na atividade a ser desenvolvida, na escolha dos insumos, implementos e rotina de atividades da propriedade. Aspecto econômico considera-se os custos e resultados das operações a serem executadas, ou seja, o custo o custo da operação e o lucro possível de se obter. Também, o aspecto financeiro que busca manter o equilíbrio da atividade desenvolvida, com o controle dos recursos monetários, entradas e saídas (CREPALDI, 2016).

As práticas administrativas buscam aplicar um controle financeiro e de resultados, a partir de ferramentas de gestão que sejam de fácil entendimento para os produtores, aliando estas práticas ao planejamento, que tem como principal objetivo organizar os planos de produção visando uma otimização dos fatores produtivos, aumentando a eficiência técnica e melhorando a rentabilidade da propriedade (CREPALDI, 2016).

Com uma economia cada vez mais globalizada, a concorrência no mercado agropecuário tende a se tornar mais acirrada, exigindo de todos os elos da cadeia redução de custos operacionais como garantia de lucratividade e capacidade de investimento. Nesse contexto, ferramentas de gestão tornam-se imprescindíveis para o planejamento e tomada de decisão no meio rural, a partir de informações geradas sobre receitas, custos e despesas de cada atividade desenvolvida, tornando-se um diferencial competitivo para aqueles produtores que utilizam a gestão de forma efetiva (KRUGER, MAZZIONI, BOETTCHER, 2009).

Os controles de gestão são essenciais para coordenar as ações e estratégias a serem aplicadas em cada elo, garantindo o atingimento de metas e o bom funcionamento de toda a cadeia produtiva. Independente do seu porte e estrutura, todas as organizações devem manter uma gestão atualizada e eficaz da atividade que realiza. Desta forma, tendo em vista a informalidade dos meios de gestão utilizados pelos produtores de leite, sugere-se no próximo capítulo, alguns controles que podem ser implementados em suas propriedades.

3.3 CONTROLES FINANCEIROS

Sugere-se também, melhorias quanto aos controles financeiros das propriedades. Uma ferramenta que pode ser utilizada é o Fluxo de Caixa, que serve como base para a tomada de decisões das propriedades rurais. Com esta planilha, o produtor consegue manter um controle das movimentações financeiras, a partir de informações úteis e práticas da real situação da propriedade, além de identificar as áreas que estão com gastos maiores que os necessários, direcionando valores para as áreas mais carentes. Este pode ser utilizado como um controle de gestão permanente da propriedade.

A partir do controle do fluxo de caixa de todas as atividades desenvolvidas pela propriedade, é possível identificar aquela que realmente está sendo lucrativa para o produtor. Também, pode-se visualizar os meses de maior rentabilidade, auxiliando no planejamento e decisão sobre o melhor momento de realizar compra de insumos, investimentos com equipamentos e instalações.

Figura 05: Fluxo de Caixa

FLUXO DE CAIXA								
		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO
RECEITAS	Venda de leite							
	Venda de novilhas							
	Venda de grãos							
	Outras receitas							
	TOTAL							
DESPESAS	Rebanho							
	Lavoura							
	Máquinas e equip.							
	Investimentos							
	Outras despesas							
	TOTAL							
SALDO	Saldo inicial							
	Saldo final							

Fonte: Adaptado de Lâmega (2016).

O controle de contas a pagar e contas a receber, também mostra-se de extrema importância na gestão rural, para que a renda mensal não fique comprometida com gastos excessivos em determinado período. O controle efetivo das contas a serem pagas, possibilita um planejamento e programação de gastos, garantindo que nenhuma conta atrase e evitando incidência de multas e juros. O controle mensal das contas a receber, é uma forma rápida de registros de entradas, que devem estar organizadas por datas e valores de recebimentos previstos.

Quando se passa a ter um controle efetivo das contas do mês, torna-se possível fazer uma análise de todas as compras, identificando recursos gastos sem necessidade, alocando-os para as áreas mais carentes. A partir da organização financeira, os lucros são percebidos com maior facilidade, diminuindo também a necessidade de empréstimos e financiamentos.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Tabela 01: Controle de contas a pagar e receber

Contas a Pagar				
		Total de contas pagas:	R\$	150,00
		Total de contas a pagar:	R\$	300,00
		Vencimentos nos próximos 7 dias:	R\$	200,00
Contas a Receber				
		Total de contas recebidas:	R\$	1.000,00
		Total de contas a receber:	R\$	5.000,00
		Receber nos próximos 7 dias:	R\$	-
Vencimento	Descrição da Conta a Receber	Valor	Recebida? (S)	Status
20/05/2013	Exemplo receber 1	R\$ 1.000,00	S	Recebida
08/08/2013	Exemplo receber 2	R\$ 2.000,00		Atrasada
20/07/2013	Exemplo receber 3	R\$ 3.000,00		Atrasada

A gestão dos custos da propriedade também se mostra importante, a qual deve ser realizada por atividade produtiva, identificando o nível de rentabilidade de cada produção, bem como aquelas que estão carentes de investimentos ou que estão recebendo um nível maior de recursos do que o necessário, garantindo um equilíbrio da utilização dos recursos. O controle de custos serve como base para o produtor quando for necessário tomar a decisão de fazer um investimento, para que não haja um comprometimento financeiro que possa prejudicar a execução das atividades rotineiras.

Figura 06: Controle de Custos

Atividade	Receita		Desembolsos	
	Total	Por Área	Total	Por Área
Nome produto1	R\$ 0,00		R\$ 0,00	
Nome produto2	R\$ 0,00		R\$ 0,00	
Nome produto3	R\$ 0,00		R\$ 0,00	
TOTAL	R\$ 0,00		R\$ 0,00	#DIV/0!

Fonte: EMBRAPA (2010).

Quanto aos aspectos financeiros, o uso de controles garante ao produtor a visão clara do retorno de todas as atividades desenvolvidas em sua propriedade, identificando aquelas que estão sendo lucrativas ou não. Também, facilita o planejamento de investimentos e compra de insumos, nos meses com uma maior rentabilidade.

Sugere-se ainda, que os produtores participem de palestras e treinamentos que tratem de assuntos técnicos de produção e de gestão de suas propriedades, para que se sintam capacitados e aptos para o uso das ferramentas propostas. Estes treinamentos podem acontecer via parceria com universidades da região, sindicatos rurais e promovidos pelas indústrias lácteas que trabalham em parceria com esses produtores, possibilitando a integração e otimização de todos os elos envolvidos na pecuária leiteira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a atividade leiteira se mostra de forma imprescindível para o sustento de milhares de famílias, e para o desenvolvimento da agricultura familiar, não apenas para a região estudada, mas em todo o Estado. Pela importância que a atividade detém na economia de diversos municípios, espera-se que os produtores de leite mantenham em suas propriedades ferramentas de controle de produção e financeiros que garantam a maximização de sua rentabilidade e otimização de todo o processo produtivo.

Desta forma, com base no objetivo principal de pesquisa de identificar os controles financeiros utilizados pelos produtores de leite da região Noroeste no Estado do RS, pode-se concluir que os pesquisados mantêm na atividade leiteira apenas uma gestão informal, sem controles efetivos.

Foram identificados gargalos referentes aos controles financeiros, que são realizados apenas informalmente. Não há utilização de ferramentas de gestão, prejudicando assim o planejamento e decisões de investimentos não apenas da atividade leiteira, mas de toda a propriedade. Nota-se que,

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

apesar de não haver controles, os produtores conseguem perceber a rentabilidade advinda da produção leiteira, que é principal fonte de renda para muitas das famílias pesquisadas.

A gestão inadequada das propriedades acontece principalmente pela falta de informações, conhecimento e preparo dos produtores, que tem baixo nível de escolaridade e não sabem como utilizar uma planilha corretamente. Neste sentido, há uma ineficiência de políticas públicas, de atuação sindical e de integração produtor/laticínio, no que tange ao preparo do agricultor para gerir suas atividades, sendo estes os principais agentes interessados e que detém maior proximidade com o produtor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBIENTE DURAN. **Quem é o pequeno produtor rural, agricultor familiar, comunidade tradicional.** s.d. Disponível em: <<http://ambienteduram.eng.br/quem-e-o-pequeno-produtor-rural-agricultor-familiar-comunidade-tradicional>>. Acesso em 31 maio 2017.

CALGARO, Noele Cristiane; FACCIN, Kadígia. **Controle Financeiro em Propriedades Rurais:** estudo de casos do 3º Distrito de Flores da Cunha. s.d. Disponível em: <<http://ojs.fsg.br/index.php/globalacademica/article/viewFile/67/66>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

CAMELO, Gerda Lucia Pinheiro et al. **Uma Análise das Funções Administrativas na Realidade Empresarial:** um estudo de caso na Sacoplast. 2007. Disponível em: <http://www.ogerente.com.br/novo/artigos_1er.php?canal=8&canallocal=29&canalsub2=94&id=641>. Acesso em: 14 maio 2016.

CLEMENTE, Ademir et al. **Perfil das Propriedades Rurais Familiares e Controle de Custos da Região Centro-Sul do Paraná.** Revista Custos e Agronegócio *On line*, v. 6, n. 3, set-dez, 2010. Disponível em: <<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero3v6/Perfil%20e%20controle%20de%20custos.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural:** uma abordagem decisoria. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

_____. **Contabilidade Rural:** Uma abordagem decisoria. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CUSTÓDIO, Ana Paula Padilha et al. **Gestão Financeira:** um estudo sobre a implantação de um sistema de gestão financeira na empresa Transernestoliver Ltda-Me. 2010. Revista Científica Unisalesiano, Lins, v. 1, n. 2, jul-dez, 2010. Disponível em: <<http://www.salesianolins.br/universitaria/artigos/no2/artigo19.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2016.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISAS AGROPECUÁRIAS – EMBRAPA. **O mercado lácteo brasileiro no cenário mundial.** 2010. Juiz de Fora. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/886169/1/CT104Kenya.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

_____. Panorama do Leite. Ano 8 nº 83 janeiro/2016. Boletim Eletrônico. Disponível em: <http://www.cileite.com.br/sites/default/files/2016_01_PanoramaLeite.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2016.

_____. Panorama do Leite. Ano 8 nº 84 Fevereiro/2016. Boletim Eletrônico. Disponível em: <http://www.cileite.com.br/sites/default/files/2016_02_PanoramaLeite_0.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2016.

_____. Panorama do Leite. Ano 8 nº 85 Março/2016. Boletim Eletrônico. Disponível em: <http://www.cileite.com.br/sites/default/files/2016_03_PanoramaLeite.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. **Sistema de Produção de leite:** alimentação. 2003. Disponível em: <<https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Leite/LeiteZonadaMataAtlantica/alimentacao3.html>>. Acesso em: 28 maio 2017.

GESTEIRA, Sandra. **Vacas leiteira precisam de período seco.** s.d. Disponível em: <<http://www.coasul.com.br/vacas-leiteiras-precisam-de-periodo-seco/>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

GROPPELLI, A. A.; NIKBAKHT, Ehsan. **Administração Financeira.** trad. Célio Knipel Moreira. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estatística de Produção Pecuária.** 2016. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Pecuaria/Fasciculo_Indicadores_IBGE/abate-leite-couro-ovos_201601caderno.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

_____. **Pesquisa da Pecuária Municipal**. 2012. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Pecuaria/Producao_da_Pecuaria_Municipal/2012/ppm2012.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. **Censo Agropecuário**. 2006. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=749>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

KRUGER, Silvana Dalmutt; MAZZIONI, Sady; BOETTCHER, Simoni Francieli. **A importância da contabilidade para a gestão das propriedades rurais**. 2009. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/download/944/944>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

LAMÊGO, Guilherme. **Como construir e utilizar o fluxo de caixa na gestão pecuária**. 2016. Disponível em: <<http://rehagro.com.br/como-construir-e-utilizar-o-fluxo-de-caixa-na-gestao-da-pecuaria/>>. Acesso em 18 jun. 2017.

MALAFIA, Guilherme Cunha; AZEVEDO, Denise Barros; SANTOS, Alessandra. **Modelo de Negócio na Agroindústria do leite no Estado do Rio Grande do Sul**. 2008. Revista Brasileira de Gestão de Negócios, São Paulo, v. 10, n. 29, p. 365-375, 2010. Disponível em: <<file:///C:/Users/Isabela/Downloads/DialnetModeloDeNegocioNaAgroindustriaDoLeiteNoEstadoDoRio-3152670.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2016

MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural: contabilidade agrícola; contabilidade da agropecuária**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MILKPOINT. **IBGE: produção de leite cresceu 2,7% em 2014, Sul tornou-se a maior região produtora**. 2015. Disponível em: <<http://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/girolacteo/ibge-producao-de-leite-cresceu-27-em-2014-sul-tornouse-a-maior-regiao-produtora97326n.aspx>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

MORAES, Bruna Márcia Machado et al. **A qualidade na produção leiteira e sua caracterização através dos produtores rurais do município de São Miguel das Missões/RS**. s.d. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/wpcontent/uploads/2014/05/201405277eeg-mesa21-qualidadeproducaoiteira.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

MORAES, Rafael Cacemiro; OLIVEIRA, Wdson. **A importância da gestão financeira nas empresas**. 2011. Revista Científica do Centro Universitário de Araras Dr. Edmundo Ulson, Araras, v. 5, n. 1, p. 51-58, 2011. Disponível em: <http://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol5_n1_2011/5_a_importancia_da_gestao.pdf>. Acesso em: 25 out. 2016.

NETTO, Francelino Goulart da Silva; BRITO, Luciana Gatto; FIGUEIRÓ, Marivaldo Rodrigues. **Comunicado Técnico 319: a ordenha da vaca**. 2006. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/24719/1/cot319-ordenhadavacaleiteira.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2017.

OLIVEIRA, Álvaro Guimarães de. **Contabilidade Financeira**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

POTRICH, Ani Caroline Grigion et al. **Política de Cobrança de Contas a Receber: um estudo de caso no comércio varejista de materiais de construção**. 2012. Revista Eletrônica de Sistemas e Gestão, Niterói, v. 7, n. 3, p. 392-401, 2012. Disponível em: <<http://www.revistasg.uff.br/index.php/sg/article/viewFile/V7N3A8/V7N3A8>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

RAUBER, Adriano José et al. **Gestão de Custos aplicado ao Agronegócio: culturas temporárias**. s.d. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos22005/386.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

REINERT, Nilséia; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor. **A Necessidade de Organização dos Controles Financeiros para uma Melhor Gestão de Empresas de Pequeno Porte**. s.d. Disponível em:

<<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VISeminario/Artigos%20apresentados%20em%20Comunicacao%20E7%F5es/ART%2011%20-%20%20A%20Necessidade%20de%20Organiza%20E7%E3o%20dos%20Controles%20Financeiros.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2016.

ROSS, Stephen A. et al. **Administração Financeira**. Trad. Evelyn Tesche et al. 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.

SANABRIA, Lana M. Abi et al. **Fluxo de Caixa: estrutura e importância dessa verdadeira bola de cristal para a empresa**. s.d. Disponível em: <<http://www.uninova.edu.br/Uni/Revista/artigos/artigo02.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

SANTOS, Cristiane Aparecida Alves et al. **Fluxo de Caixa**. 2010. Revista Científica do Unisalesiano: Universitário, Lins, v. 1, n. 1, jan/jun 2010. Disponível em: <<http://www.salesianolins.br/universitaria/docs/modeloArtigo.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

- SANVICENTE, Antônio Zoratto. **Administração Financeira**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Controle de Contas a Pagar**. 2016. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/control-de-contas-a-pagar,2d56164ce51b9410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 10 nov. 2016.
- SILVA, Edson Cordeiro da. **Como Administrar o Fluxo de Caixa das Empresas**: guia de sobrevivência empresarial. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- SILVA, Karin Fabiane Martinazzo. **Análise de Controle Interno**: estudo de caso no contas a pagar e receber das empresas Visaluz e Escola Shekinah. 2013. 43 f. Monografia apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Contábil e Financeira, Universidade Tecnológica do Paraná. Pato Branco, 2013. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br:8080/jspui/bitstream/1/1007/1/PB_EGCF_VIII_2013_13.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.
- SILVA, Raimundo Nonato Souza; LINS, Luiz dos Santos. **Gestão de Custos**: contabilidade, controle e análise. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- SOUZA PINTO, Mayara. **Legislação Sobre a Qualidade do Leite no Brasil**: Desafios de cumprimento dos índices de qualidade do leite impostos pela Instrução Normativa n^o 62/2011. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/painelsetorial/palestras/legislacao-sobrequalidade-do-leite-no-brasil-mayara-souza-pinto.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2016.
- SOUZA, Marcos Antônio; DIEHL, Carlos Alberto. **Gestão de Custos**: uma abordagem integrada entre contabilidade, engenharia e administração. São Paulo: Atlas, 2009.
- VARGAS, Evandro Sadi; FIEGENBAUM, Joel. **A evolução da agroindústria de laticínios no Brasil com base nos indicadores de estrutura, conduta e desempenho**. 2014. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rtee/article/viewFile/4475/2960>>. Acesso em: 10 abr. 2016.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- VIANA, Giomar; FERRAS, Robson Paulo Ribeiro. **A cadeia produtiva do leite**: um estudo sobre a organização da cadeia produtiva e sua importância para o desenvolvimento regional. 2007. Revista Capital Científico, Guarapuava - PR v.5 n.1 jan./dez. 2007 ISSN 1679-1991 Disponível em: <file:///C:/Users/Isabela/Downloads/Viana_Ferras_2007_A-cadeia-produtivado-leite--u_32980.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2016.
- VIANA, Giomar; RINALDI, Rúbia Nara. **Principais fatores que influenciam o desempenho da cadeia produtiva de leite** – um estudo de caso com os produtores de leite do município de laranjeiras do Sul-PR. 2010. Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 12, n. 2, p. 263-274, 2010. Disponível em: <http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/102016/2/2010_2.artigo7.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2016.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

ANÁLISE DE VIABILIDADE DA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS NA AGROINDÚSTRIA

VIABILITY ANALYSIS OF MAINTENANCE OF ELECTRONIC EQUIPMENT IN AGROINDUSTRY

Jordana Salete Romanelli, Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS, SC, Brasil,
jordana_romanelli@hotmail.com

Leandro Marcos Dallagnol, Universidade do Oeste de Santa Catarina, UNOESC, SC, Brasil,
leandro.dallagnol@unoesc.edu.br

Roberto Mauro Dallagnol, Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS, SC, Brasil,
roberto.dallagnol@uffs.edu.br

RESUMO

O estudo tem como objetivo analisar a manutenção de equipamentos eletrônicos, buscando apresentar se a manutenção deste é mais benéfica em oficina própria que a manutenção em empresas terceirizadas. Em um primeiro momento, foi realizada uma abordagem teórica sobre produção agroindustrial, manutenção industrial, custos e viabilidade econômica financeira, os quais norteiam a pesquisa. A metodologia se utilizou da pesquisa descritiva e comparativa, aplicada por intermédio de um estudo de caso, com coleta de dados primários e secundários, utilizando a pesquisa documental e a verificação *in loco*, onde foi possível a comparação dos resultados obtidos na manutenção em oficina própria e oficina terceirizada. Para tal propósito, se buscou analisar os seguintes objetivos de desempenho: qualidade, confiabilidade, velocidade, flexibilidade e custos. Por meio destes objetivos, foram selecionados indicadores para a avaliação das atividades de manutenção, os quais possibilitaram mensurar o quanto a manutenção de equipamentos eletrônicos impacta nos resultados da organização. Os resultados obtidos com os indicadores analisados apresentaram significativa diferença favorável à manutenção em oficina própria. Estes resultados nos levam a definição de que a manutenção de equipamentos eletrônicos realizada em oficina própria apresenta vantagens sobre a terceirização dos serviços.

Palavras-chave: Agroindústria. Custos. Manutenção.

ABSTRACT

The study aims to analyze the maintenance of electronic equipment, seeking to present if the maintenance of this is more beneficial in own workshop than maintenance in outsourced companies. At first, a theoretical approach was taken on agroindustrial production, industrial maintenance, costs and financial economic viability, which guide research. The methodology was based on descriptive and comparative research, applied through a case study, with primary and secondary data collection, using documentary research and on-site verification, where it was possible to compare the results obtained in the maintenance in own workshop And outsourced workshop. For this purpose, we sought to analyze the following performance objectives: quality, reliability, speed, flexibility and costs. Through these objectives, indicators were selected for the evaluation of maintenance activities, which made it possible to measure how much the maintenance of electronic equipment impacts on the results of the organization. The results obtained with the analyzed indicators presented a significant difference favorable to the maintenance in own workshop. These results lead us to the definition that the maintenance of electronic equipment carried out in own workshop has advantages over outsourcing of services.

Keywords: Agroindustry. Costs. Maintenance.

1 INTRODUÇÃO

A necessidade das organizações em se manterem em alerta é uma das consequências da evolução tecnológica que tem sido experimentada, de forma ampliada, pelo mercado. Avanços obrigam as organizações a novos esforços para a sobrevivência, onde se pode destacar três aspectos de natureza central e estratégica: manutenção e ampliação da qualidade; controle e redução de custos; e, velocidade de resposta. Nesse sentido, organizações centram seus esforços na relação tempo de produção e qualidade dos produtos através de modelos de programação da produção, que visam à redução de custos no processo produtivo, além de evitar gargalos e ineficiências.

Assim, a manutenção dos equipamentos se tornou um ponto fundamental a ser considerado pelos administradores. Segundo Linhares e Garcia (2004), a terceirização da manutenção passou por três grandes fases, a primeira foi de contratação de mão de obra direta, sem exigência de

qualificação, a segunda ocorreu por demanda de serviços, e a terceira por contratação de uma empresa para prestar os serviços de manutenção da planta industrial.

Muitas empresas buscam a terceirização de serviços acreditando que com isso conseguirão melhores resultados e a redução dos custos. Daí se originam questionamentos sobre até que ponto a terceirização é benéfica para a organização no sentido de reduzir efetivamente os seus custos?. E, diante dessa problemática, o presente estudo teve o objetivo de identificar a viabilidade da manutenção de equipamentos eletrônicos, em oficinas próprias em relação a terceirizadas, por INTERMÉDIO DE UM ESTUDO DE CASO EM UMA PLANTA AGROINDUSTRIAL.

2 A PRESENÇA DO AGRONEGÓCIO NA ECONOMIA NACIONAL

Considerado como um dos principais setores da economia brasileira, o agronegócio é responsável por parte significativa do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Segundo dados de pesquisas mensais realizadas pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (CEPEA/ESALQ-USP) em parceria com a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o agronegócio corresponde a mais de um quinto do PIB brasileiro, com destaque para o setor industrial que é responsável por cerca de um terço do valor produzido.

Vale destacar também, quanto ao porte das indústrias no Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio de duas portarias de 2010 e 2011, classifica o porte das empresas com base na Receita Operacional Bruta (ROB), e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), classifica as empresas com base no seu quadro de funcionários, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Classificação do porte das indústrias no Brasil.

Classificação	Receita operacional bruta anual	Nº empregados de
Microempresa	Menor ou igual a R\$ 2,4 milhões	Até 19
Pequena empresa	Maior que R\$ 2,4 milhões e menor ou igual a R\$ 16 milhões	De 20 a 99
Média empresa	Maior que R\$ 16 milhões e menor ou igual a R\$ 90 milhões	De 100 a 499
Média-grande empresa	Maior que R\$ 90 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões	-
Grande empresa	Maior que R\$ 300 milhões	Mais de 500

Fonte: Adaptado do BNDES e SEBRAE, 2015.

Cabe destacar a importância que o setor tem para o país, especialmente para a região onde o estudo está sendo aplicado. A instalação de frigoríficos impulsionou o crescimento econômico, social e populacional da região especialmente nas décadas de 1970 e 1980, onde as indústrias buscavam progressivamente a internacionalização de seus produtos, forçando o aumento da produção e transformação dos produtos (FUJITA, 2013).

3. O PROCESSO PRODUTIVO E AS PERDAS

Antunes et al. (2008) destacam que os agentes empresariais estão preocupados para fazer com que seus processos produtivos se alinhem às necessidades do mercado que estão inseridos, e para atingir tal objetivo buscam a modernização das técnicas e do processo produtivo. Para atualizar o processo de produção e o parque produtivo, os gestores das áreas devem estar atentos às características do mercado, bem como, às técnicas de produção que surgem a cada ciclo, não permitindo que o sistema de produção se torne obsoleto.

Para Ayres (2009), o sucesso de qualquer organização depende diretamente da qualidade e produtividade de seus processos. Todo processo, seja de produção ou prestação de serviços utiliza insumos, instrumentos de trabalho (como ferramentas, máquinas e equipamentos) e pessoas. Desse modo, a organização utiliza recursos que devem ser bem aproveitados e valorizados. A produtividade é composta da relação entre os recursos empregados no processo e os resultados obtidos. Ter grande produtividade é conseguir bons resultados, a partir de um conjunto de recursos disponíveis. É saber aproveitar bem os insumos, a capacidade dos equipamentos e sistemas, e o potencial humano a seu favor.

A produção não é uma área independente, recebe influência direta das demais áreas, e precisa destas para manter o processo produtivo funcionando. Conforme Pinto e Xavier (2009, p. 21) “a produção é, de maneira básica, composta pelas atividades de operação, manutenção e engenharia. Existem outras atividades que dão suporte a produção: suprimentos, inspeção de equipamentos, segurança industrial, entre outras”. Fusco e Sacomano (2007) salientam que a

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

produção possui objetivos operacionais, geralmente conflitantes entre si e com variação no tempo. São:

- Minimizar demoras e não atendimento das ordens de produção;
- Minimizar aquisições em estoques;
- Maximizar a disponibilidade e a utilização de máquinas e equipamentos;
- Maximizar a utilização de mão de obra;
- Minimizar o *lead time* de produção;
- Equilibrar a produção;
- Minimizar os custos do processo produtivo.

Alguns dos objetivos citados são comuns às áreas de vendas, produção e outros de finanças, em muitos casos, para atender a um deles, outros acabam prejudicados. O importante é que os custos totais sejam minimizados, ser eficiente e maximizar a produtividade (FUSCO; SACOMANO, 2007).

Pinto e Xavier (2009) baseados na visão da Manutenção Produtiva Total (TPM), que busca através da qualificação de seus funcionários e equipamentos de automação a eficácia das empresas, preparando e desenvolvendo seus funcionários para as fábricas do futuro, apresentam a abordagem de perdas:

Perdas por quebras: contribuem para a redução no desempenho operacional dos equipamentos. São dois tipos: a) perda por falha nos equipamentos; e, b) perda por degeneração gradativa, causando produtos defeituosos.

Perdas por mudanças de linha: estas perdas ocorrem com a mudança de linha. Inclui alterações nas máquinas, ajustes e regulagens necessárias.

Perdas por operação em vazio e pequenas paradas: são pequenas interrupções nos equipamentos ou mesmo na produção. Muitas vezes exigem ação imediata do operador para que a linha de produção volte a operar. Exemplos: a) entupimento no sistema de alimentação, causando operação em vazio; b) parada da linha de produção por sensores indicando produtos fora do padrão; e, c) desligamento de algum equipamento por sobrecarga.

Perdas por queda de velocidade de produção: são causadas por condições que induzem o trabalho a uma velocidade mais lenta, ocasionando perda. Exemplos: a) velocidade menor que 15% induzido por desgaste localizado; b) vibração intensa em algum equipamento a 100% de velocidade, mas com tolerância a 75% de velocidade; e, c) deficiência na refrigeração em dias de calor intenso, o que gera superaquecimento e requer funcionamento com 80% da velocidade;

Perdas por produtos defeituosos: são as perdas causadas por retrabalho e/ou descarte de produtos defeituosos, deve incluir tudo o que foi realizado além do planejado.

Perdas por queda no rendimento: são as perdas ocorridas pelo não aproveitamento da capacidade nominal dos equipamentos e sistemas do processo produtivo, provenientes de problemas operacionais. São exemplos: a) ausência de matéria-prima; e, b) instabilidade operacional;

Para as equipes de manutenção, uma situação que gera muita dor de cabeça é a ocorrência de falhas nos equipamentos, principalmente as que surgem quando a produção não pode ter interrupções. Todo defeito é sempre algo indesejado, e por isso não pode ser considerado uma situação do cotidiano, é sempre algo que necessita de uma atenção especial para que não volte a ocorrer (XENOS, 2004). Nesse contexto, parada de produção ou tempo de interrupção do equipamento, pode ser entendido como “o tempo total em que a máquina está em manutenção corretiva ou preventiva até o momento em que o equipamento retorna ao estado operacional normal” (COSTA JUNIOR, 2008, p. 132).

As falhas que se apresentam por mais vezes são as que mais preocupam o departamento de manutenção, mas, para Xenos (2004), não necessariamente são as que mais interrompem a produção, porém, elas forçam as equipes de manutenção a se deslocar constantemente para a produção, não permitindo que a equipe de manutenção investigue profundamente qual a sua causa principal.

Por outro lado, naturalmente, as falhas que param a produção por mais tempo são as que mais chamam a atenção da equipe de manutenção, negligenciando as paradas mais curtas. Essas grandes paradas podem resultar em elevadas perdas de produção e/ou custos de reparo do equipamento e devem ser combatidas com prioridade (XENOS, 2004).

4. A MANUTENÇÃO INDUSTRIAL

A atividade de manutenção deve deixar de ser apenas eficiente para se tornar eficaz. Ou seja, não basta apenas consertar o equipamento ou a instalação no menor tempo possível, é necessário que o equipamento esteja disponível para a operação, tentar evitar as falhas indesejadas e diminuir os riscos de uma interrupção de produção não planejada (PINTO; XAVIER, 2009). Nesse

âmbito, Pinto e Xavier (2009) comentam que a missão da manutenção é garantir a disponibilidade e função dos equipamentos e instalações de forma a atender ao processo produtivo e preservar o meio ambiente, com confiabilidade, segurança e ao menor custo possível.

A manutenção traz inúmeros benefícios para as organizações, Costa Junior (2008) apresenta alguns:

- Aumento da segurança: um equipamento em perfeitas condições de funcionamento traz segurança para o operador e para os processos;
- Melhoria da qualidade: equipamentos ajustados segundo as especificações técnicas garantem a qualidade desejada ao produto;
- Aumento da confiabilidade: quanto menores forem as interrupções para a manutenção de equipamentos, maior será a taxa de utilização e disponibilidade do mesmo;
- Redução de custos: todas as atividades de manutenção representam custos para a organização, seja pelo tempo de interrupção do equipamento, pelos custos de reposição das peças, ou pela mão de obra da produção que fica ociosa durante esse processo.

Segundo Branco Filho (2008), da gestão da manutenção espera-se que atinja alguns objetivos estratégicos: redução da perda de tempo e aumento na eficiência da mão de obra, padronização de tarefas e diminuir os desvios das metas por meio de medidas de correção das atividades da manutenção.

Dentre estes objetivos estratégicos, está a decisão de terceirizar ou não seus serviços, ou parte deles. Para Polonio (2000, p. 97) “o objetivo de um processo de terceirização é a liberação da empresa da realização de atividades consideradas acessórias (ou atividades meios), permitindo que a administração concentre suas energias e criatividade nas atividades essenciais”. Nessa perspectiva, Giosa (1997) salienta que a terceirização pode ser um importante instrumento de gestão empresarial se adotada com excelência, precisão e competência.

É importante destacar que a terceirização não busca somente a redução de custos, esta deve ser percebida como consequência do processo. Há situações em que se percebe um aumento dos custos administrativos e operacionais em vez de sua redução. O que deve ser considerada é a relação “custo x benefício” da qualidade, eficiência e produtividade como resultado da concentração de esforços da organização nas atividades fins (POLONIO, 2000).

5. POLÍTICAS DE MANUTENÇÃO

Slack, Chambers e Johnston (2009) comentam que cada estratégia de manutenção é recomendada para determinada circunstância. Os autores argumentam que é comum a utilização de combinações entre as políticas de manutenções em razão das diferentes particularidades dos equipamentos. A Figura 1 apresenta características de cada política de manutenção.

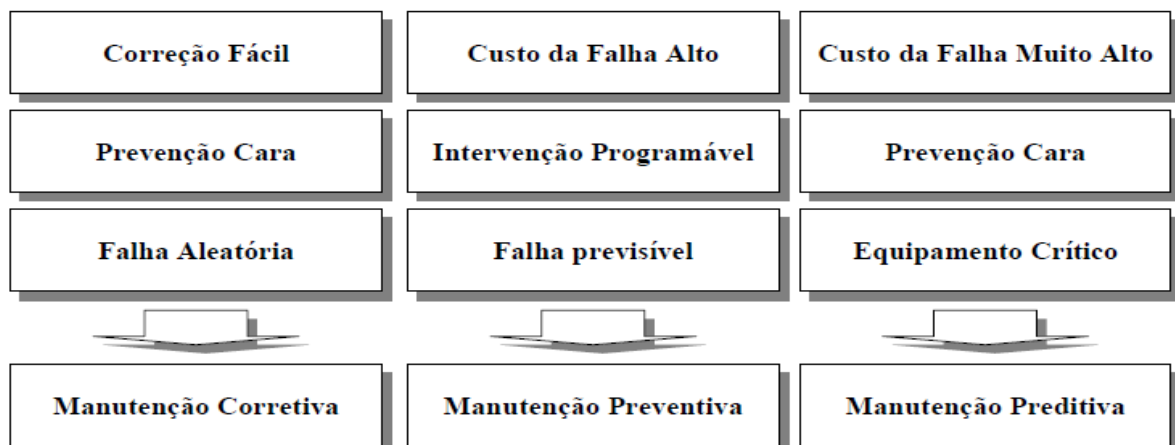


Figura 1- Utilização das políticas de manutenção. Fonte: Santos (2006), elaborado a partir de Slack, Chambers e Jhonston (2009).

A manutenção corretiva pode ser entendida como um conjunto de ações necessárias para fazer com que um sistema falho volte ao estado operacional ou disponível. A frequência da manutenção corretiva irá depender da confiabilidade do equipamento, onde as ações de manutenção corretiva ocorrem sem planejamento e quando menos se deseja (LAFRAIA, 2014). Ela não é somente aquela manutenção emergencial quando é detectado algum defeito ou problema no equipamento. Segundo Pinto e Xavier (2009) podem existir duas condições para que haja a manutenção corretiva, a primeira é quando há ocorrência de falhas no equipamento (manutenção corretiva não planejada), e

a segunda é quando se percebe uma deficiência no desempenho do equipamento (manutenção corretiva planejada).

Para Pinto e Xavier (2009, p. 42), a “manutenção preventiva é a atuação realizada de forma a reduzir ou evitar a falha ou queda no desempenho, obedecendo a um plano previamente elaborado, baseado em intervalos definidos de tempo”. As ações preventivas podem custar caro, mas, na maioria das vezes esse valor é inferior à ocorrência de falha. Portanto, os gestores devem estar cientes que investir em ações preventivas apresenta vantagens, principalmente do ponto de vista econômico e de segurança (XENOS, 2004).

A manutenção preditiva “é a atuação realizada com base na modificação de parâmetro de condição ou desempenho, cujo acompanhamento obedece a uma sistemática” (PINTO; XAVIER, 2009, p. 44). Viana (2012) afirma que o principal objetivo da manutenção preditiva é estabelecer o tempo necessário para a intervenção mantenedora, com isso, evitando desmontagens para inspeção, e utilizar o componente até o limite de sua vida útil.

6. CUSTOS DE MANUTENÇÃO

Gerenciar os custos é uma tarefa difícil para qualquer gestor, uma vez que exige extremo conhecimento e controle dos processos pertinentes do departamento ao qual pertence, e com a manutenção não é diferente.

Pinto e Xavier (2009) relatam que os custos de manutenção são classificados em três grandes famílias, sendo:

- Custos diretos – são aqueles necessários para manter os equipamentos em funcionamento. Neles se incluem os custos com mão de obra própria, materiais sobressalentes, materiais de consumo, serviços executados externamente e internamente por terceiros;
- Custos de perda de produção – são aqueles oriundos de perda de produção. São causados pela falha do equipamento principal, sem que haja um equipamento reserva para substituição, e quando a causa determinante da falha tenha sido por ação imprópria da manutenção;
- Custos indiretos – são os relacionados à estrutura gerencial e de apoio administrativo, custos com estudos de melhoria e análises, supervisão, engenharia de manutenção, entre outros. Também devem ser considerados custos com aquisição de equipamentos, instrumentos, ferramentas, e custos com depreciação, amortização, energia elétrica e outras utilidades.

Com o objetivo de fazer com que cada área se comprometa mais com o controle de seus gastos, várias organizações vêm investindo em abordagens orientadas por custos para melhorar esse tipo de controle, adaptando cada departamento ou unidade de trabalho por centro de custo. A partir daí cada centro de custo será responsável pela gestão de custos de seu departamento ou unidade de trabalho (SOBRAL; PECCI, 2008).

7. ANÁLISE DE VIABILIDADE DA MANUTENÇÃO

Analisar a viabilidade de manutenção não é uma tarefa fácil, deve-se levar em conta todos os fatores que envolvem essa atividade, os impactos que ela gera no processo produtivo. Por isso, é importante considerar demais elementos na análise, além dos puramente financeiros.

Em virtude das rápidas e recentes mudanças da globalização e da necessidade das organizações em atingir o conceito de empresa classe mundial, a literatura especializada e as organizações têm buscado as melhores técnicas para o controle e a avaliação de seus processos, inseridos a partir de seus planos estratégicos, procurando obter um diferencial competitivo para garantir o sucesso organizacional (BIASOTTO, 2006). Com isso, muitas organizações buscam o gerenciamento de seus processos por meio de sistemas de medição por indicadores e utilização de relatórios gerenciais.

Para Tavares (1996), esses relatórios devem ser objetivos e sucintos para facilitar a análise, e orientados para obter o maior aproveitamento possível dos recursos disponíveis, bem como, proporcionar maior segurança e satisfação aos funcionários no desempenho de suas funções. Santos (2010) comenta que a utilização de indicadores é uma ferramenta valiosa para a gestão empresarial, pois permite acompanhar a evolução dos objetivos organizacionais definidos no planejamento estratégico. Os indicadores permitem analisar o desempenho de uma organização a partir de referências ou metas estabelecidas.

Rosa (2006) corrobora com a ideia, afirmando que os indicadores têm como finalidade básica a quantificação das atividades de serviço ou produção. Eles possibilitam uma visão clara e objetiva do direcionamento gerencial da empresa e de casuais anomalias que destoam das metas e objetivos traçados.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

7.1 MODELO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO SEGUNDO SLACK

Existem, de acordo com Slack (1993), cinco elementos de desempenho (qualidade, velocidade, confiabilidade, flexibilidade, custos) que devem ser considerados para que a produção contribua de forma significativa para o desenvolvimento do sistema, incorporando vantagem competitiva para a empresa. Rosa (2006) apresenta, a partir de Slack (1993), indicadores para acompanhar o desempenho das atividades de manutenção.

A qualidade pode ser entendida como a ausência de erros no desenvolvimento dos produtos. Assim sendo, a qualidade pode melhorar outros aspectos do desempenho da organização, além de buscar a eliminação de erros e/ou falhas nos serviços de intervenção de manutenção (SLACK, 1993). O Quadro 2 segue com os indicadores da qualidade.

Quadro 2 - Indicadores para o gerenciamento da qualidade

SIGLA	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
IOP	Indisponibilidade Operacional (%)	$IOP = \frac{\Sigma(HP)}{\Sigma(HS)}$
EGE	Eficácia Global dos Equipamentos (%)	$EGE = DOP \times ROP \times IAP$
DOP	Disponibilidade Operacional (%)	$DOP = 1 - IOP$
ROP	Rendimento Operacional (%)	$ROP = \frac{\Sigma(HPL)}{\Sigma(HS)}$
IAP	Índice de Aprovação (%)	$IAP = \frac{\Sigma(Q - q)}{\Sigma(Q)}$
IRP	Índice de Reprovação (%)	$IRP = 1 - IAP$
HP	Horas Paralisadas (h)	Σ HP no período

Fonte: Adaptado de Rosa (2006) a partir de Slack (1993).

A velocidade na manutenção tem como objetivo restaurar no menor tempo possível a prontidão funcional dos equipamentos (SLACK, 1993). Ela pode ser gerenciada por meio dos indicadores apresentados no Quadro 3.

Quadro 3 - Indicadores para o gerenciamento da velocidade

SIGLA	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
TMDR	Tempo Médio de Reparo (h)	$TMDR = \frac{\Sigma(HCI)}{\Sigma(NI)}$
IPR	Indisponibilidade Programada (%)	$IPR = \frac{\Sigma(HMP)}{\Sigma(HS)}$
VAT	Velocidade de Atendimento (%)	$VAT = \frac{\Sigma(HPI)}{\Sigma(HCI)}$
DIP	Disponibilidade Programada (%)	$DIP = 1 - IPR$
NI	Número de Intervenções (u)	Σ NI no período
HCI	Horas Consumidas por Intervenções (h)	Σ HCI no período

Fonte: Adaptado de Rosa (2006) a partir de Slack (1993).

A confiabilidade da manutenção passa diretamente pela disponibilidade e desempenho dos equipamentos (SLACK, 1993), e pode ser medida pelos indicadores do Quadro 4:

Quadro 4 - Indicadores para o gerenciamento da confiabilidade

SIGLA	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
TMEF	Tempo Médio entre Falhas (h)	$TMEF = \frac{\Sigma(HS)}{\Sigma(NF)}$
IRE	Índice de Risco de Equipamento (%)	$IRE = \Sigma(IRF) = \Sigma[\Sigma(OxGxD)]$
IFO	Indisponibilidade Forçada (%)	$IFO = \frac{\Sigma(HMC)}{\Sigma(HS)}$
NF	Número de Falhas (u)	Σ NF no período
HMC	Horas de Manutenção Corretiva (h)	Σ HMC no período
DIF	Disponibilidade Forçada (%)	$DIF = 1 - IFO$

Fonte: Adaptado de Rosa (2006) a partir de Slack (1993).

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Para Slack (1993) a flexibilidade reflete o poder que a equipe de manutenção tem para se adaptar a qualquer tipo de serviço, bem como a agilidade para efetuar o diagnóstico das falhas. O gerenciamento da flexibilidade de manutenção pode ser realizado pelos indicadores apresentados no Quadro 5:

Quadro 5 - Indicadores para o gerenciamento da flexibilidade

SIGLA	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
TPE	Taxa de Polivalência das Equipes (%)	$TPE = \frac{\Sigma(NIRE)}{\Sigma(NTIR)}$
TRT	Taxa de Realização de Treinamento (%)	$TRT = \frac{HTR}{HTP}$
TRSM	Taxa de Reatividade dos Serviços de Manutenção (%)	$TRSM = \frac{NORR}{NSRR}$

Fonte: Adaptado de Rosa (2006) a partir de Slack (1993).

O custo é afetado pelos demais objetivos de desempenho apresentados, todos eles se apoiam e reforçam uns aos outros, resultando neste objetivo de desempenho (SLACK, 1993). O custo pode ser medido pelos indicadores expostos no Quadro 6:

Quadro 6 - Indicadores para o gerenciamento de custos

SIGLA	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
CTM	Custo Total de Manutenção (R\$)	$CTM = CAA + CMC + CMP + CPP$
CTMUP	Custo Total de Manutenção por Unidade Produzida (R\$/u)	$CTMUP = \frac{CTM}{\Sigma(Q)}$
CMUP	Custo de Manutenção por Unidade de Produto (R\$/u)	$CMUP = \frac{CHA \times HS}{Q}$
CPP	Custo de Paralisação da Produção (R\$)	$CPP = \Sigma(CNP)$
CAA	Custo das Atividades de Apoio (R\$)	$CAA = CHA \times HAA$
CMC	Custo da Manutenção Corretiva (R\$)	$CMC = CHA \times \Sigma(HMC)$
CMP	Custo da Manutenção Preventiva (R\$)	$CMP = CHA \times \Sigma(HMP)$
CHA	Custo Horário das Atividades de Manutenção (R\$/h)	$CHA = \frac{\Sigma(R)}{H}$
CHS	Custo da Hora em Serviço dos Equipamentos (R\$/h)	$CHS = \frac{CTM}{\Sigma(HS)}$

Fonte: Adaptado de Rosa (2006) a partir de Slack (1993).

Diante do exposto, o modelo de avaliação de Slack se revela uma importante ferramenta de gestão, pois se utiliza de cinco objetivos de desempenho os quais combinados com o uso de indicadores adequados, fornecem maior controle e acompanhamento dos processos e resultados da organização.

A utilização de indicadores nas organizações proporciona aos gestores informações valiosas e precisas para a gestão organizacional. Em face disso, o conjunto de indicadores apresentado por Rosa (2006) se revela o mais completo, pois sugere uma maior amplitude de análises recomendadas, baseadas em cinco objetivos de desempenho, os quais conferem informações importantes para a análise de viabilidade dos processos.

8 METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza quanto a sua natureza como aplicada, pois busca um resultado, realizando para isso um estudo comparativo, com o intuito de responder o problema de pesquisa. Gil (2010) destaca que a pesquisa aplicada é aquela que busca conhecimento a fim de solucionar um problema ou caso específico.

O estudo apresenta característica qualitativa, se adequando a realidade encontrada e aprofundando-se na disponibilidade de material (GUERRA, 2006), se pautando pela busca de conhecimento sobre o tema proposto sem a adoção da perspectiva estatística. Quanto aos meios, o estudo fez uso de pesquisa bibliográfica, se utilizando de procedimentos de pesquisa documental, e de campo, por intermédio de um estudo de caso.

Já quanto aos fins, a investigação se caracteriza como descritiva e comparativa. Descritiva pelo fato de a mesma procurar conhecer a realidade a ser estudada, bem como as suas características e problemas, conforme afirma Zanella (2007). Comparativa, pois busca a investigação de indivíduos, fatos ou fenômenos, com o intuito de ressaltar as diferenças e similaridades entre eles. Este estudo é eficaz para tratar situações que envolvam escolha e opção entre custos, medidas, táticas organizacionais, estratégias e outros (MICHEL, 2009).

A pesquisa considerou como unidade de análise uma agroindústria localizada na cidade de Chapecó-SC, onde foram obtidos os dados necessários para a realização do estudo comparativo. Com o intuito de preservar o sigilo quanto à origem dos dados e imagem da organização envolvida no estudo, a mesma foi nominada de Empresa X.

Em relação a técnica de coleta de dados, o estudo fez uso de dados primários e secundários, utilizando a pesquisa documental e a verificação *in loco*.

8.1 ESTRUTURAÇÃO DO ROTEIRO DE ANÁLISE

Além de o estudo possuir foco na manutenção industrial, também houve uma preocupação em identificar os impactos que a manutenção traz à produção agroindustrial, indicando autores que abordam aspectos do processo produtivo e os impactos que as paradas de produção causam nos resultados da organização. Também, se buscou autores que apresentassem alternativas de analisar a viabilidade de manutenção em oficina própria, comparativamente com o serviço terceirizado.

O roteiro de análise proposto se sustenta na identificação de indicadores tangíveis para a análise comparativa, a partir de um extrato, com foco na manutenção industrial, decorrente de uma base de indicadores para a avaliação do desempenho organizacional apresentado por Rosa (2006), a partir do modelo de avaliação proposto por Slack (1993).

O modelo de avaliação escolhido serviu de suporte para se alcançar o traçado nos objetivos, geral e específicos do trabalho. Primeiramente, porque os elementos de desempenho apresentados mostram como a função manutenção deve ser estruturada e gerenciada. Buscam explicar, também, como o setor pode agregar para o desempenho da produção e da organização em geral. Desse modo, com base no modelo exposto, foram escolhidos os cinco objetivos de desempenho de Slack (qualidade, velocidade, confiabilidade, flexibilidade e custos), por apresentarem relação com o estudo, estes foram ajustados para a finalidade da pesquisa, com ênfase na manutenção industrial.

Convém ressaltar, que o foco deste estudo está centrado na identificação de indicadores para medir o desempenho dos processos de manutenção. A finalidade, conforme já exposto, é a verificação de viabilidade da manutenção eletrônica em oficina própria *versus* manutenção em oficina terceirizada, portanto, apresenta ênfase na manutenção corretiva.

A escolha pelos indicadores buscou medir elementos de impacto para o processo produtivo que foram abordados no referencial teórico, tais como: tempo de atendimento, qualidade dos serviços de manutenção, indisponibilidade dos equipamentos, paralisação da produção, perdas de produção e custos de manutenção. Nestas condições, o modelo escolhido foi considerado o mais adequado para esta pesquisa.

Desta forma, o Quadro 11 apresenta a seleção dos indicadores de desempenho escolhidos por apresentarem relação direta com o escopo do trabalho.

Quadro 7- Seleção dos indicadores de desempenho

OBJETIVO DE DESEMPENHO	SIGLA	DESCRIÇÃO	RELAÇÃO COM O ESCOPO DO TRABALHO
Qualidade	IOP	Indisponibilidade Operacional	✓
	EGE	Eficácia Global dos Equipamentos	✗
	DOP	Disponibilidade Operacional	✗
	ROP	Rendimento Operacional	✗
	IAP	Índice de Aprovação	✗
	IRP	Índice de Reprovação	✗
	HP	Horas Paralisadas	✓
Velocidade	TMDR	Tempo Médio de Reparo	✓
	IPR	Indisponibilidade Programada	✗
	VAT	Velocidade de Atendimento	✓

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

OBJETIVO DE DESEMPENHO	SIGLA	DESCRIÇÃO	RELAÇÃO COM O ESCOPO DO TRABALHO
	DIP	Disponibilidade Programada	✗
	NI	Número de Intervenções	✓
	HCI	Horas Consumidas por Intervenções	✓
Confiabilidade	TMEF	Tempo Médio entre Falhas	✗
	IRE	Índice de Risco de Equipamento	✗
	IFO	Indisponibilidade Forçada	✓
	NF	Número de Falhas	✗
	HMC	Horas de Manutenção Corretiva	✓
	DIF	Disponibilidade Forçada	✗
Flexibilidade	TPE	Taxa de Polivalência das Equipes	✗
	TRT	Taxa de Realização de Treinamento	✗
	TRSM	Taxa de Reatividade dos Serviços de Manutenção	✓
Custos	CTM	Custo Total de Manutenção	✗
	CTMUP	Custo Total de Manutenção por Unidade Produzida	✗
	CMUP	Custo de Manutenção por Unidade de Produto	✓
	CPP	Custo de Paralisação da Produção	✓
	CAA	Custo das Atividades de Apoio	✗
	CMC	Custo da Manutenção Corretiva	✓
	CMP	Custo da Manutenção Preventiva	✗
	CHA	Custo Horário das Atividades de Manutenção	✓
CHS	Custo da Hora em Serviço dos Equipamentos	✓	

Fonte: Adaptado de Rosa (2006).

Nota: Atribuiu-se o símbolo ✓ para “relaciona” e o símbolo ✗ para “não se relaciona” com o escopo do trabalho.

A seleção dos indicadores possibilitou o inter-relacionamento entre eles, por mediação dos objetivos de desempenho considerados. Assim, os objetivos apresentados possibilitaram medir a performance dos processos de manutenção para se chegar aos resultados da pesquisa.

Também, os indicadores são de fácil compreensão, levantamento e uso.

9 RESULTADOS

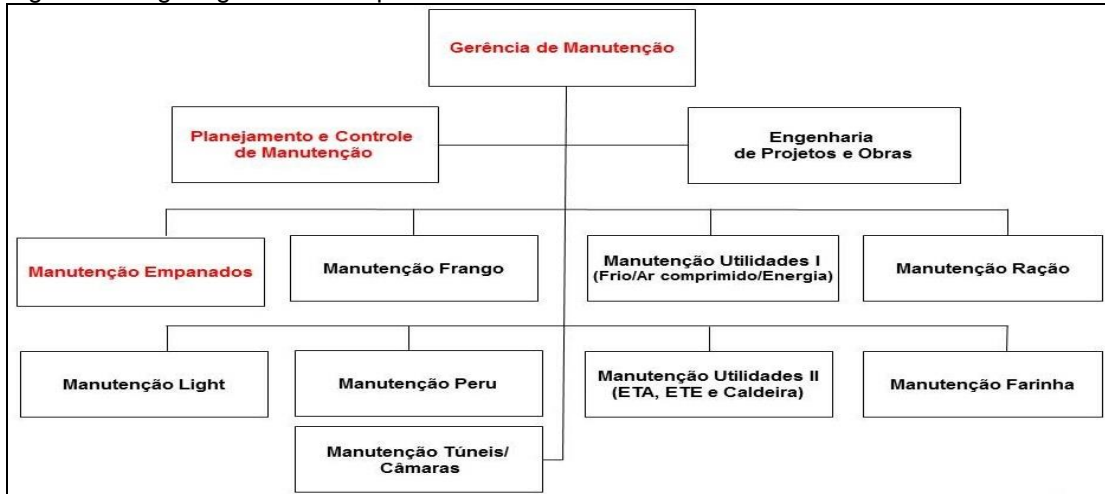
Este capítulo contempla a descrição e análise dos resultados obtidos com a pesquisa. A apresentação dos dados foi organizada conforme o roteiro proposto para a análise dos dados.

9.1 INFORMAÇÕES GERAIS DA ORGANIZAÇÃO

A Empresa X é uma empresa agroindustrial do setor alimentício, que atua nos segmentos de carnes, leites, massas e derivados. É uma das maiores empresas exportadoras do mundo, e também considerada uma das maiores empregadoras do país.

O estudo foi realizado no setor de manutenção da Empresa X. O departamento é composto pela gerência de manutenção, que tem como suporte a engenharia e o PCM. Também são ligados à gerência de manutenção nove supervisões de manutenção, cada uma responsável por um departamento específico, como pode ser observado na Figura 2.

Figura 1 - Organograma da Empresa X



Fonte: Dados secundários, Empresa X (2016).

O recorte para este estudo fez uso das informações da manutenção de apoio à supervisão de produção de empanados, e também, da eletrônica, que conta com apenas um funcionário e está alocada na estrutura de PCM. O qual atua junto com a gerência de manutenção, no planejamento e controle dos recursos materiais, financeiros e humanos. É responsável também, pelas atividades de apoio de usinagem e eletrônica, as quais prestam serviços a todas as demais áreas de manutenção.

O departamento de produção de Empanados opera com cinco linhas de produção, em dois turnos de trabalho, são aproximadamente 435 equipamentos instalados aos quais a manutenção presta assistência. Também, são produzidos cerca de 32 tipos de produtos diferentes.

Para atender a demanda, a manutenção de empanados possui no quadro de funcionários cerca de trinta colaboradores que atuam em três turnos de trabalho, com o objetivo central de atender as necessidades da produção.

9.2 PROCESSO DE MANUTENÇÃO DA EMPRESA X

As solicitações de serviço ocorrem a partir de uma anomalia verificada no processo produtivo, estas anomalias devem ser imediatamente informadas à equipe de manutenção por meio da abertura de uma nota, para que a manutenção atue sobre a causa/falha até restaurar a função do equipamento. Todas as solicitações de serviço devem conter obrigatoriamente as seguintes informações:

- Tipo de nota (M1, M2, M3);
- Descrição do problema;
- Identificação do equipamento (Local de instalação e código do equipamento);
- GPM (grupo de planejamento);
- Centro de trabalho do executante;
- Autor da nota;
- Prioridade sugerida.

Os serviços que precisam de uma ação imediata (emergência e não programada) devem ser encaminhados diretamente para a equipe de pronto atendimento para execução das atividades, por isso é de extrema importância que a nota seja preenchida corretamente e com o maior número de detalhes possível. O próprio solicitante do serviço deve sugerir a prioridade da nota.

Com a nota aberta, a equipe de manutenção de pronto atendimento (MPA) poderá abrir a ordem de serviço, nesta serão lançadas as horas trabalhadas, além de servir para requisição de materiais e serviços utilizados na execução da tarefa.

As equipes de MPA utilizam basicamente dois tipos de manutenção: corretivas não programadas (NP) e emergências (EM). Caso alguma atividade fique pendente ao final do turno de trabalho, esta deverá ser repassada ao turno seguinte para solução do problema/anomalia.

Se as equipes de manutenção de pronto atendimento não conseguirem executar o reparo no equipamento de imediato, este será encaminhado para a eletrônica local. Sendo que, quando não existia a eletrônica interna, o equipamento era encaminhado para empresas terceiras de manutenção eletrônica industrial. Convém ressaltar, que o processo de solicitação de serviço descrito prioriza as solicitações de manutenção corretiva, foco do estudo.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

9.3 INDICADORES

Os indicadores a seguir estão apresentados de acordo com o objetivo de desempenho. Os dados correspondem ao ano de 2015, onde os meses de janeiro a junho representam os serviços de manutenção eletrônica terceirizada, e os meses de julho a dezembro representam os serviços realizados em oficina própria.

O Quadro 12 apresenta uma matriz comparativa dos resultados dos indicadores relacionados com cada objetivo de desempenho correspondente, estes resultados correspondem à média semestral de cada indicador no período estudado.

A coluna relação com o indicador apresenta qual o melhor resultado para o indicador. Por exemplo, na indisponibilidade operacional, quanto menor este índice melhor, pois implica em menos tempo de paralisação da produção, ao contrário da velocidade de atendimento, quanto maior o resultado melhor, isso significa um atendimento com maior agilidade.



Quadro 8 – Matriz comparativa dos resultados da pesquisa

OBJETIVO DE DESEMPENHO	INDICADOR	RELAÇÃO COM O INDICADOR	MANUTENÇÃO TERCEIRIZADA	MANUTENÇÃO EM OFICINA PRÓPRIA	VARIAÇÃO DO INDICADOR
Qualidade	IOP	Quanto menor	28,79 %	19,14%	-33,52%
	HP	Quanto menor	485,86 h	309,89 h	-36,22%
Velocidade	TMDR	Quanto menor	22,35 d	6,96 h	-98,70%
	VAT	Quanto maior melhor	58,46 %	102,76 %	75,78%
	NI	Quanto menor	14 unid.	13 unid.	-7,14%
	HCI	Quanto menor	7592,00 h	87,7 h	-98,84%
Confiabilidade	IFO Total	Quanto menor	2,29%	1,62%	-29,26%
	IFO Eletrônica	Quanto menor	0,47%	0,30%	-36,17%
	HMC Total	Quanto menor	40,12 h	26,34 h	-34,35%
	HMC Eletrônica	Quanto menor	8,05 h	5,09 h	-36,77%
Flexibilidade	TRSM	Quanto maior melhor	84,61 %	96,81%	14,42%
Custos	CMUP	Quanto menor	R\$ 0,100648/u	R\$ 0,012525/u	-87,56%
	CPP Total	Quanto menor	R\$ 1.058.985,93	R\$ 698.121,30	-34,08%
	CPP Eletrônica	Quanto menor	R\$ 212.471,70	R\$ 134.389,45	-36,75%
	CMC	Quanto menor	R\$ 1019,82	R\$ 96,40	-90,55%
	CHA	Quanto menor	R\$ 125,64/h	R\$ 18,97/h	-84,90%
	CHS	Quanto menor	R\$ 136,38/h	R\$ 118,29/h	-13,26%

Fonte: Dados primários (2016).

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Nota: Atribuiu-se o símbolo  para “pior resultado” e o símbolo  para “melhor resultado” no período.

Todos os indicadores apontam a manutenção realizada em oficina própria com o melhor desempenho. Em parte se deve ao fato de que os indicadores estão interligados, subsidiando-se uns aos outros, se uma das variáveis se modifica em consequência as demais também sofrem interferência. Desse modo, a integração dos indicadores se estabelece através dos objetivos de desempenho, como pode ser observado a seguir.

A qualidade é um fator crítico para o sucesso da organização, esta afeta diretamente a satisfação do usuário, no caso da manutenção, a produção. A qualidade nos serviços de manutenção é entendida como a ausência de erros ou falhas, e operações sem interrupções com alta disponibilidade operacional. Quando esta qualidade não é atingida, isso implica em custos com retrabalhos, má utilização da capacidade produtiva, tempo ocioso, além de impactar diretamente nas metas de produção e vendas, como prazo de entrega, produtividade no período, entre outros.

Os índices selecionados para medir o desempenho da qualidade foram as horas paralisadas e a indisponibilidade operacional, estas apresentaram uma redução de 36% e 34% respectivamente após o início das atividades de manutenção eletrônica serem realizadas oficina própria, um resultado bom, pois resulta em menos ociosidade da produção, e consequentemente afeta positivamente os demais objetivos de desempenho.

As horas paralisadas de produção impactam diretamente no resultado da organização, estas incluem as paralisações para reparos de equipamentos e a logística de suprimentos e pessoal, além disso, é base para o cálculo da indisponibilidade operacional. A velocidade significa respostas rápidas, agilidade nos serviços de manutenção, diz respeito à prontidão da manutenção em restaurar o funcionamento dos equipamentos, nesse sentido, pode ser considerada como uma medida de eficiência.

Os índices de velocidade utilizados no estudo foram o TMDR, VAT, NI e HCI, novamente todos apontam melhores resultados para a manutenção em oficina própria e são importantes, pois se relacionam diretamente com as horas paralisadas. Pode-se destacar que as principais diferenças em se realizar a manutenção em oficina própria nesse aspecto, são as questões de ordem burocrática e também a concorrência com outras empresas, que no caso dos serviços terceirizados existem e acabam onerando o processo de reparo dos equipamentos.

O TMDR tem por objetivo medir a rapidez com que a equipe de manutenção realiza o reparo no equipamento, este possui relação com o VAT quando ambos buscam monitorar a prontidão das equipes de manutenção. Para isso, a velocidade de atendimento compara os tempos previstos para intervenções com o tempo realmente gasto. O número de intervenções, assim como as horas consumidas em intervenções são ótimos parâmetros para realizar a análise comparativa entre a manutenção eletrônica interna e a terceirizada, pois são fatores que medem a velocidade dos serviços de manutenção.

A confiabilidade pode ser definida como a disponibilidade dos ativos, uma baixa taxa de falhas reduz as interrupções das atividades de produção, e consequentemente reduz as perdas de produtividade. Em virtude disso, os índices de indisponibilidade forçada e HMC medem a confiabilidade dos processos, por tratarem da manutenção corretiva, aquela que ocorre por uma falha não planejada no processo produtivo.

A indisponibilidade forçada resulta do tempo de não funcionamento dos ativos devido às intervenções corretivas, pois utiliza em seu cálculo as HMC, que podem ser caracterizadas por anomalias de origem mecânica, elétrica ou eletrônica. No período estudado estes indicadores apresentaram redução de cerca de 29% na IFO total de manutenção e 36% na IFO de manutenção de origem eletrônica, também apresentam redução de 34% para HMC total de manutenção e 37% para HMC de origem eletrônica, valores próximos pelo fato das variáveis se relacionarem.

A flexibilidade dos serviços de manutenção pode ser entendida como a habilidade das equipes de manutenção em efetuar qualquer tipo de intervenção nos equipamentos e máquinas. Nesse estudo, ela é medida pela taxa de reatividade dos serviços de manutenção, o qual relaciona o número de solicitações recebidas com as executadas no período, isso reflete a rapidez no diagnóstico das falhas. À medida que esse índice diminui, afeta a flexibilidade dos serviços, além de influenciar negativamente os demais objetivos de desempenho.

Pode-se destacar que os objetivos de desempenho apresentados influenciam uns aos outros, dessa forma, a soma dos resultados das variáveis, qualidade, velocidade, confiabilidade e flexibilidade interferem nos custos.

Os indicadores de custos são de grande importância para as análises, o CMUP demonstra quanto o custo de manutenção contribui no custo de fabricação de um determinado produto. Já o

custo de paralisação da produção é contabilizado pelo custo da não produção, este representa o custo de oportunidade das vendas dos produtos que deixaram de ser produzidos em decorrências das horas de paralisação da produção. O custo da manutenção corretiva e o custo hora das atividades de manutenção também são boas referências para comparar os serviços realizados em oficina própria com os serviços terceirizados. O CHS representa o custo da hora em serviço dos equipamentos, denota o esforço do setor em manter os equipamentos em funcionamento.

Os resultados no período analisado apresentam grande redução nos custos, com destaque para o CMUP e o CMC que apresentaram redução no período de aproximadamente 88% e 90% respectivamente. Por fim, custos menores podem ser conseguidos pelo bom desempenho das equipes de manutenção, no caso apresentado, percebe-se grande redução nos custos envolvidos com a manutenção corretiva eletrônica, esse é um desafio da manutenção, buscar novas alternativas e soluções de melhoria para os processos.

10 CONCLUSÕES

Este trabalho visou efetuar a análise comparativa da manutenção de equipamentos eletrônicos em oficina própria e em oficina terceirizada. Para isso, utilizou-se de indicadores que possibilitaram a avaliação do desempenho, da qualidade, flexibilidade, confiabilidade, velocidade e custos. Cada indicador apresentado possui sua importância para as análises. Analisar a viabilidade só do ponto de vista financeiro pode gerar resultados equivocados, por isso quando se utiliza de objetivos como a qualidade, confiabilidade, flexibilidade, velocidade e custos, o resultado se torna mais confiável e realista.

A relevância dos indicadores apresentados para a gestão da manutenção pode ser percebida em aspectos diferentes, além de apresentar potencial para a melhoria da organização, é o setor responsável por minimizar falhas nos produtos. Falhas e quebras geram perdas, danos ao meio ambiente e impactam no resultado financeiro da organização. Nestas condições, verifica-se que a manutenção corretiva eletrônica efetuada em oficina própria possui vantagens frente à manutenção efetuada em oficina terceirizada, como apresentado anteriormente neste trabalho. Onde todos os indicadores utilizados apresentam melhor resultado no período em que a manutenção eletrônica foi realizada internamente.

De maneira geral, se destaca que os objetivos desta pesquisa foram atingidos, de modo que foi possível verificar, por meio de um estudo de caso comparativo, a viabilidade da manutenção de equipamentos eletrônicos industriais, fornecendo informações importantes para a organização, que contribuem para a gestão das atividades de manutenção.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Junico. et al. **Sistemas de Produção: conceitos e práticas para projeto e gestão da produção enxuta**. Porto Alegre, Bookman, 2008.

AYRES, Antônio de Pádua Salmeron. **Gestão de Logística e Operações**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Porte de empresa**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/porte.html>. Acesso em: 18 out. 2015.

BIASOTTO, Eduardo. **Aplicação do BSC na Gestão da TPM - Estudo de Caso em Indústria de Processo**. 2006. 170 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Mecânica). Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de pós-graduação em Engenharia Mecânica, Florianópolis, 2006.

BRANCO FILHO, Gil. **A Organização, O Planejamento e o Controle da Manutenção**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2008.

COSTA JUNIOR, Eudes Luiz. **Gestão em processos produtivos**. Curitiba: Ibpex, 2008.

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA LUIZ DE QUEIROZ DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **PIB Agro CEPEA**. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/pib/>>. Acesso em: 16 out. 2015.

FUJITA, Camila. CHAPECÓ: estrutura e dinâmica de uma cidade média no oeste catarinense. **GEO UERJ**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 24, p. 312-338, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/6918/5032>>. Acesso em: 18 out. 2015.

FURMANN, José Carlos. **Desenvolvimento de um Modelo para a melhoria do Processo de Manutenção mediante a Análise de Desempenho de Equipamentos**. 2002. 149 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de pós-graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, 2002.

FUSCO, José Paulo Alves; SACOMANO, José Benedito. **Operações e Gestão Estratégica da Produção**. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GIOSA, Lívio Antônio. **Terceirização: uma abordagem estratégica**. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.
- GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: Sentidos e formas de uso**. São João do Estoril, Portugal: Príncipeia, 2006.
- LAFRAIA, João Ricardo Barusso. **Manual de confiabilidade, manutenibilidade e disponibilidade**. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora: Petrobrás, 2014.
- LINHARES, Alexandre; GARCIA, Paulo Cerqueira. **Contratos de Terceirização de Manutenção Industrial Modalidade Risco: Análise das Expectativas do Setor Industrial e dos Provedores de Serviços RAM. Revista de Administração Mackenzie**. São Paulo, vol. 5, n. 2, p. 80-98, 2004. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1954/195417782005.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2015.
- MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- NORMA CORPORATIVA. **Estrutura Organizacional da Manutenção**. [Empresa X], 2016.
- NORMA CORPORATIVA. **Gestão do Planejamento da Manutenção**. [Empresa X], 2016.
- PINTO, Alan Kardec; XAVIER, Júlio Nascif. **Manutenção: função estratégica**. 3.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2009.
- POLONIO, Wilson Alves. **Terceirização: Aspectos legais, Trabalhistas e Tributários**. São Paulo: Atlas, 2000.
- ROSA, Eurycibiades Barra. **Indicadores de Desempenho e Sistema ABC: O uso de indicadores para uma gestão eficaz do custeio e das atividades de manutenção**. 2006. 530 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- SANTOS, Ronaldo Santana. **A Aplicação de Indicadores de Desempenho em uma Planta Química de Gases Industriais em Contexto de crise Econômico-financeira Internacional**. 2010. 102 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de pós-graduação em Engenharia de Produção, Porto Alegre, 2010.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Critérios de classificação de empresas: EI - ME - EPP**. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=4154>>. Acesso em: 18 out. 2015.
- SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. **Administração da Produção**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- SLACK, Nigel. **Vantagem competitiva em manufatura: atingindo competitividade nas operações industriais**. São Paulo: Atlas, 1993.
- SOBRAL, Filipe; PECL, Alketa. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.
- TAVARES, Lourival Augusto. **Excelência na manutenção: estratégias, otimização e gerenciamento**. Salvador: Casa da Qualidade, 1996.
- VIANA, Herbert Ricardo Garcia. **PCM: Planejamento e Controle da Manutenção**. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2012.
- ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Curso de Administração a Distância: Metodologia de Pesquisa**. Florianópolis: UFSC, 2007.
- XENOS, Harilaus Georgius d'Philippos. **Gerenciando a Manutenção Produtiva: O caminho para eliminar falhas nos equipamentos e aumentar a produtividade**. Nova Lima: Editora Falconi, 2004.

ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS NOS DIFERENTES ESTÁGIOS DO CICLO DE VIDA FAMILIAR: O CASO DO CAMPUS DE PALMEIRA DAS MISSÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

ANALYSIS OF THE INDEPENDENCE OF FAMILIES IN THE DIFFERENT STAGES OF THE FAMILY LIFE CYCLE: THE CASE OF THE PALMEIRA DAS MISSÕES OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF SANTA MARIA

Nelson Guilherme Machado Pinto, Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, RS, Brasil, nelguimachado@hotmail.com

Vanessa Piovesan Rossato, Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, RS, Brasil, vanessapiovesan@yahoo.com.br

RESUMO

O objetivo estudo foi identificar o comportamento financeiro dos estudantes da universidade federal de santa maria -campus palmeira das missões, avaliando as principais razões das dívidas das pessoas, escala de materialismo e propensão ao endividamento aplicando survey com 160 alunos dessa instituição. Foram utilizadas técnicas de análise d frequência, procedimentos de média e regressão múltipla. As diferenças de média apontaram diferentes significados de propensão ao endividamento por gênero, idade, estado civil, filhos e renda. Os resultados mostraram-se significativos referentes ao perfil pela dívida por falta de planejamento, alta propensão ao consumo, falta de desconto á vista, empréstimo do nome e por acesso ao crédito. Os procedimentos apontaram que os entrevistados gastam menos ou igual à renda que recebem, possuem dívidas, porém não estão atrasadas e são mais cautelosos ao investir.

Palavras chave: Endividamento, estudantes, dívidas, materialismo, propensão

ABSTRACT

The objective of this study was to identify the financial behavior of the students of the universidade federal de santa maria - campus palmeira das missões, evaluating the main reasons for people's debts, materialism scale and propensity to debt, applying a survey with 160 students from this institution. We used frequency analysis techniques, mean and multiple regression procedures. The mean differences pointed to different meanings of propensity to indebtedness by gender, age, marital status, children and income. The results were significant in relation to the debt profile due to lack of planning, high propensity to consume, lack of cash discount, name loan and access to credit. The procedures pointed out that the interviewees spend less than or equal to the income they receive, have debts, but are not late and are more cautious when investing.

Key words: Debt, students, debts, materialism, propensity

1 INTRODUÇÃO

O dinheiro é um fator primordial nas organizações, visto que é através desse recurso que as pessoas têm a possibilidade de obtenção de materiais, de bens, e até mesmo a realização de pagamentos para a efetivação de um serviço. Destaca-se que atualmente há uma maior facilidade no que tange a obtenção dos produtos em geral, em razão do mercado oferecer inúmeras formas de pagamento não sendo necessário possuir o dinheiro no momento da efetivação de compra.

Nota-se que atualmente há grande participação do público jovem na economia (FERNANDES; CANDIDO, 2014). Com isso, deve-se ter uma atenção mais especial nessa população, uma vez que se nessa fase já encontram dificuldades em gerir a saúde financeira, pode-se inferir que no futuro esses problemas se agravem ainda mais, trazendo prejuízos para a economia do país. Nesse sentido, é de fundamental relevância trazer o tema do endividamento para o ambiente das universidades, meio no qual os jovens são preparados para tornarem-se profissionais aptos ao mercado de trabalho, buscando conhecer o perfil dos jovens universitários e com os resultados obtidos dar um direcionamento mais eficiente para as políticas públicas, elaborando projeções que minimizem os impactos negativos sobre esse assunto.

O endividamento é propiciado principalmente pelas facilidades de crédito que incentivam o consumo de uma maneira exacerbada. Destaca-se que o ato de assumir dívidas não é ruim, o problema é quando as pessoas possuem dívidas e não assumem os compromissos financeiros, resultando na inadimplência. Ressalta-se ainda que a situação mais delicada encontra-se no sobre-endividamento, ou seja, —quando os indivíduos deparam-se numa fase em que ocorre a impossibilidade do pagamento das dívidas resultando em sérios problemas (MARQUES; FRADE, 2004). De acordo com estudos do Observatório de Endividamento dos consumidores da faculdade de

Economia da Universidade de Coimbra (2002), o sobre-endividamento pode gerar uma marginalização, exclusão social, problemas na família, saúde física afetando diretamente o indivíduo.

Ressalta-se que a abordagem do endividamento entre os jovens no cenário universitário é principiante no ramo das pesquisas, visto que não se tem uma gama de estudos aprofundados no que diz respeito a esse tema. No entanto, situações que impulsionem o endividamento rápido em virtude das facilidades de crédito ganharam grande amplitude nos últimos tempos necessitando de estudos que preencham essas lacunas.

A Universidade Federal de Santa Maria - Campus Palmeira das Missões oferece atualmente sete cursos. Assim, no período da noite são ofertados os cursos de Administração e Ciências Econômicas e durante o turno diurno é oferecido os cursos de Nutrição, Enfermagem, Ciências Biológicas, Administração e Zootecnia. Dos sete cursos ofertados, o trabalho restringiu a opinião de dois deles, Administração diurna e Administração noturna os quais estão diretamente relacionados com o ramo de gestão, além de possuir um contato mais direto com os assuntos financeiros.

É pertinente enfatizar que o público em geral possui dificuldades em gerenciar a sua saúde financeira, principalmente as pessoas que não possuem conhecimentos básicos sobre o assunto finanças pessoais (MACEDO, 2007). Entretanto, essas demandas também são direcionadas para o seio estudantil, sobressaindo o seguinte questionamento: os jovens universitários de administração de Palmeira das Missões que possuem um contato direto com temas financeiros são excluídos da faixa da população com dificuldades em gerir as contas? Possuem menos chances de se endividar? Essas indagações entram em constante debate à medida que se tem uma preocupação se os conhecimentos adquiridos em sala de aula realmente refletem nas atitudes dos universitários. Desse modo, a pesquisa busca responder quais são os fatores que influenciam a propensão ao endividamento pessoal. Diante desse parâmetro, o objetivo geral do estudo é identificar os fatores de propensão ao endividamento dos alunos de Administração da Universidade Federal de Santa Maria - campus Palmeira das Missões. Através disso, espera-se compreender os fatores que fazem com que as pessoas se encontrem em uma situação delicada financeiramente.

A fim de consolidar a pesquisa, o estudo está segmentado em cinco seções. Após a introdução, segue o referencial teórico contemplando aspectos relacionados aos fundamentos do endividamento. Em seguida, encontra-se o método, dando ênfase para os procedimentos adotados para a concretização da pesquisa. A quarta seção aborda as discussões dos resultados e por último as considerações finais destacando as principais limitações dessa pesquisa e sugestões para trabalhos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ENDIVIDAMENTO

A palavra endividamento tem origem do verbo endividar, cujo significado baseia-se no ato de assumir e adquirir dívidas. Saliencia-se que é um assunto importante a ser estudado, visto que possui abrangência em várias áreas do conhecimento. Esse fato é explicado à medida que o endividamento pode ser causado por inúmeros fatores, dentre eles a renda, fatores econômicos, comportamentais, uso inadequado do cartão de crédito, entre outros (VIEIRA, 2015).

Quando o indivíduo solicita recursos de terceiros para o consumo de bens ou serviços, fica acordado que o mesmo deve devolver o ativo em determinada data, sendo que na maioria das vezes o montante é acumulado de juros (REIS 2013). Diante disso, constata-se, que o endividamento é o saldo devedor de um agregado familiar. Importante salientar que quando o saldo devedor procede de mais de um compromisso de crédito, utiliza-se da definição de multiendividamento (MARQUES; FRADE, 2004).

O assunto endividamento muitas vezes é confundido com o tema da inadimplência, sendo que é comum associar estes assuntos como sinônimos, entretanto, é importante enfatizar que esses dois tópicos possuem sentidos distintos. O primeiro está relacionado com o fato de utilizar-se de recursos de terceiros, já o segundo diz respeito a não pagar o compromisso financeiro na data pré-estabelecida (SILVA 2015). Ressalta-se que o incumprimento das obrigações financeiras não é sinônimo de incapacidade de o devedor efetuar o pagamento, pois muitas vezes a não efetuação da quitação de uma parcela da dívida é proveniente de um esquecimento do devedor (MARQUES; FRADE 2003).

Outro segmento baseado no endividamento é o aspecto do sobre endividamento sendo esta subdivisão a situação mais grave, uma vez que a pessoa torna-se incapaz de honrar com os compromissos financeiros assumidos sem colocar em prática a subsistência da família. (ZERRENNER, 2007). Os autores Marques e Frade (2003) destacam que mesmo conseguindo pagar os compromissos financeiros assumidos, o fazem com uma série de dificuldades. Esse fato pode restringir a família uma série de limitações na execução de algumas atividades que anteriormente

eram rotineiras, tais como diversas reduções de despesas no seio familiar, pois os gastos devem ser destinados apenas para necessidades básicas da família.

Destaca-se que o aspecto do sobre endividamento pode ocorrer de maneira passiva ou ativa. O primeiro tipo é quando o endividado não colaborou diretamente para tal situação, visto que foram situações que não estão no controle do indivíduo que colaboraram para tal cenário, como, por exemplo, desemprego, demissões e doenças. Este tipo de endividamento afeta diretamente o indivíduo à medida que ocorre um aumento significativo das despesas da pessoa, uma vez que ela não estava preparada para enfrentar tal situação. Todavia, o segundo tipo de sobre endividamento é quando o indivíduo possui consciência dos seus atos e contrai dívidas por falta de um planejamento financeiro e um total despreparo com o controle das entradas e saídas do dinheiro. (MARQUES; FRADE, 2004). Nota-se, que o sobre endividamento ativo é decorrente de uma imaturidade financeira dos indivíduos que ocasiona uma série de limitações para o indivíduo e conseqüentemente para o seio familiar.

A partir disso, é importante enfatizar que o sobre endividamento pode possuir algumas causas que colaboram ativamente para uma situação de risco financeiro. Salienta-se que as principais razões dizem respeito ao alcoolismo, dissolução da família, marginalização, exclusão social, entre outras. Ademais, o aspecto do sobre endividamento tem conseqüências negativas não somente para o endividado, mas sim a economia como um todo, visto que, com a redução do crédito e a incapacidade de honrar com os compromissos financeiros assumidos geram impactos negativos para a economia do país. (MARQUES; FRADE, 2004).

Dessa forma, Ribeiro *et al.* (2009) exemplifica que entender os fatores comportamentais, cognitivos e emocionais que direcionam o pensamento de decisão do indivíduo é um exercício árduo de entender, visto que são razões repletas de sentimentalismo e subjetividade. No entanto, o mesmo autor destaca que por mais que não seja uma tarefa fácil, é necessária uma compreensão, pois são peças chaves para a justificativa das decisões.

O uso do cartão de crédito é um dos fatores de propensão ao endividamento que mais se destacam no âmbito atual, pois é por meio deste recurso que as pessoas podem adquirir bens sem a necessidade de desembolsar o valor monetário no momento da compra (OLIVEIRA, *et al.* 2004). No entanto, muitas pessoas perdem o controle neste tipo de situação e não sabem ao certo quanto de dinheiro foi gasto nestas aquisições. Verifica-se que o uso em demasia deste recurso causa desarmonia cognitiva, em razão de os consumidores não sentirem no bolso o preço de pagar a vista suas aquisições, posto que a fatura do cartão chega depois de semanas (RIBEIRO, *et al.* 2009).

Por conseguinte, esclarece-se que no momento em que uma pessoa usufrui de recursos de terceiros e faz parcelamentos de contas em estabelecimentos comerciais, já é automaticamente considerada endividada. Salienta-se, que quando o endividado não cumpre com os compromissos financeiros torna-se inadimplente e quando a situação está sem controle ao ponto de colocar em risco a família a pessoa é considerada sobre endividada. (CAMPARA *et al.*, 2016). Portanto, fica evidente que a temática do endividamento está presente em todas as áreas do conhecimento. Além disso, esta cultura está associada ao consumismo em demasia, visto que o crédito fácil é um dos grandes responsáveis pelo endividamento das pessoas.

2.2 FINANÇAS COMPORTAMENTAIS

As finanças estão diretamente relacionadas com a rotina das pessoas, uma vez que no ambiente profissional e acadêmico é trabalhado de maneira prática aspectos de economia e finanças, pois apesar de não se possuir uma teoria que exemplifique técnicas de controle do dinheiro, as pessoas sabem de modo empírico fazer prestações, usar o cartão de crédito para adquirir bens (SILVA 2015). No entanto, este despreparo educacional financeiro muitas vezes, leva o indivíduo a possuir dificuldades em gerenciar o dinheiro e futuramente contrair dívidas indesejadas podendo ter muita dificuldade em saná-las.

Diante do contexto de inserção do indivíduo no âmbito do consumo, ficam evidentes as formas de persuasão da mídia ao induzir as pessoas na compra de produtos que elas não necessitam. Esse fato é confirmado na perspectiva de Vilain e Pereira (2015), quando ressaltam que na maioria das vezes o consumo é visto como sinônimo de luxo e status. Entretanto, na busca deste reconhecimento social, as pessoas comprometem sua renda e conseqüentemente ficam sem condições para honrar com compromissos assumidos.

Diante do exposto, fica evidente que um quesito a ser levado em consideração nas finanças pessoas diz respeito ao autoconhecimento, pois à medida que as pessoas detêm conhecimento do que realmente é necessário comprar e o que supérfluo na sua vida automaticamente possuirão autonomia para gerenciar suas finanças (REIS, 2013). Além disso, conforme exemplifica Lizote (2012), à medida que as pessoas possuem um planejamento adequado nas finanças, conseguem alocar os recursos na busca de itens para a satisfação das necessidades básicas.

Salienta-se que além de possuir o conhecimento básico financeiro para gerenciar as entradas e saídas do dinheiro, é imprescindível que se coloque em prática os conhecimentos adquiridos. A partir disso, para que uma pessoa seja considerada alfabetizada financeiramente é necessário que ela possua a habilidade de aplicar o conhecimento nas tomadas de decisões que dizem respeito às questões financeiras (MARQUES; FRADE, 2003; POTRICH; VIEIRA; KIRCH, 2015).

Enfatiza-se que a educação financeira é um ponto crucial no desenvolvimento das pessoas, pois através de um bom embasamento teórico, elas conseguirão tomar atitudes adequadas financeiramente. Ressalta-se que caso o indivíduo não possua uma educação financeira considerada satisfatória, irá tomar decisões que comprometerão negativamente o seu futuro, colocando o nome no SPC, SERASA. É importante salientar que atitudes tomadas sem fundamentação básica financeira, além de impedir o consumo, acarretam em danos na carreira profissional. Portanto, a conscientização das pessoas é necessária, visto que com isso, os indivíduos teriam conhecimento dos processos para tomada de uma decisão que seja eficaz financeiramente (LUCCHI *et al.*, 2006)..

Diante desse contexto, é imprescindível que as pessoas possuam consciência de realizar um bom planejamento financeiro, em virtude das consequências negativas que podem ser geradas por um não direcionamento eficaz das atitudes financeiras tomadas. Esse campo de estudo tem por objetivo verificar como os indivíduos tomam as decisões relacionadas a esse aspecto.

3 MÉTODO

3.1 CLASSIFICAÇÃO E DELINEAMENTO DA PESQUISA

O processo utilizado para atender aos propósitos desta pesquisa pode ser classificado como quantitativo, pois as informações coletadas são abordadas de forma estatística e o fornecimento de dados ocorre de forma mais precisa. De acordo com Hair *et al.* (2005), esses dados são obtidos através de várias escalas numéricas. Em busca do conhecimento dos fatores de propensão ao endividamento dos estudantes de Administração da UFSM - *Campus* Palmeira das Missões pretende-se conhecer melhor o perfil e os problemas dos mesmos no que diz respeito a questões financeiras. Após a identificação de estudo do tema foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, com a finalidade de relatar os assuntos sobre finanças pessoais e questões que contemplem o endividamento. O estudo bibliográfico consiste em revisar a teoria que está de acordo com o trabalho científico (PIZZANI *et al.*, 2012).

3.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para o alcance da amostra necessária da pesquisa foi utilizado o método *survey*, ou seja, o levantamento de dados que se fundamenta na coleta de informações primárias por meio das pessoas. Entretanto, visto que os indivíduos de certa maneira sabem que são coletadas informações sobre ele, tem-se como limitação o próprio questionário, em virtude de o mesmo influenciar as respostas das pessoas fazendo que com o indagado possa responder de forma tendenciosa (HAIR *et al.*, 2005).

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário estruturado, elaborado para analisar a partir das respostas dos entrevistados os fatores de propensão ao endividamento. O uso deste instrumento é justificado devido à utilização com grande frequência do mesmo em pesquisas que abordem esse tema (FLORES, 2012). O questionário desse estudo é composto por 24 questões fechadas e distribuídas em quatro blocos.

Bloco I – Dados referentes aos níveis de endividamento – Se possui dívidas, quais os tipos, quanto elas comprometem o orçamento do questionado, frequência com que o questionado consegue poupar.

Bloco II – Dados referentes ao nível de educação financeira – conhecimento para gerenciar o dinheiro, lugar em que adquiriu conhecimentos para gerir o dinheiro.

Bloco III – Dados referentes aos fatores de propensão ao endividamento, bem como o nível de propensão ao endividamento e de materialismo – principais razões das dívidas das pessoas e inclinação ao endividamento.

Bloco IV – Dados pessoais dos questionados– gênero, faixa etária, estado civil, renda familiar, grau de ensino, ocupação.

As primeiras sete questões que contemplam o bloco I têm como finalidade verificar se os questionados estão endividados, bem como o grau de risco financeiro que os mesmos estão dispostos a assumir. O segmento do bloco II se estende da questão 8 até a 12 e tem por objetivo verificar o índice de conhecimentos básicos do valor do dinheiro no tempo, como também a segurança que os entrevistados possuem nas tomadas de decisão sobre o assunto de finanças. Para diagnosticar se o respondente possui conhecimentos sobre o valor do dinheiro no tempo, a questão 11 retrata justamente este aspecto, sendo que essa é uma questão que possui alternativa correta decorrendo a assertiva “c”. Diante desse parâmetro, é possível identificar se o indagado entende que

a soma do dinheiro mesmo se igualando no final dos anos, tem valores distintos se aplicados em momentos diferentes de tempo.

As questões 13 até a 15 que compõem o bloco III são do tipo escala *likert* com 10 pontos, sendo que o número mínimo (1) representa uma discordância total da assertiva apresentada, do mesmo modo, o número máximo (10) representa concordância total com a afirmação exposta. Ressalta-se que se a assertiva não tiver aplicabilidade para o questionado, o mesmo poderá marcar “0” no item exposto. Essas questões falam dos fatores de propensão ao endividamento, além do nível de inclinação ao endividamento e de materialismo.

No bloco IV do questionário estão contidas as últimas 9 questões, que dizem respeito a temas relacionadas ao perfil dos respondentes. Salienta-se que esse bloco é de fundamental importância, pois o perfil dos entrevistados ajuda a explicar as atitudes financeiras, como também o nível de educação financeira dos indivíduos (LUCCI *et al.*, 2006).

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Após ser definida a forma de como iria se constituir a coleta de dados, o próximo passo foi verificar quem seria a população e a amostra da pesquisa. Dessa forma, fica definido que a população alvo do estudo é constituída por 371 alunos de Administração da UFSM campus Palmeira das Missões. O trabalho constitui-se de uma amostra não probabilística por conveniência, ou seja, os elementos da amostra são selecionados de acordo com a conveniência do autor. Desse modo, o pesquisador seleciona apenas os elementos que tem acesso, admitindo que estes representem toda a população (MORESI, 2003).

Precedente a aplicação dos questionários nas turmas de Administração da universidade, foi realizado um pré-teste com 12 alunos da Empresa Júnior que constituem estudantes de Administração e Ciências Econômicas da UFSM, com o intuito de diagnosticar eventuais dúvidas que os respondentes obtivessem no desenvolvimento das respostas do questionário. Ressalta-se que o questionário precisa ser testado antes da aplicação definitiva para se verificar as falhas, reformulando questões, modificando ou até mesmo excluindo itens que não sejam necessários. (MORESI, 2003). Ademais, o questionário foi entregue a dois profissionais especializados para avaliação do mesmo, pedindo para que assinalassem as questões que não foram compreendidas dando contribuições para a melhoria do instrumento de coleta de dados. Portanto, com essa análise, três questões foram modificadas, mas nenhuma foi excluída da pesquisa.

3.4 TABULAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

O processo de coleta de dados iniciou-se no dia 20 junho e estendeu-se até o dia 6 do mês de Julho de 2017, através da aplicação dos questionários em alunos do curso de Administração da UFSM. Os questionários vieram a ser tabulados entre os dias 07 de Julho á 14 referentes ao mês de Julho de 2017 com a utilização do software Excel. Após esse processo, ocorreu à geração de dados estatísticos no software SPSS 17.0 em que foram realizados alguns procedimentos estatísticos como a estatística descritiva, distribuições de frequência e testes de confiabilidade para melhor avaliação dos resultados.

O tipo de análise utilizada foi a descritiva, pois relatou-se o comportamento de uma variável em uma população, descobriu-se suas características e investigou-se a relação entre elas. De acordo com a temática descritiva, o pesquisador expõe as características de determinada população, para que se consiga estabelecer correlações entre as variáveis, definindo sua natureza (MORESI, 2003).

A fim de atingir os objetivos deste estudo, os dados foram analisados da seguinte forma: 1) cálculos de frequência para a identificação do perfil dos respondentes; 2) uso de estatística descritiva (média e desvio-padrão) para análise dos quatro fatores de qualidade; 3) uso de testes para comparação dos grupos de respondentes pressupondo a normalidade dos dados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Partindo da caracterização da amostra, evidencia-se que a porção representativa da pesquisa dispõe de certa disparidade no que tange ao gênero dos estudantes, ao passo de que a maior parte dos respondentes é feminina (56,34%), evidenciando que as mulheres procuram mais o curso de Administração do que os homens no Campus de Palmeira das Missões. Ao correlacionar o gênero dos estudantes de Administração com o aspecto da existência de dívidas dos alunos, verificou-se que as mulheres apresentam uma frequência maior do que a dos homens, visto que 54,95% dos questionados que possuem dívidas são mulheres. Salienta-se que a maioria dessas pessoas não possuidoras de dívidas é solteira, representado por 86,27% dos entrevistados. Esse fato é evidenciado á medida que os solteiros não possuem cônjuge, não possuem dependentes, facilitando a não contração de dívidas.

Foram questionados quais os tipos de dívidas que os estudantes possuem, a partir disso a que mais obteve destaque foi o tipo crediário á medida que quase 40% dos entrevistados têm esse tipo de contas a pagar. Das pessoas que adquirem dívidas por esse método, fica claro a supremacia

das mulheres, já que elas possuem um destaque de 61,82%, confirmado pela pesquisa de Vieira *et al.*(2015) em que foi diagnosticado que as mulheres possuem uma predisposição maior a deixar de pagar a fatura do cartão de crédito, colaborando então para a dívida nesse quesito.

Ao analisar se as dívidas dos estudantes estão em atraso é notório que as estudantes do curso de Administração possuem um controle mais rigoroso no que diz respeito ao cumprimento dos compromissos financeiros, visto que 58,82% das alunas que possuem algum tipo de dívida conseguem honrar os pagamentos nas datas pré- estabelecidas. Além disso, percebe-se que mais da metade dos questionados a respeito de possuírem dívidas e se as mesmas estão em atraso encontram-se no público masculino com cerca de 69,23%. Nota-se que pessoas casadas encontram mais dificuldades para honrar com os compromissos, uma vez que possuem casa para manter podendo obter dificuldade para manter os pagamentos nas datas acertadas de pagamento.

Os resultados da análise exemplificam que em média, quase metade dos alunos de Administração (45,71%), gasta menos do que ganha, isso evidencia que grande parte dos estudantes é cautelosos no que se refere ao controle de suas despesas. Confirma-se que as mulheres são mais cuidadosas nesse critério, visto que mais da metade (57,81%), possuem um planejamento financeiro e, por conseguinte tendem a ter mais facilidade na organização das contas e conseqüentemente pagam seus deveres sem quaisquer dificuldades.

Entretanto, mais de um terço dos entrevistados (38,57%) afirmam gastar na mesma proporção da quantia que recebem. Esse dado mostra que essas pessoas não se encontram numa situação de risco financeiro, no entanto situações inesperadas que possam vir a ocorrer causariam dificuldades em se manter financeiramente, já que esses indivíduos não possuem a preocupação em manter uma reserva a fim de usar em algum tipo de emergência. De acordo com Marques e Frade (2004), uma pessoa endividada pode se tornar inadimplente à medida que não efetuam os pagamentos de maneira pontual, esgotando-se as probabilidades de renegociação, levando ao julgamento tribunal.

Não menos importante e com uma frequência relativamente representativa com uma consideração de 15,71% da amostra, encontram-se os indivíduos que não possuem nenhum tipo de controle financeiro, e por esse motivo correm grande risco de ficarem sobre-endividados, pois teriam dificuldades em honrar com as responsabilidades nos prazos definidos. Em conformidade com Marques e Frade (2004), quando um indivíduo entra no estado de sobre endividado ocorre a incapacidade de efetuar os pagamentos, ou se ainda os realizada faz com extrema dificuldade. Analisando os resultados, obtêm-se valores satisfatórios à medida que grande parte dos estudantes gasta menos do que ganham (45,71%). Esse fato pode ser explicado à proporção que muitos alunos são jovens e dependem dos pais para se manter na cidade universitária, gastando dessa forma, a quantia recebida pelos seus responsáveis.

Com relação à frequência em que se consegue poupar em relação ao gênero dos entrevistados, atenta-se que no geral a maior representatividade concentra-se na periodicidade de algumas vezes com 33,57%. Destaca-se ainda que dessas pessoas que mantém essa continuidade de poupança, 65,96% são mulheres, diagnosticando que o gênero feminino não possui certa preocupação de guardar dinheiro com certa frequência, fato que fica mais evidente nos respondentes do aspecto das pessoas que nunca conseguem poupar, visto que apesar da pouca representatividade de respondentes desse quesito (10%), destaca-se que 64,29% desses, são mulheres. Com isso devem-se observar esses aspectos, uma vez que se essas pessoas vierem a passar por uma situação delicada financeiramente não possuirão uma reserva financeira sustentável para administrar uma dificuldade financeira.

A fim de mensurar o conhecimento dos alunos de Administração a respeito de assuntos específicos financeiros, o questionário teve uma questão com o propósito de identificar se os alunos que possuem um contato direto com temas financeiros realmente sabem o valor do dinheiro no decorrer tempo. Diante desse parâmetro, revela-se um resultado satisfatório, pois mais da metade dos estudantes (67,14%) acertaram a questão. Identifica-se que as mulheres apresentaram destaque nessa pontuação, uma vez que possuem um peso de 55,32% da amostra que responderam corretamente. Entretanto, têm-se aspectos negativos, já que se somados as pessoas que responderam as alternativas incorretas, estas representam 32,86% da amostra, praticamente um terço dos respondentes. Esse fato é preocupante à medida que muitos alunos apesar de possuírem um contato direto com temas financeiros na faculdade, possuíram dificuldades em responder uma questão básica sobre finanças. Todavia, uma das possíveis justificativas de muitos alunos não obterem sucesso na questão decorre do fato de que muitos respondentes ainda não possuírem contato com matérias relacionadas às finanças, como Matemática financeira explicando o erro nessa questão.

Referente à quantidade de risco que o entrevistado está disposto a assumir obtém-se como resposta a negação de assumir risco financeiro, com 33,33%, ou seja, um terço dos respondentes destacado pela supremacia das mulheres visto que representam 55,32% das pessoas que responderam esse item. De acordo com Potrich *et al.* (2015), a tolerância menos representativa das mulheres é uma unanimidade na literatura, visto que normalmente elas estão dispostas a arriscar menos que os homens. Esse fato é confirmado à proporção que dos 9,22% que se mostram permissivos a assumir um maior risco, a maior parte são do sexo masculino com um destaque de 69,23%.

Observando a questão que retrata sobre a antecipação dos jovens referente à iniciativa de formação de poupança para a futura aposentadoria os resultados demonstram que mais de um terço (39,72%) dos estudantes não se preocuparam em guardar dinheiro para a aposentadoria. Esse fato pode ser explicado à medida que muitos dos respondentes são muito jovens e que grande parte é dependente dos pais, não ganhando recursos financeiros próprios para a concretização de uma poupança para essa finalidade. Ademais, nota-se a equidade dessa assertiva em relação ao sexo dos entrevistados, visto que metade é do sexo masculino e a outra metade do sexo feminino, demonstrando um equilíbrio entre os gêneros, não havendo, portanto supremacia nessa questão.

Por outro lado, com um percentual significativo de 38,30% estão as pessoas que possuem planos para começar a poupar dinheiro a fim de destinar para a aposentadoria. Esse fato é favorável, pois demonstra que muitas pessoas estão preocupadas com o seu futuro e almejam começar a guardar dinheiro para esse fim. Além disso, destaca-se o baixo número de respondentes da alternativa 5, que são as pessoas que não veem a necessidade de poupar para a aposentadoria, com um peso de 2,84% dos entrevistados. Complementar a essa informação, também é baixo o número de pessoas que pretendem ter apenas a aposentadoria do governo com um valor de 4,96%, evidenciando que os estudantes estão de certa maneira preocupados com o futuro e em grande parte se não fazem um plano de previdência, possuem planos de começar essa iniciativa.

Observando a fonte em que os entrevistados buscaram maiores conhecimentos financeiros em relação ao estado civil, ocorre a supremacia das experiências próprias. Nota-se grande parcela dos casados nesse quesito com um peso de 25,37%. Assim, questões rotineiras da família, manutenção de uma casa são fatores rotineiros que agregam experiências para essas pessoas em virtude de já possuírem um lar para gerenciar. Em segundo lugar aparecem as pessoas que extraem conhecimentos financeiros oriundos de conversas com a família com uma significância de 26,23%, destaca-se ainda que considerável parte das pessoas que responderam essa questão são do sexo feminino com uma representatividade de 56,25%. Após isso se encontram as pessoas que adquirem maior conhecimento financeiro em aulas da faculdade, com o domínio das mulheres com 57,89%. Por conseguinte, de acordo com Vieira *et al.* (2011) infere-se que nenhuma forma de adquirir conhecimentos financeiros é mais eficaz do que a outra, sendo que existem variadas formas de desenvolver noções que tangem aspectos financeiros. Diante disso, o que deve ser levado em consideração nesse caso é que independente da maneira em que se busquem informações para um maior controle do fluxo financeiro do ser humano, é essencial que a fonte seja revertida em autoconhecimento e aprendizagem.

Adentrando-se na quantidade de risco que as pessoas estão dispostas a assumir, correlacionada com o estado civil dos estudantes, percebe-se que os solteiros possuem grande notabilidade, com a coragem de arriscar, com percentuais de 77,78% com a disposição de assumir um grande risco e 61,54 com a disponibilidade de assumir um risco financeiro acima da média. De acordo com os estudos de Flores (2012), as pessoas solteiras não possuem um compromisso financeiro intenso com a família, e por essa razão são mais propensas a arriscar com certa audácia e consequentemente podendo ser o público mais tendencioso a dívida.

Do mesmo modo, os casados por estarem inseridos em um contexto familiar que de certa maneira exige um compromisso mais rígido com a família, com as despesas em que muitas vezes está incluindo filhos e dependentes possuem maiores percepção ao risco que apesar de ser menor do que o risco tolerado pelos solteiros não deixa de ser um percentual significativo. Salienta-se que é de fundamental relevância entender a tolerância ao risco no sistema financeiro, pois assim conhecendo melhor o perfil das pessoas e qual o tamanho do risco que elas estão dispostas a assumir fica mais claro que ações devem ser desempenhadas em relação a tolerância ao risco. (POTRICH *et al.* 2015).

Observando os resultados, identifica-se que as pessoas que mais encontram dificuldades em quitar suas dívidas nos prazos são as pessoas que moram em residências alugadas, com um elevado percentual de 54%. Salienta-se que esse fato pode ser explicado à medida que pessoas que não dispõem de residência própria acabam dispensando de certo valor todo mês para aluguel, podendo então ocorrer dificuldades para a constância dos pagamentos das contas.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

A análise preliminar dos dados indica que maior parte dos estudantes adquirem conhecimentos financeiros pela experiência própria. Salienta-se que grande parte desse percentual é oriunda das pessoas que possuem residência própria (45,45%). No entanto, em segundo lugar estão as pessoas que contraem conhecimentos financeiros por meio da própria experiência residentes em moradia alugada. Esse fato é explicado à proporção que muitos estudantes saem de sua cidade de origem para uma cidade universitária, necessitando morar em lugares alugados. Infere-se assim, que por essas pessoas morarem sozinhas, de certa forma aprendem com a experiência própria a administrar seus gastos financeiros.

A partir dos resultados obtidos evidencia-se que alunos com renda entre seis e nove salários mínimos (35,29%), declararam que conseguem poupar sempre. Nos estudos de Trindade (2009) ratifica que quanto maior o nível de renda, maior será o seu comportamento financeiro. Essa informação é confirmada quando analisado as pessoas que possuem uma faixa salarial acima de nove salários, visto que o maior peso está concentrada nas pessoas que sempre conseguem poupar (17,65%). Ademais, constata-se que não houve ocorrência de pessoas que ganham mais de 9 salários que afirmam nunca conseguir poupar ou também que raramente conseguem poupar, evidenciando mais uma vez que indivíduos com maiores ativos possuem mais facilidade em poupar.

TABELA 1- Gênero versus dívidas

Fator	Média Homens	Média Mulheres	F	Sig.
Cheque especial	0,15	0,03	-2,6785	0,0074
Dívida por alta propensão ao consumo	5,95	6,81	-1,9735	0,0484
Dívida por ausência de desconto à vista	2,63	3,46	-1,9698	0,0489
Eu sei exatamente quanto devo em lojas, cartão de crédito ou banco.	7,97	8,79	-2,1258	0,0335
Possuo total controle das entradas e saídas do meu dinheiro	7,16	8,36	-2,7398	0,0061
Pago minhas contas sem atraso	6,67	8,33	-2,6817	0,0073

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Um dos objetivos da pesquisa era identificar se o perfil dos estudantes referente ao gênero influenciava no comportamento financeiro das pessoas. Através disso foram realizados cruzamentos entre as variáveis de perfil dos questionados com os fatores que obtiveram significância condizente com as razões das dívidas das pessoas, escala de materialismo e propensão ao endividamento.

Diante disso, os testes estatísticos basearam-se nos cálculos de médias gerais dos fatores que obtiveram significância, ou seja, para verificar se as diferenças são expressivamente significativas, devem possuir valor inferior a 0,05. A partir do exposto, após os procedimentos estatísticos nota-se que houve diferenças significativas em relação ao cheque especial, em virtude de que os homens possuem maior média (0,15), contrapondo com as mulheres possuidoras de média 0,03.

Salienta-se que referente às principais razões das dívidas das pessoas, as mulheres obtiveram destaque nas duas variáveis que alcançaram significância, uma vez que a média das estudantes foi superior a dos homens. Assim, as mulheres contraem dívidas por alta propensão ao consumo com média de 6,81, superior à média dos homens com 5,95. Além disso, as alunas adquirem mais dívidas do que os homens pela ausência de descontos à vista, já que a média das estudantes nessa variável foi de 3,46 e a dos homens 2,63. De acordo com Trindade (2009), as mulheres tem maiores inclinações ao endividamento em razão da sua cultura de consumir em demasia, justificando então a maior média do gênero feminino nesse aspecto.

Um aspecto pertinente a enfatizar é que as mulheres apesar de como já salientado possuírem maiores médias em relação às principais razões de dívidas, também possuem maiores médias referente a organização e planejamento de suas contas. Esse fato é comprovado à medida que elas sabem ao certo quanto devem em lojas, cartão de crédito e bancos, visto que a média delas é de 8,79, superior a média dos homens que é de 7,97. Outras variáveis que tiveram significância

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

com média superior das mulheres foram os quesitos controle das entradas e saídas do dinheiro e o pagamento das dívidas sem atraso uma vez que as mulheres obtiveram médias de 8,36 e 8,33 respectivamente para essas variáveis.

Portanto, os homens possuem destaque nas dívidas do tipo cheque especial, e as mulheres são mais propensas a contrair dívidas pela propensão ao consumo e pela falta de descontos á vista. Destaca-se também que as estudantes do curso de Administração possuem um maior planejamento das questões financeiras, uma vez que suas médias se sobressaíram com as dos homens. Esses fatores são explicados á medida que as mulheres são mais predispostas a gastar por impulso, entretanto apesar desse ponto negativo normalmente são mais organizadas financeiramente.

TABELA 1- Gênero versus dívidas

Fator	Média Com filhos	Média Sem filhos	F	Sig.
Dívida por empréstimo do nome	5,02	2,65	-2,4197	0,0155
Dívida por acesso ao crédito	5,87	4,05	-2,2778	0,0227
As pessoas ficariam desapontadas comigo se soubessem que tenho dívidas	3,4	1,5	-2,3111	0,0208

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Conforme já salientado a amostra dessa pesquisa constituiu-se por estudantes de Administração, sendo que muito deles estão iniciando sua vida profissional e conseqüentemente são muito jovens, ainda não possuindo família e pessoas que dependam de sua renda. Entretanto, essa tabela buscou atrelar o perfil condizente com a existência ou não de filhos com questões financeiras que obtiveram significância. Com isso, destaca-se que as pessoas com filhos possuíram mais dívidas nas questões de empréstimo do nome com média de 5,02 superior das pessoas que não possuem filhos. Segundo Alves *et al.* (2013) 40% das pessoas endividadas emprestam seu nome para outras pessoas, demonstrando que essa situação é muito comum e que portanto merece uma atenção maior. que essa Ademais, também ocorreu significância nas dívidas por acesso ao crédito obtendo destaque o público respondente com filhos. Esses fatores podem ser explicados, pois pessoas com filhos possuem mais despesas, mais contas a pagar, sendo que muitas vezes o ativo que recebem não seja suficiente e acabam contraindo dívidas.

Um aspecto que chama atenção e que obteve significância nos procedimentos estatísticos é referente à propensão ao endividamento na variável de que as pessoas ficariam desapontadas se soubessem que o entrevistado possui dívidas. Ressalta-se que houve supremacia desse tópico das pessoas com dívidas á medida que elas possuem média de 3,4 sendo superior com o das pessoas que não possuem dívidas na qual a média é de 1,5. Infere-se que esse resultado é fruto de uma pressão social á medida que há muito conflito por parte da comunidade com as pessoas que possuem dívidas, sendo muitas vezes rejeitadas pela sociedade e essa questão se acentua á razão que essas pessoas possuem filhos. Assim a existência de indivíduos que dependam da renda de uma pessoa endividada gera angústia, pois se as contas não forem bem gerenciadas podem levar ao sobre endividamento dos respondentes colocando a família do entrevistado em risco. De acordo com Marques e Frade (2004), o sobre endividamento pode levar a exclusão do convívio social da família, colocando-se a mercê de julgamentos da sociedade.

TABELA 2- Estado civil versus dívidas

Fator	Média Casado	Média União Estável	Média Solteiro	Média Divorciado	Sig
Possui dívidas	0,88	0,88	0,55	0,33	0,0022
Financiamento de bem móvel	0,36	0,31	0,06	-	0,0001
Financiamento de bem imóvel	0,36	0,31	0,05	-	0,0000
Dívida por falta de planejamento	7,24	4,38	6,79	3	0,0274
Admiro pessoas que	3,76	4,81	4,55	0,33	0,0486

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Fator	Média Casado	Média União Estável	Média Solteiro	Média Divorciado	Sig
possuem casas, carros e roupas caras					
Gosto de gastar dinheiro com coisas caras	2,60	2,88	3,46	0,33	0,0116
Prefiro comprar parcelado a esperar ter dinheiro para comprar à vista	6,12	5,63	4,30	1,67	0,0144
As pessoas ficariam desapontadas comigo se soubessem que tenho dívidas	2,28	2,81	3,53	0,33	0,0291

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Observa-se conforme a tabela que as pessoas que estão casadas ou em uma união estável apresentam mais dívidas comparados com aqueles que são solteiros ou divorciados. Isso porque as pessoas que possuem um cônjuge possuem mais compromissos do que aqueles que estão solteiros, justificando a presença de dívidas desse tipo de público.

Com equidade nos valores de média de pessoas casadas e em união estável, identifica-se que essas pessoas possuem médias superiores nas dívidas por financiamento de bem imóvel e móvel. Chama a atenção as dívidas por falta de planejamento das pessoas casadas, uma vez que sua média é de 7,24, Kelmara *et al.* (2016) maior que o resultado das pessoas solteiras que possuem 6,79. Esse dado contradiz a ideia de que exemplifica que pessoas casadas possuem um maior planejamento, maior senso de responsabilidade financeira, visto que possuem uma família e podem surgir gastos inesperados.

No quesito gastar dinheiro com coisas caras, é visível a supremacia das médias das pessoas solteiras, uma vez que resultou num dado de 3,46. Esse fato é exemplificado à medida que pessoas solteiras não tem a responsabilidade de guardar o dinheiro para o bem estar da família, caso ocorra algum imprevisto, justificando gastos com coisas caras.

TABELA 3: Moradia versus dívidas

Fator	Média Própria	Média Alugada	Média Financiada	Sig
Possui dívidas	0,56	0,65	0,89	0,0405
Financiamento de bem móvel	0,09	0,09	0,47	0,0002
Financiamento de bem imóvel	0,06	-	0,74	0,0000

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Nota-se conforme a tabela que as ao relacionar a moradia dos questionados com questões financeiras, obteve-se significância com quatro fatores. No primeiro deles que diz respeito à ocorrência de dívidas, é notório a participação com maior concentração do público que possui moradia financiada com média de 0,89. Esse fato é altamente justificado pela própria resposta dos respondentes à medida que morar em residência financiada explica a presença de dívida pelo simples fato de estar pagando o domicílio.

Além disso, as pessoas que possuem moradia alugada também apresentam destaque na presença de dívidas à medida que encontram uma média de 0,65, mostrando. Com média inferior as demais se encontram os respondentes que moram em casa própria. O valor mais baixo é justificado ao passo de que essas pessoas normalmente estão mais estabilizadas financeiramente, já que possuem casa própria não necessitando dispensar valor monetário para o pagamento de domicílio.

TABELA 4: Renda versus dívidas

Fator	Média Até 1 salário mínimo	Média De 1 a 3 salários mínimos	Média De 3 a 6 salários mínimos	Média De 6 a 9 salários mínimos	Média Acima de 9 salários mínimos	Sig
Possui dívidas	0,46	0,70	0,73	0,42	0,63	0,0476
Credidiário	0,31	0,47	0,47	0,13	0,38	0,0541
Gosto de gastar dinheiro com coisas	3,08	2,62	4,20	2,42	10,13	0,0143

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Fator	Média Até 1 salário mínimo	Média De 1 a 3 salários mínimos	Média De 3 a 6 salários mínimos	Média De 6 a 9 salários mínimos	Média Acima de 9 salários mínimos	Sig
caras						
Gastar muito dinheiro está entre as coisas mais importantes da minha vida	3,07	1,37	2,69	1,61	3,23	0,0143
É importante saber controlar os gastos da minha casa	8,54	8,47	9,31	9,38	9,75	0,0185

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Ao analisar a faixa salarial dos alunos correlacionando com questões financeiras identifica-se que as pessoas que têm entre três e seis salários mínimos possuem maior concentração quando questionados sobre a existência de dívidas, visto que a média desse público foi diagnosticada como 0,73.

Identifica-se que quando a avaliado as dívidas do tipo crediário, ocorre uma equidade nas médias das pessoas que possuem uma renda nas faixas de um a três salários mínimos e de três a seis salários mínimos, uma vez que seus resultados apresentaram igualdade de 0,47.

Os resultados obtidos mostram uma semelhança nos valores das médias das pessoas de um até nove salários mínimos, exceto indivíduos que possuem um ativo mensal acima de nove salários, representado por uma média de 10,13. Esse fato pode ser justificado á medida que pessoas que possuem mais condições financeiras, têm mais propensão a gastar com coisas que sejam mais caras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do objetivo da pesquisa, foram obtidos os resultados esperados, através das respostas dos estudantes da Universidade Federal de Santa Maria- Campus Palmeira das Missões, acerca dos fatores de propensão ao endividamento das pessoas. Pode-se constatar que a maior parte dos respondentes concentra-se no sexo feminino e que dentre os tipos de dívidas existentes o que mais se destacou foi o do tipo crediário. Além disso, evidencia-se que apesar de grande parte dos questionados possuírem dívidas, as mesmas em sua maioria não se encontram atrasadas.

Referente à frequência em que os estudantes conseguem poupar, o percentual de maior destaque foi o período de algumas vezes, evidenciando que os alunos não possuem muito o hábito de poupar. Esse fato já era esperado, uma vez que em sua maioria não possuem renda fixa proveniente de trabalho extracurricular, sendo que o ativo que recebem é oriundo dos seus responsáveis o que é direcionado praticamente em sua totalidade para gastos pessoais. Tratando-se da quantidade de risco que os entrevistados estão dispostos a enfrentar ficou claro que em sua maioria são mais conservadores á medida que não estão dispostos a assumir nenhum tipo de risco.

No que tange o conhecimento financeiro das pessoas para gerenciar o dinheiro, identificou-se que estão razoavelmente seguros, mostrando-se aptos para administrar seus ativos. Em virtude de parte dos entrevistados serem casados e muitos estudantes morar fora de sua cidade natal, infere-se que eles aprendem na prática como gerenciar os valores monetários. Além disso, foi diagnosticado que a maioria dos estudantes são mais cautelosos no quesito investimentos, visto que grande parte optou pelo investimento em poupanças e bens. Isso se deve também por parcela dos entrevistados possuírem família e muitos deles já terem dependentes, sendo então menos propensos a investir em ações que possam colocar em risco suas famílias.

Ao analisar a questão que tinha como objetivo identificar se os alunos possuíam noção do dinheiro ao longo do tempo, contata-se que o resultado foi satisfatório, pois a maior parte assinalou a alternativa correta, entretanto em torno de um terço não marcou a opção exata, trazendo um levantamento das instituições focarem mais em matérias como essa, visto que são assuntos rotineiros e que o conhecimento adequado desses assuntos leva ao aprimoramento das decisões das pessoas no que tange as questões financeiras. Um fato que chamou bastante a atenção foi o resultado das pessoas na questão que retratava a futura aposentadoria delas, mostrando que a maioria dos respondentes não se preocupou com essa situação. No entanto, a amostra é constituída por muitas pessoas jovens o que justifica a falta de preocupação nesse aspecto, mas conforme já visto o dinheiro rende mais a juros compostos sendo que quanto mais cedo as pessoas começarem a guardar maior será o montante no futuro.

Referente aos procedimentos estatísticos, nota-se que ocorreu significância das dívidas por alta propensão ao consumo e ausência de descontos a vista ressaltado pela supremacia das mulheres. Entretanto, elas possuem mais controle de suas dívidas e sabem exatamente o que devem em lojas, cartão de crédito e banco, além de normalmente pagar suas contas sem atraso. Ao observar as pessoas com filhos, identifica-se que houve significância das pessoas que possuem dívidas por empréstimo do nome e por acesso ao crédito. Ademais, verificou-se uma pressão social da comunidade se soubesse que essas pessoas possuem algum tipo de dívidas.

Em relação às pessoas casadas, ocorre a supremacia das dívidas por falta de planejamento das pessoas casadas contrapondo a ideia de que elas teriam maior organização em razão de possuírem família. Ademais, pessoas nesse estado civil preferem comprar parcelado a ter que esperar ter dinheiro para comprar a vista. Ao observar as pessoas solteiras, identificou-se que tem maior propensão a gastar com coisas caras.

Ao analisar a residência dos pesquisados, contata-se que as pessoas que mais possuem dívidas encontram-se nos respondentes de moradia financiada, sendo que o tipo que mais se destacou foi financiamentos de bem imóvel e móvel. Por fim, as pessoas que se encontram numa faixa etária de um a três salários mínimos possuem mais dívidas, sendo que o tipo crediário se destaca mais. Nota-se que a média das pessoas que ressaltaram a importância de controlar os gastos para gerenciar a casa é alta em todas as rendas, entretanto, a que possuiu maior nota foi a de estudantes com renda superior a 9 salários mínimos.

Algumas limitações foram encontradas para a concretização da pesquisa, como o próprio questionário, visto que os resultados obtidos se dão conforme a confiabilidade das respostas dos entrevistados, acreditando que todas as informações nele constadas sejam verdadeiras. Como sugestão de trabalhos futuros, indica-se a ampliação da amostra para todos os cursos da Universidade que ocorreu essa pesquisa, além de aplicar esse método com outros os professores, servidores, empresários e terceirizados do ambiente estudantil.

6 REFERENCIAS

AMADEU, João Ricardo et al. A educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento: proposta de inserção da disciplina na matriz curricular. 2009.

AMADO, Mauro Dal Ponte. Estudo das finanças pessoais: educação financeira de ingressantes na Universidade. 2011

CLAUDINO, L. P.; NUNES, Murilo Barbosa; SILVA, FC da. Finanças pessoais: um estudo de caso com servidores públicos. **Anais do SEMEAD-Seminários em Administração, São Paulo, SP, Brasil**, v. 12, 2009.

FERNANDES, A. H. de S.; CANDIDO, J. G. Educação Financeira e nível do endividamento: Relato de pesquisa entre os estudantes de uma instituição de ensino da cidade de São Paulo. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, São Paulo, v. 5 n. 2, jul./dez. 2014.

LIMA SILVA, Juliana Tomaz; DE SOUZA, Dércia Antunes; FAJAN, Fernanda Deolinda. **ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO E DOS FATORES QUE INFLUENCIAM O COMPORTAMENTO DE ALUNOS UNIVERSITÁRIOS**. (2015)

LIZOTE, Suzete Antonieta; SIMAS, J. de; LANAS, J. Finanças pessoais: um estudo envolvendo os alunos de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior de Santa Catarina. **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Anais do IX SEGeT**, 2012.

LUCCI, c. R., zerrenner, s. A., verrone, m. A. G., & santos, s. D. . A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. **Seminário em Administração**, v. 9, 2006.

MACEDO JR., J. S. A Árvore do Dinheiro: guia para cultivar a sua independência financeira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007

MARQUES, M. M. L.; FRADE, Catarina. Regular o sobreendividamento. **Gabinete de Política Legislativa e Planejamento do Ministério da Justiça (Ed.), Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas. Coimbra: Coimbra Editora**, 2004.

MORESI, Eduardo Metodologia da pesquisa. **Brasília: Universidade Católica de Brasília**, v. 108, p. 24, 2003

OBSERVATÓRIO, DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES. Endividamento e sobreendividamento das famílias: Conceitos e estatísticas para sua avaliação. **Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Fev**, 2002.

Oliveira, T.; Ikeda, A.; Santos, R. Compra Compulsiva e a Influência do Cartão de Crédito. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, 44, 2004.

HAIR, Joseph; Babin, B., Money, A., & Samouel, P **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Bookman Companhia Ed, 2005.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

ZERRENNER, Sabrina Arruda. **Estudo sobre as razões para o endividamento da população de baixa renda**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PIZZANI, Luciana, da Silva, R. C., Bello, S. F., & Hayashi, M. C. P. I. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 10, n. 1, p. 53-66, 2012.

RIBEIRO, C. do A. et al. Finanças pessoais: análise dos gastos e da propensão ao endividamento em estudantes de administração. **Anais do SEMEAD–Seminários em Administração**, 2009

VIEIRA, Kelmara Mendes et al. ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA DOS JOVENS UNIVERSITÁRIOS RIO-GRANDENSES. **Desenvolve Revista de Gestão do Unilasalle**, v. 5, n. 1, p. 107-133, 2016..

SANTOS REIS, Carlos Vinícius; SHIGUERU MATSUMOTO, Alberto; AMARAL BARRETO, Reysson. A propensão ao endividamento pessoal no Distrito Federal. **Revista de Economia e Administração**, v. 12, n. 4, 2013.

TRINDADE, Larissa de Lima et al. **Determinantes da propensão ao endividamento: um estudo nas mulheres da mesorregião centro ocidental rio grandense**. 2009.

VIEIRA, Kelmara Mendes; FLORES, Sílvia Amélia Mendonça; CAMPARA, Jéssica Pulino. Propensão ao Endividamento no Município de Santa Maria (RS): verificando diferenças em variáveis demográficas e culturais. **TPA-Teoria e Prática em Administração**, v. 4, n. 2, p. 180-205, 2015.

VILAIN, Juliana Safanelli; PEREIRA, Maurício Fernandes. O impacto do status no planejamento financeiro pessoal: estudo de caso com os advogados de Florianópolis, Santa Catarina. **Gestão & Planejamento-G&P**, v. 14, n. 3, 2013.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

APURAÇÃO DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO, ARMAZENAGEM E COMERCIALIZAÇÃO DAS CULTURAS DE SOJA, TRIGO E AVEIA PRETA

CALCULATION OF COSTS OF PRODUCTION, STORAGE AND COMMERCIALIZATION OF SOY, WHEAT AND BLACK OAT CROPS

Bianca Casarotto, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUÍ, RS, Brasil, casarotto.bia@hotmail.com

Euselia Paveglia Vieira, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUÍ, RS, Brasil, euselia@unijui.edu.br

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo aplicar o sistema de custeio ABC em uma propriedade rural, a fim de proporcionar aos seus gestores maior controle na produção das culturas de soja, trigo e aveia preta, levando as informações e os indicadores de resultados, para a tomada de decisões. O estudo utilizou o método de pesquisa aplicada, descritiva, qualitativa, o levantamento dos dados ocorreu por meio de análise dos documentos e entrevista despadronizada. O sistema desenvolvido permitiu classificar os tipos de custos existentes nas culturas, assim como, o total dos custos envolvidos na produção de cada cultivar, volume de produção, custo de armazenagem e comercialização. Os resultados demonstram que os custos apurados pelo custeio ABC, utilizando-se dos métodos de custeio variável e absorção, que a cultura da soja e aveia preta geram margem de contribuição positiva, com produção acima do ponto de equilíbrio, enquanto que o trigo uma margem de contribuição negativa. Conclui-se que considerando a filosofia do custeio ABC, a cultura da soja é a melhor opção de produção, sua margem de contribuição e a margem de segurança foram superiores as demais culturas, apresentando bons resultados.

Palavras chave: Custos. Sistema ABC. Análises. Resultados. Gestão.

ABSTRACT

The present study aims to apply the ABC costing system in a rural property, in order to give its managers greater control in the production of soybean, wheat and black oat crops, taking the information and the results indicators, to the taking Of decisions. The study used the applied, descriptive and qualitative method of research, the data collection was performed through document analysis and the interview. The developed system allowed to classify the types of costs existing in the crops, as well as the total costs involved in the production of each cultivar, volume of production, cost of storage and commercialization. The results show that the costs calculated by the ABC cost, using the variable costing and absorption methods, that the soybean and black oat cultivation generate a positive contribution margin, with production above the equilibrium point, while the wheat margin negative contribution. It is concluded that considering the ABC costing philosophy, the soybean crop is the best production option, its margin of contribution and the margin of safety were superior to the other crops, presenting good results.

Key words: Costs. System ABC. Analyzes. Results. Management.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade de custos apresenta-se como um ramo aplicado da Ciência Contábil, apoiando o planejamento e o controle das operações, com capacidade de gerar e fornecer informações confiáveis de cunho gerencial, tornando-se indispensável na gestão das organizações, entre elas as empresas rurais, contribuindo fortemente no gerenciamento das diferentes atividades exercidas nesse tipo de negócio.

A contabilidade rural vem se expandindo devido ao desenvolvimento que esta ocorrendo na agricultura, por meio do desenvolvimento de novas tecnologias de mecanização, adubação e defensivos. Dessa forma, os proprietários rurais demandam cada vez mais de informações, sejam sobre os custos de produção, do volume e dos resultados, que são ferramentas vitais para o gerenciamento em busca do crescimento da propriedade. Também serve como meios alternativos para a gestão em épocas de crises, visto que o produtor sofre com as oscilações do mercado dependendo do clima para produzir, (KOLIVER, 2010).

A gestão de custos aplicados à atividade rural são condições preponderantes de sobrevivência do negócio, permite uma visão mais realista fornecendo meios de melhor gerenciá-los, desempenhando assim, um papel de forma responsável para que possam contribuir lucrativamente para as empresas rurais, (CREPALDI, 2011).

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Estudos realizados por Battistussi; Antonelli e Bortuluzzi (2014) demonstram que grande parte dos produtores rurais vem buscando formas de assistência na contabilidade gerencial/rural, para conseguirem diminuir o custo de produção, evitando os desperdícios e melhorando o planejamento na atividade agrícola, proporcionando desse modo melhores resultados financeiros.

Neste contexto, a contabilidade de custos fornece elementos importantes para a contabilidade gerencial, utilizando dados de custos para o auxílio ao controle e tomada de decisões nas organizações, desse modo com informações exatas de custos, a empresa obtém vantagens competitivas no mercado. Leone (1997, p.22) “a contabilidade de custos, diante das necessidades gerenciais apresentadas pelos diversos objetos (entidade, produtos, serviços, componentes organizacionais etc.), prepara relatórios que contém os tipos de custos que vão atender às exigências de seus usuários”.

Martins (2008) relata que a contabilidade de custos tem duas funções: primeiro no auxílio ao controle e a ajuda na tomada de decisões, em relação ao controle, sua principal missão é fornecer dados para o estabelecimento de padrões, orçamentos e demais formas de previsões. A segunda função é na tomada de decisão, consiste na alimentação da informação sobre valores que refletem no corte de produção, no preço de venda, nas opções de compra e informações relevantes na consequência de curto e longo prazo.

Neste sentido, a contabilidade de custos aplicada à atividade rural, por meio dos sistemas e métodos de custeio, apura os custos de produção das diferentes cultivares, com base na identificação dos causadores dos custos em cada processo, seja ele na preparação do solo, no plantio, na manutenção da planta ou na colheita.

De acordo com Crepaldi (2011) os custos de produção na atividade agrícola são todos os gastos utilizados na produção rural, tais como: salários do pessoal envolvidos nos processos de produção da propriedade rural, os insumos utilizados na produção das culturas, os combustíveis e lubrificantes utilizados nas máquinas agrícolas, a depreciação e manutenção dos equipamentos, entre outros.

Como o produtor rural não pode estabelecer seu preço de venda em função da regulação dos preços pelo mercado externo, o máximo que ele consegue é cuidar na hora da comercialização para obter o melhor preço para a venda de seus produtos, surge a necessidade de aplicar o modelo de custeio relatado nos estudos realizados nesta área, para que possa auxiliar na gestão dos custos das atividades de cada cultura, envolvendo desde a preparação da área até a armazenagem ou comercialização. Após toda a gestão do custo, é possível estruturar os indicadores gerenciais para a tomada de decisão, neste sentido, o custeio baseado em atividade (ABC) é um método que demonstra clareza e transparência dos custos e resultados de cada atividade.

Neste contexto estudos realizados por Vieira; Winck; Lacerda (2014) apresentaram uma propriedade que utilizou o custeio ABC para a apuração dos custos e resultados na atividade agrícola, concluindo que os benefícios destacados com a utilização do modelo de Custeio Baseado em Atividades são a apropriação dos custos conforme as atividades necessárias para a sua produção, em que os custos indiretos são consumidos por essas atividades. “Permite-se a análise das atividades necessárias para a produção e, dentre elas, definem-se as que realmente agregam valor ao produto, podendo-se diminuir ou eliminar as atividades que não agregam valor”, (VIEIRA; WINCK; LACERDA, 2014, p. 12).

Ainda, estudos realizados por Schulz; Vieira (2015, p. 5) concluem também: “que a apuração dos custos e rateio por cultura com base nas horas de trabalho são mais precisos e condizentes com a realidade da propriedade, comparando com os métodos tradicionais e que são alocados às culturas pela quantidade de hectares”.

Baseado nas pesquisas realizadas sobre o tema e da necessidade que a propriedade tem em aplicar um modelo de sistema de custos, que apure todos os custos envolvidos na produção de soja, trigo e aveia preta, além da disponibilização dos indicadores de análise dos custos de produção das três culturas, do volume necessário de produção de cada uma e das margens e os respectivos resultados, assim como, no pós-colheita, os custos com armazenagem, tratamento das sementes até a sua comercialização.

Neste contexto, a questão do estudo é: qual a contribuição efetiva da aplicação do sistema de custeio baseado em atividades na apuração dos custos, volume e resultados da propriedade, bem como, da armazenagem até o momento da comercialização, que instrumentalize os proprietários no gerenciamento das cultivares da propriedade?

O objetivo é aplicar o sistema de custeio ABC na propriedade rural, contemplando a análise da relação custo, volume, resultados e as atividades de armazenagem, a fim de proporcionar informações relevantes para o gerenciamento da mesma.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO

São abordados temas de fundamentação teórica no que se refere à contabilidade, contabilidade de custos, contabilidade agrícola e classificação dos custos, servindo como base para o entendimento desses assuntos e desenvolvimento do estudo aplicado.

2.1 CONTABILIDADE DE CUSTOS

A contabilidade de custos compreende a terminologia geral dos gastos, é um instrumento que atende a necessidades gerenciais, visando o desempenho e rentabilidade das organizações, auxiliando no controle e planejamento, fornecendo informações para tomada de decisões.

Segundo Bruni; Famá (2004, p. 24) define a contabilidade de custos como um “processo ordenado de usar os princípios da contabilidade geral para registra os custos de operação de um negócio”. Dessa forma, com informações coletadas das operações e das vendas, a administração pode empregar os dados contábeis e financeiros para estabelecer os custos de produção e distribuição, unitários ou totais, para um ou para todos os produtos fabricados ou serviços prestados, além dos custos das outras diversas funções do negócio, objetivando alcançar uma operação racional, eficiente e lucrativa.

Os custos apresentam uma forma de classificação de acordo com o seu grau de identificação e variabilidade, seu entendimento é fundamental para realização de um sistema de custos e necessidades gerenciais.

Com relação aos custos na área agrícola, Crepaldi (2011, p. 100) explica que os custos diretos “são aqueles que podem ser diretamente (sem rateio) apropriados aos produtos agrícolas, bastando existir uma medida de consumo (quilos, horas de mão de obra ou de máquinas, quantidade de força consumida etc.)”.

Os custos indiretos aos produtos agrícolas para que sejam incorporados é necessário que haja um critério de rateio, cálculos ou estimativas para serem apropriados em diferentes produtos. São exemplos:

1. Depreciação de equipamentos agrícolas: são utilizados na produção de mais de um produto agrícola.
2. Salários dos chefes de supervisão de equipes em produção.
3. Aluguel de pastos.
4. Energia elétrica que não pode ser associada ao produto agrícola.
5. Impostos e taxas sobre a propriedade rural.
6. Manutenção e conservação de equipamentos agrícolas, (CREPALDI, 2011, p. 101).

Os custos indiretos não se identificam diretamente com a produção, são custos que fazem parte da estrutura da empresa, sendo necessário fazer rateios, já os custos diretos podem ser facilmente mensuráveis e alocados aos produtos, sem a necessidade de critérios de rateio.

Quanto à sua variação de acordo com o volume produzido os custos classificam-se em variáveis e fixos. Segundo Bierman; Dyckman (apud LEONE, 2008, p. 73) “[...] um custo variável é um custo que é proporcional ao nível de atividade (o custo aumenta à medida que a atividade aumenta) e um custo fixo é constante no total, na faixa de volume relevante da atividade esperada que está sendo considerada”.

Os custos variáveis estão diretamente relacionados com o volume de produção, quanto maior seu volume, maiores serão os custos variáveis totais. Em relação aos custos variáveis na atividade agrícola, Crepaldi (2011, p. 102) conceitua que os custos variáveis variam proporcionalmente ao volume produzido. Exemplo: insumos, embalagens. Se não houver quantidade produzida, o custo variável será nulo. Os custos variáveis aumentam à medida que aumenta a produção agrícola. Outros exemplos: insumos indiretos consumidos, depreciação dos equipamentos agrícolas quando esta for feita em função das horas- máquinas trabalhadas, gastos com horas extras na produção agrícola etc.

Para Santos; Marion; Segatti (2002, p. 43) complementam que os custos variáveis na produção agrícola “são aqueles que variam em proporção direta com o volume de produção ou área de plantio. Ex.: mão-de-obra direta, matérias diretos (fertilizantes, sementes, rações) [...]”.

Os custos fixos são aqueles que permanecem no mesmo valor independente da quantidade produzida, são gastos relacionados com a atividade, mas que permanecem fixos, considerando a capacidade produtiva instalada.

Nesta mesma linha Santos; Marion; Segatti (2002, p. 43) destacam que os custos fixos são os que permanecem inalterados em termos físicos e de valor, independentemente do volume de produção e dentro de um intervalo de tempo relevante. Geralmente são oriundos da posse de ativos e de capacidade ou estado de prontidão para produzir. Por isso, também são conhecidos como custos de capacidade. Ex.: depreciações de instalações, benfeitorias e máquinas agrícolas; seguro de bens; salários de técnicos rurais e chefias.

Desta forma, os custos variáveis têm duração de curto prazo, necessitando ser repostos a cada ciclo do processo produtivo, enquanto que os custos fixos operam em vários ciclos produtivos, devido sua incorporação total aos produtos, permitindo sua vida útil, conforme será apresentado seguidamente.

Os custos patrimoniais são compostos pela depreciação, amortização e exaustão. Eles se compõem dos bens destinados ao uso e à manutenção da empresa rural. A depreciação representa uma quota do gasto de bens físicos sujeitos a desgaste ou perda da utilidade.

Para os implementos agrícolas utilizados na lavoura, Marion (2006) destaca que em virtude de entressafra, chuvas, geadas, ociosidades, recomenda-se a apropriação da depreciação em decorrência do uso das respectivas culturas, desse modo surge à necessidade de se calcular a depreciação por hora, estimando-se um número de horas de trabalho por equipamento, em vez de quantidades de anos de vida útil.

Os custos com pessoal são todos os gastos ocorridos no que se refere ao pagamento de mão de obra, seja a folha de pagamento, recolhimento de encargos aos órgãos oficiais, custos com férias, décimo terceiro salário e demais benefícios que a empresa oferece aos seus colaboradores.

Nos termos do artigo 2º, da Lei 5.889/73, considera-se empregado rural “toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário”, ou seja, todo aquele que presta serviço de natureza rural, de forma habitual e com subordinação.

2.2 CUSTOS NA ATIVIDADE RURAL

O setor agrícola é um importante agente econômico e social. Por estar em um mercado cada vez mais competitivo, torna-se importante a gestão e o aprimoramento de instrumentos que forneçam informações relevantes a atividade agrícola. Os produtores rurais ainda encontram dificuldades em realizar a gestão da propriedade, principalmente no que diz respeito à gestão de custos e resultados.

Na agricultura, a administração do empreendimento rural exige tecnologia e conhecimentos para lidar com os riscos e incertezas próprias do setor (clima, política, economia, legislação, etc), a instabilidade da renda em razão da produtividade e preços internos e externos, as características de oligopólio e oligopsonia no comércio e indústria que se relacionam com a agricultura, as variações de preços e as dificuldades de comercialização na safra, o crédito muitas vezes problemáticos, a perecibilidade dos produtos agrícolas, além da própria complexidade da produção agrícola (local, tempo, espaço, clima, meio ambiente, solo, etc), (CONAB, 2010, p. 13).

Nesse sentido, para Crepaldi (2011, p. 3) a administração rural é: “o conjunto de atividades que facilita aos produtores rurais a tomada de decisões ao nível de sua unidade de produção, a empresa agrícola, com o fim de obter o melhor resultado econômico, mantendo a produtividade da terra”.

Os autores Santos; Marion; Segatti (2002, p. 18) complementam que: “o principal papel do administrador rural é planejar, controlar, decidir e avaliar os resultados, visando à maximização dos lucros à permanente motivação, ao bem-estar social de seus empregados e à satisfação de seus clientes e da comunidade”.

Os autores ainda destacam que para se obter decisões eficazes, o administrador deve conhecer fatores que afetam os resultados econômicos, os quais são de natureza externa e interna.

a) Fatores externos:

- Preços dos produtos: histórico e tendência;
- Clima: histórico e tendência;
- Existência de mercado para os produtos;
- Política de crédito e financiamento;
- Disponibilidade de mão-de-obra na região etc.

b) Fatores internos:

- Tamanho da empresa agropecuária;
- Rendimentos dos cultivos e criações;
- Seleção e combinação de atividades produtivas;
- Eficiência do equipamento;
- Condições pessoais do administrador etc, (SANTOS; MARION; SEGATTI, 2002, p. 18-19).

Assim como as demais empresas, as empresas rurais também devem ter preocupações quando se trata de custos de produção. Conforme Conab (2010) a produção na atividade agrícola, pelas suas particularidades, exige escolhas racionais e utilização eficiente dos fatores produtivos. Esse processo de tomada de decisão reflete no seu custo total, que, por sua vez, impacta os resultados ótimos da atividade. O custo da produção agrícola é parte essencial para a gestão do empreendimento rural e o seu acompanhamento pelo Estado é importante para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, (CONAB, 2010, p. 9).

O autor Martin et al. (1994, p. 1) explica em seu artigo que os custos permite a estimativa de custo de produção para diferentes atividades agropecuárias, considerando vários níveis de tecnologia (processos), várias moedas e para qualquer período desejado, incluindo uma análise simplificada de custos e retornos, fornecendo importantes informações para a tomada de decisão.

Conforme Callado; Callado (2015) são várias as finalidades para a determinação do custo dentro de uma empresa rural, onde a busca por uma maior capacidade gerencial através de critérios se dá pelo suprimento de informações relevantes dos diversos produtos, o produtor utiliza-se dessas informações como elementos auxiliares nas escolhas das práticas agrícolas a serem adotadas nos próximos períodos.

Um sistema de custos completo tem atualmente objetivos amplos e bem definidos, que refletem sua importância como ferramenta básica para a administração de qualquer empreendimento, especialmente na agropecuária, onde os espaços de tempo entre a produção e vendas, ou seja, entre custos e receitas, fogem à simplicidade de outros tipos de negócios. Os objetivos referem-se ao uso do que se pretende fazer com os dados de custos, a finalidade está por trás das informações que se buscam, os custos trazem informações de relevância estratégicas, como fixar os preços de venda, alterar a linha de produtos, fixar os volumes de produção, estabelecer os limites de custos, especialmente os fixos, (SANTOS; MARION; SEGATTI, 2002).

Os custos na agricultura são bastante importantes, pois atingem diretamente no resultado. Através de uma boa gestão de custos é possível identificar alternativas de redução de custos na produção, além de contribuir para o controle dos custos empregados nos processos de produção e a comparação de resultados.

O crescimento do empreendimento rural depende basicamente do nível de gerenciamento, que contemple habilidades técnicas e administrativa e aproveitamento dos recursos disponíveis, tais como: terras, implementos agrícolas, recursos humanos, infraestrutura e informações para tomada de decisões, para assim garantir o lucro e a continuidade da propriedade rural.

2.3 MÉTODOS DE CUSTEIO

Custeio é o método para a apropriação dos custos, eles são responsáveis pela diferenciação dos custos em fixo e variáveis e a separação dos desperdícios dos custos e ainda como os dados são processados para a obtenção das informações.

O método de custeio por absorção é o mais utilizado, por ser um método que adere reconhecimento em quase todo o mundo de acordo com princípios fundamentais da contabilidade, e também pela legislação comercial e fiscal.

Conforme Maher (2001) esse método de custeio utiliza o sistema de contabilização de custos, em que os custos fixos e os custos variáveis de produção são considerados custo do produto, sendo eles atribuídos às unidades produzidas.

Portanto, esse método apropria tanto custos diretos como indiretos, ou seja, são todos os custos envolvidos na produção de determinado produto, mediante critério de rateio. A principal função deste critério é ter o custo total de cada objeto de custeio, para assim determinar a rentabilidade de cada atividade e compor uma informação significativa no auxílio a decisões gerenciais.

O Método de custeio variável ou direto, apenas é alocado aos produtos àqueles custos que variam diretamente com o volume de produção, ou seja, apenas são apropriados os custos variáveis, não são considerados todos os custos de produção.

Martins (2008, p. 198) destaca que no custeio variável “só são alocados aos produtos os custos variáveis, ficando os fixos separados e considerados como despesa do período, indo diretamente para o resultado, para os estoques só vão, como consequência, custos variáveis”.

Em vista disso, pode-se dizer que o custeio variável, não atende as exigências da legislação, esse método é aceito apenas para informações gerenciais. Dessa forma, age como instrumento gerador de informações para melhor orientar o processo gerencial.

O Custeio baseado em atividades – ABC procura evitar possíveis distorções dos sistemas tradicionais de custos, e proporcionar uma melhor visão de consumo de recursos da empresa por atividade produzida, é um método que separa os custos por atividade.

O custeio baseado em atividades é um método que identifica um conjunto de custos para cada transação de cada atividade, que age como direcionador de custos. Os custos são alocados aos produtos com base na numeração dessas transações, que o produto consome de recurso. Procura também aprimorar o custeamento dos produtos por meio de mensurações corretas dos custos indiretos fixos, em cima das atividades geradoras desses custos, para acumulação diferenciada ao custo dos diversos produtos da entidade, (PADOVEZE, 2003).

Em relação ao resultado da aplicação do método ABC em uma pequena propriedade rural, Balzan; Dall’Agnoll, (2015, p. 15) concluem que é viável e possibilita a geração de informações relevantes para a gestão, apresentando contribuições significativas na gestão dos custos de

complexidade (indiretos). Ainda, com a aplicação do método ABC, os proprietários conseguiram identificar o real resultado do exercício analisado, o uso de recursos por cada uma das atividades e, também, quais foram os produtos com maiores lucratividades [...].

Diante do exposto, é perceptível que a inserção desse método nas propriedades agrícolas resultará em benefícios visto que permitirá uma visualização dos custos por meio de análise das atividades produzidas dentro da propriedade, possibilitando a identificação de todos os custos envolvidos no processo de produção e suas respectivas relações com o produto.

2.4 INDICADORES GERENCIAIS DE CUSTOS

A margem de contribuição, ponto de equilíbrio e a margem de segurança são indicadores fundamentais na análise da margem gerada por tipo de cultura, por hectare plantada e colhida, por saca, além do desempenho de cada cultura para o processo de tomada de decisão nas entidades rurais.

A margem de contribuição é a diferença entre o preço de venda menos os custos e despesas variáveis de cada produto. A margem de contribuição pode ser unitária ou total. Martins (2008) explica a margem de contribuição por unidade é a diferença entre o preço de venda e o custo variável de cada produto, é o valor que cada unidade traz efetivamente para empresa entre a receita e o custo que provocou.

A margem de contribuição total é à margem de contribuição unitária, multiplicada pela quantidade vendida, ela representa parcela do preço que está disponível para a cobertura dos custos fixos e para a geração do lucro.

De acordo com Wernke (2001, p. 42) complementa que: “a margem de contribuição é o valor resultante da venda de uma unidade, após deduzir os custos e despesas variáveis associados ao produto comercializado. Tal valor contribuirá para pagar os custos fixos da empresa e gerar lucro”.

A margem de contribuição demonstra o lucro unitário que cada produto proporciona, fornecendo informações relevantes ao administrador para a tomada de decisões, como aumentar ou diminuir sua produção, reduzir custos, para que se chegue ao retorno desejado.

O ponto de equilíbrio demonstra o quanto de volume a empresa precisa produzir ou vender para que consiga pagar todos os custos e despesas incorridas sob determinado produto, ou seja, indica qual a capacidade mínima em que a empresa deve operar para não ter prejuízo em sua produção.

O autor Crepaldi (2011, p. 169) reconhece que o ponto de equilíbrio é aquele momento em que a empresa rural atinge um volume de vendas que lhe permite cobrir seus custos operacionais. Sem lucro nem prejuízo. Este momento também é conhecido por outros nomes como: ponto de nivelamento, ponto nulo, ponto de empate, ponto de ruptura ou ponto crítico.

Existem três formas para se calcular o ponto de equilíbrio: ponto de equilíbrio contábil, econômico e financeiro, todos fornecem importantes subsídios para um bom gerenciamento.

Para obter o ponto de equilíbrio contábil da empresa é necessária a análise dos gastos variáveis e fixos, representando o volume de vendas que será necessário para cobrir todos os custos, sendo que o lucro é considerado nulo, (BRUNI; FAMÁ, 2004).

“O ponto de equilíbrio financeiro informa o quanto a empresa terá de vender para não ficar sem dinheiro para cobrir suas necessidades de desembolso”, (BORNIA, 2010, p. 63).

Para Wernke (2001) no ponto de equilíbrio financeiro, calcula o nível da atividade que é necessário para pagar os custos fixos e outras dívidas que a empresa possa ter como empréstimos e financiamentos. Bruni; Famá (2004, p. 259) complementam que “[...] no cálculo do ponto de equilíbrio financeiro não devem ser considerados gastos relativos, a depreciações, amortizações ou exaustões, pois estas não representam desembolsos para a empresa”.

“O ponto de equilíbrio econômico mostra a rentabilidade real que a atividade escolhida traz, confrontando-as com outras opções de investimento”, (BORNIA, 2010, p. 63).

Para Bruni; Famá (2004, p. 257) o conceito de ponto de equilíbrio econômico é: “apresenta a quantidade de vendas que a empresa deveria obter para poder cobrir a remuneração mínima do capital próprio nela investido [...]”. Segundo Wernke (2001) é a quantidade necessária para atingir o lucro desejado, e o quanto é necessário vender para alcançar o objetivo da organização.

Diante do que foi exposto, é perceptível que o ponto de equilíbrio serve como suporte às necessidades informativas para as organizações, a qual um gestor necessita saber o volume suficiente para que a empresa não tenha prejuízo, ou ainda qual o número a ser vendido para que a empresa alcance o lucro desejado.

A margem de segurança consiste na diferença entre a quantidade vendida menos a quantidade no ponto de equilíbrio, ela representa o quanto as vendas podem cair sem que ocorra prejuízo para a empresa.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Padoveze (2003, p. 290) define a margem de segurança “como o volume de vendas que excede às vendas calculadas no ponto de equilíbrio. O volume de vendas excedente, para se analisar a margem de segurança, pode ser tanto o valor das vendas orçadas, como o valor real das vendas”.

“A margem de segurança indica a distância física em que a empresa está trabalhado em relação a seu ponto de equilíbrio” (BRUNI; FAMÁ, 2004, p. 264).

A margem de segurança fornece informações ao gestor quanto à capacidade mínima que a empresa deve operar sem que ocorra prejuízos, além de auxiliar na quantidade de venda que pode ocasionalmente diminuir sem prejudicar a empresa, fornecendo assim informações relevantes a administração.

3 METODOLOGIA

A natureza do estudo se classifica como aplicada, segundo Zamberlan et al. (2014, p. 94) “visa gerar conhecimentos para aplicação prática voltados à solução de problemas específicos da realidade. Envolvendo verdades e interesses locais”. A forma de abordagem é qualitativa, de acordo com Beuren et al., (2004, p. 92) “concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de estudo qualitativo, haja vista a superficialidade deste último”. Quanto aos objetivos o estudo se classifica em pesquisa descritiva, de acordo com Gil (2010, p. 27) “têm como objetivo a descrição das características de determinada população. Podem ser elaboradas também com finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis”. Referente aos procedimentos técnicos esta pesquisa é documental, bibliográfica e estudo de caso. Utilizou-se matérias publicados para a base em livros, artigos científicos, revistas, sites e documentos fornecidos pelo proprietário.

A coleta de dados ocorreu por intermédio de entrevista não estruturada e documentos disponibilizados pelo produtor rural, entre eles notas fiscais, blocos do produtor rural, planilhas de controles os quais continham informações de sustentação para a apuração dos custos de produção e análise de resultados. Para Vergara (2009, p. 51) “na coleta de dados, o leitor deve se informar como pretende obter os dados de que precisa para responder ao problema”. Estes dados foram sistematizados em planilhas do excel, analisados e interpretados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Propriedade estudada está localizada na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, interior da cidade de Jóia. É uma propriedade familiar, gerenciada por um proprietário, com uma área produtiva de 223,5 hectares, desses 115 hectares são arrendados de terceiros o restante é próprio, as culturas cultiváveis são soja, trigo e aveia preta, a área utilizada para a cultura da soja são os 223,50 hectares, e as culturas de trigo e a aveia preta são 100 hectares e 112,50 hectares respectivamente. Os dados coletados tiveram como base em dois anos agrícola 2014/2015 e 2015/2016 para a cultura da soja enquanto que o trigo e a aveia preta apenas o ano agrícola 2014/2015.

As culturas são semeadas conforme sua época de produção, a soja no verão e o trigo e a aveia preta no inverno, é importante que seja feito a rotatividade das culturas para melhores resultados. Esta atividade rural possui apenas duas safras ao ano: a safra de verão que é a colheita da soja e a safra de inverno que é a do trigo ou a aveia preta

Para o levantamento dos custos de produção, inicialmente foram apurados os custos com insumos de cada cultura, custos com depreciação de equipamentos e benfeitorias, custos indiretos e mão de obra. Após o levantamento de todos os custos envolvidos nas atividades da produção, faz-se necessário o cálculo do custo total de cada cultura, o qual foi baseado em três métodos para apropriar seus custos: o custeio ABC, absorção e variável.

No custeio baseado em atividades, foram consideradas as seguintes etapas: preparo do solo, plantio, tratamento e a colheita proporcionando uma visão de consumo de recursos por atividade como mostra a tabela a baixo:

TABELA 1 - Custo total pelo custeio ABC

Etapas de produção	Preparo do solo	Plantio	Tratamento	Colheita	TOTAL
Soja 2015	40.105,50	126.248,41	159.064,75	40.105,50	365.524,15
Soja 2016	43.017,08	87.144,55	199.469,04	43.017,08	372.647,75
Trigo	13.565,16	67.682,46	41.443,77	13.565,16	136.256,55
Aveia Preta	14.068,37	21.636,75	22.952,99	14.068,37	72.726,48

Fonte: Dados conforme pesquisa (2016).

Na tabela 1, demonstra o valor gasto em cada etapa da produção dos cultivares da soja, trigo e aveia preta. Observa-se que o preparo do solo e a colheita, tiveram o mesmo valor em todas as

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

culturas, isto por que o rateio do custo com mão de obra, custo indireto fixo e variável e o arrendamento são iguais para todas as etapas de produção, esses custos estão presentes em todas elas, diferente do custo com insumo que está direcionado para o plantio e o tratamento.

Na produção da soja 2015 e 2016 e também a aveia preta, apresentaram um custo maior na etapa de tratamento dessas produções, enquanto que o trigo um custo mais expressivo no seu plantio do que no seu tratamento. Todas as culturas tiveram o processo do preparo do solo e a colheita um custo menor em relação às outras etapas.

No custeio de absorção levam-se em conta todos os custos envolvidos sejam eles diretos, indiretos, fixos ou variáveis, ou seja, são apropriados todos os custos registrados no período.

TABELA 2 - Custo total e custo da saca pelo método de custeio absorção

Culturas	Soja 2015	Soja 2016	Trigo 2015	Aveia preta 2015
Insumos	205.102,17	200.579,44	81.995,91	16.453,00
Mão de obra	24.300,00	24.300,00	13.500,00	10.800,00
CIF	47.355,80	47.355,80	21.188,28	24.048,69
CIV	18.372,69	18.652,36	8.220,44	9.330,20
Arrendamento	70.393,50	81.760,15	11.351,92	12.094,59
Custo total	365.524,15	372.647,75	136.256,55	72.726,48
Área plantada	223,50	223,50	100,00	113,50
Custo há	1.635,45	1.667,33	1.362,57	640,76
Médias de sacas por há	36	47,00	32	32
Quantidade de sacas produzidas	8.046	10.505	3.200	3.632
Custo da saca	45,43	35,48	42,58	20,02

Fonte: Dados conforme pesquisa (2016).

A tabela 2 apresenta os custos com insumos, mão de obra, custos fixos e variáveis e ainda o custo com arrendamento, gerando então o custo total de cada cultura produzida pelo método de custeio por absorção.

A cultura da soja 2015 apresentou um custo total de R\$ 365.524,15 para a área plantada de 223,5 hectares, que gera um custo por hectare de R\$ 1.635,45, dessa área plantada foi produzida em média 36 sacas de soja, que dividindo por esse número, a cultura da soja tem um custo de R\$ 45,43 por sacas de soja produzida. Na produção da soja 2016 seu custo total foi de R\$ 372.647,75 para a mesma quantidade de área plantada, o custo por hectare foi de R\$ 1.667,33, sua quantidade produzida foi superior em uma média de 47 sacas por hectare, que resultou um custo por hectare inferior ao ano anterior, sendo este de R\$ 35,48 por saca.

O trigo apresentou um custo total de R\$ 136.256,55 para uma área plantada de 100 hectares, gerando um custo de R\$ 1.362,57 por hectares produzidos, dessa área teve um rendimento de 32 sacas por hectare, que no total gerou 3.200 sacas de trigo, resultando em um custo de R\$ 42,58 para cada saca produzida, valor este do custo por hectare dividido pelas 32 sacas.

A aveia preta para a produção de 113,5 hectares apresentou um custo total de R\$ 72.726,48, dividindo-se o valor do custo pela área plantada, o custo total por hectare é R\$ 640,76, essa cultura teve rendimento em sacas de 3.632, uma média de 32 sacos por hectares, sendo um custo de R\$ 20,02 por sacas produzidas.

No cultivo da safra 2014/2015, o trigo apresentou uma média baixa de produção por ter sofrido com geadas e a cultura da soja também, pois o produtor teve dificuldades no controle da ferrugem o que prejudicou no rendimento de grãos dessas culturas.

No método de custeio variável ou direto, são considerados todos os custos que variam diretamente com a produção, sendo um método utilizado apenas pra fins gerenciais, não atendendo as exigências da legislação.

TABELA 3 - Custo total e custo da saca pelo método de custeio variável

Culturas	Soja 2015	Soja 2016	Trigo 2015	Aveia preta 2015
Insumos	205.102,17	200.579,44	81.995,91	16.453,00
Mão de obra	24.300,00	24.300,00	13.500,00	10.800,00
CIV	18.372,69	18.652,36	8.220,44	9.330,20

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Culturas	Soja 2015	Soja 2016	Trigo 2015	Aveia preta 2015
Arrendamento	70.393,50	81.760,15	11.351,92	12.094,59
Custo total	318.168,35	325.291,95	115.068,27	48.677,79
Área plantada	223,50	223,50	100,00	113,50
Custo há	1.423,57	1.455,44	1.150,68	428,88
Médias de sacas por há	36,00	47,00	32,00	32,00
Quantidade de sacas produzidas	8.046	10.505	3.200	3.632
Custo da saca	39,54	30,97	35,96	13,40

Fonte: Dados conforme pesquisa (2016).

Conforme a tabela 3, o custo total da soja 2015 pelo método de custeio variável gerou um montante de R\$ 318.168,35 esse valor inclui gastos como insumos, mão de obra, custos indiretos variáveis e arrendamento. O custo por hectare é 1.423,57 para a produção de 223,5 hectares de soja, este valor gera da divisão do custo total pela área plantada, a média por hectares foi de 36 sacas, o que gerou o valor de R\$ 39,54 por saca, apenas de custos variáveis.

Para a produção da soja 2016, o custo total variável foi de R\$ 325.291,95 para uma área de 223,5 hectares, seu custo por hectare foi de R\$ 1.455,44, essa cultura teve uma média por hectare de 47 sacas, que gera seu custo por saca de R\$ 30,97, a cultivação da soja nesse período foi mais lucrativo, por esse modo seu custo por saca for menor que o ano anterior.

Na cultura do trigo, para a produção das 100 hectares, obteve um custo total variável de R\$ 115.068,27, que representou R\$ 1.150,68 de custo por hectare, à média produzida foi de 32 sacas, que gera o valor de R\$ 35,96 de custo variável por saca colhida.

Na cultivar da aveia preta, em uma área de 113,5 hectares teve um custo total de R\$ 48.677,79, que representa um custo variável por hectare de R\$ 428,88, essa cultura tem um custo mais baixo em relação ao trigo por demandar menos insumos, ela possui a mesma média se sacas colhida de 32, que gera um custo de R\$ 13,40 por sacas colhidos sendo apenas custos variáveis.

Posteriormente, foram calculado a margem de contribuição, ponto de equilíbrio e margem de segurança, três indicadores que fornecem informações para tomada de decisões. A cultura da soja nos dois anos de análise e a cultura da aveia preta demonstram margem de contribuição positiva, enquanto que o trigo uma margem negativa, não cobrindo seus custos variáveis de produção nem seus custos fixos.

O ponto de equilíbrio da cultura da soja é menor que o da aveia preta, em função que a margem de contribuição unitária é maior, conseqüentemente precisa de menos sacas para cobrir seus custos e despesas fixas. O cálculo do ponto de equilíbrio do trigo não foi possível realizar devido à cultura apresentar uma margem de contribuição negativa.

A margem de segurança foi satisfatória para as culturas da soja e trigo, principalmente na soja de ano agrícola 2015/2016, com um percentual superior em relação ao ano anterior, operando acima do ponto de equilíbrio.

O trigo não cobriu seus custos diretos de produção, apesar disso não deve sair de linha de produção da propriedade, uma vez que foi demonstrado na análise de dois anos de soja pode-se constar que a produção de nenhum ano é igual ao outro, sua produção favorece com o pagamento dos custos fixos da propriedade para produzir as cultivares, além de ajudar na fertilidade do solo, para que no próximo cultivo aumente a produtividade.

O estoque excedente é o valor da produção que não foi vendida, ela pode ser usada para semente no próximo ano, sendo ainda que uma parte desse estoque possui uma pequena perda que pode ocorrer devido à umidade, podendo não ter qualidade para comercializar. O estoque excedente é encontrado da dedução da quantidade produzida, menos a quantidade vendida, resultando o número de sacas por cultivar que não foi comercializada ficando na propriedade em estoque. A cultura da soja 2015 teve um estoque excedente de aproximadamente 4% da quantidade produzida, a soja 2016 teve um estoque excedente de 3%, o trigo teve um estoque excedente aproximadamente de 6% e a aveia preta uma média de 5%.

No custo com armazenagem é levada em consideração a depreciação das benfeitorias que são responsáveis pela armazenagem, o tratamento de insetos e percevejos para garantir a qualidade do grão, e demais despesas que compõem esse processo como energia elétrica e lenha para o processo de secagem. A cultura do trigo apresentou um maior custo de armazenagem em relação às demais culturas por necessitar de secagem e de tratamento de insetos, com o valor do custo de

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

armazenagem calculado o proprietário saberá qual será sua receita líquida de venda, uma vez que esse custo deve ser deduzido do seu resultado, já que o proprietário armazena toda sua safra na propriedade, possibilitando assim escolher o melhor momento de comercializar sua produção. Os cálculos do resultado líquido de venda das culturas são demonstrados na tabela 4:

TABELA 4- Demonstração do resultado

Demonstração do resultado	Soja 2015	Soja 2016	Trigo 2015	Aveia preta 2015
Receita	554.637,50	750.435,00	86.562,72	92.855,00
(-) Custo variável	318.168,35	325.291,95	115.068,27	48.677,79
(-) Despesa variável	17.331,66	17.260,01	2.247,71	2.135,67
(=) Margem de contribuição total	219.137,48	407.883,04	-30.753,26	42.041,55
(-) Custos fixos	47.355,80	47.355,80	21.188,28	24.048,69
(=) Resultado	171.781,69	360.527,25	-51.941,53	17.992,85
(-) Custo de armazenagem	2.473,55	2.513,55	2.740,94	1.245,51
(=) Resultado líquido de venda	169.308,14	358.013,70	-54.682,47	16.747,34

Fonte: Dados conforme pesquisa (2016).

Percebe-se que a cultura da soja nos dois anos agrícolas analisados demonstraram resultado positivo. A aveia preta um resultado baixo e o trigo apresentou um prejuízo devido sua produtividade ser menor e o preço comercializado relativamente baixo, pois apresentou qualidade inferior no seu grão produzido devido à geada e ferrugem. Logo nota-se que a cultura da soja é a que mantém a propriedade, devido seus bons resultados.

Após a apuração de todos os custos e análise dos resultados obtidos, pode-se relatar que a apuração dos custos agrícolas produz meios de reduzir os custos de produção, mensurar níveis de produtividade e rentabilidade. O controle de custos de cada atividade orienta o gestor nos seus gastos, rendimentos, volume de produção, custos e resultados, possibilitando ao produtor planejar ações futuras, lucidez da viabilidade do seu negócio e gerenciar sua propriedade de forma clara.

A aplicação de um sistema de custos é vital para qualquer tipo de negócio, na área agrícola principalmente o resultado quanto mais preciso possível melhor auxilia na tomada de decisões e planejamento para o plantio do próximo ano agrícola, garantindo o gerenciamento e a continuidade da produção.

5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contabilidade de custos é uma peça indispensável para o desenvolvimento de todas as técnicas de controle, particularmente sobre seus custos, contribuição na verificação do resultado que irá obter, além de informações úteis no processo decisório, gerando subsídio no gerenciamento da propriedade.

A apuração dos custos agrícolas produz meios de reduzir os custos de produção, níveis de produtividade e rentabilidade. O controle de custos de cada atividade orienta o gestor nos seus gastos, rendimentos, volume de produção, custos e resultados, possibilitando ao produtor planejar ações futuras, lucidez da viabilidade do seu negócio e gerenciar sua propriedade de forma clara.

A atividade agrícola utiliza-se pouco de sistema de custos para demonstrar resultados reais a serem usado como ferramenta no processo decisório. O objetivo desse trabalho era de realizar um levantamento de todos os custos envolvidos na produção, armazenagem e comercialização, apurando os dados para realizar a análise de custo, volume e resultado, gerando informações relevantes para o gerenciamento da mesma, uma vez, que o preço de venda não é estabelecido pelo produtor e seu produto depende principalmente das condições climáticas para produzir.

Para realização do presente estudo, inicialmente buscou-se um embasamento teórico em livros, artigos e revistas sobre contabilidade de custo e contabilidade rural, o que auxiliam no entendimento da contabilidade de custos aplicada a atividade rural, especialmente do sistema de custeio ABC, e dos métodos de custeio por absorção e variável, que foi utilizado no estudo aplicado.

Com a descrição dos processos de cada cultura foi possível demonstrar os custos envolvidos em cada etapa da produção do preparo do solo até sua comercialização com o auxílio do proprietário para levantamento de dados, possibilitando a classificação e apuração de custos de forma correta. Conforme documentos e anotações disponibilizadas, calcularam-se os custos com insumos, custo com mão de obra para produzir cada cultura, também os custos indiretos envolvidos na produção e a depreciação de maquinários e benfeitorias.

Diante disso, foram apurados os custos em cada atividade pelo custeio ABC e depois apurado o custo total pelo método de custeio de absorção e variável, fornecendo informações de custo por hectare e por saca produzida. Em seguida calculou-se a margem de contribuição unitária, ponto de

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

equilíbrio e margem de segurança, com essa análise de custo e do volume, foi visível que a cultura do trigo apresenta prejuízo, pois não conseguiu nem cobrir seus custos diretos e variáveis de produção. As demais culturas, como a soja e aveia preta operaram acima do ponto de equilíbrio, pagando todos seus custos e gerando resultado positivo a propriedade.

Em virtude do período de estudo foi possível analisar dois anos de safra da cultura soja, o ano de 2015 e 2016, os custos com insumos e mão de obra foram basicamente iguais, no entanto no ano de 2016, os rendimentos em sacas foram maiores e com o preço de venda valorizado, seu resultado foi superior que todo o ano agrícola de 2015 envolvendo as três culturas, em vista disso mesmo o trigo apresentando prejuízo o ano agrícola de 2015 fechou com um resultado positivo. O trigo não cobriu seus custos diretos de produção, apesar disso não deve sair de linha de produção da propriedade, como foi demonstrado na análise de dois anos da cultura da soja, pode-se concluir que nem um ano é produtivo igual o outro, sua produção favorece com o pagamento dos custos com a propriedade para produzir, além de ajudar na fertilidade do solo, para que no próximo cultivo aumente a produtividade.

Com relação aos custos de armazenagem, conclui-se também que a venda direta a uma unidade de recebimento não é mais vantajoso que a armazenagem do grão na propriedade, seus custo é relativamente baixo com os benéficos e a oportunidade de guardar seu grão em casa, e também não são todas as culturas que são possíveis ser comercializadas após a colheita como é o caso da aveia preta.

Finalizando, pode-se dizer que a aplicação de um sistema de custos é vital para qualquer tipo de negócio, na área agrícola principalmente o resultado quanto mais preciso possível melhor auxilia na tomada de decisões e planejamento para o plantio do próximo ano agrícola, garantindo o gerenciamento e a continuidade da produção.

REFERÊNCIAS

BALZAN, Cleonice; DALL'AGNOL, Roberto Mauro. **Gestão por atividades na pequena propriedade rural**: um estudo de caso envolvendo a aplicação do Método de Custeio ABC. XXII Congresso Brasileiro de Custos– Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 11 a 13 de novembro de 2015, Disponível em:

<<http://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4010/4011>>.

BATTISTUSSI, Fernando; ANTONELLI, Ricardo Adriano; BORTOLUZZI, Sandro César. *Apuração e análise de resultados na produção de soja para pequenos produtores rurais*. Periódico eletrônico: Custos e agronegócio online, v. 10, n. 3 – Jul/Set - 2014. Disponível em:

<<http://www.custoseagronegocionline.com.br/numero3v10/Artigo%2010%20soja.pdf>>.

BEUREN, Ilse Maria et al. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade*. 2. ed. São Paulo. Editora Atlas, 2004, 195 p.

BORNIA, Antonio Cezar. *Análise gerencial de custos: Aplicação em empresas modernas*. 3. ed. São Paulo. Editora Atlas, 2010, 214 p.

BRASIL. *Lei 5.889/73*. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5889.htm>.

BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. *Gestão de custos e formação de preços: com aplicações na calculadora HP 12C e Excel*. 3. ed. São Paulo. Editora Atlas, 2004, 551 p.

CALLADO, Antônio André Cunha; CALLADO, Aldo Leonardo Cunha. *Custos: um desafio para a gestão no agronegócio*. 2015 Recife/PE. Disponível em:

<[http://biblioteca.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/7DC55898743CF66483256F6B00617007/\\$File/NT00A2306.pdf](http://biblioteca.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/7DC55898743CF66483256F6B00617007/$File/NT00A2306.pdf)>.

CONAB. *Custos de produção agrícola: A metodologia da Conab*. Brasília, 2010. 60 p. Disponível em:

<<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/0086a569bafb14cebf87bd111936e115.pdf>>.

CREPALDI, Silvio Aparecido. *Contabilidade rural*. 6. ed. São Paulo. Editora Atlas, 2011, 386 p.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo. Editora Atlas, 2010, 184 p.

KOLIVER, Olivio. *Contabilidade de custos*. 2. ed. Curitiba. Juruá Editora, 2010, 521p.

LEONE, George Sebastião Guerra. *Custos: planejamento, implantação e controle*. 3. ed. São Paulo. Editora Atlas, 2008, 518 p.

_____. *Curso de contabilidade de custos: contém custeio ABC*. São Paulo. Editora Atlas, 1997, 457 p.

MACHADO, Ana Paula Wollmann et al. *Métodos de custeio por absorção e variável: estudo de caso no sistema de integração de suínos da cooperativa Ouro do Sul/RS*. Periódico eletrônico : Custos e agronegócio online, v. 11, n. 2 – Abr/Jun - 2015. Disponível em:

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

- <<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero2v11/K%2016%20variavel.pdf>> .
MAHER, Michael. *Contabilidade de custos*. São Paulo. Editora Atlas, 2001, 905 p.
MARION, José Carlos. *Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade pecuária, imposto de renda pessoa jurídica*. 8. ed. São Paulo. Editora Atlas, 2006, 278 p.
MARTIN, Nelson Batista et al. *Custos: sistema de custo de produção agrícola*. Informações Econômicas, SP, v.24, n.9, set. 1994. Disponível em: <<ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/tec1-0994.pdf>> .
MARTINS, Eliseu. *Contabilidade de custos*. 9. ed. São Paulo. Editora Atlas, 2008, 370p.
PADOVEZE, Clóvis Luís. *Curso básico gerencial de custos*. São Paulo. Editora Pioneira Thomson Learning, 2003, 377 p.
SANTOS, Gilberto José dos; MARION, José Carlos; SEGATTI, Sonia. *Administração de custos na agropecuária*. 3. ed. São Paulo. Editora Atlas, 2002, 165 p.
SCHULZ, Aline; VIEIRA, Euselia Pavaglio. *A utilização de um sistema de custos na análise de resultados em uma produção agrícola*. XXIII Seminário de Iniciação Científica, Unijuí, 2015, 5 p. Disponível em:
<<https://revistas.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/viewFile/5148/4327>>.
VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 10. Ed. São Paulo. Editora Atlas, 2009, 94 p.
VIEIRA, Eusélia Pavaglio; WINCK, Diego Rafael; LACERDA, Tiago Gorski. *Os benefícios do custeio baseado por atividade na gestão de custos de uma empresa agrícola*. 19. ed. Revista do Conselho Federal de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Maio de 2014, 27 p.
Disponível em: <<http://revistacrers.tempsite.ws/pub/crcrs/index2/?numero=19>>.
ZAMBERLAN, Luciano et al. *Pesquisa em ciências sociais aplicadas*. Ijuí. Editora Unijuí, 2014, 208 p.
WERNKE, Rodney. *Gestão de custos: uma abordagem prática*. São Paulo. Editora Atlas, 2001, 175 p.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

DEFINIÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES FINANCEIROS APLICADOS À GESTÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO FILANTRÓPICAS

DEFINING AND ANALYZING FINANCIAL INDICATORS FOR MANAGING PHILANTHROPIC EDUCATIONAL INSTITUTIONS

Fabrcio Desbessel, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, RS, Brasil, fabrcio@fahor.com.br

Ivete Linn Ruppenthal, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, RS, Brasil, ivete@fahor.com.br

Fernanda Klein Both, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, RS, Brasil, fernandaboth@hotmail.com

Rosane Maria Seibert, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, RS, Brasil, rseibert@santoangelo.uri.br

RESUMO

A análise de indicadores financeiros é essencial para a gestão das organizações, servindo como base para o planejamento, visando auxiliar os gestores na tomada de decisão. Neste sentido, este estudo tem como objetivo definir e analisar indicadores financeiros aplicados à gestão de instituições de ensino filantrópicas do ensino básico e superior, no período de 2012 à 2016. O problema de pesquisa evidenciado é identificar de que forma os indicadores financeiros podem auxiliar a tomada de decisão em instituições de ensino filantrópicas. Para delinear a pesquisa, a mesma foi classificada em dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, foi de natureza descritiva, explicativa e aplicada, pois foram descritos os indicadores financeiros utilizados e sua sistemática para análise de desempenho, identificados os indicadores relevantes para as instituições de ensino objetos deste estudo e foram abordados os conhecimentos com base em estudo teórico. Quanto aos meios, a pesquisa foi bibliográfica, documental e estudo de caso, pois fez-se uso de demonstrativos contábeis e gerenciais internos, para realizar a análise dos indicadores e avaliação do desempenho, visto que seus resultados não podem ser generalizados a outros casos, devido às suas particularidades. Através deste estudo foi possível sistematizar sete indicadores considerados os mais adequados para instituições de ensino e após, foi possível analisá-los. Evidenciou-se que é de fundamental importância conhecer os mesmos, pois a partir destes indicadores elencados neste estudo, os gestores têm um diagnóstico de algumas ações a serem tomadas para melhorar o desempenho financeiro das Instituições analisadas.

Palavras chave: Indicadores de Desempenho Financeiros. Gestão. Instituições de Ensino.

ABSTRACT

A análise de indicadores financeiros é essencial para a gestão das organizações, servindo como base para o planejamento, visando auxiliar os gestores na tomada de decisão. Neste sentido, este estudo tem como objetivo definir e analisar indicadores financeiros aplicados à gestão de instituições de ensino filantrópicas do ensino básico e superior, no período de 2012 à 2016. O problema de pesquisa evidenciado é identificar de que forma os indicadores financeiros podem auxiliar a tomada de decisão em instituições de ensino filantrópicas. Para delinear a pesquisa, a mesma foi classificada em dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, foi de natureza descritiva, explicativa e aplicada, pois foram descritos os indicadores financeiros utilizados e sua sistemática para análise de desempenho, identificados os indicadores relevantes para as instituições de ensino objetos deste estudo e foram abordados os conhecimentos com base em estudo teórico. Quanto aos meios, a pesquisa foi bibliográfica, documental e estudo de caso, pois fez-se uso de demonstrativos contábeis e gerenciais internos, para realizar a análise dos indicadores e avaliação do desempenho, visto que seus resultados não podem ser generalizados a outros casos, devido às suas particularidades. Através deste estudo foi possível sistematizar sete indicadores considerados os mais adequados para instituições de ensino e após, foi possível analisá-los. Evidenciou-se que é de fundamental importância conhecer os mesmos, pois a partir destes indicadores elencados neste estudo, os gestores têm um diagnóstico de algumas ações a serem tomadas para melhorar o desempenho financeiro das Instituições analisadas.

1. INTRODUÇÃO

No decorrer da história da humanidade, podem ser descritas e identificadas mudanças significativas nos campos social, econômico, tecnológico e político. A velocidade e complexidade da geração da informação existente nos dias atuais, no entanto, tomou proporções expressivas,

especialmente no ambiente empresarial, onde as mesmas agem como ferramenta indispensável para a tomada de decisão por parte dos gestores, que precisam fazer a gestão cuidando da sustentabilidade das organizações.

No atual cenário econômico, para que as organizações possam se manter competitivas e sobreviver no mercado, elas precisam tomar decisões gerenciando com eficácia e eficiência os seus recursos financeiros. Essas decisões devem ter como base informações confiáveis. Neste sentido, os indicadores econômicos e financeiros são essenciais para a gestão, e servem como base para o planejamento do futuro, com o intuito de auxiliar a tomada de decisão para a continuidade das organizações.

Muitos estudos sobre indicadores econômicos e financeiros são realizados, porém poucos relacionados às instituições de ensino. Identificou-se apenas o de Breitenbach, Alves e Diehl (2010) que analisaram os indicadores financeiros aplicados à gestão de instituições de ensino de educação básica. Os autores sistematizaram um conjunto de indicadores que consideraram adequados à gestão de escolas e posteriormente, fizeram um comparativo entre escolas públicas e privadas, de mesmo nível de ensino. Neste estudo identificaram significativas diferenças entre as escolas e consideraram que, a partir destes indicadores os gestores poderiam melhorar o desempenho financeiro destas instituições analisadas.

As instituições de ensino no Brasil podem ser públicas ou privadas. As instituições públicas são mantidas pelo Poder Público. As instituições privadas podem atuar com ou sem fins lucrativos. As instituições sem fins lucrativos filantrópicas, as quais são consideradas do terceiro setor tem uma organização mantenedora que pode ser constituída como associação ou fundação (BRASIL, 1996; BRASIL, 2002). Elas precisam de mecanismos que garantam sua sustentabilidade e assim, possam prosseguir oferecendo serviços de caráter público com qualidade. Para poder efetuar o acompanhamento do desempenho da organização, é imperativa a utilização de indicadores financeiros. Neste contexto, o objetivo deste estudo é definir e analisar indicadores financeiros que podem auxiliar na tomada de decisão em instituições de ensino filantrópicas.

Destaca-se que este estudo pode contribuir com o meio acadêmico, pois define indicadores que podem ser utilizados em instituições de ensino básico, ensino profissionalizante e ensino superior, focados no terceiro setor. Ainda, o estudo promove um enriquecimento na literatura existente, com as inferências teóricas e empíricas de um estudo de caso não identificado na revisão da literatura.

Este artigo está estruturado em seções. Na introdução é apresentado o tema do estudo, o objetivo e o problema de pesquisa. Na segunda seção expõe-se o referencial teórico com a finalidade de evidenciar os principais conceitos relacionados ao tema. Na sequência, consta a metodologia utilizada, já a seção quatro compreende a análise e discussão dos resultados e por fim, estão expostas as considerações finais e sugestão de trabalhos futuros.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção aborda aspectos sobre indicadores de desempenho financeiros e, posteriormente apresenta uma abordagem que trata especificamente de indicadores de resultado aplicados à gestão de Instituições de Ensino Filantrópicas.

2.1. INSTITUIÇÕES DE ENSINO

As instituições de ensino são organizações sociais voltadas para a educação. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) admite-se o princípio da coexistência de instituições públicas e privadas de ensino. Dessa forma, instituições privadas podem oferecer o ensino, desde que atendam determinadas condições (MENEZES, 2001).

As instituições de ensino privadas são classificadas em “particulares em sentido estrito”, comunitárias, confessionais e filantrópicas. Instituições filantrópicas são pessoas jurídicas de direito privado que não possuem finalidade lucrativa e promovem assistência educacional à sociedade carente. As confessionais são instituídas por grupo de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas. Já as comunitárias incluem em sua entidade mantenedora representantes da comunidade (MEC, 2000).

Segundo Castro (2008), instituições registradas como filantrópicas, comunitárias e confessionais, estão isentas do pagamento de imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ) sendo que, não podem apresentar superávit em suas contas. Caso ocorra superávit em determinado exercício, a escola deverá destinar o referido resultado para investimentos que garantam o desenvolvimento de seus objetivos educacionais (CF Lei nº 9.532/97, Artigo 12 parágrafo 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, Artigo 10º e Lei Complementar nº 104, de 2001; bem como CF 1988, Artigo 213, incisos I e II). Além da imunidade no pagamento de IRPJ essas instituições também são imunes ao pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sendo que, devem cumprir com a obrigação da declaração de isenção.

A educação escolar é composta por níveis, sendo a educação básica formada pela educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino profissionalizante; e a educação superior. Conforme consta na LDB, de acordo com a Lei nº 12.796 de 2013, o artigo 29º determina que a educação infantil é a primeira fase da educação básica, tem por objetivo promover o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos, nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social, tendo o auxílio da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Já o artigo 32 o qual consta na Lei nº 11.274 de 2006, também constante na LDB (BRASIL, 1996), determina que o ensino fundamental é obrigatório, possuindo duração de 9 anos, com início aos 6 anos de idade, tendo por objetivo a formação básica do cidadão, devendo ao seu final ter adquirido o domínio da leitura, da escrita e do cálculo. Deve também ter a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores da sociedade, além da formação de atitudes e valores. Além disso, o artigo 35º da LDB expõe que o ensino médio é a etapa final da educação básica, e possui duração mínima de três anos, e tem por finalidade consolidar o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos (BRASIL, 1996).

Com base no Artigo 43 da LDB, a educação superior tem por finalidade formar cidadãos habilitados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, ainda incentivar a pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como estimular o conhecimento dos problemas da sociedade, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade (BRASIL, 1996).

2.2. INDICADORES DE DESEMPENHO ORGANIZACIONAIS

Indicadores são dados ou informações numéricas que quantificam as entradas (recursos ou insumos), saída (produtos) e o desempenho de processo, produtos e da organização como um todo. Os indicadores são usados para acompanhar e melhorar os resultados ao longo do tempo e podem ser classificados em simples (decorrente de uma única medição) ou compostos; direto ou indireto em relação a característica medida; específico (atividades ou processos específicos) ou globais (resultado pretendido pela organização); e direcionadores (*drives*) ou resultantes (*outcomes*) (KAPLAN; NORTON, 2004).

As atividades empresariais envolvem funções relacionadas entre si, tais como produção, vendas, administração, contabilidade, finanças e outras. A gestão dos recursos financeiros movimentados por todas as áreas da empresa é parte essencial da função financeira. Por um lado, a função financeira responde pela obtenção dos recursos necessários ao desenvolvimento das atividades da organização. Por outro lado, deve participar ativamente da formulação de uma estratégia e sua implementação e controle no que se referir à otimização do uso desses fundos (MORANTE; JORGE, 2012, p. 2-3).

Kaplan e Norton (1997) afirmam que é importante medir e, o que não pode ser medido, não pode ser gerenciado. Para os autores o comportamento das pessoas é afetado pelo sistema de indicadores tanto dentro das organizações, quanto fora delas. Na era da informação, para as organizações progredirem e sobreviver, elas precisam usar sistemas de gestão e medir o desempenho resultantes de suas estratégias.

2.3 INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Os indicadores econômicos e financeiros são importantes fontes de informações que representam o conceito de análise de balanço, sendo cálculos matemáticos efetuados a partir do balanço patrimonial e do demonstrativo de resultados, buscando números que possam auxiliar no processo de entendimento da situação da empresa, considerando os aspectos patrimoniais, financeiros e de rentabilidade (MEDEIROS et al, 2012).

De acordo com Medeiros et al (2012) a utilização de indicadores econômicos e financeiros pelos gestores possibilita saber qual a verdadeira situação da empresa naquele determinado momento em diversos aspectos, e a partir disso podem ter um controle adequado às suas reais necessidades, possibilitando mensurar e avaliar os resultados obtidos até então, podendo fazer um comparativo desses índices com outras empresas do mesmo setor, para saber se está apropriado ou não.

Os usuários devem poder comparar as demonstrações contábeis de uma entidade ao longo do tempo, a fim de identificar tendências na sua posição patrimonial, econômica, financeira e no seu desempenho. Os usuários devem também ser capazes de comparar as demonstrações contábeis de diferentes entidades a fim de avaliar, em termos relativos, a sua posição patrimonial, econômica e financeira, o desempenho e as mutações nas posições da organização. Consequentemente, a mensuração e apresentação dos efeitos econômicos e financeiros de transações semelhantes e

outros eventos devem ser feitas de modo consistente pelas organizações, ao longo dos diversos períodos (CPC, 2008).

De acordo com Gitman e Madura (2003), a análise de indicadores envolve métodos de cálculos e interpretação de índices econômicos e financeiros para analisar e monitorar constantemente o desempenho da empresa. Porém, os autores salientam que a análise dos índices não envolve apenas o cálculo, mas que o mais importante é a interpretação do valor dos indicadores. É preciso ter uma base para fazer um comparativo e verificar se o indicador é baixo ou alto, ou ainda, se está bom ou não.

Em Instituições de Ensino os indicadores precisam estar voltados para a avaliação dos resultados econômicos e financeiros, porém com maior ênfase para os resultados que demonstram a “eficiência, eficácia, efetividade e relevância da educação, tanto para alunos quanto para toda a sociedade” (BREITENBACH; ALVES; DIEHL, 2010, p. 175).

Os indicadores, neste contexto, atuam como uma relação matemática que mensura atributos de um processo ou de seus resultados, com o objetivo de comparar esta métrica advinda de eventos reais com metas-padrão preestabelecidas. Os indicadores de desempenho visam avaliar o desempenho das IES como um todo. Destinam-se, basicamente, à permanente análise do corpo gerencial da instituição de ensino (TACHIZAWA, 1999).

3. METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado em Instituições de Ensino Filantrópicas, a fim de definir e analisar indicadores para tomada de decisão. Para delinear a pesquisa, utilizou-se a sistemática apresentada por Vergara (2016), que classifica a pesquisa em dois aspectos, quanto aos fins e quanto aos meios.

a) Quanto aos fins, a pesquisa foi de natureza:

- **Descritiva**, porque em um primeiro momento descreveu os indicadores utilizados, bem como a sistemática utilizada para análise de desempenho em instituições de ensino;
- **Explicativa**, porque buscou tornar compreensível e justificar os motivos, além de identificar quais indicadores são relevantes para as instituições de ensino objetos deste estudo;
- **Aplicada**, pois visou abordar conhecimentos com base em estudo teórico, o qual foi aprofundado e após, foram realizadas as análises de resultados.

b) Quanto aos meios, a pesquisa foi:

- **Bibliográfica**, através de fundamentação teórica desenvolvida com base em material já elaborado em livros, revistas, redes eletrônicas, e demais materiais já publicados;
- **Documental**, pois fez-se uso de demonstrativos contábeis e gerenciais internos, para realizar a análise dos indicadores e avaliação do desempenho;
- **Estudo de caso**, pois procurou-se aprofundar conhecimentos a respeito do estudo nas Instituições em questão, com base em estudo teórico aprofundado e, além disso, seus resultados não podem ser generalizados a outros casos devido às suas particularidades.

A coleta de dados se deu por meio de pesquisa documental nas demonstrações contábeis das duas IES, no período de 2012 a 2016 e entrevista informal com o gestor das instituições analisadas, a fim de realizar o levantamento dos dados necessários para os cálculos dos indicadores econômicos e financeiros, para posterior análise e discussão dos resultados.

A análise dos dados foi feita de forma quantitativa, quando do cálculo dos indicadores econômicos e financeiros, com a tabulação das informações e preparação de gráficos. Em relação às entrevistas, as evidências foram tratadas de forma qualitativa, por meio de análise de conteúdo e contribuíram reforçando as análises quantitativas e as conclusões do estudo.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este estudo foi realizado em duas instituições, sendo uma do ensino básico (IEB) e outra do ensino superior (IES). Ambas são filantrópicas de caráter confessional e, a IES foi qualificada como Instituição Comunitária de Ensino Superior no ano de 2014, pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação.

Com base no estudo realizado por Breitenbach, Alves e Diehl (2010) apresentou-se o conjunto de nove indicadores econômicos e financeiros para o gestor das instituições em estudo, visando esclarecer o objetivo de cada um dos indicadores para então, verificar o interesse em obter os resultados e comparar a evolução dos mesmos nos últimos cinco anos.

O estudo de Breitenbach, Alves e Diehl (2010) apresentou indicadores apontados como mais relevantes por 39 escolas da região metropolitana de Porto Alegre, que foram: Despesa por aluno, Índice de inadimplência, Percentual da folha de pagamento sobre a receita e Receita por aluno. Com base nestes indicadores, criou-se uma lista de cinco indicadores para análise nas instituições objeto deste estudo. Foram incluídos mais dois indicadores visando englobar o Ensino Superior que possui uma característica diferenciada do ensino básico, que é a matrícula pelo número de créditos e com

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

base nisso, define-se o valor da mensalidade do aluno. No ensino básico a matrícula é realizada por turma e todos os estudantes pagam o mesmo valor de mensalidade.

A seguir apresenta-se no Quadro 1 os indicadores que foram definidos para este estudo, com suas fórmulas, seu objetivo, bem como sua análise.

Quadro 1- Indicadores para Instituição de Ensino

Indicadores de resultado	Fórmula	Objetivo	Análise
1 Receita líquida por aluno	$RLA = \frac{RL}{A}$	Valor médio da receita por aluno desconsiderando o valor de gratuidades	Manutenção ou evolução
2 Despesa por aluno	$DA = \frac{DT}{A}$	Gasto médio com aluno	Redução ou manutenção
3 Superávit líquido	$SL = \frac{(RL - DT)}{RL} \times 100$	% Superávit em relação as receitas	Manutenção ou evolução
4 Folha sobre a receita líquida	$PF = \frac{TFOLHA}{RL} \times 100$	% Comprometimento da folha em relação as receitas	Redução ou manutenção. Limite máximo em 60%.
5 Inadimplência	$I = \frac{Men.Fatu}{Men.Rec} \times 100$	% Inadimplência (Faturado X A receber)	Redução ou manutenção. Limite máximo em 10%.
Indicadores estratégicos	Fórmula	Objetivo	Análise
6 Ticket médio	$TM = \frac{TCr}{A}$	Média de créditos matriculados por aluno	Manutenção ou elevação
7 Alunos ideais	$AI = \frac{TCr}{20}$	Total de alunos cursando todas as noites	Manutenção ou elevação

Fonte: Adaptado de Breitenbach, Alves e Diehl (2010)

Nomenclaturas:

A – Número total de alunos da instituição;

DT – Despesa total (Despesas operacionais e não operacionais);

Men.Fatu – Total de mensalidade faturada;

Men.Rec - Mensalidades a receber (saldo);

RL - Receita operacional líquida menos o valor da Gratuidade;

TCr - Total de créditos das matrículas no período letivo;

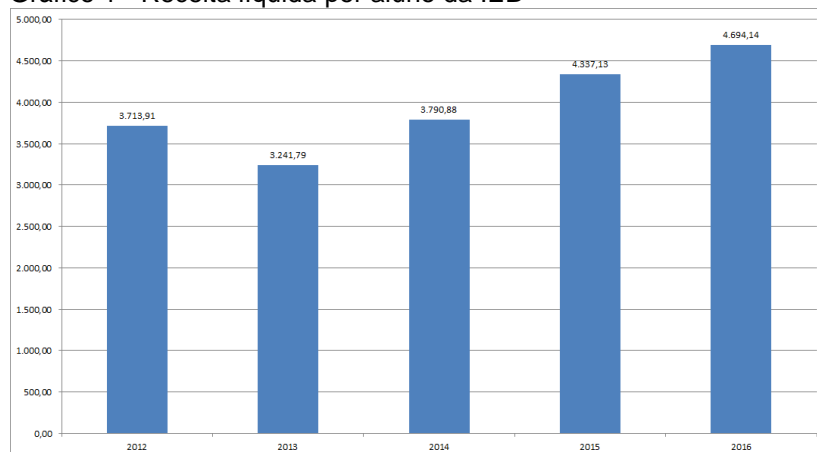
TFOLHA – Valor total da folha de pagamento.

A seguir apresenta-se as análises dos resultados obtidos a partir do cálculo dos indicadores de resultados e estratégicos, por meio dos dados coletados nos Demonstrativos de Resultados do Exercícios e Balanços Patrimoniais na instituição do ensino básico e do ensino superior.

4.1 RECEITA LÍQUIDA POR ALUNO (RLA)

Quanto maior a receita por aluno, melhores são os resultados da instituição. Esse indicador define o valor que sobra de receita por aluno, após as deduções (descontos e mensalidades canceladas) e as gratuidades, que correspondem a parte filantrópica da instituição. Esse indicador demonstra o valor que entrará no fluxo de caixa, e deverá ser suficiente para quitar todas as despesas da instituição.

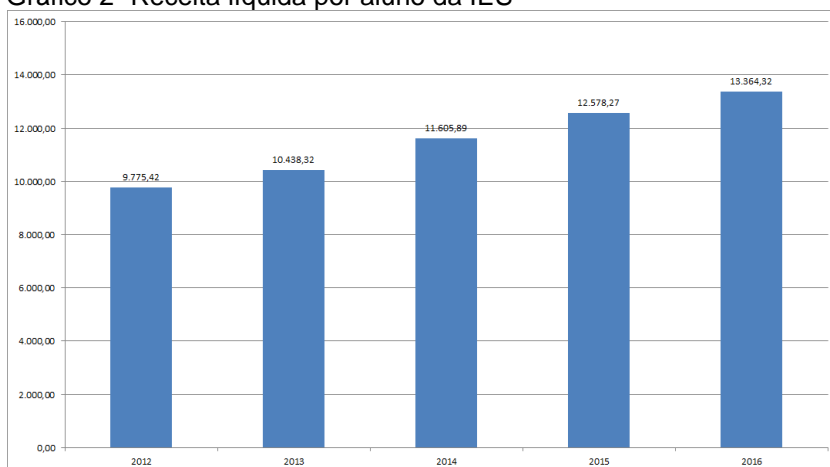
Gráfico 1 - Receita líquida por aluno da IEB



Pode-se observar no Gráfico 1 que na IEB, a receita líquida por aluno teve uma redução em 2013, e posterior aumento constante nos anos de 2013, 2014 e 2015. Em 2016 houve um aumento,

porém em proporção menor ao dos anos anteriores. No Gráfico 2 apresenta-se a receita líquida por aluno na IES.

Gráfico 2 - Receita líquida por aluno da IES

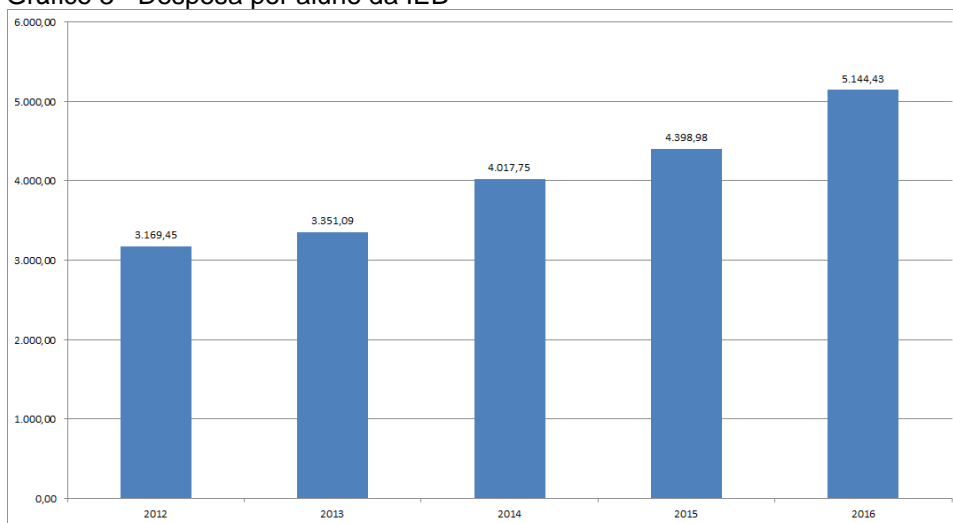


Pode-se observar que a receita líquida por aluno teve uma evolução positiva e constante no período analisado, o que representa um indicador favorável para a IES.

4.2 DESPESA POR ALUNO (DA)

O indicador DA é importante para identificar o aumento de gastos na manutenção da atividade principal da instituição, que é a educação. Como os investimentos não estão contemplados nesse indicador, é preferível que o mesmo demonstre resultados constantes ou de decréscimo, o que configura uma das características de uma gestão eficiente.

Gráfico 3 - Despesa por aluno da IEB



Percebe-se no Gráfico 3 a crescente evolução da despesa por aluno. O aumento deste indicador, quando vinculado ao aumento da receita líquida em mesma proporção, demonstra um progresso nos resultados da organização, com equilíbrio do fluxo de caixa. Quando há aumento dos valores de despesas por aluno sem aumento correspondente da receita, o mesmo demonstra uma evolução negativa.

Quadro 2 - Análise da variação da despesa por aluno na IEB

Análise	Variação %
2012	-
2013	5,73
2014	19,89
2015	9,49
2016	16,95
Média	13,01
2012 X 2016	62,31

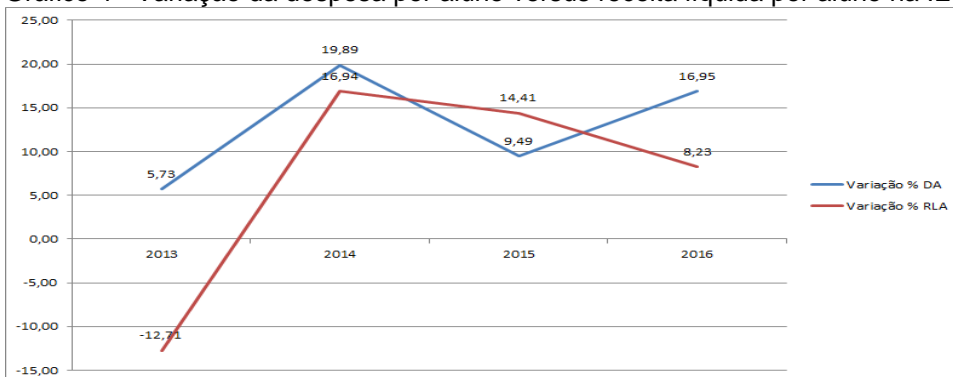
III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

No Quadro 2 pode-se observar que o indicador referente à despesa por aluno aumentou em média 13,01% ao ano. A variação do primeiro período letivo ao ser analisada em comparação ao último período, atinge um percentual de 62,31%. Este indicador destaca-se pelo seu aumento significativo, e demonstra-se favorável, se a evolução da RLA crescer na mesma proporção.

No Gráfico 4 tem-se a comparação da variação da DA versus a RLA, ou seja a comparação entre a receita líquida por aluno e a despesa por aluno.

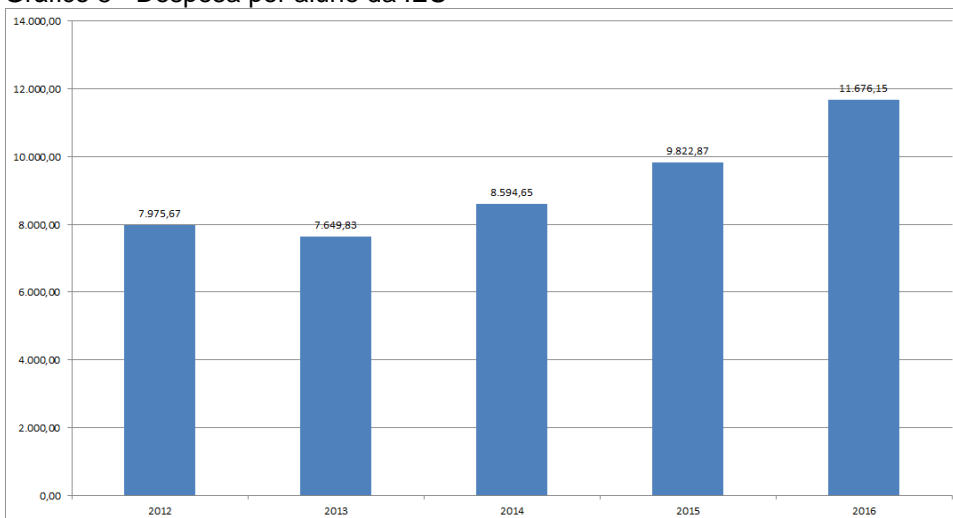
Gráfico 4 - Variação da despesa por aluno versus receita líquida por aluno na IEB



No Gráfico 4 pode-se perceber que o percentual de aumento de receita líquida por aluno não está acompanhando o aumento de despesa por aluno na mesma proporção, evidenciando assim a possibilidade de déficit nos resultados econômicos da instituição.

Analisando a IES, tem-se no Gráfico 5 a apresentação do mesmo indicador.

Gráfico 5 - Despesa por aluno da IES



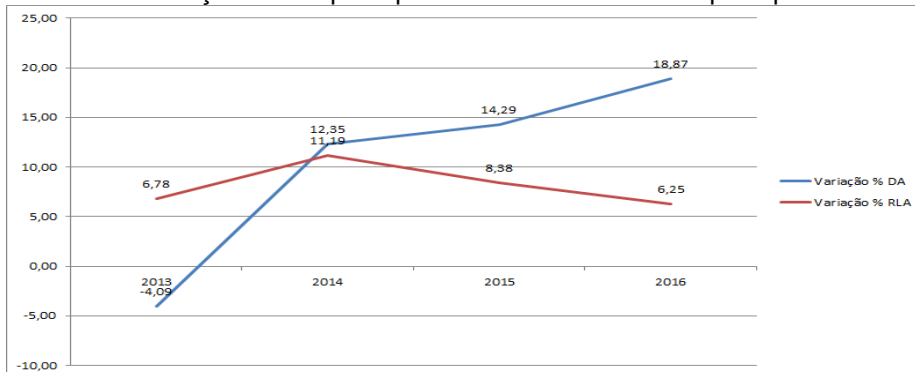
Percebe-se no Gráfico 5 que, apesar de ter havido um decréscimo na despesa por aluno no ano de 2013, ocorreu um aumento significativo no ano de 2016. No Quadro 3 pode-se analisar a variação deste indicador.

Quadro 3 - Análise da variação da despesa por aluno na IES

Análise	Valor	Variação %
2012	7.975,67	-
2013	7.649,83	-4,09
2014	8.594,65	12,35
2015	9.822,87	14,29
2016	11.676,15	18,87
Média		10,36
2012 X 2016		46,40

Analisando-se a variação da DA obtém-se a variação média anual de 10,36% que pode ser utilizada para índices de projeção futura de orçamentos. Comparando o primeiro e o último período analisado, a variação foi de 46,40% ficando abaixo da IEB em 15,92%. No Gráfico 6 tem-se a comparação da variação da DA versus a RLA da IES.

Gráfico 6 - Variação da despesa por aluno versus receita líquida por aluno na IES

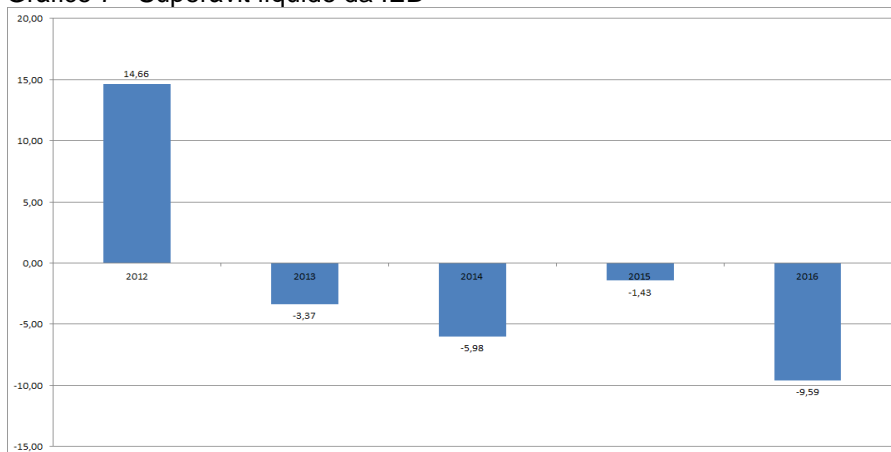


Pode-se observar no Gráfico 6 que em 2013 houve um decréscimo na despesa por aluno com relação ao ano de 2012, ficando abaixo da receita líquida por aluno. Porém, a partir do ano de 2014 as despesas por aluno passaram a ser superiores a receita e fica evidente o aumento significativo da DA no ano de 2016, sendo que a RLA teve um decréscimo.

4.3 SUPERÁVIT LÍQUIDO (SL)

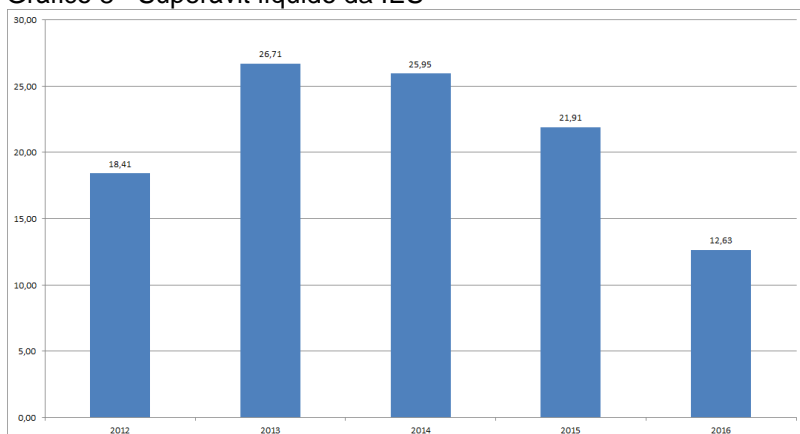
É de suma importância para as instituições ter conhecimento sobre o percentual das receitas líquidas que são utilizadas para pagar as despesas. O ideal é que esse indicador sempre esteja em evolução e seu decréscimo indica que a gestão das despesas deve ser melhorada. Em sendo negativo, denota que não há uma lucratividade operacional, ou seja, que a instituição precisa buscar outra forma de cobrir os custos através de receitas não operacionais, como por exemplo, o caso de receitas financeiras.

Gráfico 7 - Superávit líquido da IEB



No Gráfico 7 constata-se que a organização, a partir do ano de 2013, apresenta resultados seguintes de déficit, tendo um pico negativo no ano de 2016, com 9,59%. Desta forma, como o percentual de aumento de receita líquida por aluno não está acompanhando o aumento de despesa por aluno na mesma proporção, evidencia-se um resultado negativo para o indicador SL. Porém como esse indicador é calculado com base nas receitas líquidas, constituído de receitas operacionais, entende-se que, o valor negativo não caracteriza que a instituição tenha tido déficit de resultado pois a mesma pode contar com outras receitas, como as receitas oriundas de aplicações financeiras, ou outros tipos de investimentos e até mesmo aluguéis de sua infraestrutura. No Gráfico 8 tem-se a análise do mesmo indicador na IES.

Gráfico 8 - Superávit líquido da IES

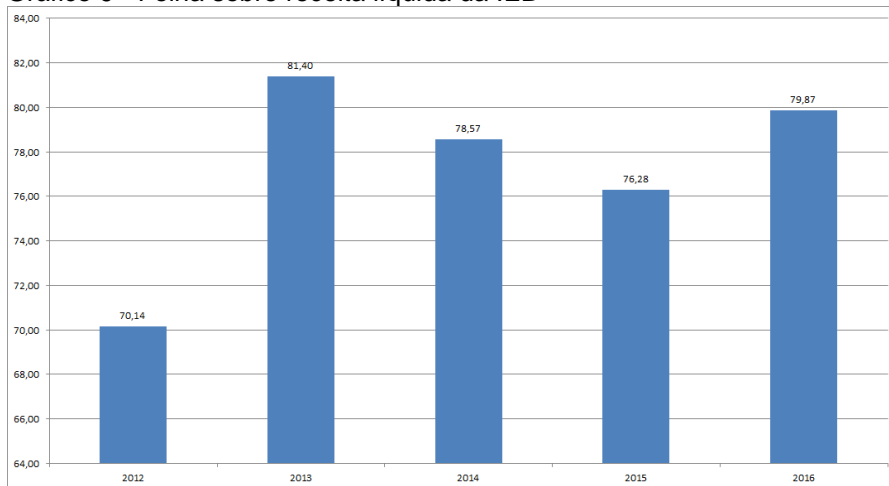


Ao efetuar a análise do superávit da IES, conforme demonstrado no gráfico 8, verifica-se que houve um aumento significativo no ano de 2013, em comparação ao ano de 2012. A partir do ano de 2013, no entanto, houve decréscimo nos resultados, apresentando em 2016 um resultado inferior ao que havia sido atingido no ano de 2012. A organização, apesar de não ter apresentado déficits nos anos pesquisados, está demonstrando um declínio nos seus resultados. Esse fato pode ser justificado pelo momento de recessão econômica que o Brasil passa desde o ano de 2015, porém, merece uma atenção da instituição.

4.4 FOLHA SOBRE RECEITA LÍQUIDA (PF)

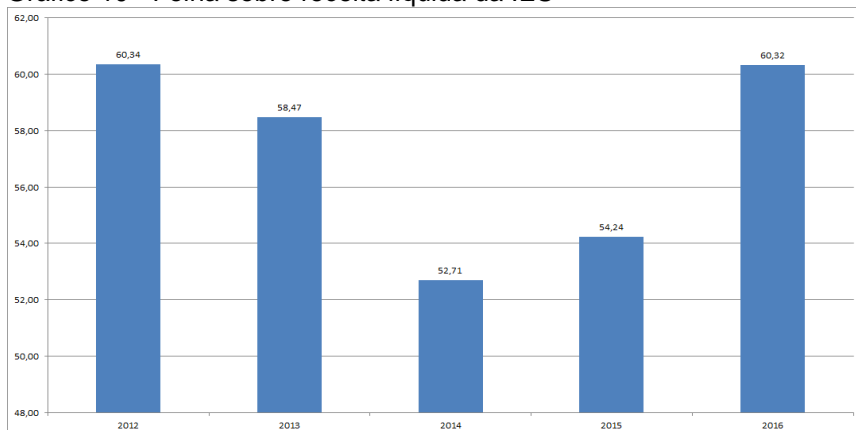
A importância acerca desse indicador é a relação entre as receitas e o valor de despesas com a folha de pagamento. Ele aponta o percentual da receita líquida que será utilizado para o pagamento dos colaboradores da instituição. De acordo com Breitenbach... o percentual para equilíbrio financeiro deste indicador é entre 60 e 70%, porém o gestor das instituições em estudo considera que o valor ideal para esse indicador é de 80%, devido a receita líquida descontar o valor de filantropia (gratuidades).

Gráfico 9 - Folha sobre receita líquida da IEB



No Gráfico 9 identifica-se que a folha ultrapassou o valor estipulado pela direção da instituição apenas no ano de 2013, comprometendo 81,40% do valor da receita líquida. Nos dois anos subsequentes, houve redução no indicador, e posterior crescimento no percentual no ano de 2016, ano em que a instituição apresentou também o maior déficit. Importante ressaltar que a instituição, no ano de 2016 passou por uma reestruturação de seu quadro funcional e houveram várias rescisões de colaboradores o que aumentou o gasto com ordenados e, conseqüentemente este indicador.

Gráfico 10 - Folha sobre receita líquida da IES



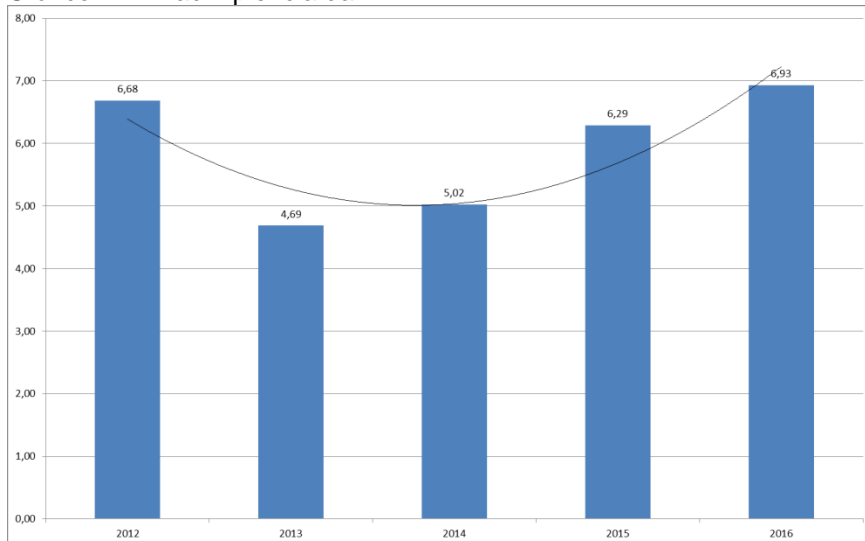
Percebe-se no Gráfico 10 que na IES há uma grande variação do indicador. Este fato pode ter origem por ter uma rotatividade de pessoal relativamente alta, existem esforços de reorganizações de grade curriculares com componentes iguais em vários cursos possibilitando a junção de várias turmas em uma só, permitindo a economia de professores, o que pode ser evidenciado no período de 2012 a 2014, quando a instituição possuía três cursos de graduação. Já em 2015 a instituição iniciou um novo curso de graduação e três cursos de pós-graduação.

Em 2016, quando a instituição atingiu o maior índice deste indicador a instituição estava com um quadro funcional maior e aguardando a autorização de outros quatro cursos de graduação ou seja, dobrando a quantidade de cursos e, ao mesmo tempo mantendo pelo menos três cursos de pós graduação, justificando assim a elevação deste índice.

4.5 INADIMPLÊNCIA (I)

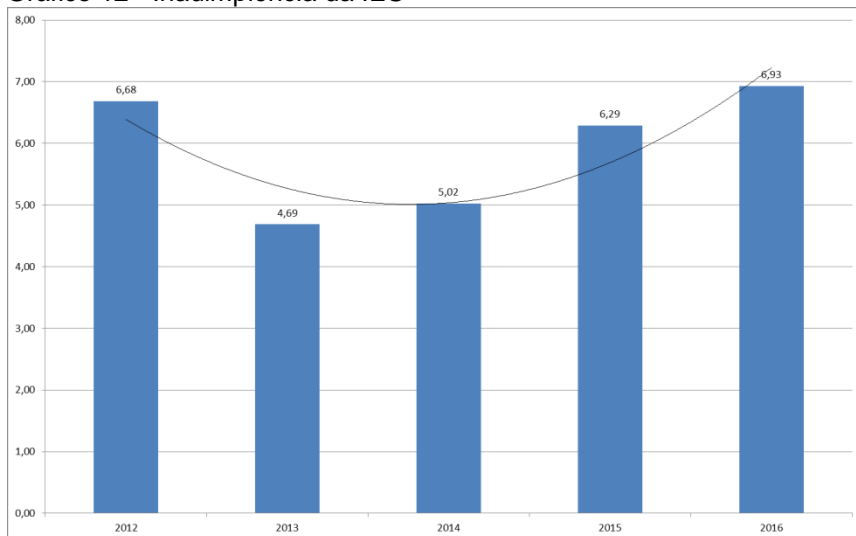
A inadimplência é o indicador que demonstra como estão os recebimentos de mensalidades. Utiliza-se para o cálculo deste indicador, o valor de todas as mensalidades faturadas e o valor das mensalidades que ainda estão à receber, ou seja as que estão em atraso. Sua importância está no fato de revelar o quanto o não recebimento de mensalidades pode afetar o fluxo de caixa e os pagamentos de despesas.

Gráfico 11 - Inadimplência da IEB



Percebe-se um aumento significativo da inadimplência nos últimos anos e entende-se que é um reflexo da recessão econômica do país, indicando que deverá haver cada vez mais esforços para manter o fluxo de caixa da instituição e que será necessária uma projeção maior de perdas nos orçamentos futuros.

Gráfico 12 - Inadimplência da IES



Pode-se observar que na IES o aumento da inadimplência nos últimos anos é significativo. Além do momento de recessão econômica citado anteriormente, outro fator que influenciou o aumento do indicador é a diminuição dos recursos de financiamentos federais. O FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) do Governo Federal, além de não ter recursos para o aumento de demanda, teve várias alterações em suas regras, dificultando o acesso de novos estudantes e, inclusive prejudicando a renovação dos contratos já existentes, o que ocasionou o endividamento de estudantes que não conseguiram aditar seus contratos de renovação ou, obtiveram aditamento, mas com percentuais abaixo do que necessitavam para continuar seus estudos.

Analisando as duas instituições percebe-se a mesma tendência o que também pode indicar mudanças nas políticas de cobrança em 2013, mudança na equipe de trabalho ou outras alterações que resultaram no relaxamento do trabalho de negociações e acordos.

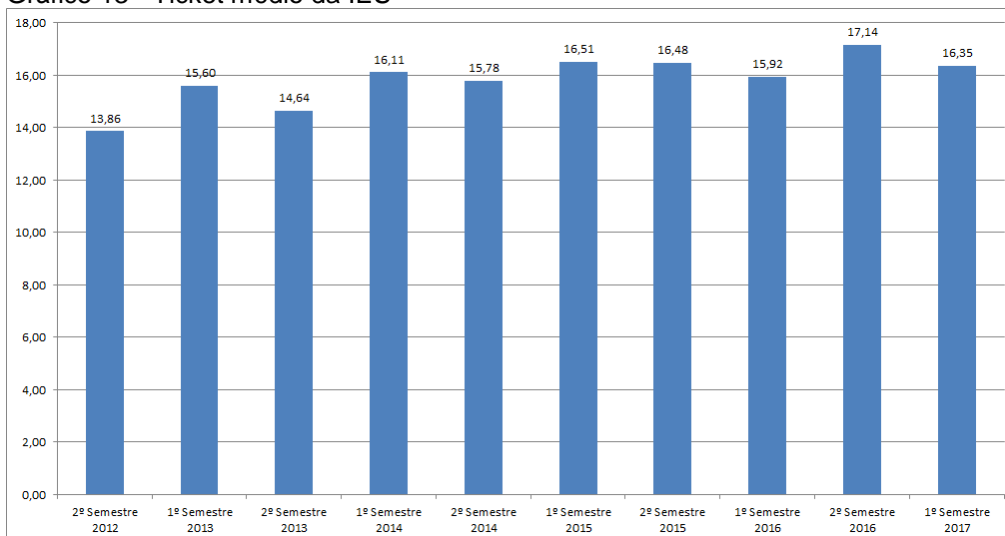
4.6 TICKET MÉDIO (TM)

Uma característica da IES é a matrícula por número de créditos. Os estudantes escolhem os componentes curriculares que desejam cursar. Os componentes possuem um número de créditos o qual, determina o número de horas e, principalmente o valor financeiro a pagar pelo componente.

Este indicador determina o número médio de créditos matriculados por aluno em cada período. Essa informação é importante pois serve como orientação para estimativas de obtenção de receitas e projeção de orçamentos futuros. O Gráfico 13 apresenta a evolução do Ticket médio nos últimos 5 anos da IES analisada.

Como este indicador refere-se ao número de créditos e a IEB não utiliza matrícula por crédito, esse indicador foi calculado e analisado somente para a IES.

Gráfico 13 - Ticket médio da IES



III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Analisando o primeiro e o último período, percebe-se uma variação positiva de 17,96 pontos percentuais, porém pode-se observar que o penúltimo período foi o melhor da instituição, ou seja o segundo semestre de 2016. O Quadro 4 apresenta a variação desse indicador.

Quadro 4 - Variação do Ticket médio da IES

Análise		Variação %
2º Semestre 2012	13,86	-
1º Semestre 2013	15,60	12,55
2º Semestre 2013	14,64	-6,15
1º Semestre 2014	16,11	10,04
2º Semestre 2014	15,78	-2,05
1º Semestre 2015	16,51	4,63
2º Semestre 2015	16,48	-0,18
1º Semestre 2016	15,92	-3,40
2º Semestre 2016	17,14	7,66
1º Semestre 2017	16,35	-4,61
Média		2,05

Observando o quadro 4, pode-se verificar que a variação média nos cinco anos é de 2,05 pontos percentuais.

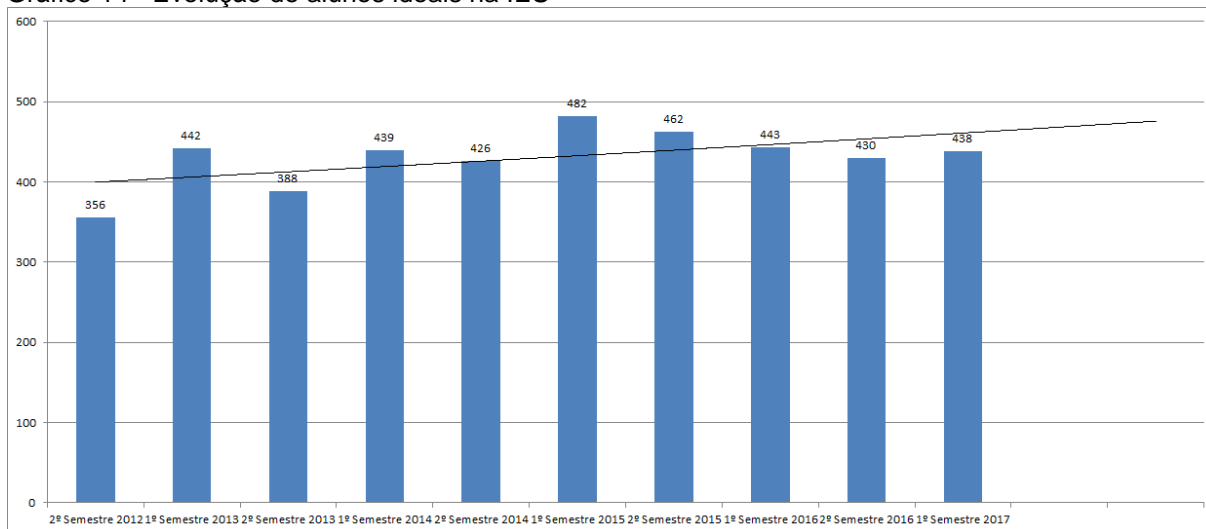
4.7 ALUNOS IDEAIS (AI)

Nas IES a matrícula por crédito flexibiliza ao estudante pagar um valor menor, correspondente a sua matrícula, porém esta prática pode ir contra o interesse da instituição a qual deseja ter um aluno ideal, cursando todos os componentes e assim, formando-se conforme a duração do curso. Esse indicador é importante, pois determina a quantidade de alunos em tempo integral na instituição e, conforme o gestor da IES salienta, é utilizado para realização de rateio de despesas administrativas.

O indicador é obtido através da divisão do total de créditos matriculados (todos os estudantes) no período letivo, dividido por vinte (matrícula para todas as noites equivale a 20 créditos). Assim, indiferente do número de alunos e da quantidade de componentes matriculados, tem-se um indicador que aponta o número de alunos que possuem matrícula ideal. A seguir o Gráfico 14 apresenta a evolução desse indicador nos últimos cinco anos, sendo exibidos dez semestres para a IES analisada.

Da mesma forma que o indicador anterior faz-se necessário o número de créditos para calcular e, sendo assim, o mesmo não foi calculado e analisado para a IEB.

Gráfico 14 - Evolução de alunos ideais na IES



Analisando-se esse indicador constata-se que existe uma tendência na manutenção dos índices e até mesmo uma evolução durante o período analisado. Pode-se observar que no primeiro semestre de cada ano, o índice apresenta-se maior. No Quadro 5 tem-se a variação percentual comparando o primeiro período analisado com o último período e ainda, o período com o maior valor obtido versus o último período.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Quadro 5 - Variação percentual dos índices de alunos ideais

Análise		Análise	
2º Semestre 2012	356	1º Semestre 2015	482
1º Semestre 2017	438	1º Semestre 2017	438
Variação %	23,03	Variação %	-9,13

Percebe-se, portanto uma evolução do número de alunos ideais nos últimos cinco anos de 23,03% se comparado com o primeiro período, bem como pode-se observar que a instituição obteve o melhor índice no 1º semestre de 2015 que, comparado com o último período teve-se uma redução de 9,13% no número de alunos ideais. Esta redução pode ser consequência da recessão econômica que teve início em meados do ano de 2015 e se estende até o presente momento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atual conjuntura econômica os mercados e o ambiente estão em contínua reestruturação e evolução. Neste contexto, as organizações precisam estar em constante desenvolvimento para manterem-se com vantagem competitiva. Para isso, é necessário que tenham definições sobre margens de lucro, metas de redução de custo, estratégias de ganhos de eficiência.

Para a implantação de mudanças é necessário que haja um programa de avaliação, a partir do qual possa ser realizado um diagnóstico da situação patrimonial, econômica e financeira da organização, possibilitando assim aos gestores o acesso às informações necessárias para realizar a tomada de decisão.

Neste sentido, este estudo teve por objetivo definir e analisar indicadores econômicos e financeiros aplicados à gestão de instituições de ensino filantrópicas. Para tal, foi necessário inicialmente definir quais indicadores financeiros melhor se aplicam às instituições de ensino filantrópicas, onde elencaram-se cinco indicadores de resultados e dois indicadores estratégicos. Após definir os indicadores, os dados foram coletados nas demonstrações contábeis das instituições objeto de estudo.

Por intermédio deste estudo demonstrou-se que é de fundamental importância conhecer os indicadores econômicos e financeiros da instituição, para através de informações concretas e confiáveis poder tomar a decisão e fazer projeções futuras, visando melhorar o desempenho da IEB e IES analisada. Como resposta do estudo, pode-se afirmar que, por meio das análises dos indicadores de resultado e estratégicos da IEB e da IES tem-se um diagnóstico de algumas ações a serem tomadas para melhorar alguns indicadores.

Como demonstrado pelos cálculos, é necessário melhorar a receita líquida por aluno, ou ainda, reduzir a despesa por aluno, pois em ambas as instituições o percentual de receita líquida por aluno não está acompanhando o aumento da despesa por aluno. A IEB apresentou déficit em quatro dos cinco anos analisados, tendo que fazer uso de outras fontes de investimentos para cobrir a diferença. Neste aspecto faz-se necessário ações por parte da gestão da IEB para reverter este quadro deficitário. Uma alternativa na IEB seria o aumento de alunos por turma e na IES, o aumento de alunos ideais, ou seja que os mesmos estejam matriculados no número máximo de créditos.

Diante dos dados evidenciados no estudo, pode-se afirmar que ambas as instituições possuem informações para o cálculo destes indicadores e, por meio de sistemas informatizados podem criar *dashboard* para monitorar os mesmos e ainda, criar alertas automatizados sempre que um indicador obtiver um valor considerado abaixo do ideal. Com a prática de análise desses indicadores de forma mais pontual e corriqueira, a tendência é que se evolua na gestão e se atue para melhorar os resultados, sejam financeiros ou estratégicos.

Por fim, sugere-se como pesquisa futura aprofundar o estudo sobre estes indicadores correlacionando-os entre si, visando identificar se existe interferência entre os mesmos e ainda, fazer correlação com indicadores externos à instituição como, por exemplo o PIB, o preço da soja, devido a instituição situar-se em uma região extremamente agrícola e também, com o valor do dólar, que pode ser considerado um indicador da situação financeira no país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dez. de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, dez.1996.

_____. Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Estabelece o novo Código Civil Brasileiro. Brasília, DF.

BREITENBACH, Méri; ALVES, Tiago Wickstrom; DIEHL, Carlos Alberto. **Indicadores financeiros aplicados à gestão de Instituições de ensino da Educação Básica.** Revista Contabilidade Vista & Revista, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 21, nº 3, p. 167-203, jul/set. 2010.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

CASTRO, Ana Paula Pires de. *Gestão do trabalho pedagógico: Supervisão escolar - A gestão dos recursos financeiros e patrimoniais da escola*. Curitiba: Ibpex, 2008.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento conceitual básico: estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis**. 2008. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>> Acesso em: 20/08/2008.

GITMAN, Lawrence Jeffrey; MADURA, Jeff. **Introdução à Administração Financeira**. Tradução Maria Lucio G. L. Rosa. São Paulo: Addison Wesley, 2003.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **A estratégia em ação: balanced scorecard**. Tradução Luiz Euclides Trindade Frazão Filho. 22 reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P., **Mapas Estratégicos - Convertendo Ativos Intangíveis em Resultados Tangíveis**. Rio de Janeiro. Elsevier, 2004.

MEC, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – **FNDE. Perguntas e respostas sobre FUNDEB**. Brasília, 2000. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/fundeb/entidades_conveniadas.pdf>. Acesso em: 27 de jul.2017.

MEDEIROS, Flaviani Souto Bolzan et al. **Gestão Econômica e Financeira: a Aplicação de Indicadores**. Simpósio em Excelência em Gestão e Tecnologia - IX SEGeT. 2012.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbete instituições de ensino. Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/instituicoes-de-ensino/>>. Acesso em: 27 de jul. 2017.

MORANTE, Antonio Salvador; JORGE, Fauzi Timaco. **Administração financeira: decisões de curto prazo, decisões de longo prazo, indicadores de desempenho**. 4.Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

TACHIZAWA, Takeshy; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. **Gestão de Instituições de Ensino**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 16. Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

ESTRATÉGIAS DE GESTÃO E DEFINIÇÃO DE PREÇOS EM UMA EMPRESA DO RAMO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS

MANAGEMENT STRATEGIES AND DEFINITION OF PRICES IN A COMPANY OF THE ROUTE RETAILER OF FUELS

Maria Margarete Baccin Brizolla, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUÍ, RS, Brasil, marga.brizolla@unijui.edu.br

Jaison Sonza Limana, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUÍ, RS, Brasil, jaison_l@hotmail.com

Roselaine Filipin, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUÍ, RS, Brasil, roselaine.filipin@unijui.edu.br

Lauri Basso, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUÍ, RS, Brasil, laurib@unijui.edu.br

Caroline Müller Windmoller, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUÍ, RS, Brasil, carolmuller88@hotmail.com

RESUMO

Em busca de superar o atual nível de competição entre as empresas, proporcionado pela constante evolução da globalização, a contabilidade de custos figura como uma importante ferramenta de gestão para que as organizações consigam otimizar seus resultados e manterem-se vivas no mercado. Neste contexto o estudo teve como objetivo verificar como as estratégias de gestão e definição de preços de uma organização do ramo varejista de combustíveis, estão se comportando, a partir dos preceitos gerenciais, na busca da maximização dos resultados. Avaliando assim a viabilidade das estratégias adotadas pela empresa com relação à precificação das mercadorias e a pretensão de eliminar um setor de atividade. Constitui-se em uma pesquisa aplicada, qualitativa, descritiva, elaborada utilizando-se de pesquisas bibliográfica e documental de um estudo de caso, onde se coletaram os dados através de observação sistemática e entrevistas não estruturadas, e análise documental para a interpretação dos dados separando e analisando os custos dos produtos e os itens que compõe os resultados. Evidencia-se através do estudo que a estratégia de precificação da empresa é eficaz na medida em que a margem gerada pelas vendas cobre as despesas operacionais gerando um resultado satisfatório, porém a pretensão de eliminar um setor de atividade mostrou-se equivocada acarretando uma diminuição significativa no resultado da organização em estudo.

Palavras-chave: Gestão de Custos; Gestão estratégica; Contabilidade.

ABSTRACT

In order to overcome the current level of competition between companies, provided by the constant evolution of globalization, cost accounting is an important management tool so that organizations can optimize their results and stay alive in the market. In this context, the study had as objective to verify how the strategies of management and price definition of an organization of the retail sector of fuels, are behaving, from the managerial precepts, in the search of the maximization of the results. Evaluating the viability of the strategies adopted by the company in relation to the pricing of goods and the pretension to eliminate a sector of activity. It is an applied, qualitative, descriptive research, elaborated using bibliographical and documentary research of a case study, where the data were collected through systematic observation and unstructured interviews, and documentary analysis for the interpretation of the data separating and analyzing the costs of the products and the items that make up the results. It is evidenced through the study that the company's pricing strategy is effective to the extent that the margin generated by the sales covers operating expenses generating a satisfactory result, but the pretension to eliminate a sector of activity proved to be misleading, leading to a significant decrease in the result of the study organization.

Keywords: Cost Management; Strategic management; Accounting.

1 INTRODUÇÃO

O nível de competitividade provocado pela globalização torna-se cada vez mais acirrado. Controlar e reduzir custos, formar corretamente os preços de venda e arquitetar a estrutura operacional são preceitos básicos para a sobrevivência de uma organização. Nesse contexto a contabilidade gerencial pode prestar grande auxílio às organizações no que tange à gestão de custos (DUBOIS; KULPA; SOUZA, 2009).

A gestão estratégica frente a esse aumento de competitividade se constitui como uma referência direcional mediando o presente e o futuro. Para que se torne bem-sucedida, a gestão estratégica deve se condicionar a adotar uma metodologia que a torne adequada a cada situação (TAVARES, 2005). Nesse mister, a gestão de custos como ferramenta da gestão estratégica e sua adequação às diferentes necessidades da organização tornam-se imprescindíveis.

Objetivando que uma organização sobreviva e cresça, a administração deve se empenhar em suas funções de Planejamento, Execução e Controle. O planejamento global abrange a elaboração do orçamento da empresa (DUBOIS; KULPA; SOUZA, 2009). Para isso o sistema de custeio constitui um importante instrumento de elaboração, controle e acompanhamento orçamentário (BEULKE; BERTÓ, 2006). Para a efetividade da função controle deverão ser elaborados relatórios que integrarão todo sistema gerencial, a contabilidade de custos surge então como mecanismo para tal, gerando as informações que auxiliarão a alta gestão. Não obstante um bom sistema de apuração e análise dos custos beneficiam sobremaneira os empresários pelas avaliações, que permitem, de seus investimentos (DUBOIS; KULPA; SOUZA, 2009).

No contexto de ambiente organizacional dinâmico, a gestão estratégica figura com um de seus ingredientes, a flexibilidade do processo decisório, não confundindo flexibilidade com primazia da improvisação sobre o planejamento (TAVARES, 2005). Tal flexibilidade em uma organização é o meio para a implantação de um novo método de custeio, voltado para a gestão estratégica.

Visando superar a competição, as organizações devem adotar a melhoria de produtividade, da qualidade e a redução de custos através da eliminação de desperdícios, porém isso exige geração de dados e informações precisas, que auxiliem os gestores a tomarem decisões corretas, e para isso necessita à sua disposição um sistema de gestão e mensuração de custos eficiente e eficaz (NAKAGAWA, 2000). Tendo em vista as necessidades das organizações e entendendo que a gestão de custos e a análise de resultados permitem o estabelecimento de estratégias de competitividade questiona-se: Como as estratégias de gestão e de definição de preços estão se comportando, a partir dos preceitos gerenciais, em uma organização do ramo de Comércio varejista de combustíveis, na busca da maximização dos resultados? Nesse sentido o objetivo do estudo foi verificar como as estratégias de gestão e de definição de preços estão se comportando, a partir dos preceitos gerenciais, em uma organização do ramo de Comércio varejista de combustíveis, na busca da maximização dos resultados.

Vários estudos analisam a importância da gestão estratégica de custos; Zamberlan, Ghilardi e Minello (2005); Santos, Alves e Barreto (2012); Melo e Prieto (2013); Calado e Pinho (2014), Piran, Souza e Nunes (2014) de maneira a reforçar que um sistema de contabilidade de custos é primordial para as empresas de modo que seja possível dar suporte gerencial visando capacitar e orientar os gestores no processo de tomada de decisão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No referencial teórico são abordados aspectos conceituais sobre Estratégias competitivas e Gestão de Custos, os quais dão suporte ao objeto de investigação deste estudo.

2.1 ESTRATÉGIAS COMPETITIVAS

Gestão Estratégica é entendido como sendo o processo de tomada de decisões e as ações implementadas, no sentido de sustentar as estratégias e garantir vantagens competitivas a uma organização (ROCHA, 1999). A partir do diagnóstico do ambiente em que está inserida uma organização é possível avaliar a situação e definir sua missão, visão, valores corporativos, definir ou redefinir o negócio, elaborar filosofias e políticas, traçar objetivos, formular macro estratégias, metas e planos emergenciais, elaborar o orçamento e implantar as ações.

Com o planejamento estratégico “é possível fazer uma análise ambiental externa, setorial ou de tarefa e interna, chegando-se a um diagnóstico organizacional capaz de indicar as ameaças e as oportunidades, os pontos fracos e os pontos fortes, ou seja, traçar um perfil da organização no contexto econômico, político e social” (KUNSCH, 2006, p.129).

Oliveira (2012) menciona que o planejamento estratégico é um conjunto de decisões acerca de empreendimentos que afetam ou deveriam afetar toda a empresa por longos períodos de tempo. É o planejamento que envolve prazos mais longos de tempo, é mais abrangente e é discutido e formulado nos níveis hierárquicos mais elevados da empresa, isto é, no nível institucional.

A gestão estratégica definida por Wright, Kroll e Parnell (2000) passa por três fases, a formulação da estratégia, que envolve como a empresa vai desenvolvê-la, a segunda que a empresa dá ação ao que foi formulado, conhecida assim como a implementação da estratégia e a terceira fase considerada como o Controle estratégico, que ocorre a partir do monitoramento e modificação da estratégia, para garantir que os resultados sejam atingidos. Definem que existem fases intermediárias que antecedem as principais, pois anterior as principais fases, a empresa precisa determinar a sua missão e os objetivos a serem atingidos, a partir do contexto interno e externo em que está inserida.

O planejamento estratégico propõe analisar e prever a viabilidade futura, onde os planos estratégicos revelam as oportunidades do amanhã, possíveis por meio de algumas características: ilumina oportunidades de novos espaços; extrapola às fronteiras das unidades de negócios; revela as necessidades dos clientes; proporciona insight para elaboração de regras no setor; englobar a ameaça de concorrentes (PEREIRA et al.2004). De acordo com Porter (1989) existem três estratégias genéricas para competição, i) estratégia de liderança de custo, ii) estratégia de diferenciação, iii) estratégia de foco. Essa três estratégias direcionam a empresa na busca de alcançar seus objetivos.

Assim, são várias as estratégias utilizadas pelas empresas para a precificação de seus bens e serviços ofertados. Dada à importância do custo na determinação da oferta, e por ser de conhecimento dos produtores, configura-se como base para muitas empresas em tal atividade. Mas outras estratégias também são utilizadas, tais como: custeio-alvo e estratégias baseadas nas condições iniciais no mercado (HANSEN; MOWEN, 2013).

A precificação baseada em custos é um método de mecanismos de abordagem diretos, onde as empresas calculam o custo do produto e acrescentam o lucro desejado, através de uma margem (*mark-up*), que é uma porcentagem aplicada ao custo base; e inclui o lucro desejado e quaisquer custos não incluídos no custo base (HANSEN; MOWEN, 2013).

Padoveze (2010) contribui, descrevendo que o preço pode ser formado a partir do custeio por absorção, custeio variável, custos de formação, e deve levar em consideração o preço de mercado com seu consequente custo meta. Utilizando-se para isso um multiplicador sobre os custos (*mark-up*), levando em consideração outros custos externos como os impostos. O custeio-alvo é o método que, diferentemente, define o custo baseado no preço que os consumidores estejam dispostos a pagar. Após um estudo de mercado apurando o preço e as características aceitáveis pelos consumidores, desenvolve-se o produto de modo a cobrir o custo e o lucro desejado (HANSEN; MOWEN, 2013).

2.2 GESTÃO DE CUSTOS

A gestão de custos é o uso de dados de custos para desenvolver e identificar estratégias que produzirão uma vantagem competitiva (HANSEN; MOWEN, 2013). Para que a gestão de custos seja eficaz para fins de decisão, é necessário um conhecimento íntimo de como os gastos reagem ao longo do tempo ou em relação às mudanças nos volumes de atividades. Facilitando assim projeções, estimativas, orçamentos, simulações e quaisquer outras tarefas próprias do controle gerencial e consequente decisão mais segura (DUBOIS; KULPA; SOUZA, 2009).

O processo de gestão, também denominado de processo decisório, compreende as fases do planejamento, execução e controle da empresa, de suas áreas e atividades. Por processo entende-se a sucessão de estados de um sistema, que possibilita a transformação das entradas do sistema, nas saídas objetivas pelo mesmo sistema (PADOVEZE; BENEDICTO, 2005). Com frequência a empresa encara o contador como fonte primária quando necessita de informações relativas a custos ou preços. Por isso o contador deve conhecer os dados das fontes de receita bem como estar familiarizado com os conceitos econômicos necessários para interpretar esses dados (HANSEN; MOWEN, 2013).

Uma das decisões gerenciais mais difíceis enfrentada por uma empresa é a precificação (HANSEN; MOWEN, 2013). Sabe-se, conforme a Ciência Econômica, que a formação de preços dos bens e serviços obedece as leis de Oferta e demanda. Porém além das leis que regem o mercado, deve-se levar em conta se os gastos serão superados pelas receitas (DUBOIS; KULPA; SOUZA, 2009). Ponto esse crucial para a organização que busca sua continuidade no mercado.

3 METODOLOGIA DO ESTUDO

Quanto à sua natureza a classificação da pesquisa é aplicada, conforme Gil (2010, p. 27) “tem como característica fundamental o interesse na aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos”. Nesse sentido este estudo foi de natureza aplicada considerando que foram relacionados às práticas de gestão organizacional conhecimentos já consolidados a respeito da gestão de custos.

Para Richardson (2010, p.79), “O método qualitativo difere, em princípio, do quantitativo à medida que não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema”. Portanto, a abordagem do problema durante o estudo é qualitativa visto que não se utiliza de instrumental estatístico, apenas parâmetros como: emprego de critérios, intensidade, grau, entre outros apontados pelo autor.

Gil (2010, p. 28) define que pesquisas descritivas “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Nesta pesquisa buscou-se descrever de modo aprofundado os eventos específicos da organização objeto de estudo.

Este estudo utiliza-se de procedimentos técnicos classificados como: pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2010, p. 50) “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Visando verificar o conhecimento acumulado até o presente momento em que se estabelece o estudo.

Pesquisa documental, pois, de acordo com Gil (2010, p. 51), ela “vale-se de materiais que não receberam ainda o tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Foram fonte de pesquisa todos os documentos da empresa que de algum modo contribuem para estudo.

E estudo de caso, em virtude de, ainda Gil (2010, p. 51) reportar que “é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado”. Visto que o estudo se limitou ao estudo de uma única empresa visando justamente um aprofundamento suficiente para tentar sanar todos os percalços de seu sistema de custos.

Como instrumentos de coleta de dados foram utilizados: a observação sistemática, que segundo Oliveira (2003, p. 67), “é planejada, estruturada; o observador sabe o que procura em condições controladas, como elaborar o fluxograma da linha de produção para constituição de um sistema de custos”. Entrevistas não estruturadas, conforme Oliveira (2003, p. 69) são entrevistas em que “há liberdade, ausência de padrões ou perguntas fechadas e os interlocutores têm total liberdade de perguntas e respostas”.

Primeiramente foi elaborada uma pesquisa bibliográfica, conceituada acima, com o intuito de verificar o conhecimento acumulado até o presente momento em que se estabelece o estudo, logo após foram utilizados os instrumentos de pesquisa documental, onde foram verificados os documentos, da empresa estudada, necessários aos esclarecimentos do caso, bem como entrevistas não estruturadas para sanar dúvidas que permaneçam à análise documental e ainda foi utilizada a técnica da observação para a elaboração e preenchimento das planilhas inerentes do sistema de custeio aplicado.

O estudo proposto utilizou a análise documental, para tratar os dados coletados, considerando que a referida pesquisa foi realizada no âmbito de uma empresa, voltada exclusivamente para análise de dados obtidos por meio de documentos empresariais, partindo-se desses dados para efetivar conclusões, trata-se, portanto, de uma análise documental. Este estudo foi sistematizado a partir da coleta de dados efetuados com observações e análise dos documentos disponibilizados pela organização, visando atender os objetivos propostos, para responder a questão de pesquisa proposta. Sendo assim foram separados e analisados os custos dos produtos, sendo identificados e estruturados os itens que compõe os resultados de modo a analisá-los. A partir dos dados coletados e organizados durante o período estudado, foi proposta uma estrutura de apuração dos resultados da organização objeto de estudo.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme entrevista com um dos sócios proprietários, e principal administrador, a empresa utiliza como estratégia a precificação conforme o mercado, e consiste na seguinte ideia central, segundo ele:

No ramo dos combustíveis a margem varia de um período para outro, a empresa vende sempre ao menor preço da cidade, com isso consegue um volume grande de venda, quando a margem está favorável, com um volume de venda grande, a rentabilidade compensa os meses em que a margem estava baixa (ADMINISTRADOR).

Outra estratégia cotada a ser tomada seria a de abrir mão da venda de mercadorias, como lubrificantes, filtros e loja de conveniência, devido à sua baixa representatividade no faturamento, em torno de 6%. Tendo assim mais condições de aprimorar o setor de venda de combustíveis.

Seguindo esse viés escolheu-se como foco de estudo o período de um ano analisado mês a mês, separando os resultados por grupos: Combustíveis e Mercadorias. Esta distinção ocorre, com o intuito de analisar o reflexo da alteração da margem dos combustíveis ao longo dos meses no resultado anual e os resultados com e sem a venda extra combustível.

4.1 DESCRIÇÃO DO NEGÓCIO DA EMPRESA

A empresa em estudo atua no ramo de comércio varejista de combustíveis (posto de combustíveis) na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul desde o ano de 2005, e opera como empresa Bandeira Branca.

4.2 RESULTADO DO PERÍODO

Foi organizado a partir das despesas, custos e das receitas brutas de cada grupo e subgrupo, sendo descontados os impostos sobre as mercadorias com impostos recuperáveis, no estudo foram descontados PIS e COFINS sobre os subgrupos Lubrificantes, Bebidas, Filtros, Aditivos/Acessórios,

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Picolé, Conveniência do grupo mercadorias. Deduzindo-se os impostos, tem-se as receitas líquidas, das quais foram deduzidos os CMVs de cada para definir a Margem de Contribuição (MC). Vale mencionar que os impostos sobre as receitas e o CMV, são as despesas e custos variáveis, necessários para a definição da margem de contribuição. Como cita Padoveze (2010) a margem de contribuição é obtida da diferença entre receitas e a soma de custos e despesas variáveis ($MC=R-(DV+CV)$). Na sequência da demonstração de resultados estão as despesas operacionais (gerais e administrativas, pessoal, financeiras e depreciação), sendo consideradas despesas fixas. Estas foram diminuídas da margem de contribuição para encontrar o lucro antes do IR, apresentado no quadro 1. Por fim foram deduzidos o Imposto de Renda e a Contribuição, os quais são calculados sobre o lucro real tributável, para determinar então o Lucro Líquido do Período. As despesas operacionais foram alocadas levando em consideração a porcentagem de receita gerada por cada Grupo.

	Combustíveis	%	Mercadorias	%	Total	%
Receita	10.113.757,43	100,00%	793.510,58	100,00%	10.907.268,01	100,00%
(-) Impostos s/ Vendas	0	0,00%	49.701,26	6,26%	49.701,26	0,46%
(=) Receita Líquida	10.113.757,43	100,00%	743.809,32	93,74%	10.857.566,75	99,54%
(-) CMV	8.609.400,07	85,13%	542.775,80	68,40%	9.152.175,87	83,91%
(=) Margem Contribuição	1.504.357,36	14,87%	201.033,52	25,33%	1.705.390,88	15,64%
(-) Despesas Operacionais	907.330,83	8,97%	71.327,17	8,99%	978.658,00	8,97%
(=) Lucro Líquido Antes do IRPJ/CSLL	597.026,53	5,90%	129.706,36	16,35%	726.732,88	6,66%
(-) IRPJ e CSLL (15% e 9%)	143.286,37	1,42%	31.129,53	3,92%	174.415,89	1,60%
(=) Lucro Líquido	453.740,16	4,49%	98.576,83	12,42%	552.316,99	5,06%

Quadro 1: Apuração do Resultado do período, por Grupo, em R\$ Fonte: Dados conforme pesquisa,

O grupo combustíveis atingiu uma receita de R\$ 10.113.757,43 e um CMV de R\$ 8.609.400,07, que representa cerca de 85% (oitenta e cinco por cento) da receita, resultando assim em uma Margem de Contribuição de R\$ 1.504.357,36, cerca de 15% (quinze por cento) da receita, resultou em um lucro líquido de R\$ 453.740,16, alcançando um retorno de 4,49% (quatro pontos e quarenta e nove décimos percentuais).

Por sua vez, o grupo mercadorias atingiu uma receita bruta de R\$ 793.510,58, sendo descontado os impostos sobre vendas que somaram R\$ 49.701,26 que representa em torno de 6% (seis por cento) da receita bruta, e um CMV de R\$ 542.775,80, que representa cerca de 68% (sessenta e oito por cento) da receita, resultando assim em uma Margem de Contribuição de R\$ 201.033,52, cerca de 25% (vinte e cinco por cento) da receita, um lucro líquido de R\$ 98.576,83, alcançando um retorno de 12,42% (doze pontos e quarenta e dois décimos percentuais).

No geral a empresa atingiu uma receita bruta de R\$ 10.907.268,01, e um lucro líquido de R\$ 552.316,99, alcançando um retorno de 5,06% (cinco pontos e seis décimos percentuais). A apuração do resultado evidencia a importância que a venda de mercadorias representa no resultado final das atividades do período. O grupo gerou um incremento de cerca de 24% (vinte e quatro por cento) no lucro líquido somando um montante de R\$ 98.576,83 a mais no lucro líquido do período. Com os dados apurados pode-se perceber que o retorno sobre as receitas do grupo combustíveis é de 4,49% (quatro pontos e quarenta e nove décimos percentuais) enquanto que o do grupo mercadorias é de 12,42% (doze pontos e quarenta e dois décimos percentuais), isso faz com que mesmo com cerca de 7% (sete por cento) do faturamento total da empresa, o grupo mercadorias atinja uma participação em torno de 20% (vinte por cento) no lucro líquido geral.

4.6 AVALIAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS

Para que se possam analisar as estratégias, de que a utilização do preço de mercado é o suficiente para gerar resultado satisfatório devido a um alto volume de venda e a de abandono da venda de mercadorias, torna-se necessário o estudo de dois cenários: um cenário considerando o grupo vendas de mercadorias e um cenário sem considerar a venda do grupo mercadorias, para ambos os cenários serão considerados o comportamento mês a mês para receitas, custos e despesas variáveis, margem de contribuição, despesas operacionais (as despesas fixas) e o resultado.

	Combustíveis							
	Receita	(-) Imposto s/ venda	(-) CMV	MCT	(-) DO	LL antes do IR e CS	IRPJ e CSLL	LL
Janeiro	931.066,68	0,00	786.992,16	144.074,52	82.233,01	61.841,51	14.841,96	46.999,54
Fevereiro	873.939,64	0,00	737.658,20	136.281,44	75.385,82	60.895,62	14.614,95	46.280,67
Março	901.986,90	0,00	764.843,72	137.143,18	73.556,08	63.587,10	15.260,90	48.326,20

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

	Combustíveis							
	Receita	(-) Imposto s/ venda	(-) CMV	MCT	(-) DO	LL antes do IR e CS	IRPJ e CSLL	LL
Abril	859.110,77	0,00	733.353,17	125.757,60	67.700,07	58.057,53	13.933,81	44.123,72
Maio	814.644,10	0,00	698.748,27	115.895,83	81.627,72	34.268,11	8.224,35	26.043,77
Junho	742.588,36	0,00	632.410,45	110.177,91	67.287,77	42.890,14	10.293,63	32.596,51
Julho	769.327,50	0,00	650.142,45	119.185,05	74.241,47	44.943,58	10.786,46	34.157,12
Agosto	800.482,68	0,00	681.543,08	118.939,60	61.722,47	57.217,13	13.732,11	43.485,02
Setembro	786.031,09	0,00	673.504,93	112.526,16	71.858,95	40.667,21	9.760,13	30.907,08
Outubro	842.829,00	0,00	729.642,58	113.186,42	75.169,97	38.016,45	9.123,95	28.892,50
Novembro	843.945,17	0,00	712.310,10	131.635,07	80.423,99	51.211,08	12.290,66	38.920,42
Dezembro	947.805,54	0,00	808.250,96	139.554,58	96.123,51	43.431,07	10.423,46	33.007,62
Total	10.113.757,43	0,00	8.609.400,07	1.504.357,36	907.330,83	597.026,53	143.286,37	453.740,16
	Mercadorias							
	Receita	(-) Imposto s/ venda	(-) CMV	MCT	(-) DO	LL antes do IR e CS	IRPJ e CSLL	LL
Janeiro	73.061,16	4.376,35	50.203,48	18.481,33	6.452,86	12.028,47	2.886,83	9.141,64
Fevereiro	63.880,87	3.873,16	44.475,90	15.531,81	5.510,35	10.021,46	2.405,15	7.616,31
Março	70.201,28	4.160,71	49.160,00	16.880,57	5.724,84	11.155,73	2.677,38	8.478,36
Abril	62.405,13	3.768,55	43.298,40	15.338,18	4.917,68	10.420,50	2.500,92	7.919,58
Maio	61.438,77	3.748,68	42.797,99	14.892,10	6.156,19	8.735,91	2.096,62	6.639,29
Junho	54.987,03	3.338,05	38.345,12	13.303,86	4.982,51	8.321,35	1.997,12	6.324,23
Julho	61.078,41	3.806,64	42.452,85	14.818,92	5.894,18	8.924,75	2.141,94	6.782,81
Agosto	64.138,99	4.137,06	43.082,45	16.919,48	4.945,54	11.973,94	2.873,75	9.100,20
Setembro	61.053,18	3.894,66	41.206,29	15.952,23	5.581,48	10.370,75	2.488,98	7.881,77
Outubro	67.714,38	4.291,49	45.444,51	17.978,38	6.039,29	11.939,09	2.865,38	9.073,71
Novembro	73.583,42	4.894,24	48.939,65	19.749,53	7.012,15	12.737,38	3.056,97	9.680,41
Dezembro	79.967,96	5.411,66	53.369,17	21.187,13	8.110,10	13.077,03	3.138,49	9.938,54
Total	793.510,58	49.701,26	542.775,80	201.033,52	71.327,17	129.706,36	31.129,53	98.576,83

Quadro 2: Apuração de resultado em cenário com o Grupo Mercadorias Fonte: Dados conforme pesquisa

O quadro 2 demonstra a apuração do resultado mês a mês possibilitando a análise da evolução da margem de contribuição e do resultado ao longo do período. Neste formato é possível verificar que no grupo dos combustíveis o mês de janeiro apresentou a maior margem de contribuição total e também maior resultado do grupo, fevereiro apresentou a quarta maior MCT, porém foi o segundo melhor resultado do período, a segunda maior MCT ocorreu no mês de dezembro sendo este o oitavo mês em termos de resultado. O mês que apresentou a menor MCT foi o mês de junho, porém o mês de pior. Pode-se assim verificar que no grupo mercadorias a margem de contribuição tem maior influência sobre o resultado que no grupo dos combustíveis.

	Receita	(-) CMV	MCT	(-) DO	LAIR/CS	IR/CS	LL
Janeiro	931.066,68	786.992,16	144.074,52	88.685,87	55.388,65	13.293,28	42.095,37
Fevereiro	873.939,64	737.658,20	136.281,44	80.896,17	55.385,27	13.292,47	42.092,81
Março	901.986,90	764.843,72	137.143,18	79.280,92	57.862,26	13.886,94	43.975,32
Abril	859.110,77	733.353,17	125.757,60	72.617,75	53.139,85	12.753,56	40.386,29
Maio	814.644,10	698.748,27	115.895,83	87.783,91	28.111,92	6.746,86	21.365,06
Junho	742.588,36	632.410,45	110.177,91	72.270,28	37.907,63	9.097,83	28.809,80
Julho	769.327,50	650.142,45	119.185,05	80.135,65	39.049,40	9.371,86	29.677,54
Agosto	800.482,68	681.543,08	118.939,60	66.668,01	52.271,59	12.545,18	39.726,41
Setembro	786.031,09	673.504,93	112.526,16	77.440,43	35.085,73	8.420,58	26.665,15
Outubro	842.829,00	729.642,58	113.186,42	81.209,26	31.977,16	7.674,52	24.302,64
Novembro	843.945,17	712.310,10	131.635,07	87.436,14	44.198,93	10.607,74	33.591,19
Dezembro	947.805,54	808.250,96	139.554,58	104.233,61	35.320,97	8.477,03	26.843,94
Total	10.113.757,43	8.609.400,07	1.504.357,36	978.658,00	525.699,36	126.167,8	399.531,52

Quadro 3: Apuração de resultado em cenário sem o Grupo Mercadorias Fonte: Dados conforme pesquisa

O quadro 3 demonstra o Lucro Líquido antes do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido mês a mês, em um cenário onde a organização objeto de estudo operasse apenas com venda de combustíveis. Verifica-se uma diminuição significativa do

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

lucro líquido do grupo combustíveis em relação ao cenário anterior, em torno de 12% (doze por cento), e ainda se levando em conta o resultado geral a diminuição chega a 28% (vinte e oito por cento), demonstrando assim a importância do grupo mercadorias para o resultado do período.

Seguindo a avaliação necessita-se definir as margens de contribuição dos itens que compõe o grupo de Combustíveis e dos subgrupos do grupo mercadorias a fim de comparar seu real reflexo nos resultados do período, para tal foi utilizado o cenário sem o grupo mercadorias. Inicialmente apresentam-se para todo o período estudado as quantidades vendidas, o CMV, o custo unitário médio, as receitas totais, o preço de venda médio, a margem de contribuição unitária e a apuração da margem de contribuição para cada subgrupo, no ano estudado dos itens que compõe o grupo denominado combustíveis, os quais são apresentados no quadro 4.

	Grupo	Qtd	CMV	Custo Unitário Médio	Receita Total	Preço Venda Médio	MCU	MCT
Janeiro	Gasolina C	133.111,46	323.138,61	2,428	383.207,29	2,879	0,451	60.068,68
	Gasolina C Adt	150.159,45	365.736,86	2,436	434.920,29	2,896	0,461	69.183,43
	Etanol Hidratado	20.128,85	42.058,38	2,089	48.052,42	2,387	0,298	5.994,04
	Diesel B 500 Adt	27.173,50	56.058,31	2,063	64.886,68	2,388	0,325	8.828,37
	Total/Média	330.573,26	786.992,16	2,381	931.066,68	2,817	0,436	144.074,52
Fevereiro	Gasolina C	121.381,27	293.961,16	2,422	350.436,42	2,887	0,465	56.475,26
	Gasolina C Adt	145.471,06	353.684,68	2,431	421.429,69	2,897	0,466	67.745,01
	Etanol Hidratado	19.273,65	41.447,07	2,150	46.025,22	2,388	0,238	4.578,15
	Diesel B 500 Adt	23.349,15	48.565,29	2,080	56.048,31	2,400	0,320	7.483,02
	Total/Média	309.475,13	737.658,20	2,384	873.939,64	2,824	0,440	136.281,44
Março	Gasolina C	127.918,30	306.258,37	2,394	362.161,66	2,831	0,437	55.903,29
	Gasolina C Adt	154.755,20	371.900,39	2,403	440.561,12	2,847	0,444	68.660,73
	Etanol Hidratado	15.857,27	35.389,96	2,232	40.202,97	2,535	0,304	4.813,01
	Diesel B 500 Adt	24.983,85	51.295,00	2,053	59.061,15	2,364	0,311	7.766,15
	Total/Média	323.514,61	764.843,72	2,364	901.986,90	2,788	0,424	137.143,18
Abril	Gasolina C	120.997,05	292.835,34	2,420	342.508,42	2,831	0,411	49.673,08
	Gasolina C Adt	149.166,72	362.787,06	2,432	426.072,16	2,856	0,424	63.285,10
	Etanol Hidratado	13.373,15	28.888,46	2,160	33.155,00	2,479	0,319	4.266,54
	Diesel B 500 Adt	24.413,67	48.842,31	2,001	57.375,19	2,350	0,350	8.532,88
	Total/Média	307.950,59	733.353,17	2,381	859.110,77	2,790	0,408	125.757,60
Maio	Gasolina C	112.356,96	272.081,99	2,422	316.205,15	2,814	0,393	44.123,16
	Gasolina C Adt	144.725,26	351.775,37	2,431	411.152,08	2,841	0,410	59.376,71
	Etanol Hidratado	12.412,53	26.037,77	2,098	30.161,15	2,430	0,332	4.123,38
	Diesel B 500 Adt	24.426,55	48.853,14	2,000	57.125,72	2,339	0,339	8.272,58
	Total/Média	293.921,30	698.748,27	2,377	814.644,10	2,772	0,394	115.895,83
Junho	Gasolina C	100.320,57	240.779,38	2,400	281.995,97	2,811	0,411	41.216,59
	Gasolina C Adt	133.299,42	321.252,42	2,410	377.511,24	2,832	0,422	56.258,82
	Etanol Hidratado	9.339,06	18.929,08	2,027	22.988,83	2,462	0,435	4.059,75
	Diesel B 500 Adt	25.724,78	51.449,57	2,000	60.092,32	2,336	0,336	8.642,75
	Total/Média	268.683,83	632.410,45	2,354	742.588,36	2,764	0,410	110.177,91

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

	Grupo	Qtd	CMV	Custo Unitário Médio	Receita Total	Preço Venda Médio	MCU	MCT
Julho	Gasolina C	102.697,63	246.474,41	2,400	290.838,63	2,832	0,432	44.364,22
	Gasolina C Adt	138.328,81	333.372,46	2,410	395.199,08	2,857	0,447	61.826,62
	Etanol Hidratado	10.627,02	21.561,83	2,029	26.122,13	2,458	0,429	4.560,30
	Diesel B 500 Adt	24.366,87	48.733,75	2,000	57.167,66	2,346	0,346	8.433,91
	Total/Média	276.020,33	650.142,45	2,355	769.327,50	2,787	0,432	119.185,05
Agosto	Gasolina C	106.811,03	256.346,50	2,400	299.413,14	2,803	0,403	43.066,64
	Gasolina C Adt	145.536,18	350.742,18	2,410	411.185,06	2,825	0,415	60.442,88
	Etanol Hidratado	8.987,74	17.785,43	1,979	22.832,18	2,540	0,562	5.046,75
	Diesel B 500 Adt	28.334,49	56.668,97	2,000	67.052,30	2,366	0,366	10.383,33
	Total/Média	289.669,44	681.543,08	2,353	800.482,68	2,763	0,411	118.939,60
Setembro	Gasolina C	111.017,89	266.753,61	2,403	308.939,14	2,783	0,380	42.185,53
	Gasolina C Adt	143.293,21	345.756,78	2,413	402.221,19	2,807	0,394	56.464,41
	Etanol Hidratado	8.426,67	16.491,62	1,957	21.594,52	2,563	0,606	5.102,90
	Diesel B 500 Adt	22.251,46	44.502,92	2,000	53.276,24	2,394	0,394	8.773,32
	Total/Média	284.989,23	673.504,93	2,363	786.031,09	2,758	0,395	112.526,16
Outubro	Gasolina C	116.252,27	279.231,24	2,402	319.010,58	2,744	0,342	39.779,34
	Gasolina C Adt	158.192,11	381.075,44	2,409	438.741,81	2,773	0,365	57.666,37
	Etanol Hidratado	10.191,36	19.758,35	1,939	25.941,17	2,545	0,607	6.182,82
	Diesel B 500 Adt	24.788,78	49.577,55	2,000	59.135,44	2,386	0,386	9.557,89
	Total/Média	309.424,52	729.642,58	2,358	842.829,00	2,724	0,366	113.186,42
Novembro	Gasolina C	118.860,51	277.132,55	2,332	325.258,02	2,736	0,405	48.125,47
	Gasolina C Adt	158.325,74	370.474,60	2,340	439.027,18	2,773	0,433	68.552,58
	Etanol Hidratado	9.097,46	17.614,27	1,936	23.550,44	2,589	0,653	5.936,17
	Diesel B 500 Adt	22.827,27	47.088,68	2,063	56.109,53	2,458	0,395	9.020,85
	Total/Média	309.110,98	712.310,10	2,304	843.945,17	2,730	0,426	131.635,07
Dezembro	Gasolina C	132.051,03	313.293,72	2,373	364.840,97	2,763	0,390	51.547,25
	Gasolina C Adt	179.357,73	428.172,65	2,387	501.664,20	2,797	0,410	73.491,55
	Etanol Hidratado	10.420,59	20.206,87	1,939	26.571,61	2,550	0,611	6.364,74
	Diesel B 500 Adt	22.126,86	46.577,72	2,105	54.728,76	2,473	0,368	8.151,04
	Total/Média	343.956,21	808.250,96	2,350	947.805,54	2,756	0,406	139.554,58

Quadro 4: Apuração da Margem de Contribuição (MC) do grupo Combustíveis Fonte: Dados conforme pesquisa

O quadro 4 demonstra a apuração da Margem de Contribuição Unitária e Total do Grupo Combustíveis em um cenário sem o Grupo Mercadorias mês a mês ao longo do período. Pode-se observar que o subgrupo Gasolina C Adt apresenta maior MCU durante todo o primeiro semestre bem como maior MCT, sendo assim é o subgrupo que mais contribui para o resultado. No segundo semestre o subgrupo Etanol Hidratado passou a apresentar a maior MCU, porém como apresenta um baixo volume de vendas o Subgrupo Gasolina C Adt continuou apresentando a maior MCT devido a apresentar o maior volume de vendas. No quadro 5 verifica-se um resumo das margens de contribuição unitárias dos itens que compõe o grupo Combustíveis para cada mês estudado.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Subgrupo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Gasolina C	0,451	0,465	0,437	0,411	0,393	0,411
Gasolina C Adt	0,461	0,466	0,444	0,424	0,410	0,422
Etanol Hidratado	0,298	0,238	0,304	0,319	0,332	0,435
Diesel B 500 Adt	0,325	0,320	0,311	0,350	0,339	0,336
Média/quantidade	0,436	0,440	0,424	0,408	0,394	0,410
Subgrupo	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Gasolina C	0,432	0,403	0,380	0,342	0,405	0,390
Gasolina C Adt	0,447	0,415	0,394	0,365	0,433	0,410
Etanol Hidratado	0,429	0,562	0,606	0,607	0,653	0,611
Diesel B 500 Adt	0,346	0,366	0,394	0,386	0,395	0,368
Média/quantidade	0,432	0,411	0,395	0,366	0,426	0,406

Quadro 5: Margem de Contribuição unitária do Grupo Combustíveis Fonte: Dados conforme pesquisa

O quadro 5 demonstra as margens de contribuição apuradas a cada mês ao longo do período, bem como a margem de contribuição média levando em consideração a quantidade vendida de cada Subgrupo. O resumo possibilita uma melhor visualização da evolução de cada subgrupo ao longo do período. Com a posse dos dados pode-se realizar uma análise sobre a influência que cada formador de resultado tem sobre o mesmo. Assim elaborou-se um quadro a fim de comparar a evolução da margem de contribuição e das despesas operacionais com o resultado em cada mês. Para melhor comparação gráfica a Margem de Contribuição Unitária Média foi multiplicada por cem mil e as despesas operacionais foram divididas por dois, conforme o quadro 6.

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
LL antes do IR e CS	55.388,65	55.385,27	57.862,26	53.139,85	28.111,92	37.907,63
MCU média*100.000	43.583,23	44.036,31	42.391,65	40.836,94	39.430,91	41.006,53
Despesas/2	44.342,93	40.448,08	39.640,46	36.309,12	43.891,95	36.135,14
	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
LL antes do IR e CS	39.049,40	52.271,59	35.085,73	31.977,16	44.198,93	35.320,97
MCU média*100.000	43.179,81	41.060,46	39.484,36	36.579,65	42.585,05	40.573,36
Despesas/2	40.067,82	33.334,00	38.720,21	40.604,63	43.675,30	52.114,17

Quadro 6: Margem de contribuição, despesas operacionais e resultado Fonte: Dados conforme pesquisa

Analisando-o percebe-se que no atual estágio de faturamento da empresa, as despesas ainda exercem muita influência nos resultados, comparando-se o mês de maio com o mês de agosto tal aferição fica nítida. No mês de maio a MCU caiu em relação ao mês anterior isso como esperado fez o resultado cair, mas aliado ao aumento das despesas o resultado despencou, já no mês de agosto a MCU caiu novamente em relação ao mês anterior, porém com uma queda nas despesas o resultado tem um aumento considerável.

Fica evidenciado que tal estratégia está em parte correta e parte errada, correta pois praticando o menor preço da cidade a empresa realmente atinge um volume de vendas/faturamento elevado que multiplicado pela margem de contribuição atinge um montante suficiente para cobrir as despesas operacionais.

E errada, visto que no nível de faturamento que apresenta a empresa, a oscilação da margem de contribuição não influenciou da mesma forma sobre o resultado em todos os intervalos temporais, evidenciando que as despesas influenciam em maior proporção nos resultados, assim não necessariamente um período de maior margem propiciado pelo mercado vai gerar um resultado maior, conforme demonstrado no quadro 1.

Quanto à possível adoção de uma estratégia, em que a empresa se especializaria exclusivamente no grupo dos combustíveis abrindo mão da venda de mercadorias extras, evidenciou-se completamente equivocada, pois o grupo mercadorias contribui significativamente com o resultado da empresa, conforme o quadro 1, com um montante de R\$ 98.576,83 a mais no lucro líquido do período, chegando a um incremento de R\$ 152.785,48 se comparados o lucro líquido total no cenário com vendas de mercadorias. Resta constatado que a estratégia de precificação está eficiente no instante em que a margem de contribuição gerada consegue cobrir as despesas operacionais, com ressalvo que em pretensão de aumentar o resultado deve-se dar maior atenção às despesas. E a pretensão de eliminar as vendas de mercadorias além dos combustíveis acarretaria uma diminuição significativa no resultado da empresa em estudo.

CONCLUSÃO

Para a realização do estudo buscou-se organizar as informações contábeis a fim de utilizá-las para a gestão estratégica da empresa objeto de estudo, possibilitando verificar a viabilidade das

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

estratégias adotadas, bem como proporcionar subsídios para a inserção de novas estratégias na organização. Encontrou-se dificuldade na apuração das informações necessárias à contabilidade gerencial na empresa em estudo devido à contabilidade ser terceirizada, afastada da empresa e com fins apenas fiscais, este fato é um importante subsídio aos contadores quando na defesa de um contador mais atuante nas empresas, não limitado por elas a apenas responder aos dispositivos legais que tanto às oneram.

Assim torna-se necessária uma reformulação no sistema de informações da organização em estudo, parametrizando seu sistema para que as informações sejam mais precisas, e reflitam uma situação real do andamento das atividades da empresa com o intuito de embasar e facilitar a tomada de decisão por parte de seus administradores. Nesse sentido ao longo do estudo, buscou-se dar resposta a questão de pesquisa que norteou o estudo que foi saber como as estratégias de gestão e de definição de preços estão se comportando, a partir dos preceitos gerenciais, em uma organização do ramo de Comércio varejista de combustíveis, na busca da maximização dos resultados.

Os achados dão conta de que a estratégia de definição de preços está em parte correta e parte errada, correta considerando que praticando o menor preço da cidade a empresa realmente atinge um volume de vendas/faturamento elevado que multiplicado pela margem de contribuição atinge um montante suficiente para cobrir as despesas operacionais. E errada, visto que no nível de faturamento que apresenta a empresa, a oscilação da margem de contribuição não influenciou da mesma forma sobre o resultado em todos os intervalos temporais, evidenciando que as despesas influenciam em maior proporção nos resultados, assim não necessariamente um período de maior margem propiciado pelo mercado vai gerar um resultado maior.

Ainda, foi constatado que apesar da atividade principal da empresa ser a venda de combustíveis, porém ao longo do estudo comprova-se que a venda secundária de mercadorias como filtros, lubrificantes, cigarros, e conveniência em geral contribuem sobremaneira em seu resultado final. Verificou-se que a empresa apresenta um resultado positivo em todos os períodos avaliados, inclusive cobrindo a depreciação de seus equipamentos e instalações, o que indica que a empresa tem possibilidades de permanecer no mercado pelo menos em curto prazo e médio prazo.

REFERÊNCIAS

ANP- AGÊNCIA Nacional do Petróleo. **Resolução Nº 41**. Disponível em: <http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll/leg/resolucoes_anp/2013/novembro/ranp%2041%20-%202013.xml>. Acesso em: 10 jun. 2015.

BEULKE, Rolando, BERTÓ, Dalvio José. **Gestão de custos**. São Paulo: Saraiva, 2006. 390 p.

CALLADO, Antônio André Cunha; DE PINHO, Marco Aurélio Benevides. Evidências de isomorfismo mimético sobre práticas de gestão de custos entre micro e pequenas empresas de diferentes setores de atividade. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 25, n. 2, p. 119-137, 2015.

DUBOIS, Alexy; KULPA, Luciana; SOUZA, Luiz Eurico de. **Gestão de custos e formação de preços**: conceitos, modelos e instrumentos, abordagem do capital de giro e da margem de competitividade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 254 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 200 p.

GONÇALVES, Eugenio Celso; BAPTISTA, Antonio Eustaquio. **Contabilidade geral**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 378 p.

GUERREIRO, Reinaldo. **Estruturação de sistemas de custos para a gestão da rentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2011. 219 p.

HANSEN, Don R.; MOWEN, Maryanne M., **Gestão de custos**: contabilidade e controle. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 783 p.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999. 550 p.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 338 p.

_____; MARTINS, Eliseu; CARVALHO, Nelson. Contabilidade: Aspectos relevantes da epopeia de sua evolução. **Revista Contabilidade e Finanças – USP**, São Paulo, n. 38, p.7 – 19, maio/ago. 2005.

_____; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 288 p.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Planejamento e gestão estratégica de relações públicas nas organizações contemporâneas. **Análisi: quaderns de comunicació i cultura**, n. 34, p. 125-139, 2006.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 370 p.

MELO, Kamila Batista; PRIETO, Marina Freitas. A gestão de custos em micros e pequenas empresas - mpes: um estudo de caso em empresas de panificação na cidade de Uberlândia. In:

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Conferência Interamericana de Contabilidade Socioambiental -América do Sul III CSEAR', 2013, Belém. Anais...

NAKAGAWA, Masayuki. **Gestão estratégica de custos**: conceitos, sistemas e implementação. São Paulo: Atlas, 2000. 111p.

OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva et al. **Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003. 177 p.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Estratégia empresarial e vantagem competitiva: como estabelecer, implantar e avaliar. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PEREIRA, Carlos Alberto et al. A gestão estratégica de clubes de futebol: uma análise da correlação entre performance esportiva e resultado operacional. In: **Congresso USP de Controladoria e contabilidade**. 2004.

PIRAN, Fabio Antonio Sartori; DE SOUZA, Marcos Antonio; NUNES, Adão Alberto Blanco. Posicionamento estratégico, estratégias de manufatura e gestão de custos: estudo de caso em uma empresa do segmento metal mecânico. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2014.

PORTER, Michael. **Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

_____; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. Cultura organizacional: Análise e impactos dos instrumentos no processo de gestão. **REAd**, Edição 44, v. 11, n. 2, mar./abr. 2005.

ROCHA, Welington. **Contribuição ao estudo de um modelo conceitual de sistema de gestão estratégica**. tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) Universidade de São Paulo. São Paulo, FEA/USP, 1999.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 334 p.

DOS SANTOS, Greyciane Passos; ALVES, Dulcileide Ferreira; BARRETO, Maria Odarlene Rodrigues. A utilização da contabilidade de custos como ferramenta para o fortalecimento de uma micro empresa do segmento de confecção em Fortaleza. **Revista Razão Contábil & Finanças**, v. 3, n. 1, 2013.

SILVA, Raimundo Nonato Sousa; LINS, Luiz dos Santos. **Gestão de custos**: contabilidade, controle e análise. São Paulo: Atlas, 2010. 251 p.

TAVARES, Mauro Calixta. **Gestão estratégica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 440 p.

VANDERBECK, Edward J.; NAGY, Charles F. **Contabilidade de custos**. 11. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001. 456 p.

ZAMBERLAN, Carlos O.; GHILARDI, Wanderley J.; MINELLO, Ítalo F. Relevância dos sistemas de custos para pequenas empresas. **Organizações em Contexto**, São Bernardo do Campo v. 1, n. 2, p. 25-46, 2005.

WRIGHT, Peter; KROIL, Mark J.; PARNEIL, John. **Administração estratégica**. São Paulo: Atlas, 2000.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

FUNDOS DE INVESTIMENTOS DE PREVIDÊNCIA – AÇÕES

INVESTMENT FUNDS OF PENSION – ACTIONS

Francisco Eduardo Köhler Dal Ri, Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, UNIJUÍ, RS, Brasil, franciscokdalri@gmail.com

Marlene Kohler Dal Ri, Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, UNIJUÍ, RS, Brasil, mkdalri@unijui.edu.br

Daniel Knebel Baggio, Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, UNIJUÍ, RS, Brasil, danibaggio@gmail.com

João Serafim Tusi da Silveira, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, RS, Brasil, joaotusi@hotmail.com

Eduardo Luiz Goulart Knebel, Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, UNIJUÍ, RS, Brasil, eduardoknebel98@gmail.com

RESUMO

Na conjuntura econômica atual o mercado de capitais está intrinsecamente ligado ao dia a dia de todas as pessoas, os fundos de investimentos são uma forma que indivíduos que possuem os mesmos perfis de investimento encontraram para ganhar força e rentabilidade juntos, pois no momento que um conjunto de cotistas formam um fundo de investimento há uma significativa baixa nos custos fixos do investimento já que o mesmo é rateado entre todos os investidores, tornando-o quase nulo. Sendo assim a proposta é entender o que são os fundos de investimento e analisar um segmento de fundos que são os da categoria Previdência – Ações. Os métodos utilizados para a obtenção dos conceitos pertinentes ao tema foram à revisão bibliográfica, de natureza, qualitativa e quantitativa. A partir de conceitos da estatística descritiva os fundos foram ranqueados por sua rentabilidade e pelo seu risco. Após as análises pode-se concluir que esse seguimento de fundos não corresponde a expectativa da grande maioria daqueles que compraram uma cota para se inserir neles, pois sendo fundos que correspondem a previdência, os mesmos não trouxeram segurança e ganhos contínuos mas sim riscos desnecessários e alta volatilidade nos retornos.

Palavras-chave: Fundos de Investimento. Previdência. Mercado de Capitais. Ações.

ABSTRACT

In the current economic environment, the capital market is intrinsically linked to the daily lives of all people, investment funds are a way that individuals who have the same investment profiles have found to gain strength and profitability together, since at the moment a set of quotaholders form an investment fund there is a significant reduction in the fixed costs of the investment since it is distributed among all the investors, making it almost nil. Therefore, the proposal is to understand what the investment funds are and to analyze a segment of funds that are those of the Pension Fund category. The methods used to obtain the concepts pertinent to the theme were the bibliographic review, of a qualitative and quantitative nature. From the concepts of descriptive statistics the funds were ranked according to their profitability and their risk. After the analysis it can be concluded that this follow-up of funds does not correspond to the expectation of the great majority of those who bought a quota to insert in them, because being funds that correspond to social security, they did not bring security and continuous earnings but unnecessary risks and high volatility in returns.

Keywords: Investment Funds. Pension. Capital market. Actions.

1 INTRODUÇÃO

Os fundos de investimentos são uma forma de aplicação financeira, que se caracterizam pela aquisição de cotas de aplicações abertas e fechadas, que tem benefício da valorização no curto, médio e longo prazo no mercado de capitais.

Geralmente criados por instituições financeiras que em sua criação constituem e definem seus objetivos, políticas e categorias de ativos em que poderá trabalhar. Eles possuem taxas cobradas pelos serviços e as suas regras quanto participação e organização são constituídos pela entidade criadora do fundo. As regras gerais suplementares fazem parte do conjunto de normas da BOVESPA e BM&F, para o controle e manutenção do mesmo.

Os fundos primeiramente são caracterizados em dois grandes grupos: Renda Fixa e Renda Variável. Pelas normas da BM&F e BOVESPA, os fundos não são necessariamente puros em renda fixa ou variável, mas possuem uma porcentagem mínima de títulos para a Renda Fixa e uma porcentagem mínima de ações para a Renda Variável. Partindo desses parâmetros, existe uma

grande quantidade de Fundos ofertados no Brasil, os quais, são especificados e ramificados nas mais diversas ações, segmentos econômicos ou até mesmo regiões.

Dentre os inúmeros tipos de investimentos, existem os fundos de investimentos Previdência - Ações, que são o foco da pesquisa e tem como principal objetivo garantir a segurança e estabilidade dos aposentados e também são feitos para o pagamento da aposentadoria de servidores públicos. Os fundos são formados por instituições e/ou grupo de pessoas, porém eles podem ser apenas gerenciados e ofertados por instituições financeiras, sejam elas públicas ou privadas.

Um estudo realizado por Borges e Martelanc (2015) o qual tinha como objetivo analisar os retornos dos fundos de investimento em ações ativos no Brasil, conclui que os métodos de avaliação dos fundos no Brasil não são tão números quanto no resto do mundo aonde os métodos avançam quase tanto quanto a própria indústria. A escassez de pesquisa e a pouca variedade de metodologia faz com que os resultados sejam diversos, encontrando resultados negativos e não sendo capazes de identificar fundos com retornos acima da média de mercado, e embora seja possível encontrar resultados positivos representam em geral um número pequeno de fundos com desempenho superior, comparado com as evidências apresentadas pelos estudos internacionais de maior prestígio.

Diante do exposto, o objetivo geral dessa pesquisa corresponde em analisar os fundos de investimento da Previdência com a parte majoritária em Ações. Para fins de análise foram verificados quais possuem a melhor rentabilidade, o menor risco e a melhor performance ao longo do período de análise.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A conjuntura econômica atual está tão ligada ao mercado de capitais que é impossível cogitar a hipótese do mesmo não existir mais. Sendo assim é de extrema importância para todos entender minimamente um pouco sobre como toda essa máquina funciona.

Para caracterizar investimento, Oliveira Filho e Souza (2014, p. 63) explicitam que:

O termo investimento é empregado para caracterizar tanto a inversão de recursos por parte das empresas, para obter fluxos de caixa que remunerem seus acionistas e capitais de terceiros, denominados investimentos na economia real, quanto o dispêndio de recursos por pessoas físicas e jurídicas com o objetivo de auferir rendas e/ou valorização pela aplicação em títulos públicos e privados, no mercado monetário e de capitais, constituindo-se nos investimentos financeiros. Os investimentos envolvem riscos e, para mitigá-los, é necessário empregar métodos de análise na tomada de decisão. Tratando-se de investimentos financeiros, a tomada de decisões deve ser precedida da definição dos títulos nos quais investir, do valor do investimento e de quando deverá ser realizado.

Segundo Milan e Eid Junior (2014, p. 1) a gestão ativa de carteiras de investimento objetiva originar rentabilidade maior ao retorno de equilíbrio de mercado, para que isso seja possível o gestor altera consecutivamente a composição da carteira de investimento nos processos de compra e venda de ativos. Os mesmos autores trazem que “este processo parte da premissa de que os gestores possuem experiência e capacidade de identificação de bons investimentos, impactando positivamente o desempenho dos fundos.”

Calado (2011) define fundos de investimento como uma modalidade de investimento, só que dessa vez coletiva, é uma forma de organização para reunir recursos de diferentes e inúmeros investidores para que todos possam ter força para especular em conjunto. Segundo Fortuna (2014) os fundos de investimento são como se fossem condomínios de recursos pertencentes a um conjunto de investidores ou cotistas que têm o objetivo de rentabilizar o seu capital através de aquisições dentro do mercado de capitais, os mesmos podem ser ações, títulos do governo ou até mesmo contratos no mercado futuro. Os condomínios citados por Fortuna, que são os fundos, normalmente agregam cotistas que possuem os mesmos interesses e perfil de risco dentro do mercado de capitais.

Segundo Broges e Martelanc (2015, p. 2).

Muitas técnicas já foram aplicadas para avaliar o desempenho dos fundos em diferentes períodos de tempo e grupos de ações no Brasil. Além de alguns indicadores de desempenho que relacionam o retorno e o risco dos fundos, como o índice de Sharpe, tradicionalmente os modelos utilizados para avaliar o desempenho de fundos são similares ao Capital Asset Pricing Model (CAPM), eles empregam um benchmark de mercado para a comparação e a identificação de fundos que fiquem persistentemente acima da média. Esses modelos apresentam algumas falhas, entre elas o fato de os resultados serem bastante dependentes da escolha do benchmark. Além

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

disso, é de esperar que em amostras grandes existam retornos extremos persistentes como resultado de sorte e não de habilidade.

Para os mesmo Borges e Martelanc (2015), a obtenção de sucesso dos fundos só é possível se estiver vinculada a oferta de serviços especializados de gestão de patrimônio, e a promessa de retornos superiores ou anormais, deste modo os fundos cobram uma taxa de administração que remuneram seus esforços de gestão.

3 METODOLOGIA

Para a realização do presente estudo, inicialmente contatou-se com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) com intuito de obter os dados dos Fundos de Investimento para fins acadêmicos.

Após o contato, a ANBIMA disponibilizou o programa “SI- Anbima 4.3” que é um banco de dados com as categorias de Fundos juntamente com as instituições, rentabilidade mensal e anual, e outras informações que possibilitaram fazer uma análise profunda dos fundos. A pesquisa foi feita somente através desses dados oficiais.

Os dados foram transpostos para um banco de dados, que foi categorizado por Instituição, Nome do Fundo, suas respectivas rentabilidades mensais do período de 2011 há 2016, no qual com a utilização do Excel, calcularam-se as médias de rentabilidade, desvio padrões e a performance.

A média foi utilizada para analisar o retorno histórico do fundo de investimento. Ela foi calculada a partir dos dados de rentabilidade mensais correspondente a um determinado ano, contando unicamente com períodos de 12 meses, chegando a um resultado final que representou a rentabilidade média mensal de um determinado ano de um determinado fundo.

O desvio padrão ou volatilidade foi utilizada para avaliar o risco. Para se calcular fez-se necessário a instrumentalidade de estatística descritiva e assim obter a variância dos retornos ativos. Vale ressaltar que quanto menor esse resultado, melhor ficará nas posições do ranque.

4 RESULTADOS

A partir da análise do Banco de Dados podem-se ranquear os Fundos que obtiveram melhores resultados a partir do ano de 2011 até o ano de 2016. São 18 instituições que possuíram ao longo do período 46 Fundos de Investimento. Os fundos foram analisados e a partir disso foram ranqueados pela média mensal de Retorno e Risco analisando os três melhores e piores de cada ano. Com esses dados foram obtidas informações de extrema importância sobre o posicionamento dos Fundos frente à conjuntura econômica brasileira.

Tabela 1: Os três melhores e três piores Fundos de Investimentos de Previdência – Ações em 2011

Ano 2011			
Código do Fundo	Retorno	Código do Fundo	Risco
192082	0,68%	192082	3,39
237094	-0,20%	239178	3,86
244521	-1,12%	207101	4,10
247022	-1,55%	220930	4,84
247138	-1,85%	247022	4,89
192902	-1,86%	154083	4,89

Fonte: Elaboração dos autores

O ano de 2011 foi marcado por uma forte crise, o Fundo BRASILPREV TOP ACOES DIVIDENDOS FI da BB DTVM S.A foi o único fundo da categoria que conseguiu uma rentabilidade positiva. Pode-se dizer que o mesmo assumiu uma posição de menor risco comparado com os outros fundos.

Tabela 2: Os três melhores e três piores Fundos de Investimentos de Previdência – Ações em 2012

Ano 2012			
Código do Fundo	Retorno	Código do Fundo	Risco
237094	3,46%	264581	3,59
282537	1,83%	239178	3,98
264581	1,35%	294047	4,04

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Ano 2012			
Código do Fundo	Retorno	Código do Fundo	Risco
149349	0,68%	247022	5,77
207101	0,67%	247138	5,81
265039	0,42%	283223	7,48

Fonte: Elaboração dos autores

Durante o ano de 2012 o Fundo código 237094 - VBI EXCLUSIVO - FI MULTIMERCADO pertencente a BNY MELLON SERVICOS FINANCEIROS DTVM SA conseguiu uma rentabilidade 189% maior que a segunda colocada que também pertence a mesma instituição. Curiosamente o fundo 265039 que também pertence a BNY MELLON teve a rentabilidade mais baixa da categoria, mas comparada com o primeiro lugar que rentabilizou oito vezes mais representando 823%.

Dentro do ranque de risco o Fundo código 237094, que ocupa o primeiro lugar em rentabilidade na categoria, ficou em décimo lugar com um risco de 4,57.

Tabela3: Os três melhores e três piores Fundos de Investimentos de Previdência – Ações em 2013

Ano 2013			
Código do Fundo	Retorno	Código do Fundo	Risco
292931	0,53%	299189	2,84
283223	0,25%	220930	2,98
324612	0,15%	292931	3,05
247138	-1,03%	192902	4,63
154083	-1,11%	247022	4,80
192902	-1,48%	283223	5,15

Fonte: Elaboração dos autores

Em 2013 pode-se observar que o fundo com maior rentabilidade também foi está em terceiro no ranque de risco, percebe-se que o mesmo tomou uma posição conservadora perante o mercado. Analisando apenas os ranques de três melhores e piores é notável que o pior fundo desse ano, que teve um retorno mensal negativo foi um dos que mais se arriscou tomando um posição mais arrojada dentro do mercado de ativos.

O natural dentro do mercado de ações é que quanto maior o risco, maior a chance de rentabilidade. Todavia dada as circunstancias em qual o mercado estava inserido dentro da realidade macroeconômica percebe-se que não era o momento de arriscar e sim de ser mais comedido e conservador em relação as tomadas de decisão e posição tomada nas ações.

Tabela 4: Os três melhores e três piores Fundos de Investimentos de Previdência – Ações em 2014

Ano 2014			
Código do Fundo	Retorno	Código do Fundo	Risco
292931	1,63%	288330	3,74
324612	0,87%	336963	4,50
299189	0,47%	247138	4,82
336963	-1,27%	221031	6,52
316571	-1,32%	192902	6,69
336939	-1,40%	316571	6,98

Fonte: Elaboração dos autores

Já em 2014 o cenário econômico continua parecido com os dos anos anteriores, recompensando os gestores posicionados de forma mais conservadora. Houveram fortes oscilações e quedas nos principais ativos da Bovespa. As ações em quais os fundos estão pareados são sigilosas, todavia pode-se especular em quais tipos de ativos esses fundos estavam posicionados, como a Petrobrás.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Ativos que possuem certos tipos de risco, como o corrupção ativa ou passiva, em teoria não deveriam estar nas carteiras de fundos previdenciários. Já que os cotistas desses mesmos fundos esperam ter estabilidade acima dos retornos.

Tabela 5: Os três melhores e três piores Fundos de Investimentos de Previdência – Ações em 2015

Ano 2015			
Código do Fundo	Retorno	Código do Fundo	Risco
292931	0,59%	220930	3,29
388521	0,07%	336963	3,83
299189	-0,25%	388521	4,16
336963	-1,59%	391476	5,92
336939	-1,84%	351156	6,18
316571	-2,21%	316571	7,74

Fonte: Elaboração dos autores

O ano de 2014 e 2015 foi marcado pela continuação da recessão referente à crise do Sub Prime, a grande maioria dos fundos teve rendimentos péssimos, exceto o Fundo GERACAO FUTURO PROG PREV RV FI ACOES da Instituição SUL AMERICA INVESTIMENTOS DTVM de código 292931. Ele havia adotado uma posição conservadora em frente à crise e com isso conseguiu ter a melhor rentabilidade em dois anos seguidos. Vale ressaltar que quanto maior o risco, maior é o retorno esperado e nesses dois anos aconteceu o inverso.

Tabela 6: Os três melhores e três piores Fundos de Investimentos de Previdência – Ações em 2016

Ano 2016			
Código do Fundo	Retorno	Código do Fundo	Risco
316571	4,52%	336947	4,32
391476	3,17%	299189	4,73
154083	3,14%	336963	5,46
207101	1,66%	351156	8,19
336947	1,23%	154083	8,21
292931	0,53%	316571	9,94

Fonte: Elaboração dos autores

Em 2016 podemos analisar que a economia já voltou a se recuperar e o mercado de capitais está voltando ao seu equilíbrio. O fundo com maior risco é o de maior rentabilidade (ITAU FLEX ACOES DIVIDENDOS INDEXADO FI, da instituição ITAU UNIBANCO AS, Código: 316571). E também o Fundo que havia tomado a posição mais conservadora nos anos anteriores teve a pior rentabilidade (Código: 292931).

5 CONCLUSÃO

Ao analisar os Fundos, com um olhar preciso, pode-se perceber o reflexo da economia porque esses Fundos são compostos na sua maior parte de Renda Variável.

O maior problema é que não se pode esquecer que são fundos de Previdência, e os mesmos envolvem mais do que apenas dinheiro, analisa-se a segurança e estabilidade financeira dos aposentados que por esmagadora maioria são pessoas idosas.

Portanto, pode-se concluir que: pessoas que buscam a sua aposentadoria em fundos não esperam uma alta rentabilidade e sim uma rentabilidade segura e contínua. Logo, os fundos analisados, em muitos meses apresentaram rentabilidades negativas, proporcionando perda de rentabilidade no período, fato este que poderá ser prejudicial para a aposentadoria futura dos indivíduos que aplicaram nestes produtos.

Então surgem outros problemas como: Essas pessoas foram realmente instruídas de forma correta para colocar a segurança de sua velhice em um ativo tão arriscado?

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CALADO, R.L. *Fundos de Investimentos: Conheça antes de investir*. Rio de Janeiro. Editora: Elsevier, 2011.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

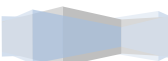
26 e 27 de outubro de 2017

FORTUNA, Eduardo. *Mercado financeiro: produtos e serviços*. Editora: QUALITIMARK, 2005. *Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – Textos para Discussão – Fundos de Investimento*. Disponível em: <http://www.anbima.com.br/pt_br/informar/estudos/fundos-de-investimento/textos-para-discussao-fundos-de-investimento/textos-para-discussao-fundos-de-investimento.htm> Acesso em 05 de mai de 2017.

BORGES, Elaine Cristina. MARTELANC, Roy. *Sorte ou habilidade: uma avaliação dos fundos de investimento no Brasil*. Disponível em <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0080210716303880>> Acesso em 07 de mai de 2017

OLIVEIRA FILHO, Bolivar Godinho de. Souza, Almir Ferreira de. *Fundos de investimento em ações no Brasil: Métricas para a avaliação do desempenho*. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1809227616300935> Acesso em 10 de mai de 2017

MILAN, Pedro Luiz Alberto Bono. Eid Junior, William. *Elevada Rotatividade de Carteiras e o Desempenho dos Fundos de Investimento em Ações*. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/3058/305842613001/> Acesso em 15 de mai de 2017



III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

FUNDOS DE INVESTIMENTOS DO AGRONEGÓCIO

AGRIBUSINESS INVESTMENT FUNDS

Eduardo Luiz Goulart Knebel, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUÍ, RS, Brasil, eduardoknebel98@gmail.com

Daniel Knebel Baggio, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUÍ, RS, Brasil, danibaggio@gmail.com

João Serafim Tusi da Silveira, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, RS, Brasil, joaotusi@hotmail.com

Francisco Eduardo Köhler Dal Ri, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUÍ, RS, Brasil, franciscokdalri@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar e classificar os Fundos de Investimentos do Agronegócio, categoria esta de fundos proposta pela Associação de Brasileira de Entidades do Mercado Financeiros e de Capitais (ANBIMA) a partir da sua rentabilidade e risco. Para isto, se proporcionou um ranqueamento com base dos dados obtidos, sendo ranqueado os 20 melhores em rentabilidade e os 20 que tiveram um maior risco, o período de análise dos fundos foi de 2011 a 2016. O fundo que mais se destacou entre as melhores rentabilidades foi o Fundo 156884, do CITIBANK foi o que mais se preservou durante o período analisado, dentre os que apresentaram maior risco o que mais se destacou 199461 da instituição OLIVEIRA TRUST DTVM que obteve um elevado risco durante os anos analisados. Como conclusão, destaca-se que foi possível verificar como funciona um fundo de investimento, analisar as suas oscilações quanto a rentabilidade e risco no mercado e classifica-los através de sua rentabilidade e risco, analisando as suas oscilações ao longo de cinco anos.

Palavras-chave: Classificar, Rentabilidade, Risco, Fundo de Investimento

ABSTRACT

The present work aims to analyze and classify Agribusiness Investment Funds, category of funds proposed by the Brazilian Association of Financial and Capital Market Entities (ANBIMA) from its profitability and risk. For this, a ranking based on the obtained data was provided, being ranked the 20 best in profitability and the 20 that had a higher risk, the period of analysis of the funds was from 2011 to 2016. The fund that stood out among the best returns was Fund 156884, of CITIBANK was the most preserved during the analyzed period, among those that presented the highest risk, the most outstanding was 199461 of the institution OLIVEIRA TRUST DTVM which had a high risk during the years analyzed. As a conclusion, it is noteworthy that it was possible to verify how an investment fund works, analyze their oscillations regarding profitability and risk in the market and classify them through their profitability and risk, analyzing their oscillations over five years.

Keywords: Classification, Profitability, Risk, Investment Fund

1. INTRODUÇÃO

Fundos de investimentos são uma forma de aplicação de dinheiro, que se caracterizam pela aquisição de cotas de aplicações abertas e solidárias, que tem benefício da valorização diária no mercado financeiro (CALADO, 2011).

Eles são criados por um administrador, que no caso é uma instituição financeira, que constitui e define seus objetivos, políticas de investimento, as categorias de ativos financeiros em que poderá investir, taxas que cobrará pelos serviços e outras regras gerais de participação e organização.

Os Fundos podem ser caracterizados como de renda fixa ou de renda variável, a partir disso existe uma diversidade de tipos disponíveis para atender aos diferentes interesses dos investidores, desde os mais conservadores aos mais agressivos.

Os Fundos criam uma camada de separação entre cotistas e os ativos (investimentos comprados). Portanto ao invés de comprar um ativo, o que se compra são cotas de um produto financeiro denominado Fundo de Investimento, o qual compram os ativos no mercado financeiro, seguindo as suas políticas de investimentos definidas no seu regulamento de funcionamento (Prospecto de Funcionamento do Fundo de Investimento).

A estrutura das cotas permite que os cotistas tenham sempre a mesma rentabilidade (em percentual), ou seja, ninguém é prejudicado e/ou obtém vantagem sobre os demais cotistas.

Entre os inúmeros tipos de investimentos inserem-se os fundos de investimentos agrícolas/agricultura, os quais representam o tema central da pesquisa. Os fundos são emitidos por

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

instituições financeiras, sejam elas públicas ou privadas, e têm como principal objetivo contribuir para o financiamento agropecuário, possibilitando uma disponibilidade de capital aos agentes do agronegócio, a partir do crescimento da oferta de financiamento e crédito nas compras a prazo de produtos rurais.

Portanto, o objetivo principal do presente trabalho reside em analisar o desempenho financeiros dos Fundos de Investimento no Agronegócio, classificados pela Associação de Brasileira de Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA), para verificar qual apresentou a melhor rentabilidade e risco ao longo dos últimos cinco anos.

2.REFERENCIAL TEÓRICO

Para dar início ao trabalho é preciso definir o conceito de fundo de investimento. Segundo Calado (2011), fundos de investimento são uma modalidade de investimento coletivo. São organizados de forma estrutural na qual reúnem recursos financeiros de diferentes e inúmeros investidores, para que possam investir em conjunto.

Para Guanziroli e Basco (2009) os fundos têm um papel importante na alta dos preços das commodities agrícolas e, com a crise, os fundos venderam todos os contratos de futuros commodities, o que acelerou as baixas de preço nos produtos agrícola.

O crédito rural, conhecido como linha de crédito agrícola (LCA), deve atuar de certa forma como um suprimento de recursos financeiros para proporcionar competitividade à agropecuária brasileira, tanto em curto e longo prazo, porém cada vez mais as fontes tradicionais de recursos para esse crédito estão cada vez mais escassas, levando os produtores a adquirir crédito de outras formas.

Diante do esgotamento do crédito rural, os agentes do setor (cooperativas, comerciantes, agroindústrias, produtores, entre outros) estão procurando novas formas e fontes de financiar suas atividades, alocando mais eficientemente seus recursos (ARAÚJO E ALMEIDA, 1997).

Para Guanziroli e Basco (2009) “os fundos de investimentos têm um papel importante na alta dos preços das commodities agrícolas, e com a crise os fundos venderam todos os contratos de futuros commodities para que pudesse saldar posições de bancos com problemas, o que acelerou as baixas de preço nos produtos agrícola.”

Os LCAs de acordo com o Banco do Brasil, tem direitos creditórios originários entre cooperativas e produtores rurais e seus respectivos negócios, que se inclui entre financiamentos ou empréstimos relacionados com a produção e comercialização. Sua comercialização é feita na bolsa de valores e mercados futuros, por exemplo se for comercializado na bolsa de valores a corretora irá fazer a comercialização, e com isso ocorre uma cobrança de corretagem quando houver o fechamento do negócio.

A linha de crédito agrícola da oportunidade ao produtor de ter um crédito onde poderá obter novos equipamentos, maquinários, etc. Além disso os bancos oferecem esses créditos tem oportunidade de se refinanciar, o que amplia cada vez mais a oferta de crédito rural.

Para Azevedo (2000) é de extrema importância a existência de um registro que representam os títulos de commodities agrícolas, o que torna mais eficaz e totalmente mais adequada a segurança dos negócios, o que possibilita de obtermos vantagens como o controle de títulos emitidos e facilitar a negociação.

Os títulos de crédito do agronegócio consta que os LCAs devem ter no seu contexto os seguintes parâmetros:

- a) O valor nominal;
- b) A denominação “ Letra de Crédito do Agronegócio”;
- c) O número de ordem, o local e a data de emissão;
- d) A identificação dos seus direitos creditórios e seus respectivos valores;
- e) Nome da instituição que emitiu o título e assinatura de seus representantes legais;
- f) Taxas de juros, fixa ou flutuante, admitida a capitalização;
- g) Data de vencimento;
- h) Cláusula que garante a transferência de títulos pelos registros da instituição registradora.

O Fundo de investimento no setor do agronegócio é de extrema importância para o mercado, tanto nas commodities quanto no desenvolvimento do setor, pois o agronegócio é um dos setores que mais contribuem para a economia do país.

3.METODOLOGIA

Para a realização do estudo os dados foram coletados no Sistema de Informações da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), que disponibilizou os dados de todos os Fundos de Investimentos da categoria FIDC agro, indústria e comércio.

O período de análise dos fundos corresponde ao horizonte dos anos de 2011 a 2016.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Para realizar a análise dos dados, inicialmente calculou-se as rentabilidades mensais dos Fundos de Investimentos. Em um segundo momento se calculou a média mensal da rentabilidade dos fundos e ainda o seu risco, a partir da medida do desvio padrão das rentabilidades. Em um terceiro momento os fundos foram ranqueados a partir das suas rentabilidades médias mensais por ano e ainda a partir da sua medida de risco. Em um último momento buscou-se observar a classificação dos fundos, para verificar quais permaneceram no seletivo grupo dos 20 fundos com melhor desempenho de rentabilidade ao longo do período analisado e quais tiveram o maior risco no período analisado.

4.RESULTADOS

A partir da análise dos dados, foi possível analisar o ranking dos fundos que obtiveram melhores resultados a partir do ano de 2011. São mais de 100 instituições que foram analisadas e ranqueadas, destacando-se as 20 melhores. Posteriormente foram ranqueados os fundos que apresentaram maior risco sendo os 20 que tiveram a maior taxa.

TABELA 1: Ranking dos 20 melhores Fundos classificados por rentabilidade nos anos de 2011 a 2016

2011	2012	2013	2014	2015	2016	Posição
267384	251860	261114	253979	269824	253979	1º
252034	294829	294020	261114	354112	261114	2º
237868	269824	293741	199461	156884	406368	3º
261521	199877	269824	180580	351581	407321	4º
204528	250937	199461	321893	293741	199877	5º
257516	267384	319554	156884	294594	407100	6º
180580	199461	251860	293741	337765	387622	7º
250937	231819	287296	331759	373923	356182	8º
254223	200158	259721	295051	199461	402801	9º
240559	237868	156884	351581	269204	156884	10º
264946	294020	321893	259721	376396	383252	11º
258083	287296	255610	255610	287296	204528	12º
247278	239631	311812	294594	353991	401064	13º
254258	257516	130710	287296	223522	404144	14º
202614	269034	239631	319554	226904	351581	15º
251860	259721	295051	269204	237841	337765	16º
226475	254258	180580	226904	323594	371076	17º
156884	204528	226475	239631	257508	223522	18º
237922	284394	179647	357839	216471	331759	19º
216471	226475	311820	257508	257516	376396	20º

Fonte: Elaborado a partir do resultado dos estudos.

O fundo de investimento do 156884, do CITIBANK, ver Tabela 2, durante os anos de 2011 e 2012 ficou, respectivamente, entre os 20 e 30 melhores, mas de 2013 até 2016 ficou entre os 10 melhores, o que indica ser um fundo de investimento que conseguiu obter melhores resultados durante os anos e que se manteve até hoje, chegando ao 3º lugar em 2015.

TABELA 2: Posição do Fundo 156884 no ranking de fundos.

Código	2011	2012	2013	2014	2015	2016
156884	18º	28º	10º	6º	3º	10º

Fonte: Elaborado a partir do resultado dos estudos.

Outro fundo que conseguiu se manter até hoje foi o da instituição CONCORDIA (180580), que no ano de 2011 estava entre os 10 melhores na rentabilidade. Já no ano seguinte não conseguiu se manter entre as melhores posições e acabou caindo. Nos anos de 2013 e 2014 voltou a ficar entre os 20 melhores, porém nos anos seguintes voltou a cair. Mesmo tendo ficado com uma das piores rentabilidades em alguns anos o fundo não deixou de existir.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

TABELA 3: Posição do fundo 180580 no ranking de fundos.

Código	2011	2012	2013	2014	2015	2016
180580	7º	55º	17º	4º	46º	49º

Fonte: Elaborado a partir do resultado dos estudos.

O fundo da instituição OLIVEIRA TRUST DTVM (199461), no ano de 2011 estava com uma das piores rentabilidades, mas a partir do ano de 2012 até 2015 ficou entre as 10 melhores. Em 2016 não manteve bons resultados e acabou caindo, com a rentabilidade ficando novamente entre as piores.

TABELA 4: Posição do fundo 199461 no ranking de fundos.

Código	2011	2012	2013	2014	2015	2016
199461	107º	7º	5º	3º	9º	76º

Fonte: Elaborado a partir do resultado dos estudos.

O fundo de investimento da instituição BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DTVM AS (239631), foi outro fundo que se manteve durante todos os anos ficando entre os 20 a 30 melhores, porém nunca ficou entre os 10 melhores, ficou sempre em posições que fizessem com que o fundo não deixasse de existir ou mudasse de categoria.

TABELA 5: Posição do fundo 239631 no ranking de fundos

Código	2011	2012	2013	2014	2015	2016
239631	24º	13º	15º	18º	23º	28º

Fonte: Elaborado a partir do resultado dos estudos.

O fundo de investimento da instituição BEM (267384), foi o fundo que no primeiro ano analisado estava em primeiro lugar no ranqueamento posteriormente no ano seguinte se manteve entre os dez primeiros, porém no ano de 2013 teve um desempenho que o fez despencar para um dos piores no ranque e logo após isso o fundo acabou deixando de existir ou passou para outra categoria.

TABELA 6: Posição do fundo 267384 no ranking de fundos

Código	2011	2012	2013	2014	2015	2016
267384	1º	6º	72º	-----	-----	-----

Fonte: Elaborado a partir do resultado dos estudos.

O fundo de investimento 216471 da instituição SOCOPA (Sociedade Corretora Paulista), nos dois primeiros anos se manteve em boas posições, no ano de 2013 e 2014 a instituição não teve os dados fornecidos, ou mudou de categoria, mas a partir do ano de 2015 voltou novamente e se manteve entre os 25 melhores em rentabilidade no ranqueamento.

TABELA 7: Posição do fundo 216471 no ranking de fundos

Código	2011	2012	2013	2014	2015	2016
216471	20º	25º	-----	-----	19º	22º

Fonte: Elaborado a partir do resultado dos estudos.

O fundo de investimento 204528 da instituição SOCOPA (Sociedade Corretora Paulista), se manteve entre os 20 melhores nos dois primeiros anos mas mudou de categoria voltando somente no ano de 2016 na décima segunda posição que a manteve entre um dos melhores em rentabilidade.

TABELA 8: Posição do fundo 204528 no ranking de fundos

Código	2011	2012	2013	2014	2015	2016
204528	5º	18º	-----	-----	-----	12º

Fonte: Elaborado a partir do resultado dos estudos.

O fundo de investimento 226475 da instituição CAIXA nos três primeiros anos se manteve entre um dos melhores fundos ficando entre os 20 melhores, no ano de 2014 acabou caindo para octogésima posição, já no ano de 2015 conseguiu subir umas posições acabando na trigésima oitava posição, no ano de 2016 não tem dados do fundo porque mudou de categoria ou deixou de existir.

TABELA 9: Posição do fundo 226475 no ranking de fundos

Código	2011	2012	2013	2014	2015	2016
226475	17º	20º	18º	81º	38º	-----

Fonte: Elaborado a partir do resultado dos estudos.

O fundo de investimento 187501 da instituição BEM, sempre se manteve durante todos os anos analisados de 2011 a 2016 mesmo não tendo uma rentabilidade muito boa que os demais sempre ficando em um meio termo, porém no último ano analisado ficou em sua pior colocação setuagésima oitava posição, mas permitiu que o fundo existisse até hoje.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

TABELA 10: Posição do fundo 187501 no ranking de fundos

Código	2011	2012	2013	2014	2015	2016
187501	54º	60º	47º	45º	34º	78º

Fonte: Elaborado a partir do resultado dos estudos.

O fundo de investimento 257516 da instituição SOCOPA (Sociedade Corretora Paulista), nos dois primeiros anos de análise se manteve entre os 20 melhores, já no ano de 2013 caiu no ranqueamento ficando na sexagésima primeira posição, no ano seguinte conseguiu voltar e retomar algumas posições, e no ano de 2015 voltou a ficar entre os 20 melhores, no ano de 2016 o fundo ou mudou de categoria ou deixou de existir.

TABELA 11: Posição do fundo 257516 no ranking de fundos

Código	2011	2012	2013	2014	2015	2016
257516	6º	14º	61º	43º	20º	-----

Fonte: Elaborado a partir do resultado dos estudos.

Concluída a análise do ranking dos fundos a partir da sua rentabilidade, passa-se para o momento de analisar o ranking dos fundos a partir do seu risco.

TABELA 12: Ranking dos 20 fundos que tiveram maior risco nos anos de 2011 a 2016.

2011	2012	2013	2014	2015	2016	Posição
254258	199461	261114	253979	383252	253979	1º
253881	254258	199461	261114	261114	261114	2º
199461	253987	253979	180580	255610	407321	3º
259721	294829	284386	199461	356220	406368	4º
240567	261122	325732	325732	354104	407119	5º
213519	262153	294594	356158	294594	398950	6º
251860	252484	269034	240559	356239	293741	7º
247324	242713	269824	226475	351581	387622	8º
261521	226548	269042	294594	199877	379761	9º
202614	209570	269050	257291	376396	383252	10º
240559	254223	267384	300926	199461	398381	11º
254983	294608	240567	316407	284408	294594	12º
177164	252034	130710	284408	284394	356182	13º
242713	231819	294608	284394	343943	255610	14º
264946	240559	294020	252484	331759	284394	15º
226548	293741	203262	331759	379761	284408	16º
255610	223522	240559	351581	373923	406066	17º
242721	264946	293741	321893	354112	372722	18º
237922	258229	254932	354104	311812	376396	19º
245526	257291	300926	240567	372714	351581	20º

Fonte: Elaborado a partir do resultado dos estudos.

O fundo 199461 da instituição OLIVEIRA TRUST DTVM, nos quatro primeiros anos se manteve entre os 5 que tiveram maior risco, sendo que em 2012 ficou na primeira posição do ranqueamento e a partir disso caiu no ranqueamento e por consequência caiu o risco do fundo sendo que em 2016 ficou na trigésima nona posição.

TABELA 13: Posição do fundo 199461 no ranking de fundos com maior risco

Código	2011	2012	2013	2014	2015	2016
199461	3º	1º	2º	4º	11º	39º

Fonte: Elaborado a partir do resultado dos estudos.

Analisando as posições do fundo de investimento 253979 da instituição CITIBANK no ranking é possível perceber que houve grandes variações chegando a ficar duas vezes na primeira posição com o fundo que apresentou maior risco, mas nos anos de 2011, 2012 e 2015 ficou em posições que o manteve como um fundo que não apresentava um risco muito alto ficando pelo menos na metade do ranqueamento dos mais de 100 fundos analisados.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

TABELA 14: Posição do fundo 253979 no ranking de fundos com maior risco

Código	2011	2012	2013	2014	2015	2016
253979	45º	31º	3º	1º	52º	1º

Fonte: Elaborado a partir do resultado dos estudos.

O fundo de investimento 261114 da instituição CITIBANK, nos dois primeiros anos estava entre os que apresentavam menor risco, no ano de 2013 e 2014 aumentou em muito o seu risco ficando respectivamente na primeira e segunda posição, já no ano de 2015 o fundo voltou a apresentar um menor risco, mas novamente no ano de 2016 voltou a apresentar um risco muito alto, nesse fundo é possível observar que um fundo de um ano para o outro ele muda consideravelmente o seu risco o que é possível observar do ano de 2012 para 2013.

TABELA 15: Posição do fundo 261114 no ranking de fundos com maior risco

Código	2011	2012	2013	2014	2015	2016
261114	99º	104º	1º	2º	81º	2º

Fonte: Elaborado a partir do resultado dos estudos.

O fundo de investimento 240599 da instituição PLANNER, nos quatro primeiros anos sempre se manteve como um fundo que teve um risco grande, ficando entre os 20 que tiveram maior risco, nos anos de 2015 e 2016 não tem os dados por causa do fundo principalmente por ter um risco tão grande acabou deixando de existir ou mudou de categoria.

TABELA 16: Posição do fundo 240599 no ranking de fundos com maior risco

Código	2011	2012	2013	2014	2015	2016
240599	11º	15º	17º	7º	-----	-----

Fonte: Elaborado a partir do resultado dos estudos.

O fundo 240567 da instituição PLANNER no primeiro ano ficou entre os 5 que tiveram maior risco, após isso no ano de 2012 caiu no ranqueamento e ficou como um dos que tiveram menor risco, nos anos de 2013, 2014 e 2016 ficou entre 10º a 30º lugar no ranqueamento que indica que houve um aumento do seu risco, no ano de 2015 ficou no meio da tabela de risco na quinquagésima terceira posição indicando que não apresenta um risco muito grande.

TABELA 17: Posição do fundo 240567 no ranking de fundos com maior risco

Código	2011	2012	2013	2014	2015	2016
240567	5º	92º	12º	20º	53º	30º

Fonte: Elaborado a partir do resultado dos estudos.

O fundo de investimento 166391 da instituição CONCORDIA, foi o fundo que nos quatro primeiros anos analisados se manteve com um risco muito pequeno no ranqueamento, no ano de 2015 o fundo aumentou o seu risco por consequência ficou entre os 30 que tiveram maior risco, no ano de 2016 o fundo diminuiu um pouco do risco e ficou na trigésima quinta posição.

TABELA 18: Posição do fundo 166391 no ranking de fundos com maior risco

Código	2011	2012	2013	2014	2015	2016
166391	93º	94º	94º	100º	28º	35º

Fonte: Elaborado a partir do resultado dos estudos.

O fundo 223522 da instituição CAIXA, no primeiro ano analisado para o segundo ano aumentou seu risco, a partir de 2013 até 2015 foi diminuindo parcialmente seu risco descendo quase trinta posições, no ano de 2016 o fundo voltou a aumentar o risco ou os demais fundos que diminuíram seu risco, acarretando no aumento de uma posição do fundo no ranqueamento.

TABELA 19: Posição do fundo 223522 no ranking de fundos com maior risco

Código	2011	2012	2013	2014	2015	2016
223522	27º	17º	32º	44º	61º	60º

Fonte: Elaborado a partir do resultado dos estudos.

O fundo de investimento 223514 da instituição CAIXA, foi um fundo analisado que sempre se manteve entre os que tiveram menor risco sendo que o ano de 2016 foi a posição no ranque em que o fundo apareceu na posição octogésimo lugar, que foi o ano em que teve um risco maior comparado aos demais que foram analisados.

TABELA 20: Posição do fundo 223514 no ranking de fundos com maior risco

Código	2011	2012	2013	2014	2015	2016
223514	96º	108º	101º	95º	95º	80º

Fonte: Elaborado a partir do resultado dos estudos.

O fundo 226475 da instituição CAIXA nos três primeiros anos apresentou um risco bastante baixo, mas no ano de 2014 apareceu no ranqueamento na oitava posição o que indica que teve um aumento do risco do fundo muito grande pois saiu da septuagésima sétima posição para a oitava

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

posição, já no ano de 2015 voltou para uma posição em que apresenta um risco menor, já no ano seguinte o fundo deixou de existir ou mudou de categoria ANBIMA.

TABELA 21: Posição do fundo 226475 no ranking de fundos com maior risco

Código	2011	2012	2013	2014	2015	2016
226475	80º	82º	77º	8º	60º	-----

Fonte: Elaborado a partir do resultado dos estudos.

O fundo de investimento 204528 da instituição SOCOPA (Sociedade Corretora Paulista), do primeiro ano ao segundo teve um aumento do risco consideravelmente de quase 30 posições, depois os próximos três anos da análise o fundo mudou de categoria deixou de existir ou mudou de categoria e voltou novamente no ano de 2016 ficando na sexagésima primeira posição sendo uma posição consideravelmente com um risco mediano.

TABELA 22: Posição do fundo 204528 no ranking de fundos com maior risco

Código	2011	2012	2013	2014	2015	2016
204528	65º	38º	-----	-----	-----	61º

Fonte: Elaborado a partir do resultado dos estudos.

5. CONCLUSÃO

Foi possível verificar que os fundos que conseguiram ter uma rentabilidade estável durante todos os anos analisados conseguiram se manter durante todos os anos, porém os outros fundos que não conseguiram obter uma grande rentabilidade ou que trocaram de categoria acabaram desaparecendo, sendo que alguns conseguiram voltar após um ou dois anos.

Também com a análise dos fundos que apresentaram um maior risco foi possível analisar que alguns fundos que apresentavam um grande risco acabaram mudando de categoria ou mais provavelmente deixaram de existir, além disso foi possível analisar que de ano a ano um fundo pode mudar significativamente na tabela de ranqueamento, um ano pode estar com um risco muito pequeno e no outro ano estar com um risco muito alto.

A relação da rentabilidade com o risco dos Fundos analisados é que provavelmente os Fundos que tem um risco menor tiveram uma maior rentabilidade, mas no caso nem sempre foi possível constar isso pois alguns Fundos que estão com um risco grande não estão nas últimas posições da rentabilidade, no caso não tem uma rentabilidade muito alta, então, portanto o risco e rentabilidade não tem uma significância entre eles.

Outro fator importante dessa pesquisa foi verificar como é o funcionamento de um fundo de investimento, suas altas e baixas dentro do mercado financeiro, e de certa forma como os fundos de investimentos e as instituições são de extrema importância para o consumidor que está adquirindo novos recursos, por exemplo no setor agrícola.

Pode ser notado desde o início que todas as informações que foram relatadas são de extrema importância para o entendimento mais complexo dos dados que foram analisados, por isso, ter conhecimento, entendimento melhor sobre isso faz a diferença, seja agora ou no futuro.

6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARAÚJO, P. F. C. de & ALMEIDA, A. de. **Financiamento da agricultura**: evolução e perspectivas. Preços Agrícolas, v. 11, n. 126, 1997.

AZEVEDO, R. G. da R. **Securização e comercialização da produção agropecuária através das CPRs e Warrants**. Preços Agrícolas, v. 14, n. 161, p. 13-14, mar. 2000.

CALADO, R.L. **Fundos de Investimentos**: Conheça antes de investir. Rio de Janeiro. Editora: Elsevier, 2011.

BASCO, C. A; GUANZIROLI, C, E. Revista Informe Agronegócios. **Conjuntura macroeconômica e impactos na agricultura do Brasil**. 5ª Edição.2009

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

GESTÃO DE CUSTOS LOGÍSTICOS NO TRANSPORTE DE LEITE: ESTUDO DE CASO DA TRANSPORTADORA RODA LEITE – 1º PERCURSO

LOGISTIC COSTS MANAGEMENT IN MILK TRANSPORTATION: CASE STUDY OF THE CONVEYOR RODA LEITE - 1º CIRCUIT

Daiana Raquel Noster, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUÍ, RS, Brasil, daia.noster@hotmail.com

Euselia Paveglio Vieira, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUÍ, RS, Brasil, euselia@unijui.edu.br

RESUMO

A logística está presente em todas as atividades, sejam empresariais, rurais, etc. Neste contexto, a logística é um conjunto de planejamento, operação e controle do fluxo dos materiais, sendo seu principal objetivo, ter o produto certo no menor custo e tempo possível, ou seja, busca redução de custos e aumento de produtividade. O presente estudo objetiva estruturar um sistema de custos logísticos para a transportadora Roda Leite, com o intuito de gerar informações que auxiliem o gestor na tomada de decisões referente ao custo e desempenho por rota. A metodologia utilizada para o estudo foi pesquisa aplicada, descritiva, de abordagem qualitativa, documental, bibliográfica e estudo de caso. O levantamento dos dados ocorreu por meio de observação sistemática, análise documental e entrevistas despadronizadas, os quais foram interpretados e descritos a fim de responder a problemática do estudo. Foram classificados todos os custos e apurado o custo total por caminhão bem como, o custo de cada rota. Utilizaram-se os métodos de custeio por absorção e variável que permitiu visualizar os indicadores como margem de contribuição, ponto de equilíbrio e margem de segurança operacional. Diante disso, visualizou-se os impactos que cada custo gera no resultado, o valor mínimo que a transportadora deve receber por quilômetro para não haver prejuízos, dentre outras informações gerenciais. Concluiu-se que a transportadora está exercendo suas atividades com valor de frete que está cobrindo os custos, gerando resultados positivos, todavia possui oportunidade de melhorias na sua gestão.

Palavras-chave: Custos. Logística. Análise. Resultados. Gerenciamento.

ABSTRACT

Logistics is present in all activities, be business, rural, etc. in this context, logistics is a set of planning, operation and control of the flow of the materials, which is the main objective, to have the right product at the less cost and possible time, or whether it is, to reduce costs and increase productivity. the present objective study to structure a system of logistic costs for the road milk conveyor, with the intention to generate information to assist the manager in the decision-making concerning the cost and routine performance. the methodology used for the study was applied, descriptive, qualitative, documentary, bibliographic and case study survey. the data survey happened by systematic observation, documentary analysis, and understood interviews, which have been interpreted and described in order to respond to the problem of the study. all costs were classified and clear the total cost by truck as well, the cost of each route. absorption and variable methods of use was allowed to view the indicators as margin of contribution, balance point and operational safety margin. therefore, the impacts that each cost generated in the result should be displayed, the minimum value that the carrier should receive through kilometer in order to be under injury, with other management information. it concluded that the carrier is exercising its activities with a freight value that is charging the costs, generating positive results, still has the opportunity of improvements in its management.

Key-words: Costs. Logistics. Analysis. Results. Management.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade pode ser assumida de diferentes formas, como contabilidade financeira, gerencial e de custos; onde a contabilidade de custos utilizando-se dos princípios contábeis e das normas brasileiras de contabilidade, é um processo de registrar os custos de operações e, a partir destas, pode estabelecer os custos da produção e distribuição, tanto unitária quanto total. Pode ser aplicada na elaboração de produtos industriais, do mesmo modo que para prestação de serviços, com o objetivo de executar operações que retornem lucro e que tenham eficiência no processo (BRUNI; FAMÁ, 2004).

O estudo dos custos nas organizações é essencial, as contínuas mudanças no ambiente concorrencial faz com que ocorra um permanente aprimoramento nos procedimentos da

contabilidade de custos. Ter o conhecimento dos custos permite análises que diagnosticam onde pode-se realizar alterações que contribuem para alcançar os melhores resultados (BORNIA, 2010).

Neste contexto, o estudo se propôs a abordar uma das temáticas de custos, que trata dos custos logísticos. Para Ballou (1993) o custo logístico associa estudo e administração dos fluxos de bens e serviços e da informação associada que os coloca em movimento. A logística vem a diminuir o espaço entre produção e demanda, são os recursos para desenvolver as operações permitindo assegurar um fluxo eficiente desde os fornecedores até os clientes.

As empresas buscam constantemente formas de se destacarem no mercado, de conquistar maior visibilidade e de se manter competitivas, considerando a satisfação dos clientes e a rentabilidade do negócio. Ter o produto ou o serviço certo na condição desejada, no tempo e lugar certo, com o menor custo e menor tempo hábil vem a ser um dos seus principais objetivos, e passa a ser o ideal para as organizações. A logística é um tema pouco explorado, mas essa percepção vem se alterando, sendo reconhecida como uma forma estratégica para a organização. A logística tem visão sistêmica em todos os processos da organização, pois cada atividade e setor não podem ser vistos de forma isolada, eles estão interligados uns com os outros e é preciso que estejam bem estruturados para que possam gerar resultados positivos, visto que, qualquer ação vai refletir no consumidor final. (BALLOU, 1993).

A cadeia produtiva do leite é um dos elementos que norteiam a economia na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, diante disso o transporte de leite no primeiro percurso torna-se um fator que merece destaque, pois sustenta e fomenta esse sistema de produção, uma vez que age como intermediário entre produtores agropecuários no momento da captação do leite cru até a indústria.

Neste cenário, a transportadora objeto desta pesquisa não possui uma contabilidade de custos estruturada de forma que possibilite a análise do resultado por rota, por caminhão e por quilômetro rodado. O gestor da empresa sente a necessidade dessas informações para direcionar os caminhões por rota e tentar apurar o melhor resultado. Diante do exposto questiona-se: De que forma a estrutura de um sistema de custos logísticos pode contribuir com o gestor da transportadora na análise dos custos e resultados do transporte de leite, subsidiando o gerenciamento por frota? A situação problema desencadeia o objetivo geral da pesquisa, que é estruturar um sistema de custos logísticos para a transportadora de leite que gere as informações necessárias para que o gestor tome decisões referentes ao custo e desempenho por rota.

Segundo pesquisa de Freitas, et al., (2012) realizado a partir de um estudo de caso na Empresa Lima Transportes, percebeu-se que os indicadores de desempenho podem servir de instrumento para a gestão de custos logísticos, é uma estratégia que pode reduzir os custos.

Conforme estudos de Dutra, et al., (2014) que teve o objetivo de identificar os custos logísticos e a rentabilidade de uma empresa de transporte que faz a logística externa de uma cooperativa de leite localizada na Serra Gaúcha; É importante verificar se a atividade que está sendo executada é lucrativa cobrindo os custos necessários, e ressalta a necessidade de um sistema logístico bem estruturado.

Estudos realizados por Guerino e Vieira (2016) constatou que é importante o controle dos custos de cada veículo e rota, e não simplesmente ratear os custos entre todos os elementos envolvidos, assim pode-se visualizar qual veículo está gerando lucro ou prejuízo para a organização.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE DE CUSTOS

A contabilidade de custos pode gerar influências positivas nas organizações, de acordo com Hansen e Mowen (2001, p. 37) “a contabilidade de custos não é neutra; ela não fica parada nos fundos, meramente refletindo o que está acontecendo de forma imparcial. Ao invés disso, um sistema de informações de contabilidade de custos também molda a empresa”. Portanto, ela é um mecanismo que serve de apoio às estratégias organizacionais, pois contribui no controle das operações e análise dos elementos que afetam diretamente ou indiretamente nos resultados esperados, intervindo de forma a provocar mudanças nos processos quando necessário, visto que, a contabilidade de custos atua concomitantemente com a gestão da organização.

A Contabilidade de custos em uma organização é de grande relevância devido ao fornecimento de informações que a mesma permite, o que auxilia no processo de gestão. Segundo Martins (2008) a contabilidade de custos passou a ser encarada como uma eficiente ferramenta que proporciona o suporte para o desempenho da contabilidade gerencial é por meio das informações que são extraídas pela contabilidade de custos que se torna possível uma visão mais criteriosa, análise de indicadores, orçamentos e previsões, tornando-se uma vantagem competitiva e instrumento de apoio e auxílio na tomada de decisões.

Por intermédio dos registros das operações a contabilidade de custos pode controlar todo o processo produtivo, conseqüentemente passa a ser uma ferramenta que fornece informações

gerenciais desencadeando meios para as melhores decisões estratégicas, possibilitando a construção do futuro organizacional, considerando a capacidade da entidade, o ambiente competitivo e a rentabilidade que se pretende alcançar. Bornia (2010) diz que a contabilidade de custos visa disponibilizar dados que permitam o conhecimento dos produtos ou serviço que são vantajosos, e para aqueles que não trazem a mesma rentabilidade, viabiliza meios para serem benéficos.

Com a gestão dos custos é possível realizar uma avaliação detalhada de cada produto ou serviços, podendo fazer adaptações quando necessárias, inserir um novo produto no mercado, fazer substituições dos já produzidos, eliminar a produção que não gera resultado, administrar os preços de vendas, dentre outras inúmeras possibilidades, com o objetivo de alcançar o melhor desempenho da organização, bem como, potencializar os negócios, sendo uma das principais funções da contabilidade de custos, fornecer subsídios para a tomada de decisões (BRUNI; FAMÁ, 2004).

A correta classificação dos custos é extremamente fundamental para gerar informações de qualidade, bem como, para o cálculo mais preciso e real do custo de qualquer produto ou serviço. Os diversos tipos de custos não podem ser tratados da mesma forma, a alocação de maneira adequada gera maior exatidão e facilita a administração dos mesmos. Diante disso, auxilia na gestão da empresa permitindo verificar o que é rentável, podendo-se observar a eficiência e representação de cada produto perante a organização.

Conforme Wernke (2001) existem várias classificações de custos, e entre as de maior aplicabilidade estão os custos quanto a identificação, divididos em duas categorias: diretos e indiretos e quanto ao volume produzido, divididos entre fixos e variáveis. Os custos diretos são específicos dos produtos e podem ser claramente mensurados, enquanto os custos indiretos necessitam de critérios de rateio para serem alocados aos produtos ou serviços. Os custos fixos existem independente de a empresa estar ou não em atividade, já os custos variáveis mantêm relação proporcional ao volume de produção.

Os bens do ativo imobilizado geralmente representam uma parcela significativa dos ativos da empresa, sendo assim, é importante o controle patrimonial sobre eles e realizar a depreciação dos mesmos, devido a todo o desgaste que ocorre por diversos fatores em sua vida útil. Conforme a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 27 (3) item 55: “a depreciação do ativo se inicia quando este está disponível para uso, ou seja, quando está no local e em condição de funcionamento na forma pretendida pela administração” (CFC, 2013). A depreciação reconhece a desvalorização do bem do ativo imobilizado, o desgaste que o mesmo sofre no decorrer da sua vida útil, seja pelo uso, ação da natureza ou por se tornar algo obsoleto.

Outro custo representativo na atividade do transporte é o custo com pessoal, conforme Padoveze (2003) a mão-de-obra engloba as despesas de salários e os encargos sociais, tanto aqueles que são obrigados por lei, quanto os espontâneos assumidos pela empresa. Tratando-se de indústrias e prestadoras de serviços, há a necessidade de separar os dois tipos de mão-de-obra, que são a direta e indireta. Mão-de-obra direta refere-se aos gastos com o pessoal que operam diretamente na produção ou execução dos serviços vendidos, enquanto a mão-de-obra indireta relaciona-se aos gastos com pessoal do setor de apoio à fabricação dos produtos, não sendo considerada no custo de nenhum produto ou serviço.

Os métodos de custeio são a forma utilizada para calcular o custo de um produto ou serviço. No método de custeio por absorção, todos os custos são alocados aos produtos, as principais vantagens desse método é que o mesmo atende a legislação fiscal e permite a apuração do custo total de cada produto, e a principal desvantagem consiste na utilização de rateios que podem distorcer os resultados. Berti (2009) afirma que por mais que existam métodos mais modernos e confiáveis, o método de custeio por absorção por ter aceitação fiscal e ainda por identificação com os princípios fundamentais da contabilidade, é o método mais utilizado no País. No método de custeio variável, ou custeio direto, somente os custos variáveis são considerados, por mais que esse método fere os princípios da contabilidade, ele pode ser usado como uma ferramenta interna na organização, dando subsídios a contabilidade gerencial (WERNKE, 2001). Na concepção de Horngren; Foster e Datar (2000, p. 211), “custeio variável é o método de custeio de estoque em que todos os custos de fabricação variáveis são considerados custos inventariáveis. Todos os custos de fabricação fixos são excluídos dos custos inventariáveis: eles são custos do período em que ocorreram”.

2.2 ANÁLISE DE CUSTO, VOLUME E RESULTADO

Vários aspectos influenciam para a formação de preços e a contabilidade de custos é uma aliada para que isso seja desenvolvido de maneira adequada, servindo como base para essa determinação. Bomfim e Passarelli (2008) afirmam que a concorrência está em constante mudança, os custos de produção variam, o poder de compra dos consumidores alteram, e a tecnologia muda às necessidades das pessoas, tornando-se de extrema importância o acompanhamento contínuo de

todos esses aspectos para as organizações adaptarem-se e realizar os devidos ajustes no que diz respeito à formação do preço de venda.

De acordo com Beulke e Bertó (2006) a formação do preço de venda é um elemento fundamental da gestão econômico-financeira e mercadológica das empresas, envolve fatores como concorrência, demanda do mercado, estrutura de custos, governo e objetivos do produto ou serviço. Os preços adotados precisam ser viáveis, compatíveis com as exigências do mercado concomitantemente atender os objetivos das organizações. Bomfim e Passarelli (2008) destacam que antes partia-se dos custos para chegar-se aos preços de venda, hoje é importante fazer também a relação inversa, para estabelecer o custo que o produto deve ter para atender os objetivos de lucratividade da empresa e ser vendido a preços que condizem com a realidade do mercado. A falta de uma formação e análise de preços criteriosa pode causar a inviabilidade do negócio.

Há vários métodos para a formação do preço de venda, porém Padoveze (2003) afirma que o mais utilizado é o mark-up, o qual é um método de precificação que cobre todos os custos e ainda considera uma margem de lucro adequada, o que auxilia para um melhor gerenciamento dos produtos e serviços.

Segundo Wernke (2001) a análise de custo, volume e lucro é um importante instrumento de apoio à decisão que pode ser usado. Envolve os conceitos de margem de contribuição, ponto de equilíbrio e margem de segurança operacional. Maher (2001, p. 432) defende que essa análise é utilizada para “determinar como uma expansão das facilidades da produção – e as correspondentes alterações nos custos – impactam o lucro. Eles podem chegar à conclusão de que mais volume não necessariamente significa maiores lucros, a depender de como a expansão alterar os custos fixos”. Tudo está interligado, e esses indicadores possibilitam vislumbrar a melhor alternativa para a organização. Em relação às rotas do transporte de leite, esses indicadores trazem a informação das rotas que são vantajosas e quais não estão trazendo benefícios à transportadora, realizando relações entre o faturamento e as demais despesas.

A margem de contribuição demonstra o valor que cada unidade da produção trás para a empresa após serem descontados os custos e despesas variáveis, conforme Wernke (2001) a margem de contribuição possibilita análises sendo possível visualizar quais os produtos que valem mais a pena serem vendidos, se algum produto não é viável para a comercialização em função do custo benefício, ou que representam menos retorno, com isso, maximizar o lucro. Berti (2009) complementa, o conhecimento da margem de contribuição de cada produto possibilita o controle sobre o comportamento dos custos por linha de produção, decidir sobre novos investimentos e sobre preços mínimos realizando comparação com a concorrência.

O ponto de equilíbrio é um indicador que refere-se ao volume de vendas necessárias para cobrir os custos, é o momento em que os custos e despesas se igualam a receita total, ou seja, o lucro é zero, acima desse indicador passa a ser lucro, e abaixo desse nível passa a ser prejuízo (BERTI, 2009). Esse indicador evidencia quantitativamente o volume que a empresa precisa produzir e vender para que seja possível pagar todos os custos e despesas fixas, além dos custos e despesas variáveis (PADOVEZE, 2003). O ponto de equilíbrio permite manter e melhorar os resultados operacionais, pois serve para dar um norte da quantidade de produção ou serviço que deve ser mantido para suprir todos os custos, são relações entre custos fixos, custos variáveis, volume de vendas e lucros.

A margem de segurança operacional demonstra o volume de vendas que excede sobre o ponto de equilíbrio, representa o quanto as vendas podem cair sem que a empresa incorra em prejuízo (PADOVEZE, 2003). Torna-se uma ferramenta para maximizar o controle, pois a margem de segurança fornece informações relevantes ao gestor evitando que a empresa opere com desvantagens financeiras, esse indicador disponibiliza a quantidade de vendas que pode diminuir sem que a empresa seja prejudicada.

2.3 CUSTOS LOGÍSTICOS

A logística não representa apenas a armazenagem, transporte e distribuição dos produtos, está interligada ao nível estratégico da empresa, sendo um instrumento gerencial que possibilita agregar valor por meio dos serviços prestados. Conforme Ballou (1993) a logística visa promover o melhor nível de rentabilidade, por meio de planejamento, organização e controles efetivos, que possa facilitar o fluxo dos produtos e serviços.

Diante disso, percebe-se a importância da logística no cenário atual, a mesma visa diminuir a lacuna entre produção e demanda; vencer tempo e distância perante essa movimentação de bens ou na entrega de serviços de forma eficaz, atendendo os anseios dos consumidores que estão cada vez mais criteriosos e exigentes, e querem ter acesso ao produto desejado no tempo e local preferível. Deve-se preocupar em assegurar a disponibilidade dos produtos ou serviços a medida que os consumidores requerem, aliando um custo razoável com essa atividade.

Perez Jr., Oliveira, Costa (2005) ressaltam que é cada vez mais significativo o crescimento de atividades empresariais relacionadas com a prestação de serviços. Muitas organizações desse setor buscam adaptar-se perante a concorrência e as condições impostas pela sociedade, percebe-se cada vez mais a importância das informações contábeis para o uso da gestão dos negócios. Os gestores estão mais conscientes da necessidade das informações contábeis para o planejamento e controle dos negócios, bem como para as tomadas de decisão (HANSEN; MOWEN, 2001).

Das operações logísticas o transporte é um dos elementos mais visíveis, Ballou (1993) diz que o transporte absorve em média, de um a dois terços dos custos logísticos. Deve-se procurar manter um equilíbrio entre custo de transporte e qualidade no serviço, pois dependendo da situação pode ser mais favorável um transporte rápido ou um transporte mais lento, observando a eficiência e eficácia do serviço. Neste cenário, o transporte é uma peça fundamental que necessita de atenção, visto ser responsável pela operação e planejamento do fluxo de informações dentro das organizações.

O transporte é que vai realizar a movimentação do produto até a próxima fase de fabricação ou mais próximo ao cliente final; Bowersox (2009) afirma que ele utiliza de recursos temporais, financeiros e ambientais. Recursos temporais, pois o produto está inacessível durante o transporte. Financeiros porque engloba os custos e despesas para a manutenção do transporte, bem como perdas ou danos aos produtos que também deve ser considerados. Ambientais, visto que, causa danos ambientais decorrentes a engarrafamentos, poluição sonora, do ar entre outros.

Os cinco modais básicos de transporte segundo Bowersox (2009), são ferroviário, rodoviário, aquaviário, dutoviário e o aéreo.

Ferrovário- Transportes pelas ferrovias, vagões fechados, plataformas, etc. Rodoviário- Transporte pelas rodovias, em caminhões, carretas, etc. Aquaviário- Abrange os modais marítimos e hidroviários. Marítimo- Transporte em embarcações, pelos mares e oceanos. Hidroviário- Transporte em embarcações, através de rios, lagos ou lagoas. Dutoviário- A carga é transportada através de dutos. Aéreo- Transporte em aviões, através do espaço aéreo.

Segundo Ballou (1993) Uma das preocupações da logística é aumentar a eficiência com a máxima utilização dos equipamentos e pessoal de transporte. Deve ser levado em consideração o tempo que a mercadoria permanece em trânsito, pois reflete no número de fretes que podem ser realizados com um determinado veículo em certo período e os custos embutidos nesse processo.

O que gera influência no custo do transporte são os fatores econômicos, estruturas de custos e as taxas de frete. Os fatores econômicos incluem a distância, a qual afeta diretamente nos custos variáveis; volume, em que o custo do transporte diminui à medida que o volume da carga aumenta; densidade que é a relação entre peso e espaço; facilidade de acondicionamento, que depende das dimensões da carga e a forma que afetam a utilização do espaço do veículo; facilidade de manuseio, conforme o veículo e a carga pode-se tornar necessários equipamentos especiais para carregar e/ou descarregar o produto; responsabilidade está relacionada com os danos aos produtos transportados e mercado que contém os fatores de facilidade de tráfego, sazonalidade (BALLOU 1993).

Quando se possui frota própria, é frequente encontrar problemas em relação ao despacho do veículo de uma base central para várias paradas intermediárias e o retorno do mesmo para a base central. Por isso torna-se necessário ter o conhecimento do número de veículos envolvidos, a capacidade de carga de cada um, os pontos de coleta de cada veículo e a sequência das paradas, a partir dessas informações é possível definir uma roteirização e programação dos veículos para buscar a melhor utilização dos mesmos e simulações são maneiras de avaliar decisões referente ao transporte. Identificar situações de risco que podem impactar a rota planejada também precisam ser considerados, portanto é necessário balancear os custos e os riscos no momento do planejamento (BALLOU, 1993).

3 METODOLOGIA

A metodologia visa padronizar e classificar a pesquisa, demonstrando a forma que o estudo foi desenvolvido e fundamentado. A pesquisa se caracteriza como pesquisa aplicada, pois segundo Vergara (2009) a pesquisa aplicada busca resolver problemas concretos, portanto, a partir da problematização pressuposta, buscou-se gerar soluções alternativas, referente aos custos logísticos da transportadora roda leite.

A abordagem da pesquisa é qualitativa, pois conforme Beuren et al., (2004, p.92) “na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista superficialidade deste último”. A presente pesquisa realizou interpretações dos dados e informações da transportadora roda leite, com o intuito de estruturar um sistema de custos logísticos, sem o uso de métodos e técnicas estatísticas.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

A pesquisa classifica-se também como descritiva, pois buscou informações sobre o que se deseja investigar referente o objeto de estudo, realizando a coleta de dados diretamente com o gestor administrativo da empresa. De acordo com Gil (2002, p. 42) “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Os procedimentos citam a forma que o estudo é conduzido, a presente pesquisa é classificada como bibliográfica, sendo utilizado materiais já publicados; documental por ter usufruído de documentos da transportadora em estudo e estudo de caso, pois o trabalho é realizado unicamente em uma organização (GIL, 2002). Para a coleta de dados, inicialmente buscou-se construir uma base teórica consistente a partir da pesquisa bibliográfica referente ao tema em estudo, e posteriormente, para a realização do estudo aplicado foi utilizado a técnica de entrevistas não estruturadas, realizadas diretamente com o gestor administrativo da empresa para coletar informações específicas da organização objeto de estudo.

Os instrumentos de pesquisa dependem dos objetivos do estudo, são os processos que devem ser utilizados para direcionar na coleta de dados e posterior análise e interpretação. Em relação à observação, a pesquisa teve observação sistemática, pois conforme Beuren (2004) a observação sistemática é utilizada em pesquisas que necessitam de descrições mais detalhadas e na técnica de coleta de dados presume-se que o pesquisador saiba as informações relevantes para atingir os objetivos propostos. Foi utilizada entrevista não estruturada, a qual permite uma forma de explorar de maneira mais ampla as questões levantadas. Utilizou-se também a análise documental, que provem de informações coletadas em documentos materiais escritos da transportadora objeto de estudo (BEUREN, 2004).

A análise e interpretação dos dados foram realizadas a partir da consolidação teórica que forneceu a base do conhecimento para a realização da parte aplicada. Posteriormente realizou-se uma entrevista inicial, coletados os documentos fornecidos pelo gestor da empresa, tais como, notas fiscais, folha de pagamento, demonstrações Contábeis, etc. Estes documentos e dados foram sistematizados em planilhas e gráficos na busca da resolução do problema e em prol dos objetivos, instrumentalizando análise dos dados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Realizou-se a apuração dos custos diretos, indiretos e custo total, bem como, as análises da relação custo, volume e resultado que engloba preço de venda, margem de contribuição unitária e total, ponto de equilíbrio e margem de segurança operacional, junto a isso informações gerenciais de custos. Todos esses aspectos que foram descritos contribuem para estruturar um sistema de custos logísticos para a transportadora Roda Leite.

A transportadora objeto de estudo está localizada na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e está aproximadamente 40 anos no mercado. É uma transportadora autônoma que presta serviço de transporte a uma indústria de leite, possui no total seis rotas de primeiro percurso, e 3 caminhões para a realização do transporte, os quais são C, B e Y e o valor de compra de cada um deles é de R\$ 238.000,00; R\$ 144.000,00 e R\$ 160.000,00; Mais os seus tanques nos valores de R\$ 62.000,00; R\$ 46.000,00 e R\$45.500,00 respectivamente. Cada caminhão gera gastos mensais com salários dos motoristas, depreciação, manutenção, lavagens, pneus, IPVA e combustíveis.

Para o cálculo da depreciação dos caminhões estimou-se valores residuais de 40% e 50% e para os tanques o percentual de 10%, levando em consideração vida útil de 10 anos, e o valor que valeriam passado esse período.

Quadro 1- Gastos mensais por caminhão

Gastos mensais/CAMINHAO	C	B	Y
Salario Bruto Motorista	R\$ 2.386,00	R\$ 2.386,00	R\$ 2.386,00
Valor do caminhão	R\$ 238.000,00	R\$ 144.000,00	R\$160.000,00
Depreciação do caminhão	R\$ 1.190,00	R\$ 600,00	R\$ 666,67
Valor do tanque	R\$ 62.000,00	R\$ 46.000,00	R\$ 45.500,00
Depreciação do tanque	R\$ 465,00	R\$ 345,00	R\$ 341,25
Gastos com manutenção/mês	R\$ 600,00	R\$1.000,00	R\$ 800,00
Lavagens e lubrificação	R\$ 480,00	R\$ 480,00	R\$ 480,00
Pneus - valor por km rodado	R\$ 0,050	R\$ 0,050	R\$ 0,050
Numero de pneus por caminhão	10	10	6
Preço do litro de diesel	R\$ 2,98	R\$ 2,88	R\$ 2,98
Media de km rodados/mês	3.215	3.060	3.585
Km rodados por litro de diesel	2,37	2,10	3,08

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Gastos mensais/CAMINHAO	C	B	Y
IPVA rateado	R\$ 154,63	R\$ 101,68	R\$ 141,34

Fonte: Dados conforme pesquisa (2017)

Os custos diretos são aqueles que podem ser claramente mensurados, e no caso da transportadora objeto de estudo é a mão-de-obra direta, ou seja, os salários dos motoristas. O salário bruto dos motoristas é de R\$ 2.386,00 por caminhão que adicionado o 13^o salário, férias e 1/3 sobre férias, gera o montante de R\$ 2.849,84, com a inclusão das obrigações sociais, chega-se ao valor de R\$3.277,31.

Os custos indiretos necessitam de critérios de rateios por não poderem ser alocados diretamente aos produtos ou serviços. A transportadora possui custos indiretos fixos de serviços contábeis, gerente logístico e pró-labore que somam R\$ 4.237,00 mensais. E custos indiretos variáveis relacionados a combustível, material de expediente, água, luz, telefone e despesas financeiras, que acarreta em média R\$ 1.220,00 mensais, o que gera um total de R\$ 5.457,00 de custos indiretos mensais.

Alocando os custos fixos e variáveis em cada caminhão chega-se ao custo total dos mesmos, e todos esses custos foram divididos pela quilometragem total do caminhão para chegar ao custo por quilômetro, conforme demonstra o quadro 2.

Quadro 2- Custo total dos caminhões

Custos fixos	Caminhão C	Caminhão B	Caminhão Y
Depreciação caminhão	R\$ 1.190,00	R\$ 600,00	R\$ 666,67
Depreciação Tanque	R\$ 465,00	R\$ 345,00	R\$ 341,25
IPVA	R\$ 154,63	R\$ 101,68	R\$ 141,34
Custos Variáveis			
Manutenção	R\$ 600,00	R\$ 1.000,00	R\$ 800,00
Pneus	R\$ 1.607,50	R\$ 1.530,00	R\$ 1.075,50
Combustíveis	R\$ 4.042,49	R\$ 3.647,52	R\$ 3.468,60
Motorista	R\$ 3.277,31	R\$ 3.277,31	R\$ 3.277,31
Total	R\$ 11.336,93	R\$ 10.501,51	R\$ 9.770,67

Fonte: Conforme pesquisa (2017)

Ao realizar a comparação dos custos fixos de cada caminhão, pode-se observar que o caminhão C é o que tem o maior custo fixo, isso ocorre em virtude principalmente da depreciação do caminhão, tratando-se de um caminhão mais novo. As manutenções também variam conforme o ano do veículo, pois os mais antigos exigem maiores reparos que os novos. Os caminhões C e Y por se tratarem de caminhões mais novos, obrigatoriamente devem ser abastecidos com diesel S-10 que é um diesel menos poluente, porém de maior valor, o caminhão B por ser mais antigo utiliza o diesel comum, que é de menor custo. Verificou-se que o combustível é o custo mais significativo nos três veículos, representando a média de 35% do custo total, seguido do custo com motorista e custos com pneus.

Realizando o comparativo com o estudo de Guerino e Vieira (2016) apesar da diferença do número de caminhões da frota de 9 caminhões para 3 caminhões no presente estudo, nota-se que os combustíveis também é a variável mais acentuada no custo total, e no custo fixo os seguros tem grande percentual de impacto, enquanto a transportadora Roda Leite não possui contratos de seguros. Os demais custos fixos e variáveis assemelham-se com o da transportadora objeto de estudo.

O quadro 3 demonstra os custos dos caminhões pelos métodos de custeio por absorção e variável. A importância do método de absorção é que o mesmo engloba todos os custos tanto fixos quanto variáveis, fornecendo a informação do valor que deve ser a receita para que todos os custos sejam cobertos. Já o método de custeio variável restringe apenas os custos diretos e indiretos variáveis.

Quadro 3- Métodos de Custeio

CAMINHÃO	Custeio por absorção			Custeio variável		
	C	B	Y	C	B	Y
CDV	R\$ 6.249,99	R\$ 6.177,52	R\$ 5.344,10	R\$ 6.249,99	R\$ 6.177,52	R\$ 5.344,10

525

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Custeio por absorção				Custeio variável		
CAMINHÃO	C	B	Y	C	B	Y
MOD	R\$ 3.277,31	R\$ 3.277,31	R\$ 3.277,31	R\$ 3.277,31	R\$ 3.277,31	R\$ 3.277,31
CDF	R\$ 1.809,63	R\$ 1.046,68	R\$ 1.149,26			
CIF	R\$ 1.381,54	R\$ 1.314,93	R\$ 1.540,53			
CIV	R\$ 397,80	R\$ 378,62	R\$ 443,58	R\$ 397,80	R\$ 378,62	R\$ 443,58
TOTAL	13.116,27	12.195,07	11.754,79	R\$ 9.925,10	R\$ 9.833,45	R\$ 9.065,00
Media de km percorridos	3.215	3.060	3.585	3.215	3.060	3.585
CUSTO KM	R\$ 4,08	R\$ 3,99	R\$ 3,28	R\$ 3,09	R\$ 3,21	R\$ 2,53

Fonte: Conforme pesquisa (2017)

A transportadora não estipula o seu preço de venda, não é ela que decide o quanto deveria receber, mas sim, a indústria para a qual a transportadora faz o transporte do leite. Porém, torna-se importante elaborar o preço de venda para poder analisar se o preço que a transportadora está recebendo pelo menos é um preço mínimo.

Para a constituição do preço de venda primeiramente elabora-se o Mark-up, e para a formação do mesmo utilizou-se os indicadores compostos no Simples Nacional que é a tributação na qual a transportadora está enquadrada. Para estipular o preço mínimo de venda, o mesmo é embasado pelo custeio variável, pois considera que os custos fixos são despesas do período e não devem ser alocados nos produtos. O preço mínimo demonstra o valor que deveria ser cobrado pela prestação de serviço cobrindo somente os custos diretos (variáveis) do caminhão onde foi utilizado a margem de lucro nula, chegando ao indicador de 0,86. Em contrapartida, para a formação do preço ideal, considera-se o custeio por absorção, pois o mesmo inclui todos os custos, para a apuração do preço de venda ideal foi considerado uma margem de lucro de 15%, chegando ao indicador de 0,71.

O quadro 4 demonstra qual seria a receita ideal e a receita mínima por rota para a transportadora conforme os preços de venda estipulados, trazendo junto a isso a receita que a transportadora está recebendo atualmente.

Quadro 4- Comparativo das receitas

ROTAS	Caminhões	Km/Rota	PV Ideal	Receita Ideal	PV mínimo	Receita Mínima	PV Atual	Receita Atual
Rota 1	C	1445	R\$ 5,71	R\$ 8.243,86	R\$ 3,57	R\$ 5.156,51	R\$ 5,26	R\$ 7.600,70
Rota 2	C	1770	R\$ 5,71	R\$ 10.098,01	R\$ 3,57	R\$ 6.316,27	R\$ 5,26	R\$ 9.310,20
Rota 3	B	1590	R\$ 5,57	R\$ 8.861,21	R\$ 3,71	R\$ 5.906,30	R\$ 5,63	R\$ 8.951,70
Rota 4	B	1470	R\$ 5,57	R\$ 8.192,44	R\$ 3,71	R\$ 5.460,54	R\$ 5,63	R\$ 8.276,10
Rota 5	Y	1740	R\$ 4,59	R\$ 7.978,26	R\$ 2,92	R\$ 5.085,83	R\$ 4,10	R\$ 7.134,00
Rota 6	Y	1845	R\$ 4,59	R\$ 8.459,70	R\$ 2,92	R\$ 5.392,73	R\$ 4,10	R\$ 7.564,50

Fonte: Conforme pesquisa (2017)

De acordo com o quadro 4 as rotas 3 e 4 tem uma diferença positiva do preço atual com o ideal, ou seja, está se ganhando os 15% de lucro que a transportadora tinha estipulado. As demais rotas por terem o preço atual menor que o preço ideal, não significa que estão tendo prejuízos, pois o valor ainda está acima do preço de venda mínimo, porém, as mesmas não atingiram o percentual de 15% de lucro, estão no percentual médio de 13%. A receita que a transportadora recebe atualmente está abaixo da receita ideal, apenas o preço real e o preço ideal das rotas 3 e 4 que o caminhão B realiza, estão proporcionais, porém, a transportadora tem uma receita acima da receita mínima em todas as rotas, o que já é um ótimo indicador, pois assegura que a mesma não está ganhando menos que o mínimo.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

O valor real recebido atualmente pela transportadora por quilômetro varia conforme a capacidade de volume de cada caminhão, o caminhão Y tem capacidade para 9.000 litros e os caminhões C e B de 14.000 litros. A indústria também usufrui de uma tabela para cada tipo de caminhão que determina o valor pago por quilômetro em determinadas faixas, por exemplo, de 0 a 10 quilômetros é um valor de frete, de 10 a 20 quilômetros é outro valor, e assim por diante. Quanto menor a quilometragem percorrida maior é o valor recebido. O valor do frete por quilômetro é gerado diariamente, para os cálculos foi utilizado uma média mensal.

Os indicadores de análise de custo, volume e resultado, contribuem para proporcionar informações que dão maior segurança ao gestor na tomada de decisões. Foram analisados os indicadores de Margem de Contribuição (MC), Ponto de Equilíbrio (PE) e Margem de Segurança Operacional (MSO), os quais estão demonstrados no quadro 5.

Quadro 5- Indicadores (Custo, volume e resultado)

Caminhão	MC	Mc por Km	PE em Km	PE em R\$	MSO
C	R\$ 4.704,52	1,46	2.181	R\$ 11.471,00	1.034
B	R\$ 5.070,31	1,66	1.425	R\$ 8.024,23	1.635
Y	R\$ 3.650,67	1,02	2.641	R\$ 10.829,74	944

Fonte: Conforme pesquisa (2017)

Verifica-se que todas as margens de contribuição estão positivas, e o caminhão que mais contribui para a cobertura dos custos fixos é o caminhão B. O ponto de equilíbrio é um índice que estabelece qual seria a receita necessária para cobrir todos os custos e não ocasionar prejuízos. É importante ter o conhecimento do ponto de equilíbrio porque, se for oferecido para a transportadora uma nova cotação de frete, e esse valor ser menor em relação ao que já está sendo recebido, sendo que as rotas permaneceriam iguais, a transportadora saber se pode aceitar ou não, ou até que valor de frete por quilômetro pode ser aceito para que a transportadora não opere com prejuízo. Como os caminhões C, B e Y geram uma receita de R\$ 16.910,90; R\$ 17.227,80 e R\$ 14.698,50 respectivamente, pode-se observar que todos os valores estão acima do ponto de equilíbrio, o que é mais um fator que indica que a empresa não está tendo prejuízos. A margem de segurança operacional é o indicador que define quanto em quilômetros o caminhão pode deixar de rodar sem haver prejuízos.

A demonstração de resultado das rotas em estudo apresentam o confronto das receitas e despesas de forma detalhada, ao elaborar a DRE da transportadora Roda Leite, pode-se visualizar o montante de receita, dos custos e do lucro de cada rota. Percebe-se que a soma da receita de todas as rotas chega ao valor de R\$ 48.837,20 e o lucro de apenas R\$ 5.182,94. Portanto, olhar somente para o faturamento gera uma maior expectativa, sem considerar os devidos custos, mesmo assim, o retorno fica em 10,61% que é bem significativo no atual contexto do mercado.

Quadro 6- Demonstração de resultado das rotas

DRE	Rota 1	Rota 2	Rota 3	Rota 4	Rota 5	Rota 6
Receita total	R\$ 7.600,70	R\$ 9.310,20	R\$ 8.951,70	R\$ 8.276,10	R\$ 7.134,00	R\$ 7.564,50
Custo variável	R\$ 4.460,89	R\$ 5.464,21	R\$ 5.109,54	R\$ 4.723,91	R\$ 4.399,75	R\$ 4.665,25
Despesas variáveis	R\$ 1.025,33	R\$ 1.255,95	R\$ 1.207,58	R\$ 1.116,45	R\$ 962,38	R\$ 1.020,45
Margem de contribuição total	R\$ 2.114,47	R\$ 2.590,05	R\$ 2.634,58	R\$ 2.435,74	R\$ 1.771,88	R\$ 1.878,80
Custos fixos	R\$ 1.595,58	R\$ 1.595,58	R\$ 1.180,81	R\$ 1.180,81	R\$ 1.344,89	R\$ 1.344,89
Resultado	R\$ 518,89	R\$ 994,46	R\$ 1.453,77	R\$ 1.254,93	R\$ 426,98	R\$ 533,90

Fonte: Conforme pesquisa (2017)

Caso o valor recebido por quilômetro aumentasse R\$ 0,50, ou se a transportadora optasse por transportar para uma indústria concorrente que paga esse valor a mais, a receita total passaria de R\$ 48.837,20 para R\$ 53.767,20 aumentaria em 10% comparando com o valor que é recebido hoje e o lucro total passaria de R\$ 5.182,94 para R\$ 9.447,88, representando 17,58% sobre o faturamento.

CONCLUSÃO

A contabilidade de custos é um segmento da Ciência Contábil que proporciona informações de grande valia para a gestão das organizações, ela auxilia e serve de subsídio para a tomada de decisões. Como as empresas enfrentam constantemente influências internas e externas torna-se necessário realizar adaptações, e ter o controle dos custos permite ao gestor o conhecimento dos seus gastos, rendimentos, dentre outras variáveis, que contribuem na busca dessas adaptações para a organização, visando melhores resultados.

Inicialmente por meio de pesquisas bibliográficas, buscou-se o embasamento teórico do estudo para auxiliar no entendimento do tema abordado. Realizou-se a coleta dos dados juntamente com o gestor da transportadora, após foram descritos os dados e realizado as classificações dos custos. A classificação dos custos permitiu a apuração do custo total por caminhão e por rota, e por meio dos métodos de custeio por absorção e variável, originaram-se dados palpáveis para os cálculos referente ao custo, volume e resultado. Concluiu-se que os custos que mais geram impactos nos 3 caminhões são os combustíveis e a mão-de-obra.

Os cálculos do custo, volume e resultados, desenvolvem indicadores como a margem de contribuição, que representa o lucro da venda; ponto de equilíbrio, que representa o volume de vendas necessárias para cobrir os custos e a margem de segurança operacional, a qual é o volume de vendas que excede sobre o ponto de equilíbrio, foi realizado o comparativo com os valores reais da transportadora e os valores orientativos. Com esses indicadores foi possível visualizar que a transportadora está com resultados que apesar de baixos, são positivos. Calculou-se também o preço por quilômetro ideal que a transportadora deveria receber e realizou-se o comparativo com o preço de venda real, onde que foi possível visualizar o valor mínimo que se deve receber por quilômetro.

Constatou-se no estudo que na atividade de transporte de leite os custos são expressivos, impactando diretamente no resultado. Todos os custos fixos que a transportadora possui são necessários, não sendo possível realizar cortes e os custos variáveis muitas vezes independem da empresa, o combustível que é um dos custos de maior proporção depende do preço do mercado, outro fator que deve ser considerado são os gastos imprevistos ocasionado nos caminhões, em virtude de ausência de estradas de boa trafegabilidade que prejudica o estado de conservação do veículo.

Não é possível aumentar a carga transportada para otimizar o transporte, pois a mesma está com sua capacidade máxima em todas as rotas. Outra dificuldade encontrada é o preço do frete não aumentar de forma equilibrada ou na mesma proporção, que aumenta os custos, sendo que muitas vezes o preço do frete não gera aumentos continuando estável.

O estudo atingiu o objetivo proposto de estruturar um sistema de custos logísticos para a transportadora, pois a mesma não tinha conhecimento dos seus custos, bem como, o real faturamento, e o presente estudo trouxe a explanação desses dados. Diante disso, pode-se concluir que a presença de um sistema de custos em qualquer organização é de extrema importância, pois o mesmo torna-se uma ferramenta de controle, auxílio para a tomada de decisões e permite uma visão mais criteriosa tanto dos custos quanto dos resultados.

REFERÊNCIAS

BALLOU, Ronaldo H. **Logística empresarial: transportes, administração de marketing e distribuição física**. São Paulo: Atlas, 1993.

BERTI, Anelio. **Contabilidade e análise de custos**. Curitiba: Jurua, 2009.

BEULKE, Rolando; BERTÓ, José Dalvío. **Gestão de custos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BEUREN, Ilse (org) Maria et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BOMFIM, Eunir de Amorim; PASSARELLI, João. **Custos e formação de preços**. 5. ed. São Paulo: IOB, 2008.

BORNIA, Antonio Cezar. **Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BOWERSOX, Donald J. **Logística empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimento**. São Paulo: Atlas, 2009.

BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. **Gestão de custos e formação de preços: com aplicações na calculadora HP 12C e Excel**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **NBC TG 27, 2013**. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/NBCTG27\(R3\)](http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/NBCTG27(R3))> Acesso em 05 abril 2017.

DUTRA, Aline. et al. **Sistema logístico do transporte de leite a granel: Um estudo de caso**. 2014. 22 p. Disponível em:

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

<<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numro4v10/OK%20%20custos%20logisticos.pdf>> Acesso em 16 abril 2017.

FREITAS, Jose Ricardo. et al. **Indicadores de desempenho como instrumento Para gestão de custos logísticos de transportes-** Estudo de caso: Lima Transportes. 2012. 15 p. Disponível em <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/245>> Acesso em 16 de abril 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUERINO, Vanderlei; VIEIRA, Eusélia Pavaglio. **Análise dos custos e resultados logísticos na coleta de leite à granel da propriedade rural até a indústria:** Um estudo de caso. 2016. 21 p. Disponível em:

<<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/3915/Vanderlei%20Guerino.pdf?sequence=1>> Acesso em 16 abril 2017.

HANSEN, Don R; MOWEN, Maryanne M. **Gestão de custos:** contabilidade e controle. São Paulo. Pioneira Thomson Learning, 2001.

HORNGREN, Charles T.; FOSTER, George; DATAR, Srikant M. **Contabilidade de custos.** 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

MAHER, Michael. **Contabilidade de custos:** criando valor para a administração. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Curso básico gerencial de custos.** São Paulo. Pioneira Thomson Learning, 2003..

PEREZ JR, José Hernandez; OLIVEIRA, Luís Martins de; COSTA, Rogério Guedes. **Gestão Estratégica de Custo.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 360 p.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

WERNKE, Rodney. **Gestão de custos: uma abordagem prática.** São Paulo: Atlas, 2001.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

GOVERNANÇA CORPORATIVA EM ORGANIZAÇÕES FAMILIARES

CORPORATE GOVERNANCE IN FAMILY ORGANIZATIONS

Aline Antônia Perkoski, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI – Santo Ângelo, RS, Brasil, alineantoniaperkoski@gmail.com

Angélica Backes, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI – Santo Ângelo, RS, Brasil, angelica.backes@gmail.com

Karine Albring de Oliveira, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI – Santo Ângelo, RS, Brasil, karinealbringstg@hotmail.com

Carlos Oberdan Rolim, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI – Santo Ângelo, RS, Brasil, oberdan@gmail.com

Berenice Beatriz Rossner Wbatuba, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI – Santo Ângelo, RS, Brasil, bwbatuba@san.uri.br

RESUMO

Nos últimos anos, de acordo com o SEBRAE, o número de organizações familiares vem crescendo no Brasil, em todos os segmentos da economia. A estrutura destas organizações apresenta características distintas se comparada às organizações que não são administradas por clãs. Tais dessemelhanças podem ser evidenciadas nos processos internos, no planejamento estratégico, na relação com as partes interessadas do negócio e, principalmente, na tomada de decisões. Esse estudo teve como objetivo compreender os desdobramentos da governança corporativa, considerando a teoria da agência e os processos de sucessão, socialização, permanência e seguimento da família frente à gestão. A metodologia (Vergara 2014) identifica a pesquisa quanto aos fins em investigação explicativa e, quanto aos meios, em bibliográfica. A partir das abordagens epistêmicas analisadas pode-se concluir que diversos aspectos relevantes explicam a dinâmica família-organização. Em suma, considera-se a necessidade de boas práticas de governança corporativa nos cenários das organizações familiares.

Palavras-chave: Governança Corporativa. Organização. Família.

ABSTRACT

In recent years, according to SEBRAE, the number of family organizations has been growing in Brazil in all segments of the economy. The structure of these organizations has distinct characteristics compared to organizations that are not managed by clans. Such dissimilarities can be evidenced in internal processes, strategic planning, relationships with business stakeholders, and especially in decision making. This study aimed to understand corporate governance developments, considering agency theory and the processes of succession, socialization, permanence and family follow-up to management. The methodology (Vergara 2014) identifies the research regarding the ends in explanatory research and, in terms of the means, in bibliographical. From the epistemic approaches analyzed it can be concluded that several relevant aspects explain the family-organization dynamics. In sum, it is considered the need for good corporate governance practices in the scenarios of family organizations.

Key words: Corporate Governance. Organization. Family.

1 INTRODUÇÃO

A constante busca pela sustentabilidade econômica nas organizações familiares tem sua origem na definição de novas estruturas de gestão, as quais visam avaliar resultados, recursos e técnicas com maior assertividade. A singularidade dos processos internos influencia a tomada de decisões, na medida em que surge a necessidade de desenvolver outros parâmetros e mecanismos de governança.

Durante o ciclo de vida da organização familiar, as limitações que se evidenciam nos processos de controle gerencial, resultam em lacunas estruturais, dificultando sua sobrevivência no mercado. Nesse sentido, acredita-se na importância de estabelecer instrumentos de controle que sintonizem a relação com todas as partes interessadas do negócio, alcançando, além dos acionistas, os fornecedores, clientes, membros da família e a sociedade.

As organizações familiares, frequentemente, não apresentam mecanismos adequados de governança corporativa, comprometendo o planejamento estratégico e a definição dos objetivos organizacionais. Nesse contexto, entende-se que sua implantação tornará a organização mais profissionalizada e transparente, reduzindo a assimetria das informações e direcionando a gestão para novas oportunidades de negócio.

Diante desse contexto, essa pesquisa tem como objetivo compreender como a governança corporativa configura-se num somatório de princípios e práticas relevantes à implantação de melhorias no sistema de gestão, à medida que viabiliza a definição de controles mais eficazes que possam garantir o desenvolvimento sistêmico da organização familiar.

O estudo da governança corporativa contribui à eficiência na gestão dos interesses das organizações familiares, oportunizando desdobramentos importantes para os processos de sucessão e socialização. Baseada em princípios como transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, a governança concede suporte para que as organizações se mantenham competitivas.

Desta forma, o artigo segue com os procedimentos metodológicos que conduzem a pesquisa; por conseguinte, o referencial teórico no qual serão identificados os comportamentos oriundos da estrutura familiar que influenciam a dinâmica organizacional, condizentes com a governança corporativa e com os pressupostos da teoria da agência. Finaliza-se com a conclusão.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A qualificação da pesquisa será fundamentada na taxionomia apresentada por Vergara (2014), em dois enfoques básicos: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, o estudo será caracterizado pela investigação explicativa, por meio da qual é possível “esclarecer quais fatores contribuem, de alguma forma, para a ocorrência de determinado fenômeno.” (VERGARA, 2014). Logo, a presente pesquisa objetiva identificar quais condutas procedentes da família influenciam no contexto organizacional, no que diz respeito à governança corporativa e às premissas da teoria da agência.

Quanto aos meios, a pesquisa configura-se de forma bibliográfica “com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral.” (VERGARA, 2014). Nessa perspectiva, visa-se compreender os desdobramentos da governança corporativa sob aspectos da jurisdição familiar, tais como os processos de socialização e sucessão que constituem a relação família-organização.

Entende-se, portanto, que a pesquisa explicativa bibliográfica tem grande relevância na construção de uma análise crítica acerca de uma determinada temática, à medida que se utilizam teorias, abordagens, dados e estudos já existentes. Essas interpelações epistemológicas, quando sistematizadas, transformam-se em constructos significativos, os quais serão apresentados, nesta pesquisa, na forma de conclusão.

3 TEORIA DA AGÊNCIA

A teoria da agência busca explicitar as relações numa organização quando a propriedade e o controle são exercidos por pessoas distintas, o que pode resultar em conflitos de interesses.

Conforme Nascimento e Reginato (2008), numa organização de pequeno porte, o proprietário consegue administrá-la, tomar as decisões, sendo ele o gestor e único acionista da organização, dirigindo-a conforme acredita ser o melhor para o desenvolvimento do negócio. Já em organizações maiores, o funcionamento torna-se mais complexo, surgindo a necessidade de contratação de um administrador que concentre o controle da organização. As decisões que antes eram centralizadas no proprietário passam para o administrador.

No início do século passado já havia conflitos entre as partes numa organização, ainda que discretos, pois a propriedade e o controle da mesma eram desempenhados por uma única pessoa. Com a crise econômica de 1929, investidores tiveram perdas significativas, ao mesmo tempo em que grandes corporações surgiram trazendo a necessidade da criação de um novo modelo de controle organizacional. Modelo no qual, o proprietário da organização delega a um agente o poder de decisão sobre a mesma (ARECO, 2017).

Considerados os pioneiros ao abordarem as divergências entre propriedade e controle das organizações, Berle e Means publicaram o livro: *A moderna sociedade anônima e a propriedade privada*, em 1932. Segundo Berle e Means (1987) *apud* Silva e Seibert (2015), o crescimento em número e poder das sociedades anônimas são fatores responsáveis pela separação da pessoa do proprietário e da pessoa do administrador da organização. Estes, podem divergir em relação aos interesses, assim, as restrições que limitavam o uso do poder deixam de existir.

Silva e Seibert (2015) trazem uma abordagem histórica na qual, após Berle e Means, vários autores seguiram aprofundando as discussões acerca das grandes corporações. Coase (1937) explana sobre a natureza da firma, após Alchiam e Demsetz (1972) apresentam a separação entre propriedade e controle, em seguida Jensen e Meckling (1976) abordam os conflitos de interesse entre o agente e o principal, concluindo que as organizações, em suas relações contratuais, servem para equilibrar os objetivos entre os envolvidos. Partindo da premissa de que o empregador (principal) possui interesses próprios e delega uma pessoa (agente) para desempenhar as funções com poder de decisão na organização, entende-se que o agente também possui interesses próprios e busca

satisfazê-los. Essas aspirações nem sempre estão em concordância com as aspirações do principal, ocasionando o chamado conflito de interesses. Assim, os autores mencionados afirmam que não existe o agente perfeito, ou seja, o profissional sem interesses próprios agindo somente conforme os interesses do principal. Surge então o conceito de conflito de agência.

Lopes e Martins (2007, p.35), definem o conflito de agência: “os interesses dos acionistas são bastante diferentes dos interesses dos administradores da empresa e das outras classes de participantes. Cada grupo de interessados na empresa possui uma classe distinta de aspirações”.

Como consequência de que a propriedade e o controle da organização estão em pessoas diferentes, mudanças na forma de gerenciamento ocorrem e o agente leva em consideração não apenas os interesses da organização, mas também os seus próprios interesses, surgindo assim, a assimetria da informação, que pode ser compreendida como informações incompletas fornecidas pelo agente ao principal (NASCIMENTO E REGINATO, 2008).

Para Silva e Seibert (2015, p.32) “A teoria de agência é o alicerce da governança corporativa para as organizações com fins lucrativos, pois desde sua construção, definições, princípios e valores estão intrinsecamente relacionados ao conflito de interesse entre o principal e o agente”.

É com base na teoria de agência descrita acima que surge o conceito de Governança Corporativa, mencionado a seguir.

4 GOVERNANÇA CORPORATIVA

De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2017), durante o século 20, a economia mundial tornou-se cada vez mais integrada e dinâmica, as organizações passaram por transformações marcadas pelo acentuado ritmo de crescimento, promovendo assim, uma readequação de sua estrutura de controle, em função da separação entre a propriedade e a gestão da organização.

O conceito de governança corporativa surgiu da expressão inglesa *corporate governance*, advindo dos Estados Unidos na década de 1980, em uma época de escândalos envolvendo fraudes praticadas por grandes organizações (VIEGAS e BONFIM, 2017). A partir disso, desencadeou-se a necessidade de criação de práticas que visassem a redução dos efeitos da assimetria informacional, minimizando o conflito de agência, ou seja, o conflito de interesses entre os acionistas e seus gestores.

Corroborando com este conceito, para o IBGC (2017), a governança corporativa surgiu com o intuito de superar o conflito de agência. Nesta circunstância, em que o proprietário delega a um agente o poder de decisão sobre a organização, surgem divergências sobre o que poderá ser melhor ao crescimento organizacional. A governança corporativa visa, nesse contexto, a aplicação de melhorias.

Parafraseando Chagas (2015), a governança corporativa trata-se de um sistema que define regras e poderes para conselheiros, comitês, diretoria e demais gestores, buscando prevenir abusos de poder e criando instrumentos de fiscalização, princípios e regras que constituem uma gestão eficiente e eficaz.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) define governança corporativa como um conjunto de técnicas que busca proteger todos os envolvidos de uma organização. Assim, a governança prevê o envolvimento dos *stakeholders* no intuito de dirigir e monitorar a organização, facilitando seu melhor desempenho. Para, Silva (2006) a governança corporativa é “um conjunto de princípios e práticas que procura minimizar os potenciais conflitos de interesse entre os diferentes agentes da companhia (*stakeholders*) com o objetivo de reduzir o custo de capital e aumentar tanto o valor da empresa quanto o retorno aos seus acionistas”.

Fiorini, Junior e Alonso (2016) destacam que na governança corporativa deve prevalecer a concordância e o entendimento entre os acionistas e os executivos, permitindo que as decisões sejam tomadas de forma eficaz, com foco no resultado e na eficiência operacional. Os autores destacam que a prática da governança envolve custos, porém, existem contribuições positivas na utilização, que podem auxiliar no desenvolvimento da organização, bem como da região de atuação, atestando o custo-benefício do uso.

Para Silva e Seibert (2015) os participantes da organização possuem diferentes responsabilidades em relação à governança corporativa. Todos os integrantes sejam acionistas, diretores, conselheiros ou outros interessados precisam encontrar os melhores procedimentos para tomada de decisões e desempenho eficiente da organização em que estão atuando. Desta forma, nenhum dos envolvidos deve sair prejudicado.

4.1 PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa possui princípios, os quais alinham os interesses da organização e promovem sua sustentabilidade. De acordo com o IBGC (2017) os princípios correspondem ao seguinte:

- **Transparência:** consiste no anseio de disponibilizar para as partes interessadas todas as informações que sejam de seu interesse e não somente as impostas por leis ou regulamentos. Não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação gerencial e que condizem à preservação e à otimização do valor da organização.

- **Equidade:** consiste no tratamento justo e igualitário entre as partes interessadas, considerando seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas.

- **Prestação de Contas:** os agentes de governança têm o dever de prestar contas de sua atuação, de forma clara, concisa, compreensível e tempestiva, assumindo integralmente as consequências e a responsabilidade de seus atos.

- **Responsabilidade Corporativa:** os agentes de governança devem zelar pela viabilidade econômico-financeira das organizações, reduzir as externalidades negativas de seus negócios e suas operações e aumentar as positivas, levando em consideração, no seu modelo de negócios, os diversos capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, ambiental, reputacional, etc.) no curto, médio e longo prazos.

5 A ORGANIZAÇÃO FAMILIAR BRASILEIRA: ORIGEM E CARACTERÍSTICAS

Dados levantados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), apontam que mais de 90% das organizações no Brasil são familiares, representando cerca de 65% do PIB e 75% do staff nacional. A organização familiar tem características e culturas próprias, as quais se desdobram em mecanismos peculiares de governança, tendo em vista que a família, quando responsável pela administração do empreendimento, institui nas práticas de gestão, seus próprios valores e princípios, os quais se tornam determinantes na construção da cultura organizacional.

Nessa perspectiva, estudar a origem da organização familiar brasileira é importante para a compreensão da especificidade dos comportamentos que surgem a partir da relação família-organização. Gonçalves (2000) afirma que a cultura da família empresária no Brasil está norteada por dois referenciais básicos: patrimonialismo e patronato político. Para o autor, “o patrimonialismo sustentou-se nas famílias patriarcais, formando, com muita frequência, parentelas, sob a chefia de um senhor.” (GONÇALVES, 2000). Logo, entende-se que a família administra o patrimônio pessoal e empresarial de forma unificada, e adota um comportamento paternalista em suas relações com os funcionários. Esse comportamento influencia as etapas de transição que acontecem ao longo do ciclo de vida da organização, resultando em um processo de tomada de decisões baseado no autoritarismo, nepotismo e na informalidade. Gonçalves ainda explica que

Não existe, então, uma relação profissional e jurídica entre a empresa e o empregado, mas uma relação pessoal, necessariamente orientada e disciplinada pelo patrão e dono, baseada em fidelidade e mútua confiança, o que acontece principalmente durante a gestão e administração do fundador (GONÇALVES, 2000, p.8).

O paternalismo vem ao encontro do outro referencial descrito por Gonçalves (2000): o patronato político. Esse, entendido como a soberania de patrão, está presente no cotidiano das organizações familiares e se caracteriza pela gestão autoritária. Tal administração, vista como tradicional, engessa a capacidade de flexibilização e criatividade da organização, impedindo a participação efetiva dos colaboradores. A burocracia dos processos, a ausência do planejamento, a indefinição de cargos, funções e planos de carreira, e a carência de know-how para enfrentar e se adaptar às constantes mudanças do mercado são as principais causas decorrentes da prática do patronato político. Para Gonçalves “a inviabilidade histórica de conservação do patronato político, desaguando na criação de uma situação de concorrência implacável, transforma a competência em condição de sobrevivência para a empresa familiar.” (GONÇALVES, 2000). Diante disso, o desafio das organizações familiares não se resume apenas à implantação de práticas eficazes de gestão, mas também, e principalmente, à (re) estruturação dos pilares que sustentam sua cultura organizacional e que norteiam a governança corporativa.

6 A ESTRUTURA FAMILIAR E O AMBIENTE ORGANIZACIONAL

Tanto a família quanto a organização são interventoras na relação entre indivíduo e sociedade, apresentando-se como instituições elementares de socialização. Numa esfera familiar, a organização apresenta diversas conexões e inter-relacionamentos importantes a serem analisados, tendo em vista que ela se difere das demais organizações estruturadas hierarquicamente sem vínculos de parentesco. Para compreender como as organizações familiares desenvolvem seus processos e se organizam para atingir resultados, é necessário estudar o conceito de família e seus desdobramentos no ambiente organizacional. Na definição de Engels (1975), família é um fenômeno social, ou seja, um produto do sistema social, cuja função é refletir a cultura desse sistema. Para tanto, é

responsabilidade familiar a promoção do primeiro contato do indivíduo com a sociedade, à medida que contribui na formação de sua personalidade, dos seus princípios e comportamentos.

Quando vinculada à organização, a família volta-se à essencialidade de sua estrutura, preservando elementos significativos de suas relações consanguíneas. Logo, a criança que é apresentada desde cedo ao entorno organizacional regido por sua família, é direcionada, gradualmente, aos horizontes de uma futura sucessão. Aos poucos, as atribuições legatárias são interiorizadas no universo dos herdeiros, os quais se sentem responsáveis pela ininterruptão do negócio.

A transferência do comando da organização é um processo laborioso e que precisa ser construído ao longo do tempo, tendo em vista que a família é um grupo social e dela se originam comportamentos e sentimentos particulares. Gonçalves (2000) entende que “esse não é o maior problema que desafia a empresa familiar brasileira, mas, nos tempos mais recentes, tem sido a causa mais frequente dos seus fracassos.” (GONÇALVES, 2000). Um processo eficiente de sucessão demanda maturidade e adaptabilidade da organização, a fim de que ela esteja apta para enfrentar novos desafios e estabelecer uma nova identidade que atenda às suas necessidades.

A família, num contexto de socialização, é influenciada pelas questões organizacionais, da mesma forma que a organização também se regenera a partir da performance familiar. Destarte, muitos são os fatores que estreitam e alargam essa linha tênue, tais como a informalidade, o imediatismo, a governança centralizada e o nepotismo exercido de diversas formas, os quais resultam, na maioria das vezes, em um efeito sanfona, danoso à vitalidade da organização, pois limitam a maximização do seu valor.

O alinhamento dessas assimetrias visa à construção de uma base sólida de gestão necessária à elaboração das estratégias organizacionais, que, ao serem implementadas, permitem a captação de recursos, o mapeamento de oportunidades e ameaças, a definição de metas, o desenvolvimento da visão sistêmica, a identificação de lacunas nos processos operacionais, dentre outros fatores organizacionais relevantes. Nesse cenário, a governança corporativa assume sua função substancial frente aos novos paradigmas da administração moderna, garantindo a sinergia da organização com seus stakeholders.

A partir da teoria de agência, o conceito de governança corporativa consolida-se no âmbito das organizações familiares com intuito de equilibrar a relação entre o principal e o agente, e tratar as lacunas decorrentes das assimetrias de informação. A governança corporativa sugere a administração participativa, em que as partes buscam interagir em benefício do todo. A eficiência nas operações e a demanda pelos resultados constituem a essência da estrutura da governança que visa, além do monitoramento das práticas de gestão, o desenvolvimento saudável da organização. Essa sustentabilidade torna-se possível quando a governança assume seu papel fundamental no negócio e exerce os princípios na qual está alicerçada: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresentou uma investigação explicativa e bibliográfica com referência à governança corporativa, enfatizando organizações familiares. Contextualizou-se o surgimento da governança corporativa à teoria de agência e, no tocante, foram diagnosticados fatores relevantes que compõem os processos de socialização e sucessão nas organizações geridas por grupos familiares.

Observou-se ainda, que os conflitos de interesses, descritos pela teoria de agência, são elementos presentes na gestão da organização familiar, tendo em vista que as decisões passam a ser exercidas por duas partes: o principal (empregador) e o agente (pessoa delegada pelo principal com poder de decisão). Ambos, frequentemente, não possuem interesses em comum, da mesma forma que o agente possui suas próprias aspirações, muitas vezes em desacordo com os interesses da organização.

Em relação à dinâmica estudada nas organizações familiares, a governança corporativa apresentou-se como uma estratégia favorável ao desempenho organizacional, no que se refere aos processos de socialização e sucessão da gestão. A família, entendida como um produto do sistema social (ENGELS, 1975) ainda exerce na tomada de decisões, o patrimonialismo e o patronato político descritos por Gonçalves (2000), resultando na unificação do patrimônio pessoal e corporativo, bem como na gestão autoritária, informal e nepotista.

Evidenciou-se também que a sucessão do comando da organização é uma etapa que deve ser construída progressivamente na medida em que sejam consideradas as peculiaridades da família. A organização deve apresentar maturidade e grande capacidade de adaptação para evitar desajustes danosos a sua sobrevivência.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Por fim, a conclusão desse estudo reside no fato de que, é de suma importância às organizações familiares adotar princípios e práticas da governança corporativa a fim de não se tornarem reféns das demandas familiares e tampouco da gestão autoritária, informal e sem profissionalismo que resulta na unificação do patrimônio pessoal e da pessoa jurídica. As boas práticas da governança corporativa são eficientes na gestão das relações com as partes interessadas no negócio dando suporte a uma administração mais profissionalizada e transparente, reduzindo a assimetria das informações e os conflitos de agência em processos de sucessão familiar.

O uso de práticas adequadas de governança no cenário das organizações familiares contribuirá na otimização dos processos de controle gerencial, fornecendo suporte necessário para a sustentabilidade organizacional de geração para geração, permitindo ainda, que se mantenham competitivas no mercado.

Sugerem-se como trabalhos futuros a realização de um estudo de caso ou multicasos em organizações que passaram por sucessões familiares, identificando como a governança corporativa corroborou com esse processo.

REFERÊNCIAS

ARECO, Yuri. **Teoria da Agência: a evidenciação dos conflitos dentro do ambiente empresarial**. Disponível em: <<http://www.blbbrasil.com.br/artigos/teoria-da-agencia/>> Acesso em: 25 de junho de 2017.

CHAGAS, José Ferreira. **Governança corporativa: aplicabilidade do conceito, dos princípios e indicadores à gestão de pequenas e médias organizações**. Disponível em: <<http://eco.unne.edu.ar/contabilidad/costos/VIIIcongreso/085.doc>> Acesso em: 29 de julho de 2017.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Cartilha de Governança. Rio de Janeiro: CVM, 2002. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/decisooes/anexos/0001/3935.pdf>> Acesso em: 24 de julho de 2017.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

GONÇALVES, José Sérgio Rocha de Castro. As empresas familiares no Brasil. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.40, n.1, jan-mar 2000. Seção Pensata. Disponível em: <<http://rae.fgv.br/rae/vol40-num1-2000/empresas-familiares-no-brasil>> Acesso em: 20 de julho de 2017.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE): banco de dados. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 04 de setembro de 2017.

INSTITUTO Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC): banco de dados. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/index.php/>>. Acesso em 25 de julho de 2017.

LOPES, Alexsandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NASCIMENTO, Auster Moreira; REGINATO, Luciane. Divulgação da informação contábil, governança corporativa e controle organizacional: uma relação necessária. **Revista Universo Contábil**, Santa Catarina, v.4, n.3, jul-set 2008. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/979/733>> Acesso em: 25 de julho de 2017.

SERVIÇO Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE): banco de dados. Disponível em: <<https://sebrae-rs.com.br>>. Acesso em 04 de setembro de 2017.

SILVA, A. L. C. da. **Governança corporativa e sucesso empresarial: melhores práticas para aumentar o valor da firma**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SILVA, Raiziane Cássia Freire da; SEIBERT, Rosane Maria. Governança corporativa - História e tendências. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Santa Catarina, v. 9, n 3, III TRI 2015. Disponível em: <<http://rica.unibes.com.br/index.php/rica/article/viewArticle/634>> Acesso em: 24 de julho de 2017.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 15.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo; BONFIM, Gabrielle Cristina Menezes Ferreira. Governança corporativa nas empresas familiares: profissionalização da administração e viabilidade na implantação de planos jurídico-sucessórios eficientes. **Revista Lex Magister**. Disponível em: <http://www.lexmagister.com.br/doutrina_27199695> Acessado em: 29 de julho de 2017.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

IMPACTO NO PATRIMÔNIO DA AVALIAÇÃO A VALOR JUSTO DOS ATIVOS BIOLÓGICOS: ESTUDO DE CASO EM UMA PROPRIEDADE RURAL

IMPACT ON EQUITY ASSESSMENT OF THE BIOLOGICAL ASSETS FAIR VALUE: CASE STUDY ON A RURAL PROPERTY

Greice Walter Pieper, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUÍ, RS, Brasil, greice.w.p@hotmail.com

Maria Margarete Baccin Brizolla, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUÍ, RS, Brasil, marga.brizolla@unijui.edu.br

Roselaine Filipin, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUÍ, RS, Brasil, roselaine.filipin@unijui.edu.br

Lauri Basso, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUÍ, RS, Brasil, laurib@unijui.edu.br

Caroline Müller Windmoller, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUÍ, RS, Brasil, carolmuller88@hotmail.com

RESUMO

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas que expõem o tratamento contábil destes ativos, trazendo como principal novidade a utilização do *fair value* – Valor Justo na mensuração contábil de tais ativos, em detrimento do custo histórico. Nesse contexto insere-se este trabalho, que tem por objetivo identificar como a avaliação a valor justo dos Ativos Biológicos impacta no patrimônio de uma propriedade rural. Utilizou como procedimento metodológico a pesquisa aplicada, descritiva, análise qualitativa, documental e estudo de caso, utilizando-se também de observação e entrevista semiestruturada. Os resultados encontrados demonstram que a adoção da prática contábil do valor justo teve impactos no PL da propriedade agrícola estudada, podendo aumentar seu valor. Nesse cenário com ajuste a valor justo dos ativos biológicos a propriedade aumentou consideravelmente seu lucro líquido, enquanto que no cenário sem ajuste a valor justo dos ativos biológicos a propriedade apresentou um resultado inferior. Em suma, a mudança na base de mensuração causou aumento significativo nos valores do patrimônio líquido, assim como nos próprios saldos de tais ativos. Além disso, as evidências sustentam que tal mudança acrescentou relevância informacional.

Palavras-Chave: Contabilidade. Valor Justo. Custo Histórico. Ativos Biológico.

ABSTRACT

The Accounting Pronouncements Committee (CPC) approved Technical Pronouncement CPC 29 - Biological Assets and Agricultural Products that expose the accounting treatment of these assets, bringing as main novelty the use of fair value in the accounting measurement of such assets, to the detriment of historical cost. In this context, this work is inserted, whose objective is to identify how the fair value evaluation of Biological Assets impacts on the assets of a rural property. He used as a methodological procedure applied, descriptive research, qualitative, documentary and case study, using also observation and semi-structured interview. The results show that the adoption of the fair value accounting practice had impacts on the PL of the agricultural property studied, and could increase its value. In this scenario with adjustment to the fair value of biological assets, property increased considerably its net income, while in the scenario without adjustment to the fair value of biological assets, the property had a lower result. In short, the change in the measurement basis caused a significant increase in the values of shareholders' equity, as well as in the balances of such assets. In addition, the evidence holds that such change added informational relevance.

Key-words: Accounting. Fair Value. Historical cost. Biological assets.

1 INTRODUÇÃO

O processo de convergência das normas contábeis brasileiras às normas internacionais ganhou ênfase. O IASB publicou uma série de pronunciamentos e normas que passaram a ser considerados como padrões contábeis internacionais, denominados de *International Financial Reporting Standards* (IFRS), traduzidos no Brasil como Normas Internacionais de Contabilidade. Entre as normas emitidas, destaca-se neste estudo a *International Accounting Standards 41* (IAS 41) – *Agriculture*, que foi editada pelo *International Accounting Standards Committee* (IASC) em dezembro de 2000. No Brasil, convergida por meio do Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola.

O valor justo tem sido apresentado como meio de avaliação de ativos específicos, entre eles os biológicos, animal ou planta vivos e sujeitos a transformações biológicas as quais afetam significativamente seu valor, não sendo o custo histórico capaz de refletir todos os ganhos ou perdas de valor. O CPC 29 traz a definição de valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre as partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que beneficiem qualquer uma das partes.

Discutir o Pronunciamento Técnico CPC 29 (resolução do CFC Nº. 1.186/09) que versa sobre ativos biológicos e produtos agrícolas, perpassa o objeto deste estudo, uma vez que no corpo dessa norma verificam-se os procedimentos para tratamento, mensuração, reconhecimento de ganhos e perdas, descrição de grupos de ativos biológicos, evidenciação de métodos e premissas significativas aplicadas na determinação do valor justo, divulgações e apresentação de conciliações.

Costa (2013) ressalta que a implementação das normas internacionais de contabilidade no Brasil possibilitou que as empresas avaliassem determinados itens a valor justo. Como essa forma de mensuração não era prevista pelas normas contábeis anteriores (exceto para instrumentos financeiros), a criação da IAS 41 contribui para a análise da relevância do valor justo no setor agropecuário. A mensuração contábil pelo valor justo (*fair value*) tem sido cada vez mais, exigida por órgãos reguladores em várias partes do mundo. No Brasil, o Pronunciamento Técnico – Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas (CPC 29) emitiu regras que introduzem o valor justo para avaliação dos ativos biológicos, em detrimento do custo histórico.

O valor justo é determinado entre as partes em uma transação, entretanto a noção do que é justo envolve juízo de valores. Devido esta possibilidade de subjetividade na mensuração e avaliação a valor justo dos ativos, faz-se necessário este estudo, sendo que poucos são desenvolvidos nesta área e aplicação específicas (RECH, 2011). Sendo assim busca-se saber como a avaliação a valor justo dos Ativos Biológicos impacta no patrimônio de uma propriedade rural em um município da região noroeste do RS? Para responder a questão proposta, investiga-se como a avaliação a valor justo dos Ativos Biológicos impacta no patrimônio de uma propriedade rural em um município da região noroeste do RS. Neste contexto, este tema ganha relevância, considerando que nos últimos anos, a mensuração a valor justo vem ganhando apoio para avaliação de determinados ativos, pois se acredita que essa base de mensuração possibilita uma maior credibilidade às informações disponíveis nos relatórios contábeis, além de melhor refletir a realidade econômico-financeira das entidades.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O IASB na IAS 41 (2009), parágrafo 5º, define o termo atividade agrícola quando utilizado em suas normas, como “a gestão por uma empresa da transformação biológica de ativos biológicos para venda, em produto agrícola, ou em ativos biológicos adicionais”. Ativo biológico é definido na mesma norma como “animal ou plantas vivos” e a transformação biológica “compreende os processos de crescimento natural: degeneração, produção e procriação que causem alterações qualitativas e quantitativas em um ativo biológico”.

A gestão do conjunto de ativos biológicos acima definidos como plantas ou animais vivos é normalmente conhecida como atividade agropecuária. Assim, Rech (2006) traz a concepção de que empresa agropecuária ou rural como aquela que gera e obtém os benefícios do processo de transformação destes organismos vivos em bens de utilidade para o atendimento das necessidades elementares ou supérfluas.

A discussão sobre a definição para ativo biológico persistiu até o processo de normatização da contabilização desses ativos. Especialistas previram um desafio maior, onde as empresas do setor de agronegócio teriam de além de inserirem-se no processo de convergência, também adaptarem-se a chamada contabilidade de ativos biológicos. Entende-se tudo o que apresenta um ciclo de vida. De árvores e culturas variadas a rebanhos e matrizes animais reprodutoras. Para praticamente todos os demais temas, é possível para empresas, contadores e auditores beber na fonte da experiência internacional, já a contabilidade de ativos biológicos não tem precedentes do que promete a escala brasileira (IBRACON, 2008). O termo ativo biológico significa “um animal e/ou uma planta, vivos.” (CPC 29, 2009, p. 3). Tanto o ativo biológico quanto a produção agrícola no ponto de colheita fazem parte de atividades agrícolas que podem incluir o cultivo de pomares e de plantações, floricultura, além de outras relacionadas à criação de animais. Estas atividades são caracterizadas por sofrerem transformações biológicas gerenciáveis e mensuráveis.

Conforme o IASB, a IAS 41 define ativo biológico como “uma animal ou plantas vivos” e produto agrícola é o produto colhido originado dos ativos biológicos no momento da colheita. Para Rech (2011, p. 36) o ativo biológico, como “um estoque de serviços atuais advindos da produção e exploração de elementos do reino animal, exceto recursos humanos, e do reino vegetal à disposição de uma empresa”. Brito (2010) conceitua ativos biológicos como aqueles dotados de vida e que se

modificam com o passar do tempo, especialmente no aspecto produtivo, como é o caso de plantações e criações. Além disso, estão sujeitos a flutuações nos preços do mercado decorrentes de influências econômicas, climáticas, pragas, entre outros.

Os ativos biológicos e a produção agrícola no ponto da colheita devem ser registrados pelo seu valor justo menos o custo de vender. A determinação do valor justo deve ser realizada através da cotação do preço de mercado no qual o ativo biológico ou produto agrícola é ativo. Se houver mais de um mercado, utiliza-se o mais relevante e caso não haja mercado pode-se optar por (CPC 29, 2009, p. 6): (a) o preço de mercado da transação mais recente, (...); (b) preços de mercado de ativos similares (...); (c) padrões do setor (...). Em algumas circunstâncias, o preço ou valor determinado pelo mercado pode não estar disponível para um ativo biológico nas condições presentes. Nessas circunstâncias, a entidade usará o valor presente do fluxo de caixa líquido esperado do ativo, descontado à taxa corrente do mercado, para definição do valor justo (CPC 29, 2009).

A precificação com base em transações recentes só é válida se a economia em geral e o segmento específico do ativo biológico em análise não sofreram grandes alterações. Para utilização de preços de similares devem ser feitos ajustes que reflitam a qualidade e a idade. E a utilização de padrões pode ser realizada estabelecendo-se uma paridade entre o ativo biológico em questão e um ativo da mesma cadeia produtiva que tenha precificação no mercado (PLAIS, 2010). Com relação ao processo de transformação biológica que envolve todo o processo de maturação dos ativos biológicos, o CPC 29 (2009), afirma que esse processo resulta dos seguintes eventos: i) procriação: aumento com o nascimento de novos animais ou plantas; ii) crescimento: aumento da quantidade ou melhorada qualidade de um animal planta, como aumento do peso ou crescimento de uma plantação; iii) degeneração: diminuição na quantidade ou deterioração na qualidade de um animal ou planta, por exemplo, efeito de enfermidades em animais ou plantas.

Em relação ao reconhecimento dos ativos biológicos ou produto agrícola, uma entidade vai reconhecer apenas quando (IASB, 2009 - IAS 41, parágrafo 10): 1) A entidade controle o ativo como consequência de ventos passados; 2) seja provável que futuros benefícios econômicos associados ao ativo fluirão para a entidade; e 3) O justo valor ou custo do ativo possa ser confiavelmente mensurado. Rech e Pereira (2012) ressaltam que o reconhecimento dos ativos biológicos pelo valor justo faz com que haja maior transparência nas demonstrações financeiras das empresas. Porém é necessário que todos os efeitos provocados no patrimônio das empresas pela adoção desse critério contábil seja considerado na apresentação das demonstrações financeiras.

Dessa forma, percebe-se que a transformação biológica e a volatilidade dos preços são aspectos que podem causar ganhos e perdas com esse grupo de ativos (ativos biológicos) ao longo do seu processo de maturação (ROMANI, 2012). Portanto, é importante a base de avaliação a fim de que os usuários tenham informações precisas no momento da tomada de decisão. Com a aprovação pelo IASB (2009) da IAS 41, o IASC introduziu na contabilidade das entidades rurais o critério de valor justo para a avaliação e reconhecimento de ativos biológicos. De acordo com Rech (2006), foi criado para as entidades agrícolas dois tipos de inventário: os que são avaliados a custo histórico, exceto se este for maior que o valor de mercado, onde estão inclusos produtos agrícolas após a colheita, insumos e outros materiais para consumo nas atividades agrícolas; e inventários avaliados pelo critério de valor de mercado, mesmo que este seja maior que o custo histórico, que estão incluídos ativos biológicos em estágios anteriores à fase de colheita como animais vivos e plantas.

O IASB (2009) - IAS 41 definiu que os ativos biológicos devem ser mensurados no momento da elaboração das demonstrações financeiras pelo valor justo. O IASB (2009) - IAS 41 define como justo valor (IASB, 2009, §8) a quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado entre entidades conhecedoras e dispostas a isso, numa transação ao alcance das mesmas, mas que nenhum relacionamento exista entre elas, isso é, atuando, cada uma, com independência. De acordo com a norma, o valor de mercado é ponte de partida para medir o valor justo, no entanto quando isso não é possível, outros métodos podem ser utilizados para determinar o valor que seria o de mercado, além disso, o preço de mercado refletirá o valor justos. Brito (2010, p. 26) explica que o valor justo, no âmbito contábil, visto “como valor de utilidade é muito subjetivo, pois a medida de utilidade depende do usuário, mas valor de troca é mais objetivo porque esta abalizado em uma transação”. O valor justo de um ativo biológico ou produto agrícola se baseia em sua localização e condição atual. Deve ser considerado também o risco de perda ou morte e o desgaste que sofrem animais ou plantas, devido às condições e dificuldades de transporte. Isto vale tanto para animais quanto para produção de grãos (RECH, 2006).

A IAS 41 introduz melhorias importantes, sendo a primeira relacionada com a definição, valorização e apresentação dos ativos biológicos e dos produtos agropecuários, sendo ambos de grande importância para as capacidades transformadoras das empresas agropecuárias e a geração

de resultados. A simplicidade é outra melhoria introduzida pela IAS 41, a qual define valorizações claras e simples para os ativos agrícolas e a fácil implementação (PASCOAL, 2013).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo caracteriza-se como aplicado, visto que, a aplicação da mensuração a valor justo dos ativos biológicos permite a propriedade uma melhor visualização e acompanhamento dos seus ativos e produtos agrícolas, além de uma melhor tomada de decisão. Este estudo do ponto de vista de seus objetivos é classificado em pesquisa descritiva, pois discorreu sobre conceitos e definições relacionadas à área, os fatos foram “observados, registrados, analisados, classificados e interpretados” (ANDRADE, 2003, p 124) apontando resultados eficientes quanto a mensuração dos ativos biológicos e produtos agrícolas - cultivo de grãos, além de aprofundar o conhecimento da realidade na atividade rural

A abordagem do problema é qualitativa, pois há uma relação entre o mundo real e o sujeito, ou seja, que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa e serão feitos sem o uso de métodos e técnicas estatísticas.

Quanto aos procedimentos técnicos e fontes de informações, constitui-se numa pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. A documental é aquela desenvolvida com base em material já elaborado, proveniente principalmente de livros, artigos científicos, artigos publicados em sites e portais. Enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza os ensinamentos de diversos autores, a pesquisa documental utiliza materiais que podem ser reelaborados de acordo com o objeto da pesquisa, e material que não recebeu tratamento analítico, como relatórios de diretorias, balanços patrimoniais, atas de reuniões, manuais de procedimentos, (GIL, 2010). Para Andrade (2003) o estudo de caso é uma pesquisa empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre os fenômenos não estão claramente definidos.

Utilizou-se da observação, que no entendimento de Lakatos, Marconi (1992, p.107) “utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste em apenas ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar”. Foi observado todo o processo que envolve uma propriedade agrícola. Também utilizou-se da entrevista para coleta de dados e informações. Na concepção de Lakatos, Marconi (1992, p. 107) entrevista “é uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistador, verbalmente a informação necessária, tipos padronizada ou estruturada e despadronizada ou não-estruturada.”

O universo do estudo é a área rural de uma propriedade, portanto a coleta de dados vai ocorrer neste espaço, mais especificamente relacionada aos ativos biológicos e produção agrícola e ao que estiverem diretamente envolvido neste tipo de atividade. O trabalho foi aplicado conforme as etapas seguintes: 1 – Entrevista pessoal com o responsável ou gestor da propriedade rural; 2 - Contatos telefônicos; 3 – Observação das atividades no local; 4 - Análise de documentos fornecidos: agendas, planilhas, cadernos, anotações, controles internos; 5- Coleta de dados por meio de anotações ou gravações; 6 – Análise de dados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Inicialmente foi realizado o levantamento dos ativos na propriedade agrícola a partir de conversas com os proprietários, além da observação a esses ativos e consultas em anotações efetuadas por eles. A propriedade possuía total de bens de R\$ 363.000,00, valor residual total de R\$ 72.600,00 representando 20% do ativo, resultando em valor a depreciar de R\$ 290.400,00. Utilizando taxa de depreciação de 10 % para todos os ativos, o valor total de depreciação anual ficou em R\$ 29.040,00.

Para levantamento dos ativos biológicos animais foram feitas a contagem inicial e final referente ao ano base e a precificação de mercado na época, levando em consideração o preço praticado na região de acordo com vendedores e compradores de bovinos. O CPC 29 (2009) traz na questão do reconhecimento e mensuração dos ativos que se existir mercado ativo para um ativo biológico ou produto agrícola, considerando sua localização e condições atuais, o preço cotado naquele mercado é a base apropriada para determinar o seu valor justo. Se a entidade tem acesso a diferentes mercados ativos, deve usar o mais relevante deles. O ganho ou a perda proveniente do reconhecimento inicial do produto agrícola ao valor justo, deve ser incluído no resultado do período em que ocorrer (CPC 29, 2009, parágrafo 28). A contrapartida deve ser lançada no ativo avaliado, aumentando seu valor quando valor justo maior do que custo histórico ou diminuindo caso ocorra o inverso.

Para formação do custo dos ativos biológicos animais foram efetuados levantamentos de quais os produtos e procedimentos utilizados e quais os custos e gastos incorridos até a formação de cada tipo de ativo biológico animal. Quanto aos produtos agrícolas, identificou-se o seu valor justo no

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

período de acordo com os preços praticados pelas empresas serialistas da região. O custo dos ativos biológicos vegetais e produtos agrícolas, da lavoura de soja, trigo, milho, aveia e produção leiteira, foram elencados os custos dos serviços de dessecação, insumos para plantio de sementes e tratamentos de sementes, os fertilizantes e insumos de manutenção, herbicida, inseticida, fungicida, redutor de ph e óleo mineral, o custo com combustível e depreciação para plantio, pulverização e colheita, ou seja, tudo que é necessário até a formação da lavoura pronta e colhida e também para a produção do leite.

O Pronunciamento CPC 29 deve ser aplicado para a produção agrícola, assim considerada aquela obtida no momento e no ponto de colheita dos produtos advindos dos ativos biológicos da entidade. Sendo que de acordo com o CPC 29 (2009): Produção agrícola é o produto colhido de ativo biológico da entidade; Ativo biológico é um animal e/ou uma planta, vivos; e Transformação biológica compreende o processo de crescimento, degeneração, produção e procriação e resulta em eventos como a produção de produtos agrícolas, tais como o leite e os grãos.

Para a cultura de Soja usou-se como base para cálculos 75 hectares, os custos com serviços/plantio, insumos/plantio, insumos/manutenção e outros custos totalizaram R\$ 91.565,00, ou seja, custo de R\$ 1.220,87 por hectare plantado e colhido. Com relação a cultura do Trigo a base utilizada foi de 40 hectares, onde os custos, considerando as mesmas atividades praticadas no plantio e colheita da soja, totalizaram R\$ 54.587,00, sendo, portanto, custo de 1.364,68 por hectare. O custo total para a cultura de Milho, como pode-se observar, e considerando 2 hectares, é de R\$ 3.263,00, totalizando por hectare um custo de R\$ 1.631,50. Em relação à cultura de Aveia, considerando como base de cálculo uma quantia de 12 hectares, os custos totalizam R\$ 6.759,00, sendo R\$ 563,25 o custo para cada hectare.

O valor justo do produto leite é baseado na média de valor de mercado da região, assim como o valor justo dos ativos biológicos animais. Para uma média de produção de 3.000 mil litros por mês, o valor justo é de R\$ 2.520,00 representando R\$ 0,84 por litro. Considerando o total no ano tem-se valor justo de R\$ 30.240,00 ou ainda considerando a média produzida por matriz, tem-se valor justo de R\$ 3.780,00. Como base para cálculo dos custos de produção leiteira, os custos coletados referem-se a oito matrizes, dentre estes estão custos com medicamentos e com alimentação que totalizam R\$ 1.200,00 ao mês, sendo custo de R\$ 150,00 por matriz, portanto, custo de 14.400,00 ao ano para produção em média anual de 36.000,00 litros de leite.

Formados os custos dos produtos agrícolas, dos ativos biológicos e conhecendo também o valor justo destes ativos, a etapa seguinte consiste em elaborar as demonstrações contábeis considerando estas duas formas de mensuração de ativos – o Valor Justo e o Custo Histórico. Após determinar como a empresa realizará o ativo, o mercado disponível, os gastos necessários para realizá-lo no mercado, fez-se a escolha de uma das técnicas de mensuração para cálculo do valor justo, a primeira forma de mensurar um ativo biológico é por meio do preço negociado no mercado ativo. O CPC 29 (2009) define o mercado ativo como aquele onde há compradores e vendedores dispostos a negociar o ativo biológico, que deve ser homogêneo e ter os preços públicos. Utilizou-se, portanto, o enfoque de mercado que são os preços e outras informações relevantes disponíveis em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos ou comparáveis. Neste caso o valor de mercado é igual ao valor justo (IASB, 2009, IAS 41).

Segundo o CPC 29 (2009) as demonstrações contábeis devem divulgar: (a) a natureza das atividades envolvendo cada grupo de ativos biológicos; e (b) mensurações ou estimativas não-financeiras de quantidade físicas. Na etapa seguinte ao mapeamento dos ativos biológicos e outros ativos da propriedade e a formação do custo histórico e do valor justo, foi estruturado o balanço patrimonial considerando o justo valor para os ativos biológicos e um segundo balanço patrimonial considerando o custo histórico para os mesmos ativos biológicos. A partir disso pode-se observar qual a diferenciação entre os valores.

Código Contábil	Descrição da conta	Saldo Exer. ANO 1		Saldo Exer. ANO 2	
1	ATIVO	1.604.777,0		1.741.540,0	
	CIRCULANT	0	D	0	D
1.1.	E	79.435,00	D	48.220,00	D
1.1.1	DISPONIBILIDADES	9.000,00	D	9.220,00	D
1.1.1.01	Caixa	0,00	D	0,00	D
1.1.1.02	Banco	9.000,00	D	9.220,00	D
1.1.1.02.001	Conta Coreente	2.000,00	D	2.120,00	D

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Código Contábil	Descrição da conta	Saldo Exer.		Saldo Exer,	
		ANO 1		ANO2	
1.1.1.02.002	Aplicações	7.000,00	D	7.100,00	D
1.1.1.03	Contas a receber	0,00	D	0,00	D
1.1.1.04	Estoques	70.435,00	D	39.000,00	D
1.1.1.04.001	Ativos biológicos Consumíveis	1.255,00	D	1.300,00	D
1.1.1.04.001.0001	Bovinos	1.000,00	D	1.000,00	D
1.1.1.04.001.0001.00001	Bovinos Imaturos	1.000,00	D	1.000,00	D
1.1.1.04.001.0002	Aves	255,00	D	300,00	D
1.1.1.04.001.0002.00001	Aves imaturas	255,00	D	300,00	D
1.1.1.04.002	Produtos agrícolas	14.380,00	D	25.800,00	D
1.1.1.04.002.0001	Soja	10.000,00	D	0,00	D
1.1.1.04.002.0002	Milho	1.500,00	D	0,00	D
1.1.1.04.002.0003	Trigo	0,00	D	18.000,00	D
1.1.1.04.002.0004	Aveia	2.880,00	D	7.800,00	D
1.1.1.04.003	Material de consumo	54.800,00	D	11.900,00	D
1.1.1.04.003.0001	Sementes	14.800,00	D	0,00	D
1.1.1.04.003.0001.00001	Trigo	4.800,00	D	0,00	D
1.1.1.04.003.0001.00002	Soja	10.000,00	D	0,00	D
1.1.1.04.003.0002	Fertilizantes	20.000,00	D	2.800,00	D
1.1.1.04.003.0002.00001	Trigo	0,00	D	0,00	D
1.1.1.04.003.0002.00002	Soja	20.000,00	D	2.800,00	D
1.1.1.04.003.0003	Defensivos	20.000,00	D	9.100,00	D
1.1.1.04.003.0003.00001	Trigo	0,00	D	0,00	D
1.1.1.04.003.0003.00002	Soja	20.000,00	D	9.100,00	D
1.1.1.05	Outros	0,00	D	0,00	D

Quadro 9 - Balanço Patrimonial - Valor justo – Ativo Circulante

Fonte: Dados da pesquisa

O Ativo Circulante é uma referência aos bens e direitos que podem ser convertidos em dinheiro em curto prazo, ou seja, circulante é aquele que irá se realizar até o final do exercício social seguinte ao do balanço que está sendo elaborado. No AC da propriedade agrícola estão registradas as aplicações de recursos, distribuídos, principalmente, em Disponibilidade, Estoques, sendo entre eles, Ativos Biológicos Consumíveis como bovinos e aves, Produtos agrícolas, sementes, fertilizantes e defensivos para as quatro culturas praticadas pela propriedade rural – soja, trigo, milho e aveia.

De acordo com o CPC 29 (2009, parágrafo 44) os Ativos biológicos consumíveis são aqueles passíveis de serem colhidos como produto agrícola ou vendidos como ativos biológicos. Através do quadro 01, no Ativo Circulante, observa-se que a propriedade possuía de Disponibilidades, um saldo no final do primeiro exercício analisado, de R\$ 9.000,00 referente a conta corrente e saldo de aplicações. Os Ativos Biológicos Consumíveis tinham saldo total era de R\$ 1.255,00 correspondendo a um bovino imaturo de R\$ 1.000,00 e 15 aves a um valor justo de R\$ 17,00 de média de 3,4 kg cada.

O saldo de Produtos agrícolas era de R\$ 14.380,00 referente a: 166 sacas de Soja avaliadas a valor justo de R\$ 60,00 a saca; 75 sacas de Milho a um valor justo de R\$ 20,00 a saca e saldo de 80 sacas de Aveia a um valor justo de R\$ 36,00. A conta Material de Consumo o saldo era de R\$ 54.800,00 sendo R\$ 14.800,00 referente a estoque de sementes de Trigo, R\$ 4.800,00 e Soja, R\$ 10.000,00; R\$ 20.000,00 referente a fertilizantes para cultura da Soja e mais R\$ 20.000,00 referente a defensivos para a cultura da soja. Estes três últimos valores referem-se ao montante investido proveniente de um financiamento para lavoura feito no decorrer do primeiro ano estudado e que fora quitado no ano seguinte conforme pode-se observar no BP do segundo exercício.

Código Contábil	Descrição da conta	Saldo Exer.		Saldo Exer,	
		ANO 1		ANO2	
1.2	NÃO-CIRCULANTE	1.525.342,0		1.693.320,0	
		0	D	0	D
1.2.1	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.525.342,0		1.693.320,0	
1.2.1.01	Imobilizad	0	D	0	D
		1.525.342,0	D	1.693.320,0	D

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Código Contábil	Descrição da conta	Saldo Exer. ANO 1	Saldo Exer, ANO2	
	o	0	0	
1.2.1.01.001	Ativos biológicos de produção	18.110,00	D 23.920,00	D
1.2.1.01.001.0001	Rebanho para leite - imaturos	4.510,00	D 5.220,00	D
1.2.1.01.001.0001.00001	Bezerro recém-nascido	0,00	D 100,00	D
1.2.1.01.001.0001.00002	Bezerro desmamado	1.500,00	D 1.500,00	D
1.2.1.01.001.0001.00003	Bezerro jovem (2 anos)	610,00	D 1.220,00	D
1.2.1.01.001.0001.00004	Novilha	2.400,00	D 2.400,00	D
1.2.1.01.001.0002	Rebanho para leite - maduros	13.600,00	D 18.700,00	D
1.2.1.01.001.0002.00001	Matrizes	8.500,00	D 6.800,00	D
	Vaca c/ bezerro recém nascido	0,00	D 5.100,00	D
1.2.1.01.001.0002.00003	Vaca grávida	5.100,00	D 6.800,00	D
		1.452.712,0	1.444.840,0	
1.2.1.01.002	Imóveis	0	D 0	D
		1.155.000,0	1.155.000,0	
1.2.1.01.002.0001	Terrenos - terra	0	D 0	D
1.2.1.01.002.0001.00001	Area explorada	900.000,00	D 900.000,00	D
1.2.1.01.002.0001.00002	Area de Reservas florestais	255.000,00	D 255.000,00	D
1.2.1.01.002.0002	Construções	297.712,00	D 289.840,00	D
1.2.1.01.002.0002.00001	Galpão	130.000,00	D 130.000,00	D
1.2.1.01.002.0002.00002	Sala de ordenha	18.000,00	D 18.000,00	D
1.2.1.01.002.0002.00003	Casa de Alvenaria	180.000,00	D 180.000,00	D
1.2.1.01.002.0002.00003.a	(-) Depreciação Acumulada	30.288,00	C 38.160,00	C
1.2.1.01.003	Móveis	54.520,00	D 224.560,00	D
	Máquinas e implementos agrícolas	46.120,00	D 216.160,00	D
1.2.1.01.003.0001	Colheitadeira 1987	63.000,00	D 63.000,00	D
1.2.1.01.003.0001.00001.a	(-) Depreciação Acumulada	50.400,00	C 50.400,00	C
1.2.1.01.003.0001.00002	Trator 1990	45.000,00	D 45.000,00	D
1.2.1.01.003.0001.00002.a	(-) Depreciação Acumulada	32.400,00	C 36.000,00	C
1.2.1.01.003.0001.00003	Trator 2013	0,00	D 100.000,00	D
1.2.1.01.003.0001.00003.a	(-) Depreciação Acumulada	0,00	C 8.000,00	C
1.2.1.01.003.0001.00004	Plantadeira soja 1998	20.000,00	D 20.000,00	D
1.2.1.01.003.0001.00004.a	(-) Depreciação Acumulada	14.400,00	C 16.000,00	C
1.2.1.01.003.0001.00005	Plantadeira trigo 1996	0,00	D 20.000,00	D
1.2.1.01.003.0001.00005.a	(-) Depreciação Acumulada	0,00	C 1.600,00	C
1.2.1.01.003.0001.00006	Pulverizador 2013	0,00	D 30.000,00	D
1.2.1.01.003.0001.00006.a	(-) Depreciação Acumulada	0,00	C 2.400,00	C
1.2.1.01.003.0001.00007	Reboque tanque 2005	15.000,00	D 15.000,00	D
1.2.1.01.003.0001.00007.a	(-) Depreciação Acumulada	9.600,00	C 10.800,00	C
1.2.1.01.003.0001.00008	Lancer distribuidor de fertilizantes 2013	0,00	D 3.000,00	D
1.2.1.01.003.0001.00008.a	(-) Depreciação Acumulada	0,00	C 240,00	C
1.2.1.01.003.0001.00009	Caminhão 1973	0,00	D 40.000,00	D
1.2.1.01.003.0001.00009.a	(-) Depreciação Acumulada	0,00	C 3.200,00	C

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Código Contábil	Descrição da conta	Saldo Exer. ANO 1	Saldo Exer, ANO2		
1.2.1.01.003.0001.000010	Classificador 1995	5.000,00	D 5.000,00		D
1.2.1.01.003.0001.000010.a	(-) Depreciação Acumulada	4.000,00	C 4.000,00		C
1.2.1.01.003.0001.000011	Grade 1994	5.000,00	D 5.000,00		D
1.2.1.01.003.0001.000011.a	(-) Depreciação Acumulada	4.000,00	C 4.000,00		C
1.2.1.01.003.0001.000012	Subsolador 1998	3.000,00	D 3.000,00		D
1.2.1.01.003.0001.000012.a	(-) Depreciação Acumulada	2.400,00	C 2.400,00		C
1.2.1.01.003.0001.000013	Máquina p tratamento de semente 2005	3.500,00	D 3.500,00		D
1.2.1.01.003.0001.000013.a	(-) Depreciação Acumulada	2.240,00	C 2.520,00		C
1.2.1.01.003.0001.000014	Ordenhadeira 2006	1.500,00	D 1.500,00		D
1.2.1.01.003.0001.000014.a	(-) Depreciação Acumulada	840,00	C 960,00		C
1.2.1.01.003.0001.000015	Resfriador 2008	9.000,00	D 9.000,00		D
1.2.1.01.003.0001.000015.a	(-) Depreciação Acumulada	3.600,00	C 4.320,00		C
1.2.1.01.003.0002	Veículos	8.400,00	D 8.400,00		D
1.2.1.01.003.0002.00001	Carro 2004	18.000,00	D 18.000,00		D
1.2.1.01.003.0002.00001.a	(-) Depreciação Acumulada	10.800,00	C 10.800,00		C
1.2.1.01.003.0002.00002	Moto 2004	3.000,00	D 3.000,00		D
1.2.1.01.003.0002.00002.a	(-) Depreciação Acumulada	1800,00	C 1800,00		C

Quadro 10 -Balanço Patrimonial - Valor justo – Ativo Não Circulante

Fonte: Dados da pesquisa

Observando ainda o mesmo quadro, o saldo de Disponibilidades do segundo exercício foi de R\$ 9.220,00. O saldo de Estoques modificou-se negativamente em razão da diminuição do saldo de Material de Consumo. Então, o saldo de Ativos Biológicos Consumíveis ficou em R\$ 1.300,00, continuando com um bovino imaturo e 20 aves. O saldo de Produtos Agrícolas ficou em R\$ 25.800,00 sendo 600 sacas de trigo a um valor justo de R\$ 30,00 a saca e 300,00 sacas de Aveia a um valor justo de R\$ 26,00. O saldo de Material de Consumo ficou em R\$ 11.900,00 referente a saldo de fertilizantes e defensivos agrícolas para a cultura de soja.

São incluídos no grupo do Ativo Não Circulante todos os bens de permanência duradoura, destinados ao funcionamento normal da sociedade e do seu empreendimento, assim como os direitos exercidos com essa finalidade. Estão registrados no ANC da propriedade, no Imobilizado, os Ativos biológicos de produção, sendo o rebanho leiteiro imaturo e o rebanho leiteiro maduro. O valor justo total dos ativos imaturos para leite no primeiro exercício é de R\$ 4.510,00 que se refere a seis bezerros desmamados a valor justo de R\$ 250,00, um bezerro jovem de valor juto R\$ 610,00 e duas novilhas a valor justo de R\$ 1.200,00. Já o rebanho maduro para leite totaliza R\$ 13.600,00, sendo R\$ 8.500,00 referente a cinco matrizes a valor justo de R\$ 1.700,00 cada e R\$ 5.100,00 referente a três vacas grávidas a valor justo de R\$ 1.700,00 cada.

Além dos Imóveis como as áreas de terras, sendo 38,5 hectares totalizando R\$ 1.155.000,00 avaliados a R\$ 30.000,00 a hectare. Divididos em 30 hectares de área explorada e 8.5 de áreas de reservas florestais e moradia. E construções num total de R\$ 297.712,00 e depreciação de R\$ 30.288,00, também os móveis de R\$ 54.520,00 que concentram as máquinas, equipamentos agrícolas e veículos com suas respectivas contas de depreciação acumulada de natureza credora.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

No segundo exercício houve um aumento dos ativos biológicos de produção ficando a um valor justo total de R\$ 23.920,00. Em relação aos imóveis houve uma pequena diminuição em razão da depreciação que se acumula. Quanto aos móveis houve aumento em razão das novas aquisições do período totalizando R\$ 224.560,00.

No CPC 29, tanto o ativo biológico de produção quanto o consumível é classificado no BP como ativo biológico e mensurado a valor justo. No entanto, há um debate em nível internacional requerendo que os ativos de produção tenham o mesmo tratamento dos ativos imobilizados, inclusive que passem a ser tratados pelo CPC 27 – Ativo Imobilizado. Enquanto essas mudanças ainda se encontram em discussão, mostra-se o tratamento que consta atualmente no CPC 29.

Código Contábil	Descrição da conta	Saldo Exer.		Saldo Exer,	
		ANO 1		ANO 2	
		1.604.777,0		1.741.540,0	
2	PASSIVO CIRCULANTE	0	C	0	C
2.1	E	0,00	C	0,00	C
	Fornecedores				
2.1.1	s	0,00	C	0,00	C
2.1.1.01	Fornecedores	0,00	C	0,00	C
2.1.2	Empréstimos e Financiamentos	0,00	C	0,00	C
2.1.2.01	Empréstimos Bancários	0,00	C	0,00	C
	Financiamento Banco do Brasil				
2.1.2.01.001		0,00	C	0,00	C
2.2	NÃO-CIRCULANTE	50.000,00	C	0,00	C
	Empréstimos e Financiamento a pagar LP				
2.2.1	LP	50.000,00	C	0,00	C
2.2.1.01	Empréstimos Bancários	50.000,00	C	0,00	C
	Financiamento Banco do Brasil				
2.2.1.01.001		50.000,00	C	0,00	C
		1.554.777,0		1.741.540,0	
3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0	C	0	C
		1.554.777,0		1.661.511,6	
3.1	Capital	0	C	4	C
		1.554.777,0		1.661.511,6	
3.1.1	Capital Social	0	C	4	C
3.2	Reservas de Lucros	0,00	C	80.028,36	C

Quadro 11 - Balanço Patrimonial - Valor justo - Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido

Fonte: Dados da pesquisa

Ativos biológicos podem ser classificados como maduros ou imaturos como já foi visto. Os maduros são aqueles que alcançaram a condição para serem colhidos (ativos biológicos consumíveis) ou estão aptos para sustentar colheitas regulares (ativos biológicos de produção) (CPC 29, 2009).

Obteve-se, considerando a apuração pelo valor justo, para o primeiro exercício, um total do Ativo de R\$ 1.604.777,00. No segundo exercício decorrente de novas aquisições de máquinas e equipamentos o total do Ativo chegou a R\$ 1.741.540,00. Passivo circulante são as obrigações que normalmente são pagas dentro de um ano. Observa-se que a empresa não possui passivo referente às atividades da propriedade agrícola, visto que estas contas normalmente são pagas no decorrer do ano em que são assumidas.

O Passivo Não Circulante é um subgrupo do passivo exigível do Balanço Patrimonial e é composto das contas antes agrupadas no Passivo Exigível a Longo Prazo, ou seja, de registro de todas as obrigações que devem ser quitadas cujos vencimentos ocorrerão após o final do exercício seguinte ao encerramento do balanço patrimonial. No caso do PNC, tem-se saldo em 31 de dez. do primeiro ano, em empréstimos bancários no valor de R\$ 50.000,00, referente investimento para safra do primeiro ano analisado para cultura de soja distribuídos na compra de sementes, defensivos e fertilizantes cuja quitação foi realizada em julho do segundo exercício, portanto, final deste exercício o saldo passou a ser zero.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Código Contábil	Descrição da conta	Saldo Exer. ANO 1	Saldo Exer, ANO 2	
1	ATIV O	1.587.099,89	1.730.470,10	D D
1.1.	CIRCULANTE	67.901,89	45.302,10	D D
1.1.1	DISPONIBILIDADES	9.000,00	9.220,00	D D
1.1.1.01	Caixa	0,00	0,00	D D
1.1.1.02	Banco	9.000,00	9.220,00	D D
1.1.1.02.001	Conta Coreente	2.000,00	2.120,00	D D
1.1.1.02.002	Aplicações	7.000,00	7.100,00	D D
1.1.1.03	Contas a receber	0,00	0,00	D D
1.1.1.04	Estoques	58.901,89	36.082,10	D D
	Ativos biológicos			
1.1.1.04.001	Consumíveis	214,50	1.006,00	D D
1.1.1.04.001.0001	Bovinos	0,00	720,00	D D
1.1.1.04.001.0001.00001	Bovinos Imaturos	0,00	720,00	D D
1.1.1.04.001.0002	Aves	214,50	286,00	D D
1.1.1.04.001.0002.00001	Aves imaturas	214,50	286,00	D D
1.1.1.04.002	Produtos agrícolas	9.004,85	23.176,10	D D
1.1.1.04.002.0001	Soja	5.960,70	0,00	D D
1.1.1.04.002.0002	Milho	1.826,31	0,00	D D
1.1.1.04.002.0003	Trigo	0,00	18.609,20	D D
1.1.1.04.002.0004	Aveia	1.217,84	4.566,89	D D
1.1.1.04.003	Material de consumo	49.682,54	11.900,00	D D
1.1.1.04.003.0001	Sementes	9.682,54	0,00	D D
1.1.1.04.003.0001.00001	Trigo	3.721,84	0,00	D D
1.1.1.04.003.0001.00002	Soja	5.960,70	0,00	D D
1.1.1.04.003.0002	Fertilizantes	20.000,00	2.800,00	D D
1.1.1.04.003.0002.00001	Trigo	0,00	0,00	D D
1.1.1.04.003.0002.00002	Soja	20.000,00	2.800,00	D D
1.1.1.04.003.0003	Defensivos	20.000,00	9.100,00	D D
1.1.1.04.003.0003.00001	Trigo	0,00	0,00	D D
1.1.1.04.003.0003.00002	Soja	20.000,00	9.100,00	D D

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Código Contábil	Descrição da conta	Saldo Exer. ANO 1	Saldo Exer, ANO 2
			D D
1.1.1.05	Outros	0,00	D 0,00 D

Quadro 12- Balanço Patrimonial - Custo Histórico – Ativo Circulante

Fonte: Elaboração a partir dos dados da pesquisa

O Patrimônio Líquido ou Capital Próprio representa os valores que os sócios ou acionistas têm na empresa em um determinado momento. No balanço patrimonial, a diferença entre o valor dos ativos e dos passivos representa o Patrimônio Líquido, que é o valor contábil devido pela pessoa jurídica aos sócios ou acionistas, baseado no Princípio da Entidade. Portanto, tem-se que o saldo final do PL no primeiro ano é de R\$ 1.554,777,00 e no final do segundo ano é de R\$ 1.661.511,64, visto que ao final deste ano já não há empréstimo bancário a pagar e há reservas de lucros do exercício de R\$ 80.028,36 que se referem as vendas durante o ano corrente dos produtos agrícolas, leite, soja, trigo, milho e aveia.

O quadro 04 traz o Balanço Patrimonial considerando os mesmos ativos anteriormente mencionados, porém agora avaliados a custo histórico. Traz os valores de avaliação dos ativos a partir do momento da aquisição, para os que são comprados, ou o custo de formação ou custo original para os que são produzidos na propriedade. A utilização do custo histórico é permitida no CPC 29 (2009, parágrafo 24) quando pequenas transformações biológicas que não afetam o valor econômico do ativo estão ocorrendo.

Código Contábil	Descrição da conta	Saldo Exer. ANO 1	Saldo Exer, ANO 2
1.2	NÃO-CIRCULANTE	1.519.198,00	1.685.168,00 D
1.2.1	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.519.198,00	1.685.168,00 D
1.2.1.01	Imobilizado	1.519.198,00	1.685.168,00 D
1.2.1.01.001	Ativos biológicos de produção	11.966,00	D 15.768,00 D
1.2.1.01.001.0001	Rebanho para leite - imaturos	4.260,00	D 4.860,00 D
1.2.1.01.001.0001.0001	Bezerro recém-nascido	0,00	D 0,00 D
1.2.1.01.001.0001.0002	Bezerro desmamado	1.416,00	D 1.416,00 D
1.2.1.01.001.0001.0003	Bezerro jovem (2 anos)	600,00	D 1.200,00 D
1.2.1.01.001.0001.0004	Novilha	2.244,00	D 2.244,00 D
1.2.1.01.001.0002	Rebanho para leite - maduros	7.706,00	D 10.908,00 D
1.2.1.01.001.0002.0001	Matrizes	4.730,00	D 3.784,00 D
1.2.1.01.001.0002.0002	Vaca c/ bezerro recém nascido	0,00	D 3.156,00 D
1.2.1.01.001.0002.0003	Vaca grávida	2.976,00	D 3.968,00 D
1.2.1.01.002	Imóveis	1.452.712,00	1.444.840,00 D
1.2.1.01.002.0001	Terrenos - terra	1.155.000,00	1.155.000,00 D
1.2.1.01.002.0001.0001	Area explorada	900.000,00	D 00 D
1.2.1.01.002.0001.0002	Area de Reservas florestais	255.000,00	D 0 255.000,00 D

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Código Contábil	Descrição da conta	Saldo Exer. ANO 1	Saldo Exer, ANO 2		
		297.712,0	289.840,0		
1.2.1.01.002.0002	Construções	0	D 0		D
1.2.1.01.002.0002.0001	Galpão	130.000,0	130.000,0		
		0	D 0		D
1.2.1.01.002.0002.0002	Sala de ordenha	18.000,00	D 18.000,00		D
1.2.1.01.002.0002.0003	Casa de Alvenaria	180.000,0	180.000,0		
		0	D 0		D
	(-)				
1.2.1.01.002.0002.0003.a	Depreciação Acumulada	30.288,00	C 38.160,00		C
	Móveis	54.520,00	D 0		D
1.2.1.01.003	Máquinas e implementos agrícolas		216.160,0		
1.2.1.01.003.0001	Colheitadeira	46.120,00	D 0		D
1.2.1.01.003.0001.0001	1987	63.000,00	D 63.000,00		D
	(-)				
1.2.1.01.003.0001.0001.a	Depreciação Acumulada	50.400,00	C 50.400,00		C
1.2.1.01.003.0001.0002	Trator 1990	45.000,00	D 45.000,00		D
	(-)				
1.2.1.01.003.0001.0002.a	Depreciação Acumulada	32.400,00	C 36.000,00		C
1.2.1.01.003.0001.0003	Trator 2013	0,00	D 0		D
	(-)				
1.2.1.01.003.0001.0003.a	Depreciação Acumulada	0,00	C 8.000,00		C
1.2.1.01.003.0001.0004	Plantadeira soja	20.000,00	D 20.000,00		D
	(-)				
1.2.1.01.003.0001.0004.a	Depreciação Acumulada	14.400,00	C 16.000,00		C
1.2.1.01.003.0001.0005	Plantadeira trigo	1996	D 20.000,00		D
	(-)				
1.2.1.01.003.0001.0005.a	Depreciação Acumulada	0,00	C 1.600,00		C
1.2.1.01.003.0001.0006	Pulverizador	2013	D 30.000,00		D
	(-)				
1.2.1.01.003.0001.0006.a	Depreciação Acumulada	0,00	C 2.400,00		C
1.2.1.01.003.0001.0007	Reboque tanque	2005	D 15.000,00		D
	(-)				
1.2.1.01.003.0001.0007.a	Depreciação Acumulada	9.600,00	C 10.800,00		C
1.2.1.01.003.0001.0008	Lancer distrib fertilizantes 2013	0,00	D 3.000,00		D
	(-)				
1.2.1.01.003.0001.0008.a	Depreciação Acumulada	0,00	C 240,00		C

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Código Contábil	Descrição da conta	Saldo Exer. ANO 1	Saldo Exer, ANO 2	
1.2.1.01.003.0001.00009	Caminhão 1973	0,00	D 40.000,00	D
	(-)			
1.2.1.01.003.0001.00009.a	Depreciação Acumulada	0,00	C 3.200,00	C
1.2.1.01.003.0001.000010	Classificador 1995	5.000,00	D 5.000,00	D
	(-)			
1.2.1.01.003.0001.000010.a	Depreciação Acumulada	4.000,00	C 4.000,00	C
1.2.1.01.003.0001.000011	Grade 1994	5.000,00	D 5.000,00	D
	(-)			
1.2.1.01.003.0001.000011.a	Depreciação Acumulada	4.000,00	C 4.000,00	C
1.2.1.01.003.0001.000012	Subsolador 1998	3.000,00	D 3.000,00	D
	(-)			
1.2.1.01.003.0001.000012.a	Depreciação Acumulada	2.400,00	C 2.400,00	C
1.2.1.01.003.0001.000013	Máquina p tratam semente 2005	3.500,00	D 3.500,00	D
	(-)			
1.2.1.01.003.0001.000013.a	Depreciação Acumulada	2.240,00	C 2.520,00	C
1.2.1.01.003.0001.000014	Ordenhadeira 2006	1.500,00	D 1.500,00	D
	(-)			
1.2.1.01.003.0001.000014.a	Depreciação Acumulada	840,00	C 960,00	C
1.2.1.01.003.0001.000015	Resfriador 2008	9.000,00	D 9.000,00	D
	(-)			
1.2.1.01.003.0001.000015.a	Depreciação Acumulada	3.600,00	C 4.320,00	C
1.2.1.01.003.0002	Veículos	8.400,00	D 8.400,00	D
1.2.1.01.003.0002.00001	Carro 2004	18.000,00	D 18.000,00	D
	(-)			
1.2.1.01.003.0002.00001.a	Depreciação Acumulada	10.800,00	C 10.800,00	C
1.2.1.01.003.0002.00002	Moto 2004	3.000,00	D 3.000,00	D
	(-)			
1.2.1.01.003.0002.00002.a	Depreciação Acumulada	1.800,00	C 1.800,00	C

Quadro 13 - Balanço Patrimonial - Custo Histórico – Ativo Não Circulante

Fonte: Elaboração a partir dos dados da pesquisa

O AC, exercício do ano 1, possui custo histórico total de R\$ 67.901,89 comparando com o total em justo valor de R\$ 79.435,00 temos uma diferença positiva a favor do valor justo de R\$ 11.533,11. No exercício seguinte o AC possui custo histórico no valor de R\$ 45.302,10 e valor justo de R\$ 48.220,00, sendo uma diferença de R\$ 2.917,90.

Referente ao ANC, também considerando os mesmos ativos de imobilizado, rebanho para leite, áreas de terra, máquinas, equipamentos agrícolas e veículos, tem-se, no exercício 1, total de R\$ 1.519.198,00 quando considerado o custo histórico dos ativos biológicos e total de R\$ 1.525.342,00 considerando valor justo. No exercício 2 o total é de R\$ 1.685.168,00 e R\$ 1.693.320,00 para custo

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

histórico e valor justo respectivamente. Portanto, as diferenças em favor do valor justo são R\$ 6.144,00 e R\$ 8.152,00.

Código Contábil	Descrição da conta	ANO 1	ANO 2		
		1.587.099,8		1.730.470,1	
2	PASSIVO	9	C	0	C
2.1	CIRCULANTE	0,00	C	0,00	C
2.1.1	Fornecedores	0,00	C	0,00	C
2.1.1.01	Fornecedores	0,00	C	0,00	C
2.1.2	Empréstimos e Financiamentos	0,00	C	0,00	C
2.1.2.01	Empréstimos Bancários	0,00	C	0,00	C
	Financiamento Banco do Brasil	0,00	C	0,00	C
2.1.2.01.001		0,00	C	0,00	C
2.2	NÃO-CIRCULANTE	50.000,00	C	0,00	C
	Empréstimos e Financiamento a pagar				
2.2.1	LP	50.000,00	C	0,00	C
2.2.1.01	Empréstimos Bancários	50.000,00	C	0,00	C
	Financiamento Banco do Brasil	50.000,00	C	0,00	C
2.2.1.01.001		50.000,00	C	0,00	C
		1.537.099,8		1.730.470,1	
3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	C	0	C
3.1	Capital	1.537.099,8	C	1.670.669,7	C
		1.537.099,8	C	1.670.669,7	C
3.1.1	Capital Social	9	C	3	C
3.2	Reservas de Lucros	0,00	C	59.800,36	C

Quadro 14 - Balanço Patrimonial - Custo Histórico - Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido

Fonte: Elaboração a partir dos dados da pesquisa

Quanto ao Passivo, este permanece o mesmo tanto para método de avaliação por custo histórico quanto por valor justo. O PL modificou em razão da modificação dos valores do ativo total, o PL é de R\$ 1.537.099,89 e R\$ 1.730.470,10. E o valor da Reserva de lucros totalizou R\$ 59.800,36. O CPC 29 (parágrafo 24) menciona que os custos podem, algumas vezes, aproximar-se do valor justo quando pequenas transformações biológicas estão ocorrendo ou quando não se espera que a transformação biológica tenha impacto material sobre o preço do ativo.

A seguir tem-se a DRE resumo todos os ativos biológicos estudados, a partir do valor justo. O CPC 29 quanto a isto trata: “o produto agrícola colhido de ativos biológicos da entidade deve ser mensurado ao valor justo, menos a despesa de venda, no momento da colheita. O valor assim atribuído representa o custo, no momento da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 16 – Estoques, ou outro Pronunciamento aplicável (CPC 29, 2009, p.5)”.

DRE RESUMO - VALOR JUSTO	Total (ANO)
Receita com vendas	R\$ 246.348,00
(-) Custo produção	(R\$ 226.120,00)
(=) Lucro bruto	R\$ 20.228,00
(-) Despesas com vendas – 2,3% Fundo rural	(R\$ 4.814,54)
(-) Despesas operacionais	(R\$ 24.247,00)
Ajuste a valor justo	R\$ 88.861,91
(=) Lucro nas atividades	R\$ 80.028,36

Quadro 15 – DRE Resumo – Valor Justo

Fonte: Elaboração a partir dos dados da pesquisa

Pode-se observar através da DRE resumo, o resultado total da propriedade utilizando a avaliação a valor justo para os ativos biológicos e os produtos agrícolas produzidos. A receita com venda anual totalizou R\$ 246.348,00. O custo total para produção de leite, soja, trigo, milho e aveia foi de R\$ 226.120,00, gerando lucro bruto de R\$ 20.228,00. As despesas com venda dos produtos soja, trigo e milho e as despesas operacionais totalizaram respectivamente R\$4.814,54 e R\$ 24.247,00. O acréscimo de ajuste a valor justo foi de R\$ 88.861,91 o que produziu um lucro das atividades de R\$ 80.028,36. Este lucro é transferido para reservas de lucros no BP. A DRE seguinte contempla todos os produtos avaliados a custo histórico.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

DRE RESUMO - CUSTO HISTÓRICO	Total (ANO)
Receita com vendas	R\$ 244.188,00
(-) Custo produção	(R\$ 155.326,09)
(=) Lucro bruto	(R\$ 88.861,91)
(-) Despesas com vendas – 2,3% Fundo rural	(R\$ 4.814,54)
(-) Despesas operacionais	R\$ 24.247,00
(=) Lucro nas atividades	R\$ 59.800,36

Quadro 16 - DRE Resumo – Custo Histórico

Fonte: Elaboração a partir dos dados da pesquisa

A diferença na avaliação a valor justo e a custo histórico dos ativos biológicos animais e vegetais pode-se ser observada ao comparar as DREs resumo. Na DRE a custo histórico o valor das vendas foi de R\$ 244.188,00. O custo de produção foi de R\$ 155.326,06, O lucro bruto foi de R\$ 88.861,91. O resultado total foi lucro de R\$ 59.800,36. Em comparação com o resultado da DRE a valor justo tem-se uma diferença de R\$ 20.228,00 a favor do valor justo, pois através deste método vimos que os ativos biológicos possuem valor de mercado = valor justo, maior que o custo histórico ou custo de produção.

Observa-se que os Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas mensurados ao Custo Histórico, ou seja, mensurados antes das mudanças trazidas pelo CPC 29, apresentam em sua maioria valores inferiores aos justos. Com a adoção do CPC 29, ou seja, com a republicação dos valores dos Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas, dessa vez, mensurados a Valor Justo, os valores sofreram um incremento positivo passando assim a valorizar o ativo. Esse aumento implica afirmar que, levando em consideração a maioria dos valores dos Ativos, os efeitos da adoção dos novos critérios de mensuração foram significativos. Através da mensuração dos ativos biológicos com base no valor justo é possível verificar o resultado obtido pela entidade, ainda que os ativos não tenham sido vendidos ou realizados. Este procedimento facilita a análise do tomador de decisões em relação à capacidade de geração de caixa da entidade.

O impacto no PL se dá em razão do resultado obtido com a venda dos Ativos Biológicos e Produto Agrícolas e também se dá em razão dos ativos que são apresentados no AC e no ANC, os Ativos Biológicos avaliados a valor justo e a custo histórico. Portanto, o impacto é no PL, mas o motivo é o Ativo. Segundo a NBC TG 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, os estoques que compreendam o produto agrícola que a entidade tenha colhido, proveniente dos seus ativos biológicos, devem ser mensurados no reconhecimento inicial pelo seu valor justo deduzido dos gastos estimados no ponto de venda no momento da colheita. Esse é o custo dos estoques naquela data para aplicação da Norma NBC TG 16.

O motivo dos normalizadores deduzirem as despesas de venda do valor justo é que a na dedução desses custos, mesmo que estimados, possa resultar em um diferimento de um prejuízo que ocorra com a concretização da venda, concluindo assim que esta dedução representaria a estimativa do mercado dos benefícios econômicos que se espera fluir do ativo para a entidade. Para verificar se as mudanças normativas ocasionaram diferenças significativas nas variáveis estudadas, o quadro seguinte traz a comparação dos grupos de contas que são realizados a aplicação da avaliação a valor justo.

O quadro 09 evidencia claramente qual é o impacto no PL e nos próprios ativos, do método de avaliação. É possível visualizar em todos os casos que através do método de avaliação pelo valor justo os ativos e Patrimônio Líquido apresentaram valor superior ao apresentado quando a avaliação utilizada foi o custo histórico. Em alguns casos a diferença foi maior, por exemplo, para Ativos Biológicos consumíveis o valor avaliado a VJ (valor justo) aumentou 83% considerando o valor a CH (custo histórico) no ano 1.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Ativos Biológicos	ANO 1 (R\$)	ANO 2 (R\$)
Ativo Biológico Consumível (VJ)	1.255,00	1.300,00
Ativo Biológico Consumível (CH)	214,50	1.006,00
Ativo Biológico de Produção (VJ)	18.110,00	23.920,00
Ativo Biológico de Produção (CH)	11.966,00	15.768,00
Produtos agrícolas (VJ)	14.380,00	25.800,00
Produtos agrícolas (CH)	9.004,85	23.176,10
Sementes (VJ)	14.800,00	-
Sementes (CH)	9.682,54	-
Pat. Líquido (VJ)	1.554.777,00	1.741.540,00
Pat. Líquido (CH)	1.537.099,89	1.730.470,10

Quadro 17 - Resumo comparativo: impacto valor justo x custo histórico

Fonte: Dados da pesquisa

Assim, as evidências sugerem que a adoção do valor justo para a avaliação dos ativos biológicos impactou no patrimônio líquido da entidade agrícola. Possivelmente, isso se deve ao fato de que as contrapartidas dos ajustes ocasionados pelo valor justo dos ativos que foram realizados foram lançadas na conta de ajustes na DRE. Pela análise, é possível verificar que a mudança da base de mensuração dos ativos biológicos, passando de custo histórico para valor justo, trouxe conteúdo informacional. De fato, já havia um indicativo a respeito desse resultado, pois o custo histórico, com o passar do tempo, é suscetível de não refletir a capacidade do benefício econômico do bem. Ressalta-se que a utilização do valor justo pode ser justificada em razão da relevância da informação produzida por ela.

O fato é que, de acordo com Silva (2012), a contabilidade tradicional sempre foi apoiada no princípio do custo histórico (de aquisição), enquanto a adoção do valor justo corresponde ao valor pelo qual um ativo pode ser intercambiado ou um passivo pode ser liquidado entre partes interessadas que atuam em condições independentes e isentas ou conhecedoras do mercado. Isto produz uma mudança na forma como a Contabilidade efetua o registro de todos os fatos administrativos que ocorrem ao longo do exercício, na respectiva data, tendo como finalidade a sua compilação final nas demonstrações contábeis

De acordo com Kehl (2005) os reguladores e os organismos responsáveis pela emissão de normas contábeis no mundo, principalmente o FASB e o IASB, acreditam cada vez mais no princípio de que as companhias deveriam avaliar todos seus ativos e passivos pelo valor justo (“marcá-los a mercado”). Mercados financeiros cada vez mais sofisticados, disponibilizando preços prontamente, facilitam muito a tarefa de estimativa do valor justo, o que, essencialmente, aproxima as demonstrações contábeis do mundo real.

CONCLUSÃO

Este estudo objetivou investigar como a avaliação a valor justo dos Ativos Biológicos impacta no patrimônio de uma propriedade rural em um município da região noroeste do RS. Em relação, especificamente, às empresas que exploram a atividade rural, o CPC 29 introduziu alterações significativas trazidas pelo processo de convergência, uma vez que modificou a base de mensuração dos ativos biológicos, definidos como animais e plantas vivos. Nesse sentido percebeu-se a partir da análise dos dados que a mensuração a valor justo apresentou impactos positivos no patrimônio líquido da organização estuda, assim como as demonstrações básicas apresentam conteúdo informacional mais oportuno.

Sendo assim, foi oportuno investigar se a substituição do custo histórico pelo valor justo foi percebida pelo mercado como relevante, ao comparar com o custo histórico. Além disso, foi oportuno, também, avaliar se essa mudança de critério de avaliação, ocasionada pela inserção de dispositivos normativos, ocasionou impactos significativos no patrimônio líquido da entidade agrícola. As evidências encontradas neste estudo suportam, ainda, que tanto a mensuração a custo histórico, quanto a valor justo dos ativos biológicos, apresentaram-se relevantes para o mercado de capitais brasileiro. Adicionalmente, ressalta-se que a substituição do custo histórico pelo valor justo na mensuração de tais ativos foi benéfica para o mercado, do ponto de vista informacional, uma vez que a diferença entre a estimativa do mercado a valor justo e os números contábeis foi inferior comparado à mensuração a custo histórico.

Em suma, os resultados da pesquisa evidenciam que a mudança na base de mensuração dos ativos biológicos causou aumento nos valores do patrimônio líquido, assim como nos próprios saldos de tais ativos. Além disso, as evidências sustentam que tal mudança acrescentou relevância à informação contábil, no contexto de mercado. Contudo, vale ressaltar que, as conclusões deste trabalho se limitam ao período analisado, tendo em vista a metodologia empregada na construção da

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

pesquisa. Este estudo foi de considerável importância, visto que estudar os métodos de avaliação dos valores dos bens é relevante, pois todo e qualquer resultado da entidade ou da propriedade agrícola, como foi o caso estudado, gira em torno da forma de avaliação e mensuração do patrimônio da empresa.

REFERENCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BRITO, Eduardo. **Um estudo sobre a subjetividade na mensuração do valor justo na atividade da pecuária bovina**. 112 f. Dissertação Mestrado em Controladoria e Contabilidade – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

_____, **Pronunciamento Técnico CPC 29, de 7 de agosto de 2009. Ativo Biológico e Produto Agrícola**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pdf/CPC29.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2014.

COSTA, Thiago de Abreu, **Adoção do valor justo: um estudo sobre a relevância do valor justo dos ativos biológicos e propriedades para investimento nas empresas não financeiras de capital aberto no Brasil nos anos 2010 e 2011**. 70f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) Faculdade de Administração e Finanças. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

IBRACON, Instituto dos auditores independentes do Brasil. **Agronegócio terá desafio adicional na convergência ao IFRS**. 2008. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/noticias/news.asp?identificador=3073>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1992.

PASCOAL, Maria Olímpia Alvarez de Sousa Fernandes. **A contabilização dos ativos biológicos: problemática da mensuração e reconhecimento**. 61f. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças, Escola Superior de Ciências Empresariais, Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal, 2013.

PLAIS, Patrícia Martins. **Os Impactos da Nova Metodologia de Contabilização, no Brasil, dos Ativos Biológicos e dos Derivativos (futuros) Sobre os Principais Indicadores Utilizados nas Análises Econômico-Financeiras Feitas por Instituições Financeiras para Fins de Financiamento de Empresas do setor de Commodities Agrícolas**. Revista de Finanças Aplicadas. Publicado em 20 dez 10, p.1-17, 2010.

RECH, Ilirio José. **Aderências das empresas do setor agropecuário às normas internacionais de contabilidade: uma pesquisa empírica no âmbito do Estado do Mato Grosso**. 94f. Dissertação de Mestrado da UNB - Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

_____. **Formação do valor justo dos ativos biológicos sem mercado ativo: uma análise baseada no valor presente**. 190f. Tese Doutorado da USP – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

_____, PEREIRA, Ivone Vieira. **Valor justo: análise dos métodos de mensuração aplicáveis aos ativos biológicos de natureza fixa**. Custos e agronegócios online – v.8, n. 2 – Abr/Jun – 2012.

ROMANI, Sérgio Ricardo. **Análises sobre o IFRS no Brasil**. Edição 2012, FIEPECAFI. Disponível em: <[http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Estudo_FIEPECAFI_-_2012/\\$FILE/Fiepecafi.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Estudo_FIEPECAFI_-_2012/$FILE/Fiepecafi.pdf)> Acesso em: 18 maio 2014.

IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE CONTABILIDADE DE CUSTOS

IMPLEMENTATION OF A COST ACCOUNTING SYSTEM

Renan Wurfel Kurtz, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, RS, Brasil, renan_kurtz@hotmail.com

RESUMO

O artigo apresenta uma perspectiva sobre a implantação de um sistema que viabilize de maneira eficiente a contabilidade de custos. O objetivo é trazer aqui também uma visão de que, a possível aplicação de um sistema contábil pode diminuir os erros de um processo de cálculo de custos. Relata-se ainda a escolha do sistema, sua relação entre custo e benefício e, entre os diversos métodos de custeio haverá atenção especial ao método ABC.

Palavras-chave: custos, contabilidade, ABC.

ABSTRACT

The article presents a perspective on the implementation of a system that efficiently enables cost accounting. The objective is to bring here also a view that, the possible application of an accounting system can reduce the errors of a costing process. The choice of the system, its relation between cost and benefit is also discussed, and among the various costing methods special attention will be given to the ABC method.

Key words: costs, accounting, ABC.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade possui missões claras e objetivas, e desta maneira trata as informações a cerca dos fatos contábeis que ocorrem nas organizações. Assim, entre muitas das divisões da contabilidade ressalta-se a contabilidade geral que trata a área financeira e fiscal, e a contabilidade gerencial que abrange a contabilidade de custos de uma organização.

Teve a sua origem na contabilidade financeira quando se via necessário o controle de estoque do setor industrial em meados do século XIX. Nesse período a contabilidade era de interesse e aplicação principalmente no setor comercial, sendo utilizada para apurar o resultado do exercício. Entretanto com a ascensão de indústrias durante a revolução industrial, surgiu a necessidade de calcular os custos para o controle de estoque.

A contabilidade de custos mede os custos aplicáveis de acordo com a necessidade da administração da organização, e consiste em um sistema que se preocupa com os registros e medições adequadas e pormenorizadas dos elementos de custos à medida que se organizam e fluem através de um processo produtivo; nesse contexto inclui-se a contabilidade de custos como uma característica de ser interna da organização.

Assim como outras ferramentas não menos importantes, a contabilidade de custos se torna por si só um instrumento da administração e parte integrante do processo administrativo, que se proporciona a registrar os custos dos produtos, operações ou funções, e compara os custos reais e as despesas com orçamentos e padrões preestabelecidos.

2 CONCEITO

Segundo Lawrence (1977) a contabilidade de custos é o processo ordenado de usar os princípios da contabilidade geral, para registrar os custos de operação de um negócio, de tal maneira que, com os dados da produção e das vendas, se torne possível à administração utilizar as contas para estabelecer os custos de produção e de distribuição, tanto por unidade como pelo total, para um ou para todos os produtos fabricados ou serviços prestados e os custos das outras diversas funções do negócio, com a finalidade de obter operação eficiente, econômica e lucrativa.

A gestão organizacional sempre ocupou lugar de relevo, pelas dificuldades em alocar os diferentes recursos, de forma eficaz e eficiente, para a consecução dos objetivos propostos. Gestão corresponde ao ato de gerir, administrar, fazer a organização funcionar, conduzir uma entidade até um objetivo predefinido. Compreende-se que para a gestão organizacional se completar usam-se ferramentas gerenciais que dão as organizações uma visão mais clara de sua economia interna e externa. A contabilidade de custos traz e apresenta estas ferramentas a fim de aprimorar os processos de produção, de atendimento ao cliente, e deve então ser utilizada pelos executivos que precisam tomar decisões a respeito de operações e objetivos.

Utilizada de maneira integrada, a contabilidade de custos e as suas ferramentas mostram como a empresa pode maximizar os lucros e criar valores econômicos a curto e em longo prazo.

2.1 FINALIDADE DA CONTABILIDADE DE CUSTOS

A contabilidade de custos deve atender a diversas finalidades, como instrumento de forma gerencial se aplica em:

- a) Fornecer dados de custo para a medição dos lucros e avaliação dos estoques (elaboração da demonstração de resultados e do balanço patrimonial);
- b) Fornecer informações aos dirigentes para o controle das operações e atividades da empresa (elaboração de relatórios de controle);
- c) Fornecer informações para o planejamento da direção e a tomada de decisões (apresentação de informações para planejamento, orçamentação, decisão entre alternativas, análises e estudos especiais);

A contabilidade de custos foi inicialmente desenvolvida para fornecer dados de custos apropriados às demonstrações financeiras (contábeis) segundo os princípios fundamentais de contabilidade, porém, teve uma importante evolução nas últimas décadas, tornando-se uma arma da contabilidade gerencial.

A área de custos atua nas funções voltadas a previsão, avaliação, registro, classificação e relato das variações patrimoniais a que se conhece por avaliação dos produtos semi-faturados e prontos. A área de custos também desenvolve simulações e prospecções ligadas à economicidade operacional e na escolha da opção mais adequada dentre as diversas que se oferece com vistas ao aperfeiçoamento no uso dos recursos disponíveis. Podendo assim traçar os parâmetros e analisar as variações havidas entre o simulado e o realizado.

Os dados de custos devem ser compilados, organizados, estruturados, determinados diferentemente, tendo em vista, proporcionar informações relevantes aos diversos públicos da organização que deles necessitam para a tomada de decisões.

A finalidade primordial de um sistema de custos consiste em conseguir a redução de gastos. E a implantação de um sistema contábil de custos exige longo período da atuação e experiência, reduzir custos, eliminar desperdícios mediante levantamento de cálculos, registros e análises.

Os sistemas de levantamento dos custos variam de empresa para empresa. Para que seja possível o desenvolvimento das operações contábeis de custos em uma empresa, torna-se imprescindível que exista preliminarmente uma organização que sistematiza os registros e os diversos controles ou levantamentos materiais, mão-de-obra, despesas gerais de produção, produtos em fabricação, fases de fabricação, produtos acabados, etc.

2.2 DA CONTABILIDADE DE CUSTOS A CONTABILIDADE GERENCIAL

A preocupação primária dos contadores, auditores e fiscais foi a de fazer da contabilidade de custos uma forma de resolver seus problemas de mensuração monetária dos estoques e do resultado, não a de fazer dela um instrumento de administração. Por essa não utilização de todo o seu potencial no campo gerencial, deixou a contabilidade de custos ter uma evolução mais acentuada por um longo período.

Devido ao crescimento das empresas, com o conseqüente aumento da distancia dentre o administrador e ativos, e pessoas administrativas, passou a contabilidade de custos a ser encarada como uma eficiente forma de auxílio no desempenho dessa nova missão, a gerencial.

É importante lembrar que essa nova visão por parte dos usuários de custos não data por mais que algumas décadas e por essa razão, ainda há muito a ser desenvolvido. É também importante ser constatado que as regras e os princípios geralmente aceitos na contabilidade de custos foram criados e mantidos com finalidade básica de avaliação de estoques e não para o fornecimento de dados a administração. Por essa razão são desnecessárias certas adaptações quando se deseja desenvolver bem esse seu outro potencial, este que, na maioria das empresas, é mais importante do que aquele motivo que fez aparecer à própria contabilidade de custos.

Nesse seu novo campo, a contabilidade de custos tem duas funções relevantes: no auxílio ao controle e na ajuda às tomadas de decisões. No que diz respeito ao controle, sua mais importante missão é fornecer dados para o estabelecimento de padrões, orçamentos e outras formas de previsão, e no estágio seguinte, acompanhar o efetivo acontecimento para a comprovação dos valores anteriormente definidos.

No que tange a decisão, seu papel reveste-se de suma importância, pois consiste na alimentação de informações sobre valores relevantes e que dizem respeito as conseqüências de curto e longo prazo sobre medidas de corte dos produtos, fixação de preços de venda, opção de compra ou fabricação, etc.

Em suma, a contabilidade de custos acabou por passar nessas últimas décadas, de mera auxiliar na avaliação de estoques e lucros globais para importante ferramenta de controle e decisão gerencial. Obviamente estas suas novas missões não compreendem o todo da contabilidade

gerencial - sendo esta mais ampla -, porém as suas bases são esse aspecto comentado da contabilidade de custos.

2.3 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE CUSTOS

Qualquer que seja o sistema a ser adotado, qualquer que seja o número de detalhes necessários a sua alimentação e qualquer que seja a finalidade da sua implantação, sempre haverá problemas com a resistência do pessoal relacionado aos departamentos da organização. Principalmente quando são solicitados dados diversos pela primeira vez.

Um sistema propõe como saída o resultado do processamento de um recurso a ser transformado. No novo ambiente empresarial, mais moderno e amplo em aspectos de gestão, a informação apresenta-se como o mais valioso recurso a ser transformado, gerando informações oportunas que possibilitam a geração de conhecimentos e que auxiliem no processo de tomada de decisão em todos os níveis da organização. Esse processo de geração de informação, seja por recursos computacionais ou não, é executado pelos Sistemas de Informações.

De acordo com Stair (1998) um efetivo sistema de informação pode ter um grande impacto na estratégia corporativa e no sucesso da empresa, beneficiando os clientes e qualquer indivíduo ou grupo que interagir com os sistemas. Para Laudon & Laudon (1999) Eles devem apresentar-se como verdadeiros instrumentos e ferramentas geradoras de fatores de solução de problemas empresariais. A primeira reação é a sensação de estar sendo iniciada uma era de controle, e toda pessoa que sempre trabalhou sem sentir formalmente essa “fiscalização” tem uma natural predisposição contrária. Pessoas que sempre sentiram ser da confiança da administração podem passar a achar que perderam, pelo menos parcialmente, essa condição.

Nenhum sistema consegue, normalmente, eliminar pessoas e gastos em curto prazo, apesar de muitas vezes se ouvir exatamente o contrário como forte argumento de venda de sistemas. Tende a ocorrer exatamente o inverso, isto é, o acréscimo de pessoas e equipamentos, e esse é o sacrifício para a obtenção de informações e de futura possibilidade de controle. Entretanto, se um dos motivos para a implantação tiver sido exatamente a ideia de redução imediata de custos, o efeito poderá ser também a imediata reação do pessoal.

A burocracia é tratada como um problema ser superado, comumente, os gestores de departamentos, divisões ou setores, quaisquer que sejam os graus hierárquicos ou nomes, são arrebanhados da própria produção. Ocorre que na maioria dos casos, são postos que representam prêmios pelo desempenho no processo produtivo, e por isso tendem a ser preenchidos por pessoas que se salientam tecnicamente. Isso não significa que sejam pessoas que gostem, ou que pelo menos se adaptem facilmente a toda burocracia que um sistema de custo tende a colocar em funcionamento.

A pior forma de reação é a “passiva”, aquela que sempre se caracteriza pela atitude de empatia, mas que acaba por nunca fazer o que se dispõem. Aparenta uma concordância e acaba por fazer acreditar ser um aliado, quando na verdade, se torna instantaneamente um adversário da ideia de implantar algum sistema na organização. Assumirá sempre um grande tempo e talvez solapar assim a moral do pessoal antes de ser descoberto.

2.3.1 O CUSTO DO SISTEMA E SEU BENEFÍCIO

Caso o problema da empresa seja um determinado produto em especial, ou uma divisão que apresenta problemas de controle, ou uma linha cuja concorrência é maior, talvez não valha a pena colocar um sistema para a empresa toda, a fim de solucionar um desses problemas específicos.

A informação é generosamente cara, porque consome tempo para ser obtida, tempo às vezes de equipamento para ser processada, ou de tempo para ser lida. Em suma consome horas desde setores mais módicos até a alta administração e gestão. Assim a tendência é de que, para se obter as primeiras informações, se gastará uma quantia razoável com a designação ou contratação de pessoas especializadas. Após isso, a adição de número de informações, bem como de sua qualidade, acaba de assumir o seguinte comportamento: o custo de algumas a mais é relativamente irrelevante até determinado ponto, por entrarem quase que automaticamente no sistema, mas, a partir de certo momento, passam a exigir certo grau de sofisticação e de aumento de pessoas e materiais, que acabam por conceder um acréscimo de custo muito elevado.

Por outro lado, a utilidade das primeiras informações é bastante grande, pois representam algo onde antes nada havia. Mas a utilidade das informações seguintes talvez passe a ser cada vez mais decrescente, já que os itens passam a ser agora cada vez de menor valor.

Os crescentes gastos envolvidos na captação, no processamento e na transmissão de informação, e sendo decrescente a sua utilidade, torna-se imperioso um metucioso estudo para um adequado julgamento, a fim de decidir quando parar com o acréscimo de detalhes de um sistema de custos. É necessário saber antes de se saturar com os dados, qual a sua real utilidade e qual será o seu gasto adicional.

2.3.2 A ESCOLHA DO SISTEMA

Para se escolher qual o sistema mais adequado, é preciso começar-se pelo fim. A primeira pergunta para se chegar a conclusão é “Para que se objetiva o sistema?” É para controle, para fornecimento rápido de informações para fins de decisões rotineiras e intempestivas, para decisões que não demandam tanta destreza de dados ou ainda para simples avaliações de estoque que colaborem com a contabilidade financeira na sua tarefa de apuração de estoques e resultados?

Para Rezende (1999) as informações contábeis oportunas são consideradas produtos para gestão. Os relatórios e as telas são os principais produtos elaborados para fins de gestão contábil, facilitando os processos de tomada de decisão. O desenho dos produtos para gestão deve ser elaborado pelo próprio usuário, seja gestor ou cliente do corpo técnico. De qualquer maneira, para a estruturação de telas e relatórios para gestão e contabilidade, algumas características dos produtos externos deverão ser consideradas e analisadas. Com relação aos números apresentados, eles devem mostrar situações atuais e desejadas, relatar os períodos anteriores e o atual, demonstrar reatividade, exemplos, percentuais, acumuladores e comparativos.

A escolha do sistema depende do objetivo que com ele se pretende atingir, o seu nível de detalhes, também do quanto se pretende investir para a sua obtenção. As informações são custosas e sua utilidade não é igual em todos os níveis de detalhes, assim, a sua adoção como pacote, pode vir a ser temerária.

As empresas tem como opção a utilização de tecnologias emergentes de processamento e comunicação para facilitar o processo de tomada de decisões dos gestores. Stairs (1998) conceitua tecnologia da informação (TI) como recursos tecnológicos e computacionais para geração de informação, e Laudon & Laudon (1999) complementam que a TI esta fundamentada em componentes periféricos, recursos, sistemas de telecomunicações, e gestão de dados e informações. Na atualidade, as principais tecnologias aplicadas à geração de informações oportunas ou conhecimento são: Sistemas de Apoio a Decisão, Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados, Inteligência Artificial, Sistemas Especialistas, Sistemas de Telecomunicação, Recursos OLAP (*On-line Analytic Processing*), OLTP (*On-line transaction processing*), *Warehouse*, *Datamining* etc. Onde cada uma conta com a sua particularidade, pontos a serem explorados contra ou a favor dependendo da sua aplicação.

Sendo assim, com objetivos definidos, torna-se mais fácil determinar o tipo de sistema a usar, bem como seu nível de detalhamento.

2.3.4 ABC - CUSTEIO BASEADO EM ATIVIDADES

Para um sistema de custos, existem vários métodos de custeio, dentre eles o de custo padrão, centro de custos, UEP e ABC, sendo que este último é um dos métodos mais recentes no Brasil.

O reconhecimento de que os sistemas tradicionais de custeio já não atendem satisfatoriamente a administração das empresas que passaram a caracterizarem-se como manufaturas de produtos diversificados, vêm estimulando o desenvolvimento de novos sistemas de apropriação de custos aos produtos.

Os sistemas tradicionais, conhecidos como sistemas de custeio baseados em volume, sempre foram desenhados para empresas que competiam no mercado com base em estratégias de redução de custos de produtos homogêneos e manufaturados em grande escala para estoques. Esses sistemas apropriam os custos indiretos com base em alguns atributos diretamente relacionados com o volume de produção, tais como horas de mão-de-obra, horas de máquina, valor do material e insumos, entre outros.

Entretanto, percebeu-se que tais sistemas obscureciam o custo dos produtos e dificultavam a gestão e mensuração de atividade manufatura, à medida que as empresas evoluíram para a produção de enorme variedades de produtos, em termos de tipos, modelos, acabamentos e especificações, para atender as exigências dos clientes. Soma-se a isto o fato de que, simultaneamente, as empresas tinham que competir mediante estratégias de melhor qualidade, menor tempo de produção e entrega, além de uma agressiva redução de custos.

Nakagawa (2001) afirma que o principal papel do ABC é o de espelhar as operações de uma empresa, com a maior fidelidade e clareza possível, de modo a comunicar as pessoas as causas e as taxas de consumo de recursos em seus principais processos de negócios.

Esta percepção nasceu do novo enfoque que se passou a adotar, segundo o qual são atividades de todas as áreas funcionais de manufatura, que consomem recursos, e os produtos consomem, então, as atividades. Estas incluem atividades como, por exemplo, estabelecer relações com fornecedores, comprar, receber, desembolar, preparar uma máquina de produção e operar ela, reorganizar o fluxo de produção, realizar uma venda, e assim por diante.

O desempenho destas atividades é o que desencadeia o consumo de recursos e que, portanto, merece ser observado e analisado cuidadosamente, com o objetivo de discriminar as atividades que adicionem valor aos produtos e as que não adicionam nenhum valor aos produtos. As atividades são desempenhadas em resposta a necessidade de desenhar, produzir, comercializar e distribuir os produtos de acordo com a real demanda dos clientes, e são elas que devem fazer parte dos objetivos de observação, coleta, registro e análise de dados de um sistema de custeio. E é exatamente esse pressuposto que permeia o sistema de custeio baseado em atividades.

Segundo Martins (2003) o método ABC é uma metodologia de custeio que procura reduzir sensivelmente as distorções provocadas pelo rateio arbitrário dos custos indiretos, podendo também ser aplicado aos custos diretos, mas não haverá diferenças significativas em relação aos sistemas tradicionais.

O sistema de custeio baseado em atividades, não diferencia do sistema de custeio baseado em volume apenas pela mudança das bases de alocação de custos, mas também pela identificação que faz dos custos por atividades e da maneira como aloca os custos aos produtos através de maior número de bases.

O método ABC tem como característica principal o enfoque nas atividades, e requer o apontamento de informações, o que facilita a sua aplicação em áreas agregadas à tecnologia da informação (TI). Esse método demonstra a relação entre recursos consumidos, investimentos, atividades executadas e objetos de custo.

Portanto as informações fornecidas pelo ABC servem para dirigir a atenção da gerência as atividades responsáveis pelos custos dos produtos, possibilitando melhor visualização dos impactos causadores por decisões e melhor controle dos custos indiretos fixos, fazendo com que as empresas se tornem mais competitivas em longo prazo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contabilidade de custos é uma importante ferramenta, tanto pra fornecer informações a cerca dos processos organizacionais quanto para tomar decisões corporativas. A ela é atribuída a tarefa de reunir e organizar toda e qualquer informação que diz respeito a organização, pode-se verificar através dela também todos os pontos que necessitam de melhoria e aperfeiçoamento, definir estratégias que condizem com a missão da empresa e ações que respeitem o planejamento orçamentário.

Como apresentado no artigo, a contabilidade de custos, e seus métodos, devem sempre estar diretamente conectados a empresa e as alterações do mercado, visando assim se adaptar e se atualizar quanto às necessidades internas e externas bem como seus desafios.

A informação oriunda de um sistema de custeio em forma de dados pode ser uma ferramenta importante, útil, com qualidade antecipada que completa a gestão e acrescenta valor a organização, podendo ser utilizados modelos e tecnologias que aqui foram expostas visando facilitar a geração destas informações.

Fica evidente a necessidade de evolução de modelos de sistemas para as organizações em questões contábeis, para auxiliar as empresas em seus processos decisórios e em objetivos de rentabilidade econômica.

Com a apresentação do método ABC, a empresa primeiramente revela o custo de tudo que está sendo feito, podendo assim, nessa descoberta, serem alvos de aperfeiçoamentos e alocações pertinentes. Por segundo, a partir das médias de custos obtidas, as empresas podem recalcular o preço de produtos ou de serviços e negociar através disto quantidades diferentes por pedidos. Assim, se torna uma ferramenta importante e interessante na tentativa de reestruturação dos custos.

Com a coleta de dados e a implantação de sistemas nas empresas, os administradores podem tomar decisões corretas, que se baseiam aliadas nas informações contábeis, sempre adaptando seus caminhos. É claro e evidente afirmar que um dos pontos para que uma organização consiga se conservar forte e competitiva no mercado é, possuir informações contábeis atualizadas e gestores competentes para manipular estas informações.

REFERÊNCIAS

- LAWRANCE, W.B. *Contabilidade de Custos*. 5ª. ed. São Paulo: IBRASA, 1977.
- STAIR, R. M. *Princípios de Sistemas de Informação. Uma abordagem gerencial*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.
- LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. *Sistemas de Informação*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
- REZENDE, D. A. *Engenharia de Software e Sistemas de Informação*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: BRASPORT, 1999.
- NAKAGAWA, M. *Abc Custeio Baseado em Atividades*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2001.
- MARTINS, E. *Contabilidade de Custos*. 9ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

**MODELO DE SISTEMA DE CUSTEIO VOLTADO PARA EMPRESAS QUE ATUAM NO RAMO DE
PRODUÇÃO SOB ENCOMENDA**

**MODEL OF SYSTEM OF COST RETURNED FOR COMPANIES THAT ACT IN THE ORDERING
PRODUCTION BRANCH**

Sainara Cristina Mokan, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul,
UNIJUÍ, RS, Brasil, sainaramokan@hotmail.com
Tiele Da Silva Wottrich, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUÍ,
RS, Brasil, tielewottrich@gmail.com
Euselia Pavaglio Vieira, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUÍ,
RS, Brasil, euselia@unijui.edu.br

RESUMO

No atual ambiente econômico das empresas de produção por ordem ou encomenda, uma boa gestão dos custos poderá auxiliar os gestores no processo decisório, oferecendo ferramentas que propiciem a permanência da empresa no cenário competitivo dos negócios. Com o objetivo de propor um modelo de sistema de custeio a ser utilizado por empresas que trabalham por encomenda que auxilia a gestão no processo de tomada de decisão. Os métodos utilizados para a obtenção dos conceitos pertinentes ao tema consistem na revisão bibliográfica, de natureza, qualitativa e descritiva, utilizando-se de entrevistas despadronizadas junto a indústrias de produção sob encomenda para desenvolver o modelo. A partir do modelo de apuração do custo elaborou-se um instrumento que subsidia a formação e análise do preço de venda, apuração de margens, volume e do resultado. Deste modo, foi construído um passo a passo orientativo, por intermédio de planilhas eletrônicas, para este método de custeio verificando quais informações podem ser levadas em considerações no acompanhamento dos custos por ordem. Após testes em algumas indústrias desse segmento, concluiu-se que é pertinente à implementação do modelo proposto, sendo que este facilita a elaboração dos orçamentos e a negociação com os clientes, além de trazer informações de cunho gerencial que instrumentaliza a gestão.

Palavras-chave: Custos. Produção por ordem. Gestão. Decisão.

ABSTRACT

In the current economic environment of production companies by order or order, good cost management can help managers in the decision process, offering tools that allow the company to stay in the competitive business scenario. With the objective of proposing a costing system model to be used by companies that work to order that assists the management in the decision making process. The methods used to obtain the concepts relevant to the subject were the bibliographical review, of a qualitative and descriptive nature, using interviews disregarded by the custom production industries to develop the model. From the cost calculation model, an instrument was developed that subsidizes the formation and analysis of the sales price, margins calculation, volume and result, in this way, a step by step guide was built, through electronic spreadsheets, For this costing method by checking which information can be taken into account in the cost-per-order tracking. After testing in some industries in this segment, it concluded that it is pertinent to the implementation of the proposed model, which facilitates the preparation of budgets and negotiation with clients, in addition to providing information of a managerial nature that instrumentalize the management.

Keywords: Costs. Production by order. Management. Decision.

1 INTRODUÇÃO

No mercado atual onde as empresas se encontram, é visível que elas necessitam se fortalecer e conquistar os clientes. Para isso, é necessário buscar inovações que as levem a se destacar dos concorrentes, oferecendo diferenciais competitivos. O aumento da utilização de diferentes tecnologias nos processos de produção trazem diversos benefícios para as empresas, proporcionando maior qualidade e agilidade na produção, mas em contrapartida encontram-se os impactos nos custos de produção. Neste contexto além da qualidade oferecida, do atendimento diferenciado e do cumprimento dos prazos acordados, no setor de serviços por encomenda, uma das ferramentas essenciais é conhecer os custos de produção, esse permitirá uma melhor negociação entre empresa e clientes, sem que se perca a qualidade e a competitividade no mercado.

Desta forma, a Contabilidade de custos tem suma importância para a gestão na tomada de decisões, trazendo aos gestores as diferenças entre custos, gastos, investimentos e perdas, e assim auxilia na formação e análise do preço de venda, identificando quais foram os custos de produção e

sua devida classificação, se o produto é rentável ou não, se existe possibilidade de diminuir os custos obtendo os resultados desejados. Para o gerenciamento de um negócio é fundamental que se dê a correta análise dos custos o que dentro de uma indústria é todo o valor utilizado para transformar matéria-prima em produto final.

Assim sendo, tem-se que uma ferramenta muito utilizada pelas empresas é a contabilidade de custos, segundo Bomfim e Passarelli (2008, p. 33) “nesse novo ambiente, no qual o mercado ganha dimensões universais e a concorrência não reconhece fronteiras, a contabilidade de Custos deixa de ser apenas importante, para transformar-se em uma ferramenta essencial a sobrevivência das empresas”.

Em um estudo realizado por Pita (2014) onde o mesmo analisou o impacto de um sistema de custeio por ordem de produção dentro de uma organização, concluiu que por intermédio de uma análise detalhada, a maioria das empresas não valoriza de forma adequada as vantagens que um sistema de custeio proporciona, o autor ressalta que estes sistemas podem contribuir para o bom funcionamento tanto em nível de gestão de custos como em nível de rentabilidade.

Outro estudo feito por Pessoa (2014) que buscou analisar a contribuição da contabilidade de custos na gestão de uma empresa por meio da aplicação de um sistema de custeio por ordem, teve como conclusão que o sistema é de suma importância para a empresa auxiliando a gestão de custos principalmente nas tomadas de decisão a curto prazo, através dos controles dos custos, aumentando assim a lucratividade, a competitividade e a eficiência da empresa.

Segundo Santos, Alves e Barreto (2012, p. 3) a competitividade cresce e demanda que as empresas estejam preparadas para as exigências do mercado, sendo assim, é fundamental que seus sistemas organizacionais sejam compostos por pessoas capacitadas e com uma contabilidade fidedigna, estar em vantagem competitiva é necessário, melhorando a gestão e controles de custos, garantindo sobrevivência e a geração de lucros.

A partir deste levantamento e, com base nas necessidades identificadas nas empresas, questiona-se: Qual a contribuição da aplicação de um sistema de custeio em empresas que atuam sob medida/encomenda na geração de informações que possa instrumentalizar os gestores no que se refere aos custos de produção e a análise dos resultados?

Deste modo tem-se que o objetivo deste estudo é analisar as contribuições que a contabilidade de custos por meio de um sistema de custos, proporciona para empresas que atuam no ramo de produção por encomenda, qualificando os seus gestores no gerenciamento das mesmas.

O estudo buscou elaborar um sistema de custeio voltado para empresas que atuam na produção sob encomenda, ou seja, conforme especificações de seus clientes, quando se atua nesse ramo, sabe-se que o custo real da produção só é conhecido no final do processo, o que muitas vezes faz com que a empresa desconheça o lucro alcançado. Neste sentido, tem-se que um sistema de custeio poderá auxiliar as mesmas nas questões gerenciais, trazendo de forma fidedigna quais os resultados de cada produto, ressalta-se que por se tratar de empresas que produzem por encomenda os indicadores e custos sempre serão individuais para cada produto.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para que se tenha um bom alcance do objetivo do estudo se faz necessário um embasamento teórico, trazendo então alguns conceitos importantes.

2.1 CONTABILIDADE DE CUSTOS

A contabilidade de custos está entre os diversos ramos de atuação da contabilidade, ela é imprescindível no processo de gestão nas organizações, sendo que através dela é possível perceber oportunidade de melhorias nos processos produtivos.

Para Leone (2008, p. 21), a Contabilidade de Custos, “é uma atividade que se assemelha a um centro processador de informações, que recebe (ou obtém) dados, acumula-os de forma organizada, analisa-os e interpreta-os, produzindo informações de custos para os diversos níveis gerenciais”.

Dentro da contabilidade de custos tem-se a classificação dos custos, quando ao objetivo em custos diretos e custos indiretos e quanto ao volume em fixos e variáveis.

Custos diretos são todos os custos que podem ser alocados diretamente e objetivamente aos produtos, ou seja, numa linha de produção tem-se a mão de obra e os materiais envolvidos (PADOVEZE 2003).

Já os custos indiretos precisam de um critério de rateio para serem alocados aos produtos, pois esses são caracterizados por caráter genérico, ou seja, tem-se como exemplo os diretores da fábrica, que trabalham para todos os produtos ao mesmo tempo, esse rateio pode ter uma base numérica ou percentual (PADOVEZE 2003).

Para Fontoura (2013, p. 23) custos fixos “são custos ou despesas que não variam dentro de uma capacidade instalada, entretanto o custo unitário varia de acordo com o volume da produção ou

serviço”. Souza e Clemente (2011, p. 29) trazem que “custos variáveis são todos os custos que variam, proporcionalmente ao nível de atividade. Esses custos dependem do nível de atividade (volume produzido ou volume vendido) por período”.

Neste sentido, tem-se que a contabilidade de custo embora não determine preços de venda, auxilia os gestores na tomada de decisão, pois permite observar como cada produto contribui para o resultado da empresa, e se os objetivos estão sendo alcançados.

2.2 CUSTEIO POR ORDEM DE PRODUÇÃO

Nas indústrias que produzem sob encomenda o sistema de produção é por ordem, neste sentido, Martins (2008, p. 144) diz que “se produz atendendo a encomenda do cliente”. Pelo fato dos produtos serem únicos, de acordo com o pedido do cliente, Padoveze (2010, p. 326) traz que esse sistema é “aplicado basicamente a bens fabricados sob encomenda, produção não padronizada ou não repetitiva”.

Lins e Silva (2010), Padoveze (2010) e Martins (2008) trazem que para apuração do custo total da ordem os custos são alocados numa conta específica para cada ordem ou encomenda, essa acumulação de custos vai desde o início até o fim da produção, mesmo que este tempo ultrapasse o exercício contábil, somente após a ordem pronta que serão transferidos para a conta de estoques de produtos acabados ou custos dos produtos vendidos dependendo da situação. Deste modo, por apresentar custos devidamente identificados para cada unidade produzida a OP (ordem de produção) se torna adequada quando o processo produtivo não é repetitivo, e cada produto apresenta diferentes características e peculiaridades.

No sistema de produção por ordem Vieira (2013, p. 3) diz que “cada ordem recebe um número ou código. Quando são incorridos custos de material ou mão-de-obra, relacionados com a ordem, eles são registrados na conta produção em andamento do razão contábil que registra os custos de cada ordem”.

Segundo Prates (2005, p. 47) o sistema de custeamento por ordem tem as seguintes características: “Os custos são apropriados e aplicados as ordens de produção, e em seguida os custos destas são divididos pelo número de unidades nelas contidas, como forma de apuração do custo unitário médio. É uma forma de custeio mais complexa, pois se os produtos são diferentes, geralmente os custos também são”. A figura 1, demonstra um fluxo de custo por ordem de produção.

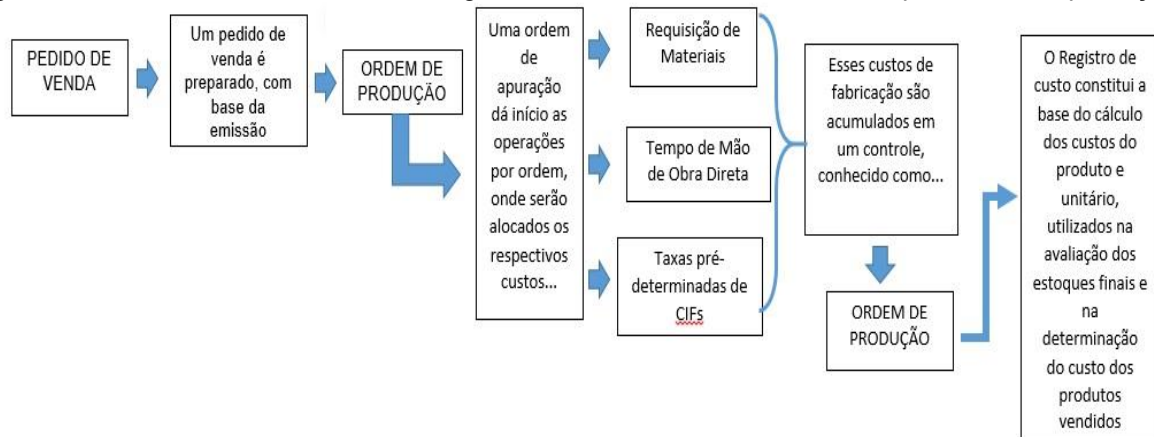


Figura 1 - Fluxo dos custos do custeio por ordem de produção. Fonte: Prates (2005, p. 47)

Segundo o esquema da figura 1, o processo inicia com um pedido de venda, com base na emissão de uma ordem de produção, sendo alocados no custo da requisição de materiais, MOD, e as taxas de custos indiretos fixos, que são acumulados em um controle chamado ordem de produção, para chegar na determinação do custo do produto produzido.

No que se trata a contabilização do sistema por ordem Padoveze (2010) diz que os custos com mão-de-obra são lançados através das horas trabalhadas em cada produto, e os materiais específicos de cada um são alocados através das requisições de materiais exclusivos.

Pode-se dizer que o sistema de produção por ordem tem como função auxiliar os gestores nas tomadas de decisões futuras, levando em conta que só se tem os custos totais no final da produção. Esse sistema permite com que os gestores tenham controle das perdas ocorridas no processo produtivo e da diferença dos custos orçados e executados, tomando os mesmo por base para próximos orçamentos, auxiliam a gestão a chegar aos resultados esperados.

2.3 MÉTODOS DE CUSTEIO POR ABSORÇÃO E VARIÁVEL

Tem-se que são dois os métodos de custeio utilizados na contabilidade de custos, um deles é o método de custeio por absorção e outro o método de custeio variável.

Para Berti (2009, p. 60) “O método de custeio por absorção consiste em apurar o custo de bens, atribuindo-se integralmente a cada unidade produzida os custos diretos e indiretos, fixos ou variáveis ocorridos no processo de produção. Nele os custos diretos são atribuídos aos produtos por meio das quantidades efetivamente consumidas de recursos”.

Segundo Bornia (2010) no método de custeio variável são relacionados somente os custos variáveis do produto, sendo que os custos fixos são considerados custos do período, deste modo, tem-se que o custeio variável é ligado ao apoio da tomada de decisão a curto prazo, o autor compara a empresa com uma máquina que para funcionar no período necessita cobrir os custos fixos, independentemente da produção.

O método de custeio por absorção é o aceito pela legislação, deste modo é o mais utilizado pelas empresas, no entanto entende-se que apresenta algumas desvantagens, a principal se apresenta na utilização dos rateios para distribuir os custos, o que pode levar a distorções no resultado. Assim sendo, para fins gerenciais e de tomada de decisão o mais indicado seria o método de custeio variável.

2.4 ANÁLISE DO CUSTO VOLUME E RESULTADO

A análise do custo, volume e resultado auxilia na tomada de decisão, trazendo uma análise mais apurada dos resultados obtidos pela empresa, considerando os custos, as vendas e os lucros desejados pela organização. Tem-se que são fatores gerenciais que se baseiam em três importantes índices: margem de contribuição, ponto de equilíbrio e margem de segurança operacional.

Além disso, as empresas precisam determinar com precisão os preços de venda de seus produtos ou serviços, sendo que uma má formação de preço pode repercutir em perda de mercado por estabelecer valores não compatíveis, e também em prejuízos por vendas abaixo dos custos.

Para Robles JR (2009, p. 91) “a decisão do preço depende de como os clientes avaliam o produto, das estratégias de preço dos competidores e dos custos”. Ainda para Robles JR. (2009, p. 90), “Na fixação de preços, a variável custo de fabricação desempenha papel importantíssimo porque, a não ser em casos excepcionais, a empresa não pode vender um produto com preços abaixo do custo sob pena de sacrifício de seu patrimônio que poderá se esvaír ao longo do tempo”.

Levando-se em conta que um dos objetivos do trabalho é a implementação de um sistema de custos para auxiliar na formação do preço de venda e na gestão das empresas para se chegar aos resultados pretendidos, necessita-se entender o método de precificação orientado pelos custos que traz para a organização um preço de venda sugestivo capaz de cobrir seus custos e obter o lucro desejado, bem como se esse preço é suportado pelo mercado, e a percepção dos clientes.

No método orientado pelos custos se faz uso do *mark-up* que para Souza e Clemente (2011, p. 256) “é uma prática muito comum e muito simples de determinação de preço: consiste em adicionar ao custo unitário as porcentagens relativas aos itens a serem incluídos no preço”. O mesmo autor traz que esses itens a serem incluídos no preço são os impostos, as despesas variáveis, as despesas fixas, os custos fixos e o lucro. O *mark-up* pode ser multiplicador ou divisor, sendo que ambos chegaram ao mesmo preço de venda.

Quando se fala em valor percebido pelo consumidor tem-se que o preço de venda a ser determinado deve ser o maior preço para o produto sendo que o seu cliente esteja disposto a pagar, ou seja, o cliente deve ficar tranquilo na hora da compra, sabendo que a utilização do produto é suficiente para o preço pago (PADOVEZE 2010).

No que tange a precificação a partir do mercado Padoveze (2010, p. 428) traz que “a teoria econômica indica que quem faz o preço de venda dos produtos é o mercado, basicamente através da oferta e procura, fazendo as devidas considerações para situações de monopólio, oligopólio, mercados cativos e situações similares”.

Com base no contexto pode-se dizer que para a formação do preço de venda não basta somente calcular os custos, e sim analisar o mercado, a concorrência e qual a percepção dos clientes em relação ao produto, atribuindo valores a ele, no entanto o cálculo de custos se torna indispensável para que se conheçam os resultados, bem como se os preços de venda estão cobrindo os custos alocados aos produtos.

Tem-se os indicadores gerenciais que auxiliam a empresa na tomada de decisão e no gerenciamento, um desses indicadores é a margem de contribuição que é a quantia que um determinado produto auxilia para o pagamento dos custos fixos da produção e para os lucros.

Para Bornia (2010, p. 55) “A margem de contribuição é o montante de receita diminuída dos custos variáveis. A margem de contribuição unitária, analogamente, é o preço de venda menos os custos variáveis unitários do produto”.

A margem de contribuição apresenta algumas vantagens, que segundo Fontoura (2013) são a de auxiliar a administração na tomada de decisões, sobre qual produto deve receber prioridade no momento da divulgação, quais segmentos produtivos devem ser ampliados ou até mesmo

abandonados ou restringidos. Avaliar pedidos em condições especiais, possíveis negociações de descontos, redução de preços, campanhas publicitárias, e aumento no volume de venda, bem como contribuir para que a gestão entenda a relação de custos, volume, preços e lucros.

Outro indicador é o do ponto de equilíbrio contábil que é a quantidade que deve ser vendida de cada produto para que a empresa não gere lucro e nem prejuízo, ou seja, tenha um resultado nulo. Para Berti (2009, p. 65) “Ponto de equilíbrio é o momento em que os custos e despesas são iguais a receita total, ou seja, o lucro é zero ou nulo. A empresa operando acima desse nível passa a operar com lucro, abaixo com prejuízo”.

Tem-se também a margem de segurança operacional que representa o volume de vendas excedentes do ponto de equilíbrio. Para Bornia (2010, p. 64) “A margem de segurança é o excedente da receita da empresa sobre a receita do ponto de equilíbrio. Consequentemente representa o quanto às vendas podem cair sem que haja prejuízo para a empresa”.

Através de um preço de venda orientativo calculado através do *mark-up*, e de uma comparação deste com o mercado e com o valor percebido pelos clientes, se torna possível um melhor gerenciamento, com tomadas de decisão mais precisas, além do preço de venda os indicadores gerenciais são de suma importância para a empresa, apresentando quais os resultados.

3 METODOLOGIA

A metodologia é como serão obtidas as informações para se atingir um objetivo. Segundo Silva (2010, p. 53) entende-se a “metodologia como o estudo para se buscar determinado conhecimento”. Nesse item descrevem-se os métodos utilizados e o caminho orientativo a ser seguido para se obter os objetivos propostos no desenvolvimento do artigo.

No que se refere à natureza da pesquisa, este estudo é classificado como aplicado, Gil (2010) a define, como sendo uma pesquisa que a partir da teoria, da aquisição de conhecimento, aplica esse conhecimento em uma situação específica.

A pesquisa quanto à forma de abordagem é qualitativa, segundo Zamberlan et al. (2014, p. 94), ela se constitui como “um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito e não pode ser traduzido em números”.

Quanto aos objetivos, essa é uma pesquisa descritiva, Gil (2010, p. 27) explica que as pesquisas descritivas possuem a “(...) finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis”.

No desenvolvimento do artigo foi utilizada como método a pesquisa bibliográfica. Conforme Almeida (2011, p. 33-35) a pesquisa quanto aos procedimentos técnicos pode ser definida como uma “pesquisa bibliográfica – este tipo de estudo toma como objeto apenas livros e artigos científicos, tendo normalmente a finalidade de buscar relações entre conceitos, características e ideias, às vezes unindo dois ou mais temas”.

No que se refere aos instrumentos de coleta de dados o estudo utilizou a entrevista despadronizada. Beuren et al. (2004, p. 131) conceitua entrevista como “técnica de obtenção de informações em que o investigador apresenta-se pessoalmente a população selecionada e formula perguntas, com o objetivo de obter dados necessários para responder à questão estudada.”

4 ANÁLISE DOS DADOS

A apuração dos custos e dos indicadores gerenciais é de suma importância para as empresas que atuam no ramo de produção sob encomenda auxiliando os seus gestores. Leva-se em consideração que a apuração dessas informações apresenta de forma fidedigna os resultados alcançados para cada produto, a partir daí pode-se analisar quais as melhores decisões a serem tomadas quando a redução de custos, reajustes de preços de venda, qual o resultado almejado e qual o nível competitivo da empresa. Desde modo o estudo propõe um sistema de custeio que auxilia as empresas destes ramos a obter essas informações.

4.1 LEVANTAMENTO DOS CUSTOS

Primeiramente se faz necessário um levantamento dos custos das empresas, sendo que estes se classificam em diretos e indiretos.

Os custos diretos são todos aqueles ligados diretamente na produção, tem-se então o custo da matéria-prima e da mão-de obra direta.

Material	Valor Unitário	Unidades	Valor Total	%
Total				

Quadro1 – Custos diretos. Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

No quadro 1 tem-se a apuração da matéria-prima para cada produto fabricado. Deve-se identificar qual é o material, qual seu valor unitário e quantas unidades da mesma será utilizado nesta

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

produção, multiplicando o valor unitário com a quantidade de unidades chega-se ao valor total de cada material que somado ao total dos demais materiais chega-se ao total de matéria-prima utilizada no produto. Tem-se também a coluna dos percentuais para que seja identificado quantos por cento cada material representa do montante final.

Dados	Colaborador 1	Colaborador 2	Total
Sal. Base			
Adicionais (insalubridade/periculosidade)			
Horas Extras			
Desc. Remunerado			
Base de Calculo			
Férias			
13° Salário			
1/3 férias			
Subtotal			
Previsões			
FGTS			
Prev. Social			
MOD Total			

Quadro 2 – Mão-de-obra direta. Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

Para a apuração dos custos com mão-de-obra direta se faz necessário verificar os valores dos salários e dos encargos com funcionários nos últimos doze meses e fazer uma média, por meio deste cálculo chega-se nos valores que deveram ser alocados no quadro 2 na linha salário base e horas extras, os adicionais deve ser analisados os que cabem a cada função. No caso em que o colaborador tenha direito a insalubridade é calculado 20% sobre o salário mínimo vigente quando não há categoria profissional estabelecida ou 20% sobre salário base nos casos em que há categoria profissional, na periculosidade é adicionado um percentual de 30% sobre o salário base. Tem direito ao descanso semanal remunerado o colaborador que fez hora-extra.

A partir deste momento tem-se uma base de cálculo para os valores das férias, 13° salário e 1/3 de férias. Para férias e 13° salário utiliza-se a base de cálculo e divide-se por 12 meses, já o 1/3 de férias é calculado a partir do valor das férias dividindo-o por 3.

As previsões representando uma média em casos de faltas pagas, atestados e multa de FGTS em casos de rescisões, representando 7% do subtotal. O FGTS corresponde a 8%, já a previdência social não é calculado para as empresa optante do Simples Nacional devido a todo o valor de INSS recolhido ser descontado em folha dos funcionários, não significando assim um custo para a empresa, já para empresas optantes pela modalidade geral é calculado um valor de 20% sobre o subtotal. Chega-se assim a MOD total.

Após esta apuração se fez necessário à análise do custo da mão-de-obra por minuto.

Número total de dias do mês		Custo total do min
Finais de semana e feriados		
Número máximo de dias a disposição do empregador		
Jornada diária em horas		
Número de horas a disposição por mês		
Número de minutos a disposição por mês		
Total MOD Colaborador 1		
Total MOD Colaborador 2		

Quadro 3 – Custo mão-de-obra direta por minuto. Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

Para se chegar ao custo da MOD por minuto deve-se elaborar o quadro 3, onde o numero máximo de dias a disposição do empregador é obtido através da subtração do número total de dias do mês e finais de semana e feriados. Posteriormente se pega o numero de dias a disposição e

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

multiplica-o pela jornada diária em horas, chegando então no número de horas a disposição que multiplicada por 60 minutos chega-se no número de minutos a disposição. Após esse calculo deve-se pegar o total da MOD encontrada no quadro 2 e dividir pelo numero de minutos tendo como resultado o custo do minuto da MOD.

Posteriormente se fez necessário à apuração dos tempos de cada colaborador em cada etapa de produção, através desta apuração será encontrado o custo total com mão-de-obra direta.

Etapas	Tempo/min	Funcionários	MOD por min	Valor
Etapa 1				
Etapa 2				
Total				

Quadro 4 - Custo total da MOD por etapa. Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

Deste modo, no quadro 4 tem-se as etapas que o produto leva para ficar pronto, quanto tempo em minutos que ele permanece em cada etapa, quantos funcionários são necessários e a MOD por minuto dos colaboradores, para se chegar no valor da MOD em cada etapa multiplica-se o tempo por minutos pela MOD por minuto. Soma-se o valor da MOD de todas as etapas para se chegar a MOD total do produto.

Os custos indiretos não podem ser apropriados diretamente a cada produto no momento de sua ocorrência, não sendo facilmente alocados aos produtos, sendo assim é necessário um critério de rateio previamente determinado. Um dos custos indiretos é a mão-de-obra indireta.

Dados	Colaborador Área Administrativa	Pró-labore	Total
Salário Base			
Horas Extras			
Desc. Remunerado			
Base de Calculo			
Férias			
13º Salário			
1/3 férias			
Subtotal			
Previsões			
FGTS			
Total			
Quantidade			
MOD Total			

Quadro 5 - Total mão-de-obra-indireta. Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

O calculo total da MOI é igual o da MOD, porém os colaboradores são os que não atuam diretamente na produção, como por exemplo, colaboradores da área administrativa e pró-labores.

Outro custo indireto são os materiais que não são alocados diretamente no produto.

Material	Custo
Total	

Quadro 6 - Outros materiais. Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

Para se encontrar o valor dos outros materiais deve-se somar o valor dos últimos doze meses e fazer uma média.

Tem-se como outro custo indireto a depreciação.

Bens	Valor do Bem	Vida Útil	%	Valor Residual	Depreciação Mensal

Quadro 7 – Depreciação. Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

Para se chegar ao valor da depreciação é necessário saber o valor do bem, qual a sua vida útil, o percentual de depreciação conforme tabela determinada e o valor residual. Do valor do bem,

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

subtrai o seu valor residual e multiplica-se pelo percentual de depreciação, divide-se por doze meses e chega-se a depreciação mensal.

Os custos indiretos são classificados em fixos e variáveis.

	Fixos		Variável	
	R\$	%	R\$	%
Total dos Custos				
Produto 1				
Produto 2				

Quadro 8 – Custos indiretos. Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

Além dos custos citados acima, tem-se ainda os custos indiretos como a água, a manutenção de máquinas e equipamentos, o telefone, a energia, aluguel entre outros.

No quadro 8 deve-se classificar os custos indiretos identificados no processo de produção em fixos ou variáveis, os fixos são os que não alteram conforme o volume de produção, pode-se usar como exemplo a depreciação, já os variáveis são os que alteram conforme o volume de produção, como por exemplo a energia.

Após a identificação e classificação dos custos indiretos deve-se fazer o rateio destes custos para os produtos. O método utilizado para o rateio é o do faturamento, ou seja, pega-se o faturamento do mês e qual o percentual que cada produto representa deste total, distribuindo o valor dos custos fixos e variáveis conforme a representatividade do produto no faturamento. Chega-se assim no total do custo indireto por produto.

4.2 APURAÇÃO DO CUSTO TOTAL

A partir da apuração dos custos diretos e indiretos tem-se o cálculo do custo total, para esse cálculo podem ser utilizados dois métodos, o custeio por absorção e o custeio variável.

Mão-de-obra direta	
Matéria Prima	
Custos Indiretos Fixos	
Custos Indiretos Variáveis	
CUSTO TOTAL	

Quadro 9 – Custeio Absorção. Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

Para o cálculo do custeio por absorção todos os custos são considerados, tanto os custos diretos quanto os custos indiretos fixos e variáveis. Deste modo no quadro tem-se a mão-de-obra direta, a matéria prima, os custos indiretos fixos e variáveis, obtendo assim o valor do custo total pelo método de custeio por absorção.

Mão-de-obra direta	
Matéria Prima	
Custos Indiretos Variáveis	
CUSTO TOTAL	

Quadro 10 – Custeio variável. Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

No cálculo do custeio variável só se utiliza os custos que variam conforme a produção, ou seja, o custo direto e o indireto variável. No entanto esse método não é permitido pela legislação, mas é muito utilizado para fins gerenciais.

No quadro 10, tem-se a mão-de-obra direta, a matéria prima e os custos indiretos variáveis que somados tem-se o custo total pelo método de custeio variável.

4.3 ANÁLISE DA RELAÇÃO CUSTO, VOLUME E RESULTADO

Para realizar a análise do custo, volume e resultado é preciso iniciar com a formação e análise do preço de venda, considerando os custos, a concorrência e a perspectiva do cliente perante o produto. Além disso, podem-se apurar alguns indicadores gerenciais como a margem de contribuição unitária e total, o ponto de equilíbrio e a margem de segurança, além da análise dos resultados.

4.3.1 FORMAÇÃO E ANÁLISE DO PREÇO DE VENDA ORIENTATIVO

Para auxiliar as empresas, utiliza-se o cálculo para a formação de um preço de venda orientativo, que consiste no preço que a entidade deve operar para obter o lucro desejado. Para a formação do preço de venda orientativo é utilizado o custo total pelo método absorção e a técnica do *mark-up*, levando-se em consideração o lucro determinado pela empresa.

MARK-UP		
	100,00	
Comissão		
Margem Lucro		
Despesas		
Imposto		
Mark-up Divisor		

Quadro 11 – *Mark-up*. Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

Assim sendo, no quadro 11, tem-se 100% que deduzido do percentual de comissão, caso houver, a margem de lucro desejada pela empresa, das despesas e dos impostos, chega-se ao *mark-up* multiplicador, que dividido por 100 obtém-se o *mark-up* divisor. Após o cálculo do *mark-up*, calcula-se o preço de venda orientativo, conforme quadro 12.

Produto	Custo Total	Mark-up Divisor	Valor Orientativo

Quadro 12 – Preço de venda orientativo. Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

Posteriormente a formação do preço de venda pelo *mark-up* com base nos custos e lucros desejados pela empresa, deve-se fazer um comparativo com os preços de venda praticados bem como de alguns concorrentes, levando em consideração que o objetivo do gerenciamento através dos custos não é só obter o lucro desejado, mas também manter a empresa em um nível competitivo sem gerar prejuízos, e buscando sempre uma forma de alcançar o resultado almejado.

4.3.2 MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO

Para auxiliar no gerenciamento tem-se o indicador da margem de contribuição, o qual é de suma importância para aos gestores. Ele representa qual o montante da receita que irá sobrar para o pagamento dos custos e despesas fixas e ainda gerar lucro para a entidade.

Margem de contribuição	
Preço de Venda	
(-) Custo Variável	
(-) Despesa Variável	
(=) Margem de Contribuição	

Quadro 13 – Margem de contribuição. Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

No quadro 13 tem-se o cálculo da margem de contribuição aonde do preço de venda, se subtrai os custos variáveis e despesas variáveis, chegando assim na margem de contribuição.

4.3.3 PONTO DE EQUILÍBRIO CONTÁBIL

O ponto de equilíbrio é o indicador que demonstra qual o montante ou a porcentagem necessária sobre o valor de venda do produto para cobrir seus custos e despesas fixas e também seus custos e despesas variáveis, sem obtenção de lucros e nem prejuízos, ou seja, para obter um resultado nulo.

Ponto de Equilíbrio Contábil	
Custo Fixo	
(+) Despesa Fixa	
Total	
(/) Margem de Contribuição	
(=) PEC	
PEC R\$	

Quadro 14 – Ponto de equilíbrio contábil. Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Ele é calculado por meio da apuração dos custos e despesas fixas que posteriormente são divididos pelo valor encontrado no cálculo da margem de contribuição.

4.3.4 MARGEM DE SEGURANÇA OPERACIONAL

A margem de segurança operacional é a faixa do preço de venda que a empresa passará a obter algum resultado (lucro). É encontrada com base na subtração da quantidade vendida pela quantidade no ponto de equilíbrio.

Margem de Segurança Operacional	
Quantidade Vendida	
Quantidade no Ponto de Equilíbrio	
(=) MSO	
MSO %	

Quadro 15 – Margem de segurança operacional. Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

4.3.5 RESULTADOS

Com base na apuração dos custos torna-se possível a apuração dos resultados. No quadro 16 tem-se que o resultado é obtido através do preço de venda menos o custo variável e despesas variáveis, chegando-se assim, na margem de contribuição que subtraída dos custos fixos gera o resultado líquido da empresa.

Resultado		
	PV Mark-up	%
Preço de Venda		
(-) Custo Variável		
(-) Despesa Variável		
(=) Margem de Contribuição		
(-) Custos Fixos		
(=) Resultado Líquido		

Quadro 16 – Resultado. Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

4.4 ANÁLISE DO SISTEMA

O objetivo deste estudo era de demonstrar como um sistema de custeio pode apurar os custos de produção, chegar aos indicadores gerenciais e auxiliar as empresas em suas decisões. O sistema foi baseado em empresas que atuam no ramo de produtos sob medida, sob encomenda, ou seja, de forma personalizada pra cada cliente, nesse ramo o custo real só é percebido no final da produção, bem como o resultado que gerou para a empresa.

Além dos cálculos demonstrados é importante que se faça uma análise dos preços atualmente praticados pela empresa com o de seus concorrentes e também identificar o valor percebido pelos seus clientes, avaliando os resultados, os indicadores e as contribuições destes para a gestão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do artigo era analisar as contribuições que a contabilidade de custos por meio de um sistema de custos, proporciona para empresas que atuam no ramo de produção por encomenda, qualificando os seus gestores no processo gerencial. Verificou-se através das pesquisas bibliográficas e das entrevistas com gestores que a implantação do modelo proposto permite o acompanhamento e gerenciamento de todos os custos envolvidos no processo produtivo. Além disso, é possível realizar a análise dos indicadores de margem de contribuição, ponto de equilíbrio e margem de segurança operacional que são importantes para a gestão da empresa, pois possuem relação direta entre a eficiência do orçamento e o que efetivamente foi realizado, que é apurado ao término da produção.

A partir da apuração dos custos totais pelos métodos de custeio por absorção e variável, por ordem de produção específica, é necessário trabalhar com a formação e a análise do possível preço de venda, neste caso utilizou-se o mark up, considerando diversas despesas variáveis e também a porcentagem de lucro desejada pela empresa. Após, foi aplicado no total dos custos apurados pelo custeio de absorção. Esse resultado pode ser comparado com o preço de venda de outras empresas concorrentes, para que o preço de venda seja competitivo, de forma que proporcione a margem de lucro desejada. Considerando que esse tipo de empresa possui demandas específicas dos clientes,

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

além de competir com preços, possui outros atributos que contribuem na escolha do cliente, como o prazo de entrega, atendimento, segurança e também a percepção e indicação de antigos clientes.

A aplicação do modelo de sistema de custos permite que as empresas do ramo de produção por encomenda tenham maior segurança ao realizar o orçamento. Uma vez que a negociação com o cliente é baseada em valores confiáveis, para que o preço não seja inferior aos custos de produção, e esteja de acordo com a percepção do cliente evitando assim perdas de mercado.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Mário de Souza; *Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva*. 3. ed., São Paulo: Ed. Atlas S. A., 2011.

BERTI, Anélio. *Contabilidade e análise de custos*. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

BEUREN, Ilse Maria; et al. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2004, 195 p.

BOMFIM, Eunir A.; PASSARELLI, João. *Custos e formação de preço*. São Paulo: IOB, 2008. 524 p.

BORNIA, Antonio Cezar. *Análise gerencial de custos: Aplicação em empresas modernas*. São Paulo: Atlas, 2010.

FONTOURA, Fernando Batista Bandeira da. *Gestão de custos: uma visão integradora e pratica dos métodos de custeio*. São Paulo: Atlas, 2013.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2010.

LEONE, George Sebastião Guerra. *Custos: Planejamento, Implantação e Controle*. São Paulo: Atlas, 2008.

LINS, Luiz dos Santos; SILVA, Raimundo Nonato Sousa. *Gestão de custos: contabilidade, controle e análise*. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu. *Contabilidade de custos*. São Paulo: Atlas, 2008.

PADOVEZE, Clóvis Luís. *Curso Básico: Gerencial de Custos*. São Paulo: Thomson, 2003.

_____. *Contabilidade Gerencial: Um enfoque em sistema de informação contábil*. São Paulo: Atlas, 2010. 641 p.

PESSOA, Vanessa Fasnar de Pinho. *Contribuições da contabilidade de custos para a gestão de uma empresa de prestação de serviços do setor de engenharia civil*. 2014, p. 57. Disponível em <https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/3716/1/VanessaFPP_Monografia.pdf> Acesso em 31 de Ago de 2017.

PITA, Fábio Danilo Dias. *Análise do impacto de um sistema de custeio e da gestão financeira de curto prazo na Secil Prêbetão, S.A.* 2014, p. 75. Disponível em <http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/13436/1/F%C3%A1bio_Pita.pdf> Acesso em 31 de Ago de 2017.

PRATES, Fernando R. *Contabilidade de Custos. [S.l.]: CEAD Contmatic*. 2005. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/3074015/32/Custeio-por-Ordem-de-Producao>> Acesso em 16 de Set. 2013.

ROBLES JR, Antonio; et al. *Contabilidade de custos temas atuais*. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

SANTOS, Greyciane Passos do; ALVES, Dulcileide F.; BARRETO, Maria O. R. *A Utilização da contabilidade de custos como ferramenta para o fortalecimento de uma micro empresa do segmento de confecção em fortaleza*. 2012, p. 19. Disponível em: <<http://institutoateneu.com.br/ojs/index.php/RRCF/article/view/42/34>> Acesso em 22 de Dez de 2015.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da; *Metodologia da pesquisa aplicada a contabilidade*. 3. ed., São Paulo: Ed. Atlas S. A., 2010.

SOUZA, Alceu; CLEMENTE, Ademir. *Gestão de custos: aplicações operacionais e estratégicas*. São Paulo: Atlas, 2011.

VIEIRA, Eusélia Paveglío. *Custo e formação do preço de venda*. Ijuí: Unijui, 2013.

ZAMBERLAN, Luciano; et al. *Pesquisa em ciências social aplicadas*. Ijuí: Unijui, 2014.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL

PERSONAL FINANCIAL PLANNING

Emerson Bertin, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, RS, Brasil,
emerson_bertin@hotmail.com

Kesley Munchen Kuhn, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, RS,
Brasil, kesleymk@gmail.com

Roberto Ajala, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, RS, Brasil,
roberto@uricl.com.br

RESUMO

Este artigo apresenta uma pesquisa bibliográfica e experimental de assuntos relativos à planejamentos financeiros pessoais. Para a pesquisa experimental, foi usada a plataforma Google Formulários onde foi exposta, em forma de questionário, uma série de perguntas, das quais serviram de base para fundamentação e resultados do trabalho. Além disso, buscou-se obter informações para instrução e base para padronização da organização financeira pessoal, com o intuito de fornecer material para o público interessado. Desse modo, pode-se notar que quase a totalidade do grupo pesquisado acredita ser importante e necessário realizar esse planejamento, porém, nem todos o fazem. Assim, foi possível apresentar os motivos que levam às pessoas a não realizarem. E aos que realizam, como o fazem e as ferramentas mais utilizadas. Com o desenvolvimento do trabalho, ficou perceptível o modo e a importância de realizar um planejamento financeiro pessoal, demonstrando sua estrutura básica e principais contas que o compõe.

Palavras-chave: Planejamento Pessoal, Controle Financeiro, Finanças Pessoais.

ABSTRACT

This article presents a bibliographical and experimental research of subjects related to personal financial planning. For the experimental research, the Google Forms platform was used in which a series of questions were presented, in the form of a questionnaire, which served as a basis for the reasons and results of the work. In addition, it was sought to obtain information for instruction and basis for standardization of the personal financial organization, in order to provide material for the interested public. Thus, it can be noted that almost all of the group surveyed believe that this planning is important and necessary, but not all do. Thus, it was possible to present the motives that lead people not to perform. And to those who perform, as they do and the most commonly used tools. With the development of the work, the way and the importance of carrying out a personal financial planning, showing its basic structure and the main accounts that compose it, became perceptible.

Keywords: Personal Planning, Financial Control, Personal Finance.

INTRODUÇÃO

O mundo de hoje vive um momento de grande consumo, com facilidades de acesso ao crédito, e o desejo da população em adquirir produtos que eram inatingíveis. Para a economia de uma cidade, estado ou país, esse cenário é muito bom, pois traz receitas para o governo, através dos impostos gerados pelas compras, serviços e obrigações tributárias das empresas, fazendo com que tenha condições de dar melhores condições de vida para sua população. Mas esse grande consumo pode trazer problemas para os consumidores, principalmente os que não fazem nenhum tipo de planejamento e controle financeiro pessoal.

A grande parte da população só se preocupa com presente, não tendo a cultura de poupar e planejar o futuro financeiro, sem se preocupar em ter uma reserva futura para o padrão de vida existente. Nesse contexto, é que entra em ação a gestão dos recursos individuais, juntamente com a educação financeira, que traria uma visão mais detalhada do que poderia ou não ser executado pelo indivíduo, levando em conta suas condições atuais.

Outro problema que a maioria da população brasileira possui nesta área são as dívidas e despreparo em momentos de desemprego. Esse despreparo, em conjunto com as facilidades de crédito, pode acarretar um consumo excessivo e muitas vezes desnecessário. Assim, muitos indivíduos contraem dívidas, consomem demasiadamente, comprometem uma parcela significativa de suas rendas e, em muitos casos, acabam tornando-se inadimplentes, ou seja, acabam por não cumprir com seus compromissos financeiros.

A melhoria da condição financeira, em aspecto de aumento dos saldos e sobras no final do mês, é um desafio para todos nos tempos atuais. No entanto, muitas são as ciladas ou até mesmo oportunidades para reverter a situação atual de cada indivíduo nesse assunto. Nos processos de

transformações, seja empregatício, seja no padrão de vida, torna-se cada vez mais evidente a importância do bom censo na consecução dos objetivos patrimoniais e financeiros dos indivíduos.

Problemas na área financeira pessoal, podem refletir-se na qualidade da alimentação e do lazer, por exemplo. Quanto à vida corriqueira de cada um, é comum encontrarmos pessoas com alto grau de insatisfação e estresse, gerados por problemas familiares, não raro com origem na má administração dos recursos financeiros disponíveis.

Diante disso, esta pesquisa buscou responder a seguinte problemática: Qual a importância dada ao planejamento financeiro pessoal das pessoas?

O objetivo deste artigo é analisar a importância do planejamento financeiro pessoal de uma amostra de vários indivíduos da população.

Portanto a presente trabalho para alcançar seu objetivo buscou verificar a importância do planejamento financeiro; medir o nível de planejamento financeiro; no caso de utilizar ferramentas de o planejamento financeiro, como foi adquirido tal conhecimento; e que ferramenta utiliza para esse controle.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Este tópico tem como finalidade o embasamento teórico dos conceitos de finanças pessoais, planejamento e controle financeiro pessoal. Estes conceitos servirão de base teórica para o presente artigo e fornecerão os subsídios necessários para melhor compreensão e análise dos dados coletados e pesquisados.

1.1 FINANÇAS PESSOAIS

De acordo com Bitencourt (2004) a ciência das finanças estuda a forma de como as pessoas, individualmente ou agrupadas, alocam seus recursos ao longo do tempo. Com esse estudo, pode-se estabelecer um padrão, para que os indivíduos de determinada sociedade consigam manter uma boa saúde financeira, sabendo gerenciar suas receitas e suas despesas de acordo com sua renda e seu modo de vida.

As finanças podem ser definidas como a arte e a ciência de gerenciamento de fundos. Virtualmente, todos os indivíduos e organizações ganham ou captam e gastam ou investem dinheiro. As finanças lidam com o processo, as instituições, os mercados e os instrumentos envolvidos na transferência de dinheiro entre indivíduos, negócios e governos (GITMAN, 2001).

Sendo assim, o conceito de finanças pessoais engloba todos os fatores relacionados à gestão do próprio dinheiro. Segundo Cherobim (2009), finanças pessoais abrangem o estudo e a aplicação de conceitos financeiros nas decisões de âmbito financeiro de uma pessoa, considerando, sempre, a fase da vida em que se encontra o indivíduo a fim de que o planejamento seja mais eficiente. Por exemplo, Kotler e Keller (2006) afirmam que as decisões financeiras são influenciadas por características pessoais, como idade e estágio no ciclo de vida, ocupação, circunstâncias econômicas, personalidade, autoimagem, estilo de vida e valores. Os autores complementam que é importante levar em consideração as transições e mudanças que ocorrem no decorrer da vida, como: o casamento, o nascimento dos filhos, o divórcio, a viuvez, dentre outros.

Sobre conceitos financeiros, pode-se falar de vários temas, como: administração das receitas, das despesas, decisões referentes às opções de financiamentos, o orçamento doméstico, a conta corrente, aposentadoria, patrimônio, previsão de rendimentos e priorização de investimentos. Com isso, se forma uma mentalidade que é necessário ganhar mais para atender todas as necessidades pessoais, que sempre existe a impressão que essas vão ser maiores que o salário recebido, por isso a importância de planejar melhor os gastos dos recursos disponíveis para alcançar resultados melhores.

Os conhecimentos básicos de finanças pessoais, tais como controle de entradas, saídas e provisão de sobras, não devem ficar restritos aos especialistas da área financeira. Qualquer pessoa, independentemente de sua atividade profissional, deve conhecer os princípios básicos necessários à administração de sua vida financeira. É extremamente importante que se saiba como poupar, escolher os investimentos que geram a melhor rentabilidade, administrar os riscos envolvidos nessas operações, além de se enquadrar no perfil de investidor que melhor se adapte aos seus objetivos de curto e longo prazo (FILHO, 2003).

Para Cerbasi (2009), menos de 5% das pessoas são capazes de manter sua situação financeira em equilíbrio, ou seja, não é uma tarefa difícil localizar pessoas com dívidas das quais não conseguem se livrar ou pessoas que não tenham sobras no final do mês. Segundo o autor, o primeiro passo do planejamento financeiro deve ser analisar as contas pessoais com o propósito de encontrar possíveis sobras de recursos, mesmo que envolvam a eliminação de pequenos gastos. O endividamento é oriundo de desejos e necessidades que suplantam os recursos e disponibilidades financeiras, cenário propício ao crédito, tendo em vista que este, permite a antecipação do uso do bem, pagando-o em prestações.

1.2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL

A organização financeira pessoal tem grande importância para que as pessoas usem sua renda de forma eficiente, permitindo melhores escolhas de consumo, investimentos, gastos básicos e de bem estar, segurança e realizações pessoais. Tais decisões, quando tomadas de forma correta, podem contribuir para uma melhora na qualidade de vida do indivíduo (CERBASI, 2009).

Para Gitman (2001, p. 43) “O planejamento financeiro é um aspecto importante das operações nas empresas e famílias, pois ele mapeia os caminhos para guiar, coordenar e controlar as ações das empresas e das famílias para atingir seus objetivos.” Já segundo Ross et al, (1995, p. 525) “O planejamento financeiro formaliza o método pelo qual as metas financeiras tanto das empresas quanto das famílias devem ser alcançadas.”

Os primeiros passos para a administração financeira pessoal são organizar e planejar, conforme Bitencourt (2004). Com isso, o primeiro passo do planejamento é a organização e visualização da situação financeira. Assim como as empresas possuem as demonstrações financeiras, a pessoa também deve montar a sua demonstração financeira. De acordo com Kiyosaki (2002), “o investidor de maior risco é a pessoa que não tem o controle de sua demonstração financeira”.

Organizar as contas também mostra a real dimensão de sua saúde financeira e quais são seus hábitos de consumo. Possibilita que você diminua seus gastos ao cortar desperdícios e pagamento de juros e poupe para investir em você. Ao colocar tudo no papel, você pode ter uma agradável surpresa e descobrir que tem mais dinheiro do que imagina. (MACEDO JR., 2007).

A eficácia do planejamento financeiro é capaz de responder três questões relevantes, são elas: Como aproveitar as oportunidades de investimento que o mercado propõe; Identificar o grau de endividamento aceitável; E por fim, determinar a parcela dos lucros aferidos. Para Gitman (2001, p. 434) “O processo de planejamento financeiro começa com planos financeiros de longo prazo, ou estratégicos, que por sua vez guiam a formulação de planos a curto prazo ou operacionais.”

O planejamento financeiro começa com a elaboração do orçamento e em seguida com o fluxo de caixa, onde neste é descrito todas as receitas e despesas do período. Cerbasi (2004, p. 61) destaca que “o primeiro passo para poupar dinheiro e fazer sobrar dinheiro.” Isso se torna viável a partir do conhecimento das receitas e despesas e do orçamento minuciosamente elaborado.

O ideal seria ter o conhecimento detalhado dos gastos mensais e trabalhar com essas informações, adotando iniciativas que viabilizem uma poupança regular, para melhorar a qualidade de vida, do seu consumo e também para que seja possível viabilizar pequenos luxos.. A forma mais simples de conseguir isso é lançar seus gastos em uma planilha de Orçamento Doméstico, comparar esses gastos com os de outros meses e refletir sobre suas prioridades de consumo. Gastos menos prioritários devem ser trabalhados para serem reduzidos (CERBASI, 2009).

1.3 CONTROLE FINANCEIRO PESSOAL

O controle financeiro pessoal pode ser realizado de diversas formas: em caderno, folha de papel, softwares específicos, planilhas eletrônicas como a Microsoft Office Excel, por exemplo. Cerbasi (2009) complementa que os softwares oferecem gráficos e visuais atraentes, entretanto, demandam tempo para serem entendidos e configurados, dessa forma, o melhor, com menos perda de tempo são as planilhas pessoais, como a Microsoft Office Excel. A estrutura básica de qualquer planilha deve conter:

Quadro 1 – Estrutura de planilha de controle financeiro.

	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5 ...
Descrição dos nomes das contas lançadas	Relação de suas receitas líquidas				
	(-) Relação de suas despesas fixas com: Habitação, Saúde, Educação, Alimentação, Transporte, Impostos, Despesas Pessoais				
	(-) Relação de suas despesas eventuais				

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

	(=) Saldo Disponível
	(+) Sobra de caixa no mês anterior
	(-) Aplicações financeiras feitas no período
	(=) Sobra de caixa total

Fonte: Cerbasi, 2009.

Cerbasi (2009) ainda sugere que esse controle seja feito a cada 30 dias (este prazo pode ser reduzido caso haja necessidade, sempre levando em consideração que a atividade de controle não pode demandar muito tempo ou ser complexa demais, provocando desmotivação). No campo das receitas devem ser discriminadas todas as fontes de renda, inclusive ganhos extras, décimo terceiro salário, férias, bônus e outras gratificações, sempre que possível descontando as tributações como o IRPF – Imposto de Renda Pessoa Física retido em fonte ou contribuições sindicais, por exemplo. No campo das despesas fixas devem ser discriminados os gastos que se repetem frequentemente tais como: pessoais (vestuário, cabeleireiro, cosméticos, academia, higiene pessoal), educação (cursos, faculdade, escola, materiais), saúde (consultas, convenio médico, medicamentos, dentista, exames), habitação (luz, água, telefone, internet, condomínio, IPTU), lazer (restaurantes, passeios, viagens, livrarias, cinema) e outras despesas (doações, tarifas bancárias, anuidade cartão de crédito e etc).

No item das despesas eventuais devem ser discriminados os gastos não planejados e de caráter esporádico. No item do saldo disponível subtraem-se da receita líquida as despesas fixas e eventuais. As decisões futuras poderão ser tomadas levando em consideração este saldo. No item aplicações financeiras devem ser discriminadas as contribuições mensais para os objetivos de poupança, aposentadoria e aquisições programadas. Por fim, temos como grande balizador de sucesso do orçamento, o item sobra de caixa, o qual evidencia o devido equilíbrio financeiro. Em caso de sucesso, ele será positivo e estará perto da marca zero, mostrando que todas as despesas foram pagas e as reservas e investimentos para o futuro foram cumpridos. Em caso de sobra excessiva ficará constatado que o dinheiro foi mal utilizado, não sendo gasto ou poupado de forma correta CERBASI (2009).

1.4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Segundo o Banco Central do Brasil (2017), além do controle financeiro, é claro, as pessoas devem ter uma boa educação financeira, pois não basta ter-se relacionado e com pleno controle de todas as receitas e gastos, se esses não são realizados de forma racional e organizada. Segundo o Caderno de Educação Financeira, produzido pelo Banco Central do Brasil, a economia e o comércio funcionam de um modo muito mais complexo do que antigamente. Porém, a educação financeira da população não acompanhou esse mesmo grau de avanço e tornou-se obsoleta. Assim, pode-se dizer que falta para a população criar uma cultura coletiva para alcançar uma saúde financeira boa.

Ainda sobre o assunto anterior, porém, o grande problema é que a educação como um todo, é algo complexo e peculiar. E para se padronizar e conseguir um nível considerável de educação financeira, essa deve começar a ser comentada e estudada desde cedo, seja em escolas, através de palestras, em empresas, e até mesmo no ambiente familiar, na simples atitude de reunir-se com todos e discutir sobre o dinheiro e planos de cada um.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do presente trabalho utilizou-se de uma pesquisa descritiva que de acordo com, Andrade (2003) nesta pesquisa os fatos são observados, registrados, analisados, classificados, e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Para Gil (1999), a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial descrever as características de determinado fenômeno ou população ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica que auxiliou na coleta de informações servindo como base para favorecer a compreensão do assunto. Segundo Leite (2008, p. 67) a

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

pesquisa bibliográfica “É a pesquisa cujos dados e informações são coletadas em obras já existentes e serve de base para a análise e interpretação dos mesmos, formando um novo trabalho científico”. De acordo com Andrade (2003) a pesquisa bibliográfica tanto pode ser um trabalho independente como um passo inicial de outra pesquisa.

A presente pesquisa possui característica quantitativa de caráter qualitativo, por meio de uma pesquisa *survey*, que de acordo com Leite (2008) é a pesquisa que pode ser descrita como a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário. Como instrumento de coleta de dados, optou-se pela utilização de questionário, criado em formato eletrônico através de uma ferramenta do Google, onde pode ser criado um formulário com perguntas, onde o mesmo foi enviado para os contatos das redes sociais dos autores.

O questionário foi composto de 13 questões, onde se buscou verificar o gênero, idade, estado civil, nível de escolaridade, renda mensal, atuação profissional, se acha importante realizar um planejamento financeiro pessoal, se realiza algum tipo de planejamento financeiro pessoal, se não realiza, por qual o motivo não realiza, se realiza, qual a forma que mais se aproxima com o planejamento utilizado, como realiza esse planejamento, onde foi adquirido conhecimento para gerenciar as finanças pessoais e quais as contas que tem o valor mais significativo no orçamento pessoal dos participantes da pesquisa.

4 RESULTADOS

É fundamental apresentar os referidos dados com a clareza de que somente 1 pessoa das 210 que responderam à pesquisa, acha que não é necessário manter um controle financeiro pessoal. Isso significa que, o presente artigo tem grande relevância, pois 99,5% dos respondentes que responderam à pesquisa tem realmente interesse no assunto, o que justificava a realização desse estudo.

Com a coleta dos dados da pesquisa, pode-se visualizar o perfil dos questionados, onde serão apresentados através da Tabela 1.

Tabela 1 - Perfil dos participantes

Variáveis	Alternativas	Resultado	%
Gênero	Feminino	137	65,20%
	Masculino	73	34,80%
Idade	Até 20 anos	80	38,10%
	21 a 30 anos	104	49,50%
	31 a 40 anos	16	7,60%
	41 a 50 anos	7	3,30%
	Acima de 51 anos	3	1,40%
Estado Civil	Casado	27	12,90%
	Solteiro	161	76,70%
	Divorciado	3	1,40%
	Viúvo	1	0,50%
	União Estável	18	8,60%
Nível de Escolaridade	Ensino Fundamental	1	0,50%
	Ensino Médio Incompleto	12	5,70%
	Ensino Médio	29	13,90%
	Superior Incompleto	111	53,10%
	Superior Completo	56	26,80%
Renda Mensal	Até R\$ 1.000,00	65	31,70%
	De R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00	71	34,60%
	De R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00	32	15,60%
	De R\$ 3.000,00 a R\$ 4.000,00	8	3,90%

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

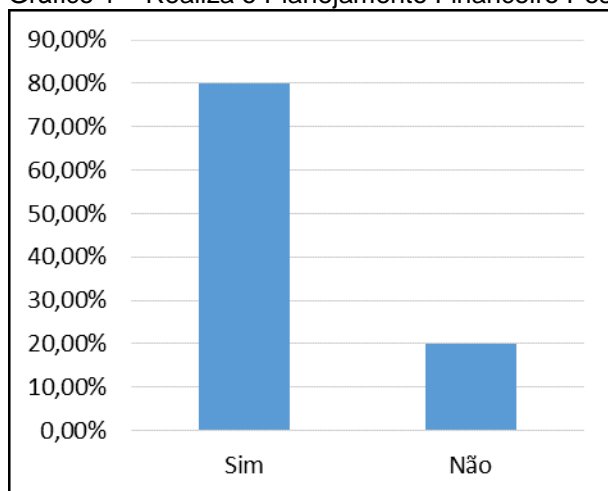
	Acima de R\$ 4.000,00	29	14,10%
Atuação Profissional	Estudante	84	40,00%
	Funcionário Público	17	8,10%
	Setor Privado	60	28,60%
	Empresário (a)	10	4,80%
	Profissional Autônomo (a)	12	5,70%
	Estagiário (a)	17	8,10%
	Agricultor (a)	6	2,90%
	Desempregado (a)	4	1,90%
	Aposentado (a)	0	0,00%

Fonte: Elaborada pelos autores (2017)

Analisando os resultados obtidos no perfil dos entrevistados, foi possível observar que o gênero predominante foi o feminino, sendo de 64,20% contra de 35,80%. A idade da maioria dos entrevistados é de 21 a 30 anos e o estado civil prevalecente é o solteiro (a). O nível de escolaridade foi na grande maioria de Superior Incompleto, onde pode-se interligar com a atuação profissional que foi de 40% de estudantes. Referente a renda mensal foi detectado que a faixa de renda mais selecionada foi de R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00, onde nota-se uma consequência dos itens, anteriormente citados, a escolaridade e a atuação profissional.

Após ter ciência do perfil dos participantes, foi iniciado o aprofundamento das questões referentes ao planejamento financeiro pessoal, em primeiro momento dos itens: “Realiza ou Não Planejamento Financeiro Pessoal” e “Motivo pelo qual não o realiza”. Esses resultados podem ser visualizados através dos gráficos a seguir.

Gráfico 1 – Realiza o Planejamento Financeiro Pessoal



Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

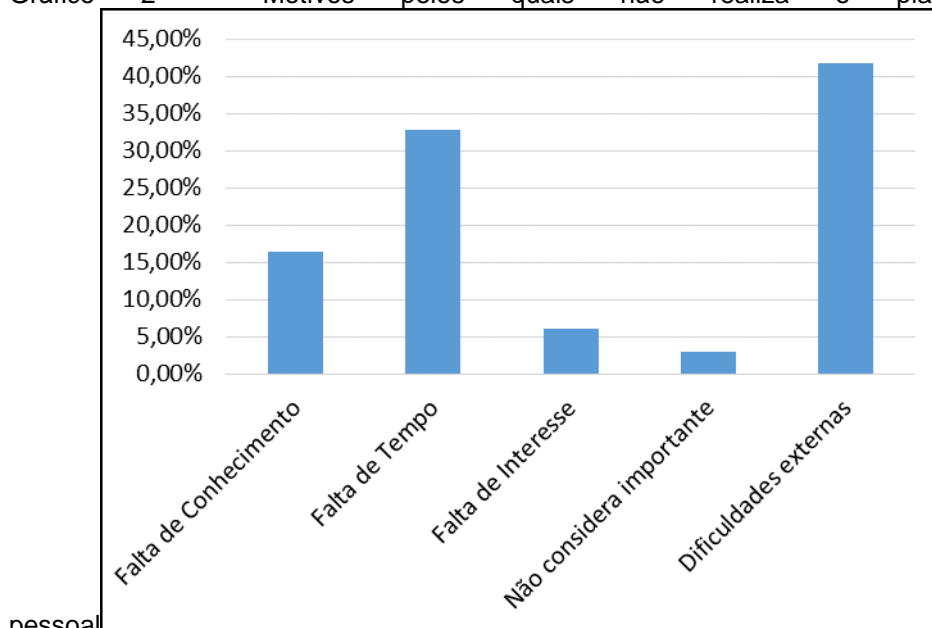
Os dados do gráfico, demonstram que 80% dos entrevistados realizam algum tipo de planejamento financeiro pessoal, em contrapartida 20% não o fazem. O percentual dos que não praticam algum planejamento, pode ser considerado alto, visto que, grande parte do perfil dos entrevistados tem o grau de instrução “superior incompleto”, grau esse que, por natureza, tem maior instrução e conhecimento.

No gráfico 2 serão apresentados os motivos que levam os entrevistados a não realizarem o planejamento.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Gráfico 2 – Motivos pelos quais não realiza o planejamento financeiro



pessoal

Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

Analisando os resultados, foi possível observar que os principais motivos que levaram as pessoas a não realizar o planejamento foram dificuldades externas e falta de tempo. No quesito “dificuldades externas”, seria necessária uma instrução a essas pessoas para que procurassem ajuda para sanar possíveis dúvidas e assim barrar as dificuldades encontradas e começar a realizar o planejamento. Para os entrevistados com “falta de tempo” seria possível também uma orientação que o tempo gasto com o planejamento pode ser suprido por seus benefícios.

Na Tabela 2 serão apresentados os resultados dos entrevistados que fazem o planejamento financeiro pessoal, demonstrando qual o modo que o realizam.

Tabela 2 – Esquema do planejamento financeiro pessoal

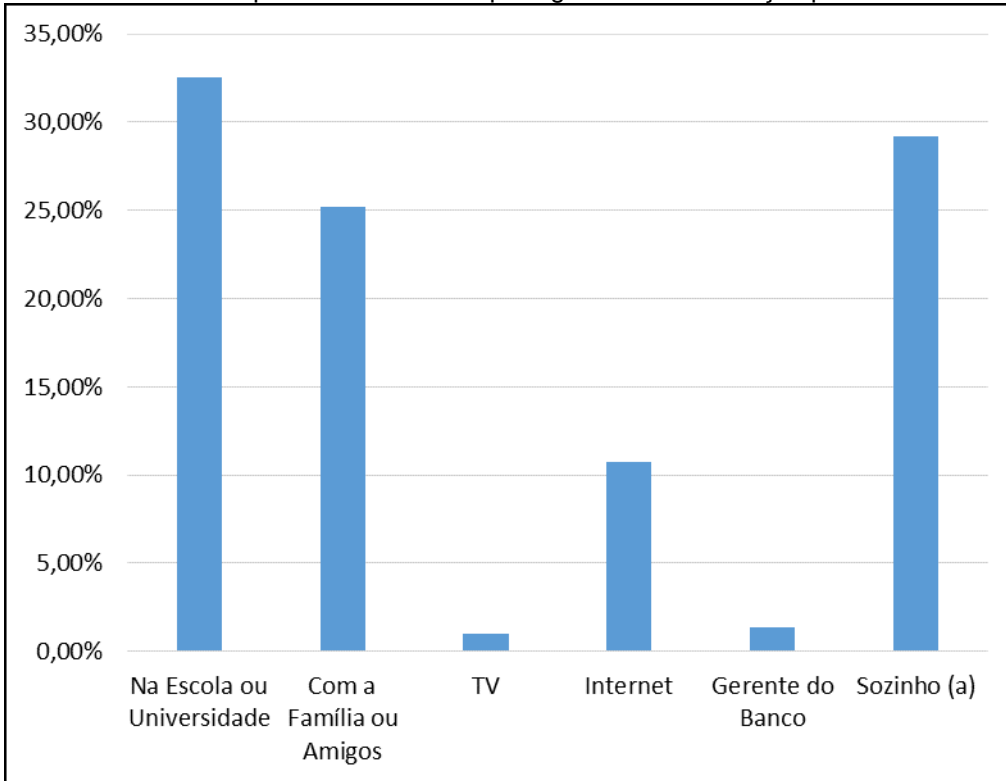
Variáveis	Alternativas	Resultado	%
Método de planejamento utilizado	Considerando somente as despesas	40	22,10%
	Considerando somente as receitas	26	14,40%
	Considerando as receitas, despesas e previsão de sobras	115	63,50%
Total		181	100%
Onde realiza o planejamento	Planilhas Eletrônicas	29	15,90%
	Caderno ou Bloco de Anotações	107	58,80%
	Softwares ou aplicativos	12	6,60%
	Extratos de Contas Bancárias	34	18,70%
Total		182	100%

Fonte: Elaborada pelos autores (2017)

Com a análise da tabela, foi possível observar o fato da maioria dos entrevistados realiza o seu planejamento considerando as despesas, receitas e previsão de sobras, que é a maneira mais simples e correta de realizá-lo. Do mesmo modo, caderno ou bloco de anotações foi a ferramenta mais utilizada para realizar o planejamento, ficando com 58,80% das respostas, contra as 18,70% dos extratos de contas bancárias que foi a segunda opção mais marcada. Essas duas ferramentas tem por característica o seu fácil acesso, fator esse que faz com que sejam mais utilizadas. Vale destacar que os softwares e aplicativos ficaram na última opção, porém, a tendência é o seu crescimento, pois os smartphones, hardwares que rodam nesses aplicativos ou softwares, são muito comuns na atualidade. Pelo fato de estarem facilmente a disposição do usuário, podem se tornar ferramentas muito eficientes na gestão financeira pessoal.

No gráfico 3, serão apresentados os métodos utilizados pelos entrevistados para obter informação para realizarem os seus planejamentos financeiros pessoais.

Gráfico 3 – Onde adquiriu conhecimento para gerenciar as finanças pessoais

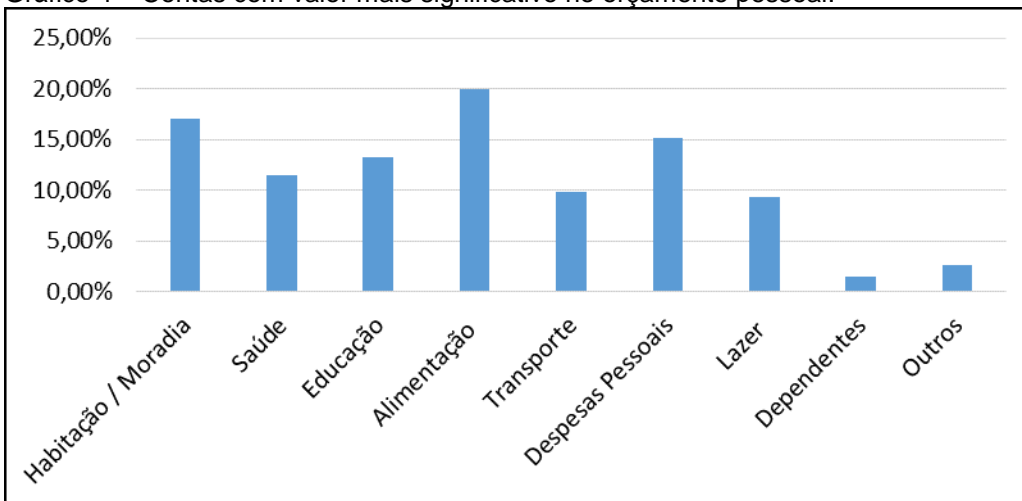


Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

Como a maioria dos entrevistados possui superior incompleto ou completo, conseqüentemente o método para adquirir conhecimentos sobre o assunto de maior marcações foi o “na escola ou universidade”. Ainda, é destacado o fato de muitos dos entrevistados adquirirem esse mesmo conhecimento sozinhos, fato esse que pode ser explicado pelo fenômeno de cada pessoa fazer do jeito que achar melhor para conseguir ter maior clareza e entendimento no seu gerenciamento. Porém, é válido destacar que o mesmo tende seguir as principais contas apresentadas anteriormente para que tenha um real valor ao usuário.

No gráfico 4 serão apresentadas as contas com valores mais significativos segundo as respostas dos entrevistados.

Gráfico 4 – Contas com valor mais significativo no orçamento pessoal.



Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

Ao analisar os resultados pode-se notar que as respostas não tiveram grande variação, o que é considerado normal, pois cada entrevistado vive em um padrão diferente, com culturas diferentes. Vale destacar que não existe ordem correta de prioridade a ser seguida, pois de acordo com a idade, instrução ou estado civil ela pode ser alterada.

5 CONCLUSÃO

Com esse estudo, cujo objetivo foi verificar a importância do planejamento financeiro pessoal para as pessoas através de um questionário, e saber de fato se estão fazendo esse planejamento ou não, verificou-se que praticamente a totalidade dos participantes acredita ser importante realizar algum tipo de planejamento.

Com a pesquisa foi possível obter resultados que mostraram que 20% dos participantes não realizam nenhum tipo de planejamento financeiro pessoal. Um resultado que é válido destacar, pois esses participantes responderam que é importante realizar um planejamento financeiro, mas deixam de fazer, principalmente, por motivos de dificuldades externas e falta de tempo. Já os 80% dos que fazem um planejamento, a maioria faz levando em consideração as receitas, despesas e uma possível previsão de sobras.

Com as facilidades que o mundo moderno atual proporciona, uma gestão financeira pessoal se faz extremamente necessária. Sem ela, o indivíduo pode se comprometer financeiramente e sofrer consequências, afetando o seu lazer, saúde, alimentação, educação. Essa referida gestão é acessível para todos da sociedade, independentemente de renda, instrução ou condição social e consegue dar aos seus usuários uma visão macro de sua situação, informando se deve ou não fazer uma nova despesa, investimento ou compra, por exemplo. Sua estrutura e aplicação não são difíceis, e por isso, trazem somente benefícios àqueles que a realizam, norteando-os para a correta tomada de decisões.

Com relação ao objetivo que norteou o presente estudo, pode-se dizer que o mesmo foi atingido e, relatado na análise e no desenvolvimento do trabalho, possibilitando um diagnóstico de uma amostra da população de uma região sobre o assunto proposto.

Ao finalizar esse trabalho, ficou clara a importância de estudar e verificar como é tratado esse entre as pessoas, levando em consideração o gênero, faixa etária, grau escolaridade. Esse tipo de pesquisa pode ser aplicada em outras oportunidades, com a finalidade de acompanhar a opinião das pessoas sobre o assunto. Por fim, destaca-se que esse formato de pesquisa foi realizada de forma simples e com grande contribuição dos participantes.

REFERÊNCIAS

- BITENCOURT, CLEUSA MARLI GOLLO. *Finanças pessoais versus finanças empresariais*. 2004. 85 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- GITMAN, LAWRENCE J. *Princípios de Administração Financeira: Essencial*. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- CHEROBIM, ANA PAULA MUSSI SZABO; ESPEJO, MÁRCIA MARIA DOS SANTOS BORTOLOCCI. *Finanças Pessoais: conhecer para enriquecer*. São Paulo: Atlas, 2009.
- KOTLER, P.; KELLER, K.L. *Administração de Marketing*. 12 ed. São Paulo: Pearson, 2006.
- SEGUNDO FILHO, JOSÉ. *Finanças Pessoais: revista no seu futuro*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.
- CERBASI, GUSTAVO. *Como organizar sua vida financeira: Inteligência financeira pessoal na prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- ROSS, Stephen A; WESTERFIELD, Randolph W; e JAFFE; Jeffrey F. *Administração Financeira*. São Paulo: Atlas, 1995.
- KIYOSAKI, ROBERT T. LECHTER, SHARON L. *Pai rico: o guia de de investimentos*. 10 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.
- MACEDO JR., JURANDIR SELL. *A árvore do dinheiro: guia para cultivar a sua independência financeira*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- CERBASI, Gustavo P. *Casais Inteligentes Enriquecem Juntos*. São Paulo: Gente, 2004.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais*. Brasília: BCB, 2013.
- ANDRADE, M. M. de. *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- GIL, A. C.. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.
- LEITE, F. T. *Metodologia Científica: métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações, teses e livros*. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2008.